

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

MANOEL MOREIRA DE SOUSA NETO

LIVROS DIDÁTICOS ENTRE O ESTADO E A CIÊNCIA: UMA ANÁLISE DO PNLD
SOCIOLOGIA 2012-2018

CURITIBA-PR

2021

MANOEL MOREIRA DE SOUSA NETO

LIVROS DIDÁTICOS ENTRE O ESTADO E A CIÊNCIA: UMA ANÁLISE DO PNLD SOCIOLOGIA 2012-
2018

Tese apresentada ao curso de Doutorado em Sociologia do Programa de Pós-Graduação em Sociologia do Setor de Ciências Humanas da Universidade Federal do Paraná, como parte dos requisitos para a obtenção do título de Doutor em Sociologia.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Simone Meucci

CURITIBA-PR

2021

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELO SISTEMA DE BIBLIOTECAS/UFPR – BIBLIOTECA DE CIÊNCIAS HUMANAS COM OS DADOS FORNECIDOS PELO AUTOR

Fernanda Emanoéla Nogueira - CRB 9/1607

Sousa Neto, Manoel Moreira de

Livros didáticos entre o estado e a ciência : uma análise do PNLD sociologia 2012-2018. / Manoel Moreira de Sousa Neto. - Curitiba, 2021.

Tese (Doutorado em Sociologia) - Setor de Ciências Humanas da Universidade Federal do Paraná.

Orientadora : Prof^ª. Dr^ª. Simone Meucci

1. Sociologia - Estudo e ensino (Ensino médio). 2. Livros didáticos - Avaliação.
3. Plano Nacional do Livro Didático. I. Meucci, Simone, 1970-. II. Título.

CDD - 301.07



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SETOR DE CIÊNCIAS HUMANAS
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO SOCIOLOGIA -
40001016032P2

TERMO DE APROVAÇÃO

Os membros da Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em SOCIOLOGIA da Universidade Federal do Paraná foram convocados para realizar a arguição da tese de Doutorado de **MANOEL MOREIRA DE SOUSA NETO** intitulada: **LIVROS DIDÁTICOS ENTRE O ESTADO E A CIÊNCIA: UMA ANÁLISE DO PNLD SOCIOLOGIA 2012-2018**, sob orientação da Profa. Dra. SIMONE MEUCCI, que após terem inquirido o aluno e realizada a avaliação do trabalho, são de parecer pela sua APROVAÇÃO no rito de defesa.

A outorga do título de doutor está sujeita à homologação pelo colegiado, ao atendimento de todas as indicações e correções solicitadas pela banca e ao pleno atendimento das demandas regimentais do Programa de Pós-Graduação.

CURITIBA, 30 de Março de 2021.

Assinatura Eletrônica

01/04/2021 10:18:05.0

SIMONE MEUCCI

Presidente da Banca Examinadora

Assinatura Eletrônica

01/04/2021 14:35:29.0

ALEXANDRO DANTAS TRINDADE

Avaliador Interno (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ)

Assinatura Eletrônica

30/03/2021 17:51:44.0

MARISETE TERESINHA HOFFMANN HOROCHOVSKI

Avaliador Interno (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ)

Assinatura Eletrônica

06/04/2021 17:18:22.0

RAQUEL BALMANT EMERIQUE

Avaliador Externo (UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO)

AGRADECIMENTOS

Ao Governo do Estado do Ceará que, através da Secretaria de Educação, concedeu-me licença para estudos possibilitando que eu realizasse o curso na cidade de Curitiba-PR.

À minha família, meus pais Joana Alves dos Santos e Eduardo Moreira dos Santos, meus irmãos Eduardo Moreira dos Santos Junior e Ana Raquel Alves dos Santos, minha sogra Maria Elita de Sousa Magalhães, meus cunhados Katharine Magalhães, Jackson Magalhães e Hemerson Santana, meus sobrinhos Maria Gabriela, João Hemerson, Alice e minha tia Maria Vilani de Lima por me apoiarem de todas as formas durante o período em que realizei esta tese.

À Karinne de Sousa Marques Magalhães, que faz com que o nosso amor seja sempre uma constante fonte de inspiração em minha vida.

Aos meus amigos e irmãos Márcio Kleber Moraes Pessoa, Joannes Paulus Silva Forte, Vinicius Limaverde Forte e Márcia Paula Chaves Vieira, pela imensa contribuição, atenção, carinho e amizade que compartilhamos ao longo da realização deste trabalho.

À minha querida professora orientadora Simone Meucci que ao longo desses anos, pacientemente me acolheu na UFPR como professora, amiga e fonte de inspiração. Muito obrigado por todo o aprendizado compartilhado.

Aos Professores Alexandro Dantas Trindade e Marisete Teresinha Hoffmann Horochovski pelas ricas contribuições a este trabalho durante o exame de qualificação e por terem aceitado, novamente, participar de minha banca examinadora, recebam os meus sinceros agradecimentos.

À professora Raquel Balmant Emerique que gentilmente aceitou participar da banca examinadora desta tese, receba meu sincero agradecimento.

Aos professores do curso de pós-graduação em Sociologia da UFPR, em especial: Maria Tarcisa Silva Bega, Alfio Brandenburg, Alexandro Dantas Trindade, Ana Luisa Fayet Sallas e Marlene Tamanini.

Aos professores do grupo de pesquisa Pensamento Social: Valéria Floriano, Hilton Costa, Fagner Carniel e Arilda Arboleya, muito obrigado pelo carinho com que me acolheram no grupo e por todo o conhecimento compartilhado.

À minhas queridas professora Maria Neyara de Oliveira Araújo e Danyelle Nilin Gonçalves por todo o carinho, amizade e dedicação à minha vida acadêmica e pessoal.

Aos queridos Alexandre Jeronimo Correia Lima e Tabata Soldan, pela parceria, amizade, as alegrias e angústias compartilhadas.

Aos meus companheiros de turma: Tarcila, Viviane, Lázaro, Kaue, Roberto, Marcelo, Marco, Daniel, Kelen pelo carinho com que me acolheram na universidade.

Aos demais amigos que fiz no PPGS: Ramiro, Caio, Camila, Sabrina, Patrícia, Carol Pacheco Cristiane, Kamille, Henri, muito obrigado pelo carinho e companheirismo ao longo da minha estadia em Curitiba.

Aos amigos que fiz no Consulado Alvinegro em Curitiba: Aluísio, Henrique, Felipe, Jorge, Mozart, Saulo, Victor, Waldo e Ziraldo. Muito obrigado por transformarem Curitiba num pedacinho do Ceará.

À todos os professores e pesquisadores do ensino de Sociologia na educação básica, esse trabalho só foi possível devido a luta e a incansável produção do conhecimento realizada por todos.

RESUMO

Este trabalho analisa a avaliação de livros didáticos de Sociologia em três editais do Programa Nacional do Didático (PNLD 2012, 2015, 2018). Especificamente, investigamos a forma como os livros didáticos, avaliados e distribuídos pelo PNLD, impactaram na formação de bases pedagógicas e epistemológicas para a disciplina. Em movimento paralelo, observamos a atuação dos principais agentes envolvidos no processo de produção do conhecimento sobre os livros didáticos de Sociologia, enquanto responsáveis pela legitimação do processo avaliativo que transforma os manuais em importantes difusores do conhecimento sociológico nas escolas brasileiras, atuando na forma de *comunidade epistêmica*. Nossa hipótese é a de que a engenharia operacional desta política pública, em especial o estágio de avaliação dos livros didáticos inscritos no programa, possibilita a circulação de ideias necessárias para o estabelecimento de princípios didáticos pedagógicos caros à disciplina de Sociologia, em sua configuração mais recente. As estratégias metodológicas empregadas nesta pesquisa compreendem a leitura de dissertações, teses e publicações especializadas, que possibilitaram o aperfeiçoamento do objeto de investigação e de sua apreensão analítica. Realizamos também a análise de documentos oficiais relativos às antigas políticas de avaliação dos livros didáticos, assim como do próprio PNLD. Analisamos o perfil de cada um dos avaliadores recorrendo à leitura de produções catalogadas em seus currículos na Plataforma Lattes. Por fim, recorreremos à análise de conteúdo dos livros de Sociologia a fim de produzir inferências de um texto focal para o contexto social, de produção e distribuição de livros de Sociologia, via PNLD, de maneira objetivada.

Palavras-Chave: Sociologia, PNLD, Livros Didáticos, Comunidade Epistêmica

ABSTRACT

This paper analyzes the evaluation of Sociology textbooks in three notices of the National Didactic Program (PNLD 2012, 2015, 2018). Specifically, we investigated how the textbooks, evaluated and distributed by PNLD, impacted the formation of pedagogical and epistemological bases for the discipline. In a parallel movement, we observe the performance of the main agents involved in the process of producing knowledge about textbooks in Sociology, while being responsible for legitimizing the evaluation process that transforms textbooks into important disseminators of sociological knowledge in Brazilian schools, acting in the form of a community. epistemic. Our hypothesis is that the operational engineering of this public policy, especially the evaluation stage of the textbooks enrolled in the program, allows the circulation of ideas necessary for the establishment of pedagogical didactic principles dear to the discipline of Sociology, in its most recent configuration. The methodological strategies used in this research include the reading of dissertations, theses and specialized publications, which made it possible to improve the object of investigation and its analytical understanding. We also carried out the analysis of official documents related to the old textbook evaluation policies, as well as the PNLD itself. We analyzed the profile of each of the evaluators using the cataloged productions in their resumes on the Lattes Platform. Finally, we resorted to content analysis of Sociology books in order to produce inferences of a focal text for the social context, of production and distribution of Sociology books, via PNLD, in an objective way.

Key words: Sociology, PNLD, Textbooks, Epistemic Community

ABSTRAIT

Cet article analyse l'évaluation des manuels de sociologie dans trois notices du programme didactique national (PNLD 2012, 2015, 2018). Plus précisément, nous avons étudié comment les manuels, évalués et diffusés par le PNLD, ont eu un impact sur la formation des bases pédagogiques et épistémologiques de la discipline. Dans un mouvement parallèle, nous observons la performance des principaux agents impliqués dans le processus de production de connaissances sur les manuels de sociologie, tout en étant responsables de légitimer le processus d'évaluation qui transforme les manuels en importants diffuseurs de connaissances sociologiques dans les écoles brésiliennes, agissant sous la forme d'une communauté. Notre hypothèse est que l'ingénierie opérationnelle de cette politique publique, en particulier l'étape d'évaluation des manuels inscrits au programme, permet la circulation des idées nécessaires à l'établissement des principes didactiques pédagogiques chers à la discipline de la sociologie, dans sa configuration la plus récente. Les stratégies méthodologiques utilisées dans cette recherche incluent la lecture de mémoires, thèses et publications spécialisées, qui ont permis d'améliorer l'objet d'investigation et sa compréhension analytique. Nous avons également procédé à l'analyse des documents officiels relatifs aux anciennes politiques d'évaluation des manuels, ainsi qu'au PNLD lui-même. Nous avons analysé le profil de chacun des évaluateurs en utilisant les productions cataloguées dans leurs CV sur la plateforme Lattes. Enfin, nous avons eu recours à l'analyse du contenu des livres de sociologie afin de produire des inférences d'un texte focal pour le contexte social, de production et de distribution de livres de sociologie, via PNLD, de manière objective.

Mots clés: sociologie, PNLD, manuels, communauté épistémique

LISTA DE TABELAS

Tabela 1	116
Tabela 2	118
Tabela 3	119
Tabela 4	121
Tabela 5	122
Tabela 6	123
Tabela 7	125
Tabela 8	126
Tabela 9	127
Tabela 10	128
Tabela 11	129
Tabela 12	131
Tabela 13	132
Tabela 14	133
Tabela 15	134
Tabela 16	136
Tabela 17	137
Tabela 18	139
Tabela 19	140
Tabela 20	141
Tabela 21	143
Tabela 22	145
Tabela 23	146
Tabela 24	148
Tabela 25	150
Tabela 26	151
Tabela 27	152
Tabela 28	154
Tabela 29	155
Tabela 30	156
Tabela 31	158
Tabela 32	159

Tabela 33	160
Tabela 34	161
Tabela 35	163
Tabela 36	164
Tabela 37	165
Tabela 38	166
Tabela 39	168
Tabela 40	169
Tabela 41	171
Tabela 42	172
Tabela 43	173
Tabela 44	175
Tabela 45	176
Tabela 46	179
Tabela 47	181
Tabela 48	182
Tabela 49	184
Tabela 50	185
Tabela 51	186
Tabela 52	188
Tabela 53	189
Tabela 54	190
Tabela 55	192
Tabela 56	193
Tabela 57	194
Tabela 58	196
Tabela 59	197
Tabela 60	199

LISTA DE SIGLAS

ABA	-	Associação Brasileira de Antropologia
ABE	-	Associação Brasileira de Educação
ABCP	-	Associação Brasileira de Ciência Política
ABE	-	Associação Brasileira de Educação
ABECS	-	Associação Nacional do Ensino de Ciências Sociais
APEOESP	-	Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo
BNCC	-	Base Nacional Comum Curricular
CEBRAP	-	Centro Brasileiro de Análise e Planejamento
CEFET-RJ	-	Centro Federal de Educação Tecnológica do Rio de Janeiro
CFE	-	Conselho Federal de Educação
CNE	-	Conselho Nacional de Educação
CNLD	-	Conselho Nacional do Livro Didático
CEAC	-	Comissões Estaduais de Avaliação
CEPEL	-	Centro de Estudo e Pesquisa do Litoral
CESPEB	-	Curso de Especialização Saberes e Práticas na Educação Básica
CETEMO	-	Centro Teológico Moria
CNS	-	Conselho Nacional de Saúde
COLTED	-	Comissão do Livro Técnico e do Livro Didático
CONAC	-	Comissão Nacional de Avaliação

CST's	-	Cursos Superiores de Tecnologia
DADP	-	Diretoria de Apoio Didático Pedagógico
DAES	-	Diretoria de Avaliação da Educação Superior
DEF	-	Departamento de Ensino Fundamental
ECT	-	Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos
EDISCA	-	Escola de Dança e Integração Social para Crianças e Adolescentes
EJA	-	Educação de Jovens e Adultos
ENADE	-	Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes
ENEM	-	Exame Nacional do Ensino Médio
ENESEB	-	Encontro Nacional da Sociologia na Educação Básica
ENSOC	-	Encontro Estadual de Ensino de Sociologia
FAE	-	Fundo de Amparo ao Estudante
FATECBA	-	Faculdade Teológica e Cultural da Bahia
FAETEC-RJ	-	Fundação de Apoio à Escola Técnica do Estado do Rio de Janeiro
FENAME	-	Fundação do Material Escolar
FGV	-	Fundação Getúlio Vargas
FUNDAJ	-	Fundação Joaquim Nabuco
FUNDEF	-	Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental
GT	-	Grupo de Trabalho
IBGE	-	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IBTC	-	Instituto Bíblico Tempo de Colheita

IES	-	Instituição de Ensino Superior
IFCH	-	Instituto de Filosofia de Ciências Humanas
IFPR	-	Instituto Federal de Educação do Paraná
IFRJ	-	Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro
IFRS	-	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul
IFSP	-	Instituto Federal de São Paulo
INEP	-	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
LENPES	-	Laboratório de Ensino, Extensão e Pesquisa de Sociologia
LSE	-	London School of Economics
LU	-	Lancaster University
MEC	-	Ministério da Educação
MST	-	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
NE	-	Núcleos de Ensino
OCNEM	-	Orientações Curriculares Nacionais para o Ensino Médio
OED	-	Objetos Educacionais Digitais
ONG	-	Organização Não-Governamental
OSPB	-	Organização Social e Política Brasileira
PEC	-	Projeto de Emenda Constitucional
PIBID	-	Programa de Bolsas de Iniciação à Docência
PLD	-	Programa Nacional do Livro

PLIDEF	-	Programa do Livro Didático para o Ensino Fundamental
PLIDEM	-	Programa do Livro Didático para o Ensino Médio
PMERJ	-	Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro
PNLD	-	Programa Nacional do Livro Didático
PROFSOCIO	-	Mestrado Profissional de Sociologia em Rede Nacional
PSDB	-	Partido da Social Democracia Brasileira
PSS	-	Processo Seletivo Seriado
PT	-	Partido dos Trabalhadores
PUC-GO	-	Pontifícia Universidade Católica de Goiás
PUC-PR	-	Pontifícia Universidade Católica do Paraná
PUC-SP	-	Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
SBS	-	Sociedade Brasileira de Sociologia
SEB	-	Secretaria de Educação Básica
SEEC/RN	-	Secretaria de Estado da Educação e da Cultura do Rio Grande do Norte
SEEDUC-RJ	-	Secretaria de Estado de Educação do Rio de Janeiro
SENAI	-	Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
SESC	-	Serviço Social do Comércio
SNEL	-	Sindicato dos Editores de Livros
TIC	-	Tecnologias de Informação e Comunicação
UECE	-	Universidade Estadual do Ceará

UEL	-	Universidade Estadual de Londrina
UEM	-	Universidade Estadual de Maringá
UFAL	-	Universidade Federal de Alagoas
UFAM	-	Universidade Federal do Amazonas
UFBA	-	Universidade Federal da Bahia
UFC	-	Universidade Federal do Ceará
UFES	-	Universidade Federal do Espírito Santo
UFF	-	Universidade Federal Fluminense
UFJF	-	Universidade Federal de Juiz de Fora
UFMG	-	Universidade Federal de Minas Gerais
UFMT	-	Universidade Federal do Mato Grosso
UFPA	-	Universidade Federal do Pará
UFPB	-	Universidade Federal da Paraíba
UFPE	-	Universidade Federal de Pernambuco
UFPR	-	Universidade Federal do Paraná
UFRB	-	Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
UFRJ	-	Universidade Federal do Rio de Janeiro
UFRRJ	-	Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
UFRN	-	Universidade Federal do Rio Grande do Norte
UFRGS	-	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UFS	-	Universidade Federal de Sergipe
UFSC	-	Universidade Federal de Santa Catarina
UFSCAR	-	Universidade Federal de São Carlos

UFSM	-	Universidade Federal de Santa Maria
UFTM	-	Universidade Federal do Triângulo Mineiro
UFV	-	Universidade Federal de Viçosa
UFVJM	-	Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
UNB	-	Universidade de Brasília
UNESA	-	Universidade Estácio de Sá
UNESCO	-	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
UNESP	-	Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
UNIARARAS	-	Centro Universitário Hermínio Ometto de Araras
UNICAMP	-	Universidade Estadual de Campinas
UNIFESP	-	Universidade Federal de São Paulo
UNIJUI	-	Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul
UNINOVE	-	Universidade Nove de Julho
UNIVILLE	-	Universidade da Região de Joinville
USAID	-	United States Agenci for International Development
USP	-	Universidade de São Paulo
UTFPR	-	Universidade Tecnológica Federal do Paraná
UVA	-	Universidade Estadual Vale do Acaraú

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	19
1. ESTADO, SOCIEDADE E MERCADO EDITORIAL: AS POLÍTICAS DO LIVRO DIDÁTICO E SEUS IMPACTOS NA INSTITUCIONALIZAÇÃO DA SOCIOLOGIA NA EDUCAÇÃO BÁSICA.....	27
1.1 Os livros da primeira geração e a criação da Comissão Nacional do Livro Didático (CNLD)	28
1.2 Mudanças na forma de avaliação dos livros didáticos: a Sociologia às “margens” desse processo	36
1.3 Novas políticas para o livro didático, expansão do mercado editorial e a Sociologia ainda às “margens” desse processo	45
1.4 Instabilidade nas políticas de avaliação dos livros didáticos e o surgimento da segunda geração de livros de Sociologia	52
1.5 O surgimento do Plano Nacional do Livro Didático (PNLD) e a inclusão da disciplina de Sociologia no programa	61
1.6 Consolidação e ampliação do PNLD.....	64
2. A INSTITUCIONALIZAÇÃO DA COMUNIDADE EPISTÊMICA EM TORNO DA AVALIAÇÃO DE LIVROS DIDÁTICOS DE SOCIOLOGIA E SUA DINÂMICA DE CIRCULAÇÃO DAS IDEIAS	69
2.1 A dinâmica de circulação de ideias na produção de teses e dissertações sobre os livros didáticos de Sociologia.....	70
2.1.1 O impacto do estudo dos livros didáticos nas pesquisas sobre a sociologia no ensino médio.....	72
2.1.2 Importância do PNLD para as pesquisas sobre livros didáticos de Sociologia	78
2.2 A dinâmica de circulação de ideias em eventos científicos: uma análise sobre o grupo de trabalho Ensino de Sociologia nos congressos da Sociedade Brasileira de Sociologia (SBS).....	85
2.2.1 A circulação das ideias nas edições do GT Ensino de Sociologia anteriores à inclusão da disciplina no PNLD (2005 a 2009)	86

2.2.2 O impacto do PNLD na produção de trabalhos do GT Ensino de Sociologia (2011, 2013, 2015, 2017 e 2019).....	92
2.3 Da produção à circulação das ideias no âmbito do PNLD Sociologia	100
3. AS AVALIAÇÕES DO PNLD SOCIOLOGIA E SUAS RELAÇÕES COM A COMUNIDADE EPISTÊMICA DA DISCIPLINA	107
3.1 O trabalho das equipes avaliadoras do PNLD Sociologia.....	110
3.2 A avaliação do PNLD Sociologia 2012.....	117
3.3 A avaliação do PNLD Sociologia 2015.....	148
3.4 A avaliação do PNLD Sociologia 2018.....	183
4. A REPERCUSSÃO DO PARECER EM NOVAS EDIÇÕES DE OBRAS APROVADAS NO PNLD SOCIOLOGIA.....	209
4.1 Sociologia para o Ensino Médio: aprovada nos editais do PNLD 2012 e 2015	210
4.2 Tempos Modernos, Tempos de Sociologia: aprovada nos editais do PNLD 2012, 2015 e 2018	213
4.3 Sociologia em Movimento: aprovada nos editais do PNLD 2015 e 2018	216
4.4 Sociologia para jovens do século XXI: aprovada nos editais do PNLD 2015 e 2018.....	221
4.5 Sociologia Hoje: aprovada nas edições de 2015 e 2018 do PNLD.....	227
4.6 Sociologia: aprovada nas edições de 2015 e 2018 do PNLD	230
CONSIDERAÇÕES FINAIS	236
REFERÊNCIAS.....	244

INTRODUÇÃO

Esta é uma pesquisa sobre o processo de institucionalização recente da Sociologia na educação básica. Especificamente, investigamos a forma como os livros didáticos avaliados e distribuídos pelo Programa Nacional do Didático (PNLD), impactaram na formação de bases pedagógicas e epistemológicas para a disciplina. Em movimento paralelo, observamos a atuação dos principais agentes envolvidos no processo de produção do conhecimento sobre os livros didáticos de Sociologia, enquanto responsáveis pela legitimação do processo avaliativo que transforma os manuais em importantes difusores do conhecimento sociológico nas escolas brasileiras. Nesse sentido, a pesquisa investigou também a ação do Estado, institucionalizando a Sociologia através de sua política e, ao mesmo tempo, legitimando a formação de um grupo de especialistas, ou comunidade epistêmica como trataremos nesse estudo, responsáveis por instituir a disciplina em outros espaços, como eventos científicos, universidades e escolas.

O retorno da disciplina de Sociologia à educação básica, com a aprovação da Lei nº 11.684/2008, culminando o processo de luta, encampado por professores e pesquisadores de ciências sociais, que teve início no período da redemocratização do estado brasileiro. Boa parte dos agentes que tiveram suas produções científicas apreciadas nesse estudo, ganharam destaque nesse processo pela circulação e difusão de suas pesquisas, mas também assumindo funções estratégicas em espaços de legitimidade para a sua presença como disciplina escolar e como campo de estudos nas áreas de educação e ciências sociais.

Nesse contexto, destaca-se que, a partir do decreto oficial, a disciplina passou por um período próspero que durou até o ano de 2015. Tal período foi marcado pelo aumento na produção acadêmica sobre a temática, dos cursos de licenciatura em ciências sociais¹, de professores de Sociologia nas escolas

¹ Oliveira (2015, p. 48) afirma que após a lei que obriga o ensino de sociologia no ensino médio houve uma “expansão tardia” dos cursos de licenciatura em Ciências Sociais em todo o país se considerado o movimento de outros cursos que se deu na década de 1990. “Em um intervalo de

(mesmo que em número abaixo da demanda)². Ocorreu também a criação de novos materiais didáticos, de questões no Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) e a ampliação, em todo o país, dos espaços de discussão sobre a Sociologia na educação básica (que tem no Encontro Nacional da Sociologia na Educação Básica – ENESEB – seu evento de maior expressão) (LIMA, 2018, p. 20). Em suma, o período destacado caracteriza-se por uma ampliação da difusão da Sociologia na educação básica enquanto conhecimento instituído na educação básica e da discussão sobre o ensino de sociologia na Universidade.

Destaca-se também, no rol de ações favoráveis à disciplina de Sociologia na educação básica, a sua inclusão no Programa Nacional do Livro Didático (PNLD). Este entendimento é importante para enfatizar que esta pesquisa tem por objetivo compreender o impacto da difusão do *conhecimento escolar de Sociologia*, por meio da produção e distribuição de livros didáticos, no âmbito do PNLD. Nossa hipótese é a de que a engenharia operacional desta política pública, em especial o estágio de avaliação dos livros didáticos inscritos no programa, possibilita a circulação de ideias necessárias para o estabelecimento de princípios didáticos pedagógicos caros à disciplina de Sociologia, em sua configuração mais recente, marcada por seu retorno às escolas de ensino médio brasileiras no período caracterizado como Nova República.

Constituem-se também como objetos dessa pesquisa as seguintes ações:

1) Identificação, descrição e análise das relações entre professores universitários e professores da escola média, que participaram das comissões de avaliação do PNLD (2012, 2015 e 2018) e os autores de livros didáticos aprovados, na produção dos conteúdos de Sociologia para o Ensino Médio e 2) Reconstituir a relação entre o Estado e as editoras no processo de difusão do conhecimento escolar de Sociologia, atentando para as suas consequências sobre a produção e distribuição do livro didático.

Consideramos que o *conhecimento escolar de Sociologia* produzido no âmbito do PNLD é composto por um conjunto de ideias das Ciências Sociais

apenas sete anos surgiram, portanto, 51 novos cursos de formação de professores de Sociologia no Brasil, um aumento de 77% em termos nacionais. " (OLIVEIRA, 2015, p. 51)

² Ao mapear os dados do censo escolar entre 2012 e 2017, Souza (2018) constata que houve uma variação positiva de 28% no número de professores com formação compatível para o ensino de sociologia nas escolas brasileiras, porém esse aumento apenas amenizou o déficit deixando a disciplina em última no ranking das disciplinas escolares.

(Antropologia, Ciência Política e Sociologia) que circulam entre os agentes de três diferentes espaços sociais, a saber: o *Estado*, responsável pela elaboração de critérios de avaliação e distribuição dos livros didáticos, o *mercado editorial*, responsável pela criação dos livros didáticos e a *escola*, responsável pela escolha do livro que irá ser utilizado na escola como artefato de *rotinização* (MEUCCI, 2007) do conhecimento científico em âmbito escolar.

Posto isso, esta pesquisa alinha-se a um rol de outros estudos sobre a inclusão da disciplina de Sociologia no PNLD. Destacamos desse conjunto os trabalhos de Desterro (2016), Maçaira (2017) e Engerroff (2017a) que apresentam resultados importantes sobre a caracterização recente dos livros didáticos de Sociologia, assim como a especificação dessa temática enquanto campo de estudos. Nessa perspectiva, nossa pesquisa justifica-se por tratar da produção do conhecimento na avaliação dos livros de sociologia realizada pelo PNLD. Ademais, os resultados da pesquisa proposta irão atualizar e complementar uma série de estudos relacionados à produção de livros didáticos e ao ensino de Sociologia na escola média (MEUCCI, 2000; SARANDY, 2004; COAN, 2006; TAKAGI, 2007; PERUCCHI, 2009).

Para compreendermos a forma como o PNLD se transforma em espaço de difusão e produção do conhecimento escolar, antes, se faz necessário refletir sobre a relação entre a produção de livros didáticos de Sociologia, as políticas governamentais de controle e aquisição de manuais didáticos e o processo de institucionalização da disciplina na educação básica.

Trabalhando o PNLD Sociologia como produtor e difusor do conhecimento

Ao eleger o PNLD como espaços privilegiado de legitimação e produção do conhecimento sobre a Sociologia na educação básica, evidenciamos algumas particularidades que esta política pública instituiu ao longo dos anos, desde a sua atual composição, iniciada em 1985, no que tange a sua engenharia operacional. Em síntese, se faz necessário observar a maneira pela qual são criadas as relações entre os agentes responsáveis pela avaliação dos livros didáticos e como esta avaliação impacta na produção dos livros de Sociologia.

No intuito de melhor apresentar os dados e as reflexões acerca desse processo, dividimos a análise dos dados em quatro capítulos, a fim de melhor compreender as especificidades desta temática de pesquisa. Apresentaremos uma síntese dos capítulos e o as estratégias metodológicas aplicadas em cada um deles.

O primeiro capítulo, denominado *Estado, Sociedade e Mercado Editorial: as políticas do livro didático e seus impactos na institucionalização da Sociologia na educação básica*, tem como objetivo discorrer sobre as políticas de avaliação e distribuição de livros didáticos fomentadas pelo Estado brasileiro desde 1937. Ao mesmo tempo iremos compreender como a disciplina de Sociologia acompanhou esse processo, sendo impactada pelas mudanças curriculares e, consequentemente, como o mercado de livros para a disciplina foi afetado. Ressaltamos a importância de conhecer esse contexto para compreender a forma que a disciplina foi acolhida pelo PNLD.

Após essa primeira exposição, refletiremos sobre a formação e contextualização do PNLD enquanto política pública, apresentando as mudanças em sua engenharia operacional que possibilitaram a relação entre os diferentes espaços sociais de produção e circulação do conhecimento escolar de Sociologia, ou seja, nas relações entre Estado/Sociedade/Mercado Editorial estabelecidas ao longo do processo de seleção e avaliação dos livros didáticos.

Para operacionalizar a compreensão desse processo histórico realizamos a leitura de dissertações, teses e publicações especializadas, que possibilitaram o aperfeiçoamento do objeto de investigação e de sua apreensão analítica. Realizamos também a análise de documentos oficiais relativos às antigas políticas de avaliação dos livros didáticos, assim como do próprio PNLD, a partir dos documentos de apoio ao professor e materiais de divulgação dos livros didáticos. Tal análise possibilitará o exame do contexto no qual os documentos foram produzidos, além de apreender os seus sentidos dentro do processo de difusão do conhecimento escolar de Sociologia (CELLARD, 2014, p.299).

O segundo capítulo, intitulado *A institucionalização da comunidade epistêmica em torno da avaliação de livros didáticos de Sociologia e sua dinâmica de circulação das ideias*, tem como objetivo apresentar a produção científica sobre a temática, focando em suas principais chaves de compreensão,

estabelecendo as devidas conexões entre os pesquisadores a luz dos aspectos teóricos e metodológicos do contextualismo linguístico (POCOCK, 2003, SKINNER, 1996).

Tomamos a produção científica sobre o ensino de Sociologia como contextos de expressão da comunidade epistêmica. Dessa forma, analisamos as teses e dissertações produzidas ao longo de mais de 30 anos de acúmulo sobre o tema, estabelecendo como marco temporal a inclusão da disciplina no PNLD. Essa estratégia nos deu elementos para compreender o impacto que este fato teve na produção do conhecimento sobre os livros didáticos de Sociologia.

Outro ponto relevante para mensurar a produção científica sobre o tema consiste na sua relevância em produções apresentadas em eventos científicos. Dessa forma, elegemos o Grupo de Trabalho Ensino de Sociologia como local privilegiado para a circulação das ideias sobre os livros e os sentidos da disciplina na educação básica.

A escolha por esse evento em específico não foi aleatória. Dentre os motivos que nos levaram a analisar as comunicações relevantes para a temática da pesquisa, destacamos a contribuição da Sociedade Brasileira de Sociologia (SBS), no processo de institucionalização da disciplina, através da reunião de especialistas no assunto na forma de grupo de trabalho e, mais recentemente, com a formação de uma comissão interna para tratar dos assuntos relacionados à presença da Sociologia na educação básica. O trabalho conjunto desses pesquisadores reverberou na construção do Encontro Nacional da Sociologia na Educação Básica (ENESEB), evento cancelado pela SBS que reúne professores e pesquisadores da disciplina a cada dois anos³.

A análise se deu a partir da leitura dos trabalhos na íntegra, ou, em alguns, casos dos resumos das comunicações⁴. Para a melhor observação da circulação das ideias, utilizamos a mesma metodologia aplicada à teses e dissertações, dividimos em eventos realizados antes e depois da inserção da disciplina no

³ Aqui cabe ressaltar que optamos por não analisar os trabalhos deste evento por dois motivos:

1) Devido ao fato de os anais do evento não estarem disponíveis em sua totalidade, nos impedindo de ter uma visão ampla sobre o amadurecimento dos trabalhos e 2) pelo fato de que quase todas as edições do evento terem ocorrido após a chegada da Sociologia no PNLD.

⁴ Nos anais do evento, alguns trabalhos só estão disponíveis no formato de resumo.

PNLD. Aqui cabe mencionar que estabelecemos a divisão a partir da publicação do Guia do Livro Didático que ocorre, geralmente, um ano antes das obras chegarem às escolas. Dessa forma, iniciamos o recorte do pós-PNLD a partir da edição de 2011 do Congresso Brasileiro de Sociologia.

O terceiro capítulo, com o título *As avaliações do PNLD Sociologia e suas relações com a comunidade epistêmica da disciplina* tem o objetivo de analisar o processo de avaliação dos livros de sociologia no âmbito do PNLD. Trabalhamos com a hipótese de que tal processo acaba por formar uma comunidade epistêmica (HASS, 1992) responsável pelas concepções de Sociologia na educação básica legitimadas pelo PNLD.

Neste momento⁵, é importante ressaltar que as avaliações analisadas nesse estudo, dos editais 2012, 2015 e 2018 do PNLD, obedeceram a seguinte estrutura organizacional: *Comissão Técnica*, formada por especialistas recrutados pelo MEC para estabelecer os princípios pedagógicos do edital; *Coordenação Pedagógica*, responsáveis por recrutar os avaliadores e coordenar os trabalhos de avaliação; *Coordenação Adjunta*, responsável por mediar o trabalho entre os avaliadores e a coordenação pedagógica, consolidando o trabalho de cada parecerista, quando estes analisam a mesma obra mas não dialogam, aplicando a metodologia do duplo cego durante o período de análise dos manuais. Por fim, temos os *Avaliadores*, categoria composta por professores e pesquisadores vinculados às universidades e escolas.

Percebe-se, dessa maneira, que a produção desta política pública depende da relação que se estabelece com um grupo social específico, responsável por produzir e circular ideias sobre os princípios pedagógicos da disciplina. Diante de tal especificidade, torna-se inviável analisar o processo apenas a partir do trabalho de avaliação realizado nos períodos em que ocorreram os editais. Se faz necessário analisar a política pública a partir de um *ciclo contínuo*, incorporando ideias defendidas por Dias (2009) em diálogo com Ball (1994, 1998, 2001), que ampliam a compreensão de política pública para

⁵ Apresentaremos maiores detalhes sobre o processo de avaliação do PNLD no primeiro capítulo desta tese.

além da ação do Estado, dando margem para a reflexão de seus diferentes contextos de produção.

Observando a dinâmica específica do PNLD Sociologia, percebe-se a demanda por um contexto de produção a partir do recrutamento de profissionais capazes de dar legitimidade ao processo de avaliação. Profissionais estes ligados à pesquisa sobre a disciplina nas universidades e outros espaços de produção do conhecimento, além de professores responsáveis por implementar a disciplina nas escolas brasileiras. Em suma, a demanda criada pela operação e desenvolvimento da política pública acaba por formar uma rede de sujeitos que participam da produção e circulação do conhecimento sobre a disciplina de Sociologia e, mais especificamente, sobre os seus livros didáticos. Mais uma vez, dialogando com Dias (2009) e Ball (1998, 2001), trataremos esse grupo de especialistas como uma comunidade epistêmica.

A comunidade epistêmica, vertente analítica das ciências sociais utilizada nas investigações de políticas públicas, tem sido empregada por Ball para a análise da ação de sujeitos e grupos sociais de reconhecida autoridade na produção de políticas educacionais. Essas comunidades epistêmicas lideram, a partir de posições ocupadas nos diferentes contextos de produção de políticas, a constituição e difusão de discursos curriculares que são incorporados pelos textos de definição política do currículo para a formação de professores. (DIAS, 2009, P. 13)

Dessa forma, analisamos o perfil acadêmico de todos os profissionais que passaram pelas três avaliações do PNLD Sociologia (2012, 2015 e 2018). A análise foi feita a partir do levantamento das produções bibliográficas disponibilizados no currículo de cada autor disponível na *Plataforma Lattes*. Levamos em consideração a leitura do título, em alguns casos dos resumos⁶, dessas publicações, com o intuito de mensurar a quantidade de trabalhos sobre a Sociologia na educação básica e/ou sobre os livros didáticos.

O quarto e último capítulo, com o título: *A repercussão do parecer em novas edições de obras aprovadas no PNLD Sociologia*, terá como foco a análise das obras aprovadas nas três edições em que a disciplina de Sociologia esteve inserida (2012, 2015, 2018). O objetivo consiste na análise dos livros

⁶ Uma leitura mais atenta foi feita nas principais publicações de cada autor, em geral suas dissertações de mestrado e suas teses de doutorado.

aprovados pelo PNLD focando na reprodução de um vocabulário normativo instituído pela produção e avaliação dos livros didáticos por meio desta política pública.

Para investigar essas questões recorreremos à análise de conteúdo dos livros de Sociologia a fim de produzir inferências de um texto focal para o contexto social, de produção e distribuição de livros de Sociologia, via PNLD, de maneira objetivada (BAUER, 2013, p. 191). Em síntese, analisamos a forma como as resenhas críticas produziram modificações na estrutura das obras, estudando de forma comparativa os pontos destacados pela equipe avaliadora entre uma edição e outra dos livros didáticos aprovados em ao longo dos três editais.

Por fim, destacamos que, para tratar da análise dos dados, recorreremos às considerações metodológicas relacionadas especialmente à pesquisa de cunho qualitativo (SOUZA MARTINS, 2004). Assim, respeitamos o ponto de vista dos sujeitos da pesquisa, razão pela qual pretendemos analisar os resultados a partir dos dados construídos por meio da tensão teoria/pesquisa (PEIRANO, 1995), da análise de trabalhos acadêmicos, de documentos institucionais e da análise de conteúdo dos livros didáticos.

Nossa orientação para esse enfoque metodológico justifica-se por três razões: 1) por sua capacidade de flexibilidade de adaptação durante o desenvolvimento da pesquisa (PIRES, 2014 p. 90); 2) por sua capacidade de se ocupar de objetos complexos, tais como o da difusão do conhecimento escolar de Sociologia, via PNLD (ibidem, p. 90); 3) por sua capacidade de englobar dados heterogêneos a serem construídos a partir das seguintes fontes de pesquisa: trabalhos acadêmicos sobre livros didáticos de Sociologia; documentos relacionados ao processo de avaliação e distribuição dos livros didáticos via PNLD; e os conteúdos dos livros didáticos de Sociologia (DENZIN; LINCOLN apud PIRES, 2014, p. 90).

1. ESTADO, SOCIEDADE E MERCADO EDITORIAL: AS POLÍTICAS DO LIVRO DIDÁTICO E SEUS IMPACTOS NA INSTITUCIONALIZAÇÃO DA SOCIOLOGIA NA EDUCAÇÃO BÁSICA.

A produção de livros didáticos de Sociologia já vem há algum tempo se mostrando como um importante elemento de compreensão da presença desta disciplina na educação básica brasileira. Pesquisas hoje dão conta de sua importância para o processo de institucionalização da disciplina (MEUCCI, 2000, 2015, OLIVEIRA, OLIVEIRA, 2017), assim como de aspectos curriculares e os sentidos da Sociologia nas escolas brasileiras (GUELFÍ, 2001, TAKAGI, 2007, DESTERRO 2016, MAÇAIRA, 2017, ENGENRROFF, 2017a, SOUZA, 2017).

Para compreender as mudanças dos livros didáticos ao longo do processo pendular de inclusão/exclusão da Sociologia nas escolas, Maçaira (2017, p. 94) estabelece uma análise da produção a partir de *gerações*. Para a autora, os livros podem ser alocados em três gerações distintas. A primeira compreende o período entre os anos 1920 e 1940, a segunda abrange as publicações realizadas entre os anos 1980 e meados dos anos 2000 e, por fim, a terceira geração é formada pelos livros que foram editados a partir da inclusão da Sociologia no PNLD.

Essa delimitação é interessante para contextualizar a importância da produção e distribuição de livros didáticos na difusão do conhecimento escolar de Sociologia articulando-a com o processo pendular de inserção e exclusão desta disciplina nos currículos da Educação Básica brasileira, pois a categorização utilizada por Maçaira (2017) corresponde a periodizações similares as que foram utilizadas em trabalhos recentes sobre a institucionalização da Sociologia na educação básica (MEUCCI, 2015, OLIVEIRA, OLIVEIRA, 2017, JINKINGS, 2017, MENDONÇA, 2017).

É importante salientar que, para compreender a presença da disciplina nas escolas brasileiras através da produção e circulação dos livros didáticos, se faz necessário também analisar a forma como estes eram avaliados pelo Estado durante os períodos destacados, dando ênfase ao papel das diversas instituições, dentro do Ministério da Educação, responsáveis por esse processo.

Com efeito, esses trabalhos ajudarão a visualizar a circulação das ideias entre os agentes responsáveis pela produção e distribuição de livros e as relações de interdependência estabelecidas no contato entre as políticas de Estado e o mercado editorial de manuais didáticos para a disciplina.

Dessa forma, o objetivo deste capítulo é apresentar as raízes sociais e políticas e o contexto institucional que viabilizou o PNLD enquanto elemento difusor do conhecimento escolar de Sociologia. Para tanto, em um primeiro momento, apresentaremos as mudanças históricas nos programas de distribuição de livros no Brasil até a criação do PNLD. Em seguida, descrevemos o contexto de consolidação do PNLD enquanto política pública e o seu alinhamento a um modelo de Estado “que agora precisava ser mais forte para enfrentar o desafio, se tornasse também mais barato, mais eficiente na realização de suas tarefas, para aliviar o seu custo sobre as empresas nacionais que concorrem internacionalmente” (PEREIRA, 1997, p. 14-5).

1.1 Os livros da primeira geração e a criação da Comissão Nacional do Livro Didático (CNLD).

Os livros produzidos no início do século XX utilizados nas escolas tiveram sua primeira apreciação analítica no trabalho de Simone Meucci (2000), que os estudou no contexto de institucionalização da Sociologia no Brasil. A autora mapeou 32 obras publicadas entre as décadas de 1920 e 1940. O número significativo de livros produzidos ao longo de 20 anos visava suprir a demanda surgida com a inclusão da disciplina na educação básica, antes mesmo de sua inserção no ensino universitário⁷.

Esse fenômeno é explicado, em análise posterior da mesma autora (MEUCCI, 2015), na compreensão do contexto histórico e político de mudanças na ossatura do Estado durante o período da inserção da sociologia na educação básica. Tal momento histórico fora marcado pela crise na economia agrário-

⁷ O marco da institucionalização da Sociologia nas escolas é o ano de 1925, quando é inserida no programa de ensino do colégio Pedro II. (MEUCCI, 2015, p. 252)

exportadora que respingava no modelo político pautado no pacto entre oligarquias rurais. Some-se a isso os efeitos da Reforma Rocha Vaz (1925), que fora caracterizada por seu intuito em centralizar o currículo do ensino secundário em um conjunto de disciplinas científicas ao longo de seis anos e, dentre estas, a sociologia sendo ofertada no último ano. Eis a conjuntura favorável para a difusão do conhecimento sociológico em âmbito escolar, apresentá-la como representante de um novo modelo de Estado a ser ensinado às novas gerações daquele período.

Nesse sentido, há uma conexão estreita entre a crítica ao Estado liberal (que, ironicamente, teria favorecido, em sua forma descentralizada, as expressões do poder oligárquico), a aspiração pela centralização do poder estatal e o desejo de difusão do conhecimento sociológico. A Sociologia foi depositária da tarefa de dizer o que é a realidade social oferecendo, com isso, uma chave para decifrar o enigma da forma política possível e para orientar a prática de educadores, artífices da sociedade. (MEUCCI, 2015, p. 252)

Outro elemento favorável à inserção da Sociologia nesse período era o alinhamento ideológico das elites, que ascendiam ao poder nos anos 1930, com o positivismo. Carvalho (2015), ao analisar o avanço dos direitos sociais durante a era Vargas (1930-1945), ligava a crítica ao Estado liberal às ideias difundidas por esta corrente filosófica.

Vimos que na Primeira República a ortodoxia liberal não admitia a ação do Estado na área trabalhista e a limitava na área social. Havia, no entanto, um grupo influente que destoava do liberalismo dominante e propunha a adoção de ampla legislação social. Por sua influência na legislação da década de 30, ele merece atenção. Trata-se dos positivistas. A corrente mais forte do positivismo brasileiro, chamada de ortodoxa, manteve-se fiel ao pensamento de Augusto Comte. No que se refere à questão social, Comte dizia que o principal objetivo da política moderna era incorporar o proletariado à sociedade por meio de medidas de proteção ao trabalhador e a família. (CARVALHO, 2015, p. 114-115)

É possível pensar nessa relação a partir dos primórdios da utilização de livros didáticos nas aulas de Sociologia. O caráter incipiente da disciplina no ensino secundário associado à falta de um sistema de publicações dedicadas ao ensino de sociologia fez com que os professores recorressem a uma série de

materiais oriundos da Europa, em sua maioria compêndios franceses com forte influência positivista, para orientar a prática do conhecimento sociológico nas escolas brasileiras (MEUCCI, 2000, p. 08).

Com a mudança de governo nos anos 1930, veio mais uma reforma educacional, conhecida como Reforma Francisco Campos (1931), onde o Estado apresenta uma maior regulação do sistema educacional, equiparando todas as instituições federais ao colégio Pedro II e dividindo o ensino secundário em dois níveis: fundamental (três anos) e complementar (dois anos), sendo este preparatório para admissão nos cursos de ensino superior. Novamente, a Sociologia é ofertada no final do ensino secundário, na modalidade de ensino complementar (MEUCCI, 2015, p. 253). A despeito da mudança curricular, a disciplina segue com os mesmos princípios convergentes com os princípios políticos e ideológicos do Estado brasileiro à época, que anos mais tarde se configuraria na ditadura do Estado Novo.

Não obstante, não era apenas mero ornamento a Sociologia. Foi também uma disciplina normativa, prescritiva de noções de civilidade, civismo e até higienismo. Mais do que isso, ofereceu uma metáfora da sociedade: a metáfora orgânica, na qual se ocultaram desigualdades sociais sob os argumentos da diferença, da funcionalidade, solidariedade e autoridade. Com isso, a Sociologia escolar, cujo conteúdo na forma de livro (como as demais disciplinas) estava sob o controle da Comissão Nacional do Livro Didático, cumpriu um papel crucial para o período que consiste em ser o locus da justificativa discursiva do Estado Novo (MEUCCI, 2015, p. 254).

É na década de 1930 que surgem as primeiras produções nacionais no campo dos livros didáticos de Sociologia e é importante destacar que o papel desses autores fora fundamental para a circulação do conhecimento sociológico no meio escolar, pois, de maneira geral, estavam preocupados com o destino da nação e com a reformulação do ensino brasileiro, atuando nas escolas secundárias e em cursos universitários. Este perfil atraiu atenção também do mercado editorial de livros didáticos⁸, que crescera na esteira das reformas

⁸ Segundo Filgueiras (2011, p. 19) entre a segunda metade dos anos 1930 e os anos 1940 o número de editoras em atividade no Brasil cresceu 50%. Entre estas, as mais proeminentes eram: Companhia Editora Nacional; a Editora do Brasil; a Coleção FTD; a Companhia

implementadas pelo Estado nesse período, e que, em muitos casos, acabou publicando uma série de aulas e cursos ministrados por esses professores na forma de manual didático (MEUCCI, 2000, p. 18-19).

É possível perceber que o ciclo que envolve a produção e circulação do conhecimento sociológico através dos livros didáticos é mantido por uma relação íntima entre o Estado e o mercado editorial. O Estado, enquanto responsável por normatizar e regular os conteúdos escolares, avalia e legitima os livros que são frutos do processo de institucionalização da Sociologia no Brasil.

A regulamentação estatal era praticada pela Comissão Nacional do Livro Didático (CNLD), criada em 1938 pelo então ministro da educação Gustavo Capanema. Para compreender o papel preponderante desta comissão na avaliação e legitimação dos livros didáticos produzidos nesse período é preciso relembrar a conjuntura do período no país.

Como já foi dito anteriormente, a reforma educacional promovida pelo primeiro governo de Getúlio Vargas visava estruturar a nacionalização da educação brasileira através de um sistema de ensino centralizado, regulado e fiscalizado pelo governo federal. Para o ministro, a escolha descentralizada realizada por cada estado facilitava o uso de maus livros e permitia abusos que deveriam ser combatidos (FILGUEIRAS, 2011, p. 20). Tal atitude foi vista posteriormente como uma forma de impor aos livros didáticos os valores caros ao Estado Novo.

Em síntese, a Comissão Nacional do Livro Didático tinha o objetivo geral de regulamentar a padronizar os manuais didáticos utilizados nas escolas brasileiras. Em consonância com a política do Estado Novo, o CNLD impunha um projeto educacional, o que significava, por um lado, no zelo da ortografia oficial, e, por outro na implantação de orientações curriculares específicas. (SOUZA, 2017, p. 186)

O Estado Novo, a partir de 1937, intensifica a centralização da educação e os livros escolares apregoavam o trabalho e o patriotismo como valores absolutos. Os livros que não atendessem em seu conteúdo a preocupações com a construção de uma identidade nacional e que não fortalecessem a ideia de unidade – do Estado e da Nação –, com a defesa das tradições nacionais, da família, da religião e contra a luta das classes sociais são eliminados da autorização para

Melhoramentos e a Saraiva. É importante perceber que algumas destas editoras (mesmo sendo administradas por outras pessoas) ainda se mantem, atualmente, entre as principais produtoras de livros didáticos no país.

utilização. Às editoras interessadas cabia cumprir esse requisito.
(ROMANINI, 2013, p. 102)

Para além dessa característica, outros elementos são dignos de nota na composição dessa comissão avaliativa. Primeiramente é importante destacar o caráter heterogêneo dos membros que compunham o quadro de pareceristas nomeados pelo Estado para esta função. O grupo fazia parte da rede de sociabilidade do ministro Gustavo Capanema e era oriundo de diferentes estratos da sociedade que, de certa maneira, ajudaram na composição do novo modelo educacional em vigência naquele período. Entre os escolhidos era possível identificar intelectuais ligados às Forças Armadas, à Igreja católica e educadores ligados ao debate educacional dos anos 1920 ilustrado no Movimento da Escola Nova (FILGUEIRAS, 2011, p. 25).

É importante ressaltar que os avaliadores não possuíam dedicação exclusiva para esse serviço. Suas atuações eram multifacetadas e, em alguns casos, dividiam-se entre docentes, membros da Associação Brasileira de Educação (ABE), do Conselho Nacional de Educação (CNE), além de autores de livros didáticos (FILGUEIRAS, 2011, p. 34). Para exemplificar com autores de livros didáticos de Sociologia, podemos citar os nomes de Antônio Carneiro Leão e Carlos Delgado de Carvalho⁹.

Sobre a avaliação em si, o presidente da Comissão escolheria em um grupo de três avaliadores um relator e dois revisores para o parecer da obra que, posteriormente, seria enviada para a seção de Redação da CNLD. As decisões eram tomadas por maioria de votos dentro do grupo e ratificadas por escrito. Dessa forma, os livros que passavam pelo crivo do Estado eram divididos entre especialistas destacados em cada área do conhecimento. Na divisão de trabalhos da CNLD os livros de Sociologia estavam alocados no grupo F, em conjunto com as obras de Filosofia e Pedagogia. Para avaliar as obras deste grupo foram designados os seguintes especialistas: Antônio Carneiro Leão,

⁹ Inicialmente o Decreto lei que criou a CNLD proibia a ligação de seus membros com as editoras que teriam seus livros avaliados pelo órgão estatal. No entanto, em 1939 um novo decreto lei (1417/39) foi criado para regulamentar a participação de obras de autoria dos avaliadores da CNLD. Para isso seria recrutada uma comissão de especialistas a parte com membros estranhos aos titulares da CNLD. Na seção F, que incluía os manuais de Sociologia, os indicados para essa comissão externa eram: Vítor Ribeiro Leuzinger – Faculdade Nacional de Filosofia; Américo Lacombe – Professor de História na Casa de Rui Barbosa e Arsílio Papini – Externato Santo Inácio (FERREIRA, 2008, p. 101-102).

Jonathas Serrano e Padre Leonel Franca (FILGUEIRAS, 2011, p. 38). Os dois últimos também eram responsáveis por avaliar os livros de História (Grupo E), junto com Carlos Delgado de Carvalho, também autor de livros de Sociologia no período.

O início dos trabalhos da CNLD foi marcado por problemas operacionais ocasionados pelo grande número de livros encaminhado para um grupo diminuto de avaliadores. Isso fez com que houvesse um atraso na entrega dos pareceres¹⁰. No entanto, os nomes destacados para avaliar os livros de Sociologia estão entre os mais ativos da comissão¹¹, o que reforça a hipótese de que os livros utilizados no período de institucionalização da disciplina no Brasil alinhavam-se com o modelo político e ideológico do Estado naquele período, mesmo às vésperas de uma reforma educacional que reduziria sua presença nas escolas.

Os problemas não se restringiram ao prazo de conclusão. Filgueiras (2011, p. 52) constatou que durante os trabalhos houve problemas na execução dos pareceres, ou seja, as decisões não eram padronizadas, o que fazia com que alguns pareceres fossem extremamente detalhistas, quanto a avaliação da obra, e outros fossem totalmente obscuros nesse sentido. Um dos motivos desse fato deve-se ao caráter normativo da avaliação e o contexto de mudanças nos programas das disciplinas escolares no período, o que fez com que poucos livros fossem aprovados pela comissão sem alguma ressalva.

Algumas ressalvas apontadas pelos avaliadores eram detalhadas ao ponto de transformar os pareceristas em uma espécie de “revisores oficiais do Estado”. Isso ocorria devido ao fato de algumas obras serem aprovadas, mediante a correções em sua redação e até mesmo na correção de conteúdos que não condiziam com os conceitos aplicados na ciência de origem das disciplinas. A título de ilustração, as últimas avaliações do PNLD não cumpriram com esse papel. Longe disso, se por acaso algum livro didático recente apresentasse os problemas retratados em algumas fichas de avaliação da CNLD

¹⁰ A comissão iniciou os trabalhos em 1940 com o intuito de divulgar a lista com os livros aprovados no início do ano seguinte, porém os trabalhos só foram finalizados em 1942. O atraso fez com que alguns estados, como o Distrito Federal e São Paulo, optassem por avaliações próprias, causando uma falha na execução da CNLD (FILGUEIRAS, 2011, p. 39).

¹¹ O grupo F produziu um total de 18 pareceres entre os anos de 1941 e 1942, o segundo que mais produziu ficando atrás apenas do grupo C (Ciências Físicas e Naturais) com 61 manuais avaliados (FILGUEIRAS, 2011, p. 49).

analisadas por Filgueiras (2011, p. 52), seria excluído do processo simplesmente por apresentar as falhas. Porém, no início da década de 1940 algumas obras tiveram a oportunidade de modificar suas estruturas a partir do parecer da equipe da CNLD. Nos outros casos, os avaliadores apenas apontavam que os livros não atendiam aos critérios estabelecidos pela lei¹².

Parte da explicação desse problema reside no fato de alguns dos avaliadores não ocuparem espaços sociais distintos no processo de produção e avaliação dos livros didáticos. Como vimos anteriormente alguns autores de livros de Sociologia produzidos no período também eram avaliadores recrutados pela CNLD e tiveram seus livros avaliados pela comissão específica para esses casos¹³. Apesar de não encontrarmos nenhuma reclamação específica aos livros de Sociologia, as avaliações de outras áreas foram acusadas de reprovarem livros com intuito de garantir reserva de mercado para os manuais produzidos pelos avaliadores¹⁴.

Por fim, outro fato nos ajuda a caracterizar a atuação multifacetada da equipe avaliadora do governo, a participação desses intelectuais na elaboração dos novos programas para as disciplinas do ensino secundário. Após a reforma encaminhada pelo Ministro Capanema em 1942, vários especialistas foram convocados para a reorganização curricular que serviria de base para a produção dos livros didáticos.

Em 27 de abril, Capanema baixou a portaria n. 101, que constituiu uma comissão geral para a elaboração dos programas para os cursos ginasiais. A comissão foi composta pelo diretor geral do Departamento Nacional de Educação, os diretores das divisões de Ensino Secundário e da Divisão de Educação Física e pelos professores, coronel Pedro

¹² O Decreto lei nº 1006/38 estabelecia dois conjuntos de orientações para o veto de manuais didáticos avaliados pela CNLD. Em seu artigo 20 estavam agrupadas as recomendações ligadas ao caráter ideológico dos livros, sendo vetadas as obras que contivessem críticas a unidade do Estado e da Nação, as tradições nacionais, a família e a igreja. Já o artigo 21 buscava regular os conteúdos e os métodos pedagógicos adotados pelos livros, a fim que eles seguissem as normas oficiais do Estado materializadas nas reformas educacionais implementadas pelo governo Vargas (FILGUEIRAS, 2011, p. 23-24).

¹³ Os livros de Sociologia de autoria de membros da CNLD, encaminhados a comissão especial foram os seguintes: *Fundamentos de Sociologia* – Antônio Carneiro Leão; *Sociologia Aplicada e Sociologia Educacional* - Carlos Delgado de Carvalho (FERREIRA, 2008, p. 104).

¹⁴ O caso mais famoso foi retratado pela disputa entre os professores Waldemiro Potsch e Cândido de Mello Leitão, na área de Ciências Físicas e Naturais. Potsch teve seu livro de *Zoologia* reprovado por Mello Leitão que possuía obra aprovada pela CNLD na mesma área. Em retaliação a reprovação o professor Potsch entrou na justiça contra a decisão, além de escrever artigos em jornais da época e um livro contestando, ponto por ponto, o parecer contrário à sua obra. Para maiores informações sobre este debate público, consultar Filgueiras (2011, p. 70).

Mariani Serra, Álvaro Ferdinando de Souza da Silveira, Ernesto de Faria, Maria Junqueira Schmidt, Osvaldo Serpa, Euclides Roxo, Costa Ribeiro, João Pecegheiro do Amaral, Cândido de Mello Leitão, Jonathas Serrano, Carlos Delgado de Carvalho, Nereu Sampaio, Rocha Lima, Heitor Villa-Lobos e Germaine Marsaud. Verifica-se, portanto, que alguns membros da CNLD atuaram diretamente na elaboração dos novos programas. Em julho de 1942 os programas das disciplinas do curso ginasial foram divulgados pela Portaria n. 170. (FILGUEIRAS, 2011, p. 75-76)

As mudanças que foram implementadas no ensino secundário ao longo dos anos 1940 provocou uma corrida das editoras e autores de livros didáticos para adequarem suas obras aos programas criados ou até mesmo criarem novos manuais condizentes com a grade curricular vigente. Mesmo com a atuação intensa de alguns autores nos círculos decisórios da política de avaliação de livros e reorganização curricular, os livros didáticos de Sociologia não acompanharam esse processo. Veremos que o ensino da disciplina ficou restrita aos cursos normais para a formação de professores no ensino secundário e aos cursos de nível superior que cresceram nos anos seguintes.

É importante acompanhar esse novo contexto de circulação dos livros em conjunto com as mudanças no seio da política de avaliação e distribuição de livros no Brasil, pois, ainda na década de 1940, a CNLD apresentou novamente problemas na execução de suas atividades em tempo hábil. Esse fato, em conjunto com a mudança governamental pós 1945, ajudaram a desidratar a Comissão, abrindo espaço para que outros órgãos e novos agentes pudessem atuar na política de avaliação dos livros didáticos no Brasil.

No que tange aos interesses dessa pesquisa, é importante ressaltar que a relação entre a produção e editores de livros didáticos de Sociologia com o Estado brasileiro se deu de forma bastante peculiar. Vejamos alguns fatos importantes.

No momento em que o Estado brasileiro resolve centralizar a avaliação dos manuais didáticos boa parte dos livros de Sociologia já circulavam nas escolas, acompanhando o processo de institucionalização da disciplina ao longo dos anos 1930. Dessa forma, a produção desses materiais não teve como referência as orientações veiculadas pela CNLD. Pelo contrário, pelo caráter incipiente da disciplina associado ao fato de alguns autores de livros didáticos participarem da comissão na condição de avaliadores, podemos pensar na hipótese de que os conhecimentos produzidos por esses livros serviram de base

para a avaliação praticada no início dos anos 1940. É importante salientar, como nos mostrou Meucci (2015), que havia uma conexão entre as ideias sociológicas veiculadas no período com o ideal de Estado fomentado pelo governo Vargas.

Como vimos anteriormente, esse cenário muda de configuração com as mudanças no cenário político brasileiro, acompanhado por transformações nas políticas educacionais marcadas por uma reorganização curricular e o alinhamento dos livros didáticos com esse processo. Discutiremos mais sobre esse fenômeno na próxima seção deste capítulo.

1.2 Mudanças na forma de avaliação dos livros didáticos: a Sociologia às “margens” desse processo.

Na seção anterior vimos que os primeiros livros de Sociologia (tanto os importados, quanto os produzidos no Brasil) chegam às escolas em um contexto de profundas mudanças na ossatura do Estado brasileiro. Foi possível compreender também que, apesar de estarem alinhados com os ideais educacionais propostos pelo governo Vargas, só foram objetos de análise de uma política pública de avaliação de livros didáticos às vésperas de uma reforma curricular que diminuiria consideravelmente a presença do conhecimento sociológico enquanto disciplina escolar.

Em virtude dos fatos, é possível compreender que as ideias sociológicas no período se movimentaram, se deslocando da escola secundária para as salas dos cursos universitários, em especial aqueles voltados para a formação de professores. Além disso, veremos que o conhecimento sociológico marcará presença no debate educacional da época, ambientado no Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP), capitaneado por Anísio Teixeira, que produziu arranjos significativos na Reforma Capanema. No caso em questão, destacamos o deslocamento das questões relativas ao livro didático da CNLD para a Campanha do Livro Didático e dos Manuais de Ensino (Caldeme) e a criação da disciplina Estudos Sociais no ensino secundário. Abordaremos essas questões no intuito de demonstrar as razões pela qual os livros didáticos específicos de Sociologia não tiveram a devida renovação durante os anos seguintes à Reforma Capanema.

Para compreender o início desse deslocamento é preciso observar a presença no mercado editorial (através de reedições) dos livros que constituíam a primeira geração de manuais didáticos de Sociologia. A manutenção da demanda por esses livros, mesmo após a disciplina perder o status de obrigatória no ensino secundário, demonstra que seus conteúdos permaneciam no meio educacional.

Alguns manuais didáticos publicados na época tornaram-se verdadeiros clássicos do ensino da sociologia, reeditados várias vezes e, em muitos casos, por várias décadas: *Lições de Sociologia* de Achiles Archerio Júnior, publicado pela primeira vez em 1932, chegou à nona edição em 1949; *Princípios de Sociologia* de Fernando de Azevedo, reeditado onze vezes entre 1935 e 1973; *Programa de Sociologia* de Amaral Fontoura, reeditado quatro vezes entre 1940 e 1944, e, sob o novo título *Introdução à Sociologia* reeditado cinco vezes entre 1948 e 1970; *Fundamentos de Sociologia* de Carneiro Leão reeditado cinco vezes entre 1940 e 1963 e, finalmente, *Sociologia* de Gilberto Freyre, reeditado também cinco vezes entre 1945 e 1973. (MEUCCI, 2000. p. 07. Grifos da autora)

A circulação das ideias se dava agora em outros espaços dentro da configuração do sistema de ensino da época. É importante lembrar que durante a sua presença como disciplina obrigatória no ensino secundário, a Sociologia era ofertada nos últimos anos da educação básica. Com a mudança no currículo, os últimos anos eram dedicados à formação profissional e a Sociologia se apresentou como conhecimento importante para algumas áreas, em especial na formação de professores nas Escolas Normais. É possível pensar, a partir deste fato, que ainda havia uma demanda, mesmo que diminuta, pelos livros da primeira geração nessa modalidade do ensino secundário.

Mesmo com o desaparecimento da Sociologia dos cursos complementares, ela continuou a ser lecionada nas Escolas Normais, porém, em que se pese a produção da sociologia nesses espaços, é importante frisar que a formação de professores para essas instituições era realizada preferencialmente nos institutos de educação e no próprio curso de pedagogia, como é pontuado no artigo 59 da LDB de 1961. Mais que isso, deve-se considerar que as categorias, as teorias e conceitos sociológicos continuavam em circulação no espaço escolar através de outras disciplinas. (OLIVEIRA, OLIVEIRA, 2017, p. 29)

Importante perceber também que a formação de professores também se dava nos cursos universitários, abrindo espaço para a produção do conhecimento sociológico no ensino superior na produção dessa e de outras

profissões que demandavam estudos sociológicos em sua constituição, configurando o redirecionamento do locus de produção do conhecimento das Ciências Sociais (OLIVEIRA, OLIVEIRA, 2017, p. 30).

No entanto, esse movimento afetou a produção de livros didáticos de Sociologia. O período foi marcado pela falta de novos títulos e novos autores e a opção pela manutenção dos “antigos”, agora adequados a essa nova realidade. Se adequar à nova destinação dos manuais didáticos de Sociologia não era tarefa fácil para os autores, pois sem a presença obrigatória nas escolas o nicho de absorção desses livros foi pulverizado entre estudantes e professores das Escolas Normais e de cursos universitários.

A linha tênue entre os objetivos de uma publicação para o ensino secundário e superior naquele período pode ser ilustrada pelo movimento de adaptação das obras visando um público leitor mais específico. Em sua dissertação Guelfi (2001, p. 100) nos mostra as justificativas que um dos autores acima citados, no caso, Amaral Fontoura, utiliza, ao transformar o seu *Programa de Sociologia* em *Introdução à Sociologia*.

[...] acabou com a Sociologia no currículo do Colégio. Não se justifica portanto a existência de um livro como o nosso “Programa de Sociologia, já que não existe mais programa dessa matéria. Resolvemos aproveitar a oportunidade e fazer uma reestruturação geral em nosso livro, surgindo assim esta Introdução à Sociologia. Tomamos como base de trabalho o que havíamos escrito para o “Programa de Sociologia”, em vista do grande sucesso alcançado pelo mesmo. Com efeito, esse compêndio teve 4 edições sucessivas, em 5 anos, o que constitui algo de bem apreciável, dado o fato de se tratar de um assunto bastante especializado e sem fazer mais parte dos programas oficiais de ensino. Tudo isso numa terra onde ainda tão pouco se lê! (FONTOURA apud GUELF, 2001, p. 99-100)

Se o conhecimento sociológico difundido via manuais didáticos estava cada vez mais restrito em âmbito escolar, o mesmo não se pode dizer das discussões e estudos que permearam as discussões sobre a política de avaliação e produção de livros feita pelo governo federal. Para compreender melhor esse fenômeno precisamos observar o contexto de criação da Caldeme e sua atuação durante os anos 1940-1960.

A instituição surge na esteira dos debates provocados pelo aumento da demanda educacional e buscava estabelecer as melhores estratégias para a democratização e ampliação do ensino secundário no Brasil. Com a nova

configuração estatal (nova constituição, novo ministério da educação) era preciso buscar novas ideias para implementar as políticas necessárias alcançar esse objetivo.

A estratégia utilizada pelo governo naquele momento foi o de fomentar o diálogo com Ministérios e instituições ligadas à educação em outros países. Dentre as parcerias realizadas, destacaram-se as firmadas com os Estados Unidos e a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO). No bojo dessas discussões, o livro didático ganha destaque na proposta de reformulação do ensino apresentada por essas instituições.

Segundo documento da Organização, publicado em 1951, no pós-guerra, uma das metas daquele órgão era indicar a revisão dos manuais escolares, sobretudo os livros de História e Geografia, procurando eliminar os conteúdos que apresentassem estereótipos e preconceitos contra diferentes grupos e povos (Unesco, 1951). A Unesco pretendia realizar exames de livros escolares dos Estados que dela faziam parte, dentro do quadro de acordos bilaterais e multinacionais, estimulando a ação de organizações internacionais. (FILGUEIRAS, 2011, p. 83)

Com efeito, a Caldeme representava um novo modelo educacional, pensado e implementado durante os anos 1950-1960. O líder da campanha, Anísio Teixeira, tinha severas críticas quanto ao modelo adotado pelos programas de ensino e livros didáticos adotados na época. Sua principal reclamação dizia respeito ao caráter homogêneo que esse ideal educacional produzia na escola, não levando em conta as particularidades regionais, das culturas escolares produzidas na imensidão do país. No que diz respeito aos livros didáticos, tais críticas caíram sobre a CNLD.

Anísio Teixeira criticava, desse modo, a CNLD que, ao aprovar somente livros didáticos que estavam de acordo com os programas oficiais, impossibilitava a elaboração de manuais escolares diferenciados. Todos os compêndios tornavam-se iguais. (FILGUEIRAS, 2011, p. 92)

É preciso, no entanto, atentar para o fato de que a CNLD não foi extinta. Inclusive, durante o período, a sua manutenção foi mote para intensos debates

acerca da sua eficácia enquanto órgão avaliador dos livros didáticos¹⁵. Em suma, o governo federal desse período lidava com a questão do livro didático em duas frentes. Uma ligada a desgastada CNLD que, a duras penas, continuava a avaliar os livros a serem distribuídos para as escolas. Por outro lado, fomentava a produção de estudos propositivos que tinham o intuito de produzir material de formação que desse conta da reorganização curricular que estava em curso no país. Esse era o papel da Caldeme nesse processo. Nesse sentido, a campanha iniciou os trabalhos com a missão de realizar estudos, comparando os manuais brasileiros com livros estrangeiros, para que, no futuro, novas obras fossem produzidas não só para melhorar a qualidade da educação dos alunos mas, principalmente, para a qualificar a formação dos novos professores.

Aqui cabe uma reflexão sobre a grande periodização da primeira geração de livros de Sociologia no Brasil. Apesar da disciplina ter perdido espaço durante a implementação da reforma, a indecisão governamental relativa à CNLD, associada ao investimento na Caldeme, fez com que as obras das outras disciplinas também não fossem contempladas com uma renovação imediata. Dessa forma, acreditamos que esse fato nos ajuda a compreender o porquê de algumas obras “clássicas” no ensino de Sociologia permanecerem tanto tempo no mercado editorial.

Voltando nosso olhar para a Caldeme, é importante destacar que o conhecimento sociológico esteve presente na condução dos estudos dos livros didáticos e na sua relação com a reorganização curricular. Sua presença foi materializada na implementação da disciplina de *Estudos Sociais*. Para compreender melhor esse fenômeno é preciso observar os caminhos intelectuais percorridos por duas figuras centrais na reivindicação da disciplina no sistema educacional brasileiro, o próprio Anísio Teixeira e Carlos Delgado de Carvalho, membro da CNLD e autor de manuais didáticos de Sociologia.

A fonte de inspiração para a inserção dos Estudos Sociais na educação brasileira era o Movimento da Escola Nova, que repercutia no país as ideias do filósofo norte-americano John Dewey. É importante ressaltar que a disciplina

¹⁵ A situação da CNLD reacendeu o debate sobre o modelo de avaliação e distribuição dos manuais didáticos, se manteria centralizado ou descentralizado através dos estados. No início da década de 1950 o estado de São Paulo criou uma comissão estadual para avaliação do livro didático, colidindo diretamente com as atribuições da CNLD (FILGUEIRAS, 2011, p. 85).

possuía, em tese, um caráter integrador, capaz de aproximar os conhecimentos escolares a realidade do educando e não apenas um amontoado de disciplinas das ciências humanas¹⁶. A educação academicista, distante do cotidiano dos estudantes, era uma das principais críticas aos programas e livros didáticos adotados pelas escolas secundárias naquele período. Dessa forma, é compreensível o papel de Teixeira como peça fundamental para a divulgação da obra de Dewey no Brasil. Compreensível também a sua atuação em âmbito institucional na implantação da disciplina na escola elementar do Distrito Federal, ainda na década de 1930. Esse primeiro movimento foi essencial para a retomada das discussões na década de 1950 na esteira dos estudos realizados pela Caldeme.

Na gestão de Anísio Teixeira na Secretaria de Educação e Cultura do Distrito Federal, os Estudos Sociais foram introduzidos nos currículos das escolas elementares (primárias). O revolucionário projeto educacional permitiu uma grande divulgação nacional das ideias oriundas da Escola Nova e mais especificamente da obra de John Dewey, várias delas traduzidas para a língua portuguesa pelo próprio Anísio Teixeira. Nesses termos, os conceitos do teórico norte-americano repercutiram na educação brasileira especialmente do ponto de vista social, exemplificados tanto nas críticas feitas por Anísio Teixeira ao modelo de escola secundária que caracterizava o Brasil na época quanto nas propostas inovadoras por ele implementadas, estabelecendo novas referências para a construção do currículo das escolas primárias e secundárias daquele período. (SANTOS, NASCIMENTO, 2015, p. 156-157)

Outro protagonista nesses dois momentos foi Delgado de Carvalho. No período, participou de um intercâmbio realizado por professores brasileiros na América do Norte, tornando-se também um entusiasta da inserção dos Estudos Sociais na escola secundária. Seu protagonismo nas políticas de implementação da disciplina foi materializado na participação da montagem do programa curricular aplicado por Anísio Teixeira no Distrito Federal, na década de 1930. Aqui cabe destacar que o movimento de implementação dos Estudos Sociais na escola elementar acontece em um período em que as ideias escolanovistas fora fortalecido pela presença da Sociologia nas escolas secundárias e, por

¹⁶ Durante a Ditadura civil-militar no Brasil (1964-1985), em especial nas décadas de 1970-1980, a disciplina de Estudos Sociais foi alvo de constantes críticas devido a formação dada aos seus professores no período, através de licenciaturas curtas. Para os críticos, esse tipo de formação visava a redução dos conhecimentos ligado às humanidades com a finalidade de limar o potencial analítico crítico dessas matérias escolares. Para maiores informações consultar Santos e Nascimento (2015).

consequência, a importância do conhecimento sociológico na composição dos Estudos Sociais na escola elementar. A conexão produzida por essa circulação de ideias nos ajuda a compreender o movimento no ensino de Sociologia na educação básica que, a partir dos anos 1940, passa a se restringir as Escolas Normais.

As ideias escolanovistas, ao chegarem ao Brasil, fortaleceram os conhecimentos oriundos da Sociologia no ensino das Ciências Humanas, chegando essa disciplina ao currículo de algumas escolas brasileiras especialmente no início do século XX, como observado por Moreira apud Brandão e Mendonça (1997, p. 159): “já nas primeiras décadas do século XX, quando ocorre de forma mais visível a chegada dos princípios da chamada Escola Nova no Brasil, tivemos, por exemplo, a introdução da disciplina Sociologia na Escola Normal”. (SANTOS, NASCIMENTO, 2015, p. 157)

Carvalho também foi importante na institucionalização dos Estudos Sociais na década de 1950. Já atuando nos trabalhos realizados pela Caldeme, foi autor de um livro direcionado para os professores que pretendiam ou que já ministrassem aulas da incipiente disciplina na escola secundária. É importante destacar que uma das linhas de atuação da campanha consistia na produção de livros didáticos direcionados aos professores do magistério escolar. Nesse sentido, em 1956, Delgado de Carvalho apresentou o plano de elaboração do livro *Introdução Metodológica aos Estudos Sociais*, que foi publicado em 1957 pela série *Currículo, Programas e Métodos*, do Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais, órgão ligado ao INEP. (FILGUEIRAS, 2011, p. 99)

O manual escrito por Carvalho ressalta o caráter interdisciplinar dos Estudos Sociais e a importância da Sociologia na sua composição. A forma com que a matéria se inseria na educação básica seria capaz de produzir uma educação que desse conta da sociedade em seus diversos aspectos, levando o educando a se conectar com a realidade em que ele está inserido, capacitando-o a interpretá-la de forma condizente com os conhecimentos das ciências aglutinadas nessa disciplina escolar.

No entendimento de Carvalho, o objetivo da disciplina Estudos Sociais é proporcionar ao aluno uma visão mais complexa da realidade social em que vive, observando que ela é formada por uma interdependência de aspectos históricos, geográficos, sociológicos e econômicos, não sendo possível – em sua opinião – uma única disciplina, isoladamente, dar conta da complexidade das relações entre essas diversas

dimensões. O autor apresentava como foco dos estudos a essência sociológica. (SANTOS, NASCIMENTO, 2015, p. 162)

Esses elementos nos dão pistas para pensar que o caminho trilhado pelo conhecimento sociológico nas escolas de educação básica nesse período (ou pelo menos parte dele), perpassava pela institucionalização da disciplina de Estudos Sociais. Nos escritos sobre o tema é comum pensar nessa disciplina como uma fusão das disciplinas escolares de História e Geografia. Porém, a essência dela, pensada pelo próprio Delgado de Carvalho, amplia o rol dos conhecimentos necessários para a composição dessa disciplina escolar, pois “o termo Estudos Sociais se refere, de acordo com o autor, a um conjunto de matérias composto por História, Geografia, Política, Sociologia e Economia” (NASCIMENTO, 2015, p. 222).

As ações desenvolvidas no âmbito da Caldeme para o fomento da disciplina de Estudos Sociais podem ser encaradas como um indicativo que as políticas educacionais do período não tinham em mente a inclusão da disciplina de Sociologia no ensino secundário, principalmente nas séries iniciais, porém sua presença enquanto ciência se mostrava importante, não só para a nova disciplina, mas para todas as mudanças propostas para o sistema educacional nos anos 1950. Seus conhecimentos (assim como os oriundos da Psicologia) eram assimilados por pedagogos que buscavam implementar novas metodologias de ensino a serem trabalhadas nos cursos de Pedagogia.

Esse movimento defendia a mudança de foco no ensino. O centro do estudo deixava de estar no conteúdo e no modo de ensinar do professor e passava a ter o aluno, seu interesse e as metodologias de aprendizagem como objetivos centrais da escola. Era a pedagogia moderna e os métodos ativos. Para estruturar essa mudança de perspectiva, entrava em cena a Psicologia, seus diversos estudos e sua apropriação pela Pedagogia. As duas áreas entravam, com a sociologia, para colaborar na reformulação do ensino, [...] (FILGUEIRAS, 2011, p. 143)

Com efeito, ao identificarmos a presença da Sociologia nesses debates nos é possível compreender o fato da disciplina ficar restrita às Escolas Normais dentro do ensino secundário e estar mais presente em cursos de ensino superior como os de Pedagogia. Esse movimento foi acompanhado por aqueles que antes estavam diretamente envolvidos com a produção e a avaliação de livros

didáticos de Sociologia. Acreditamos que o caso de Delgado de Carvalho seja bem emblemático para ilustrar esse fenômeno.

É possível que, a partir de 1942, outros intelectuais, que antes eram responsáveis pela difusão do conhecimento sociológico nas escolas, como docentes e autores de materiais didáticos, tenham também ocupado outros espaços sociais ligados a educação, seja em instituições de ensino superior, pois, nesse período, já havia cursos de graduação na área de Ciências Sociais em boa parte do país, seja em órgãos governamentais imbuídos da gestão educacional.

É importante deixar claro que nesta pesquisa orientamos nosso olhar para as relações estabelecidas no âmbito das políticas de avaliação de livros didáticos, no entanto, cabe lembrar que no mesmo período intelectuais ligados à institucionalização das ciências sociais no país também debatiam a presença da Sociologia na escola secundária.

As discussões sobre esse tema ganharam corpo na condução dos trabalhos do 1º Congresso Brasileiro de Sociologia, sediado na cidade de São Paulo em julho de 1954. Na ocasião, Florestan Fernandes apresentou a comunicação: *O ensino de Sociologia na escola secundária brasileira*¹⁷, onde expunha um panorama do ensino da disciplina no país e suas justificativas para sua inclusão no currículo da educação básica.

As preocupações de Fernandes e aqueles que defendiam sua tese se assemelhavam as motivações para a criação da disciplina de Estudos Sociais. A crítica ao sistema educacional vigente pautada no seu distanciamento da realidade do educando. Por outro lado, outros importantes sociólogos como Fernando de Azevedo, corroboraram com as críticas ao modelo educacional vigente, no entanto, não endossaram a reinserção da disciplina no ensino secundário¹⁸.

Diante desse contexto, é possível pensar na hipótese de que essa “parada no tempo” sofrida pela disciplina na educação básica enfraqueceu as relações

¹⁷ A comunicação está registrada nos anais do evento, mas também foi publicada na coletânea de ensaios do autor intitulada *A sociologia no Brasil* (FERNANDES, 1980), recorreremos a esse texto para a análise da apresentação de Florestan Fernandes no 1º Congresso da Sociedade Brasileira de Sociologia.

¹⁸ Para maiores informações acerca do debate sobre a disciplina escolar de Sociologia no 1º Congresso da SBS, consultar os trabalhos de Neuhold (2017) e Guedes (2007).

antes estabelecidas entre intelectuais e sistema escolar, via manuais didáticos. Com essa relação abalada, os livros didáticos diminuíram em prestígio e importância acumulados nos primeiros anos do século XX, no campo da produção do conhecimento escolar de Sociologia. É possível imaginar que esses elementos tenham contribuído para que se demorasse um tempo considerável até que tivéssemos uma renovação dos manuais didáticos. Durante esse hiato temporal o Estado brasileiro passou por um período turbulento na política que acabou respingando nas políticas educacionais, em especial aquelas dedicadas à avaliação e regulação dos livros didáticos direcionados para a educação básica. Abordaremos essas mudanças na próxima seção.

1.3 Novas políticas para o livro didático, expansão do mercado editorial e a Sociologia ainda às “margens” desse processo.

O período demarcado entre o início dos anos 1960 e o início dos anos 1970 pouco altera a configuração da disciplina de Sociologia nas escolas brasileiras. Continuada a presença diminuta na educação básica, seus livros continuarão a abranger apenas uma pequena parte da demanda por manuais didáticos no país, restringindo seu uso a professores e alunos das Escolas Normais e de cursos superiores, como os de Pedagogia e Ciências Sociais.

Se por um lado o período é pouco esclarecedor para compreender a evolução da produção de livros de Sociologia, por outro é bastante pertinente para a compreensão do modelo de avaliação e aquisição de livros que viria a ser adotada com a criação do PNLD em meados dos anos 1980.

É possível afirmar que os órgãos criados nesse período para as políticas públicas educacionais ligadas aos livros didáticos como a Comissão do Livro Técnico e do Livro Didático (Colted) e a Fundação do Material Escolar (Fename) foram os primeiros a buscar um plano de avaliação e distribuição de livros em larga escala no país. Apesar do curto período de execução de suas ações, essas políticas serviram como um modelo para a engenharia operacional que viria a ser aplicada pelo PNLD anos depois.

Para compreender essa relação, é preciso entender o contexto em que se deu a criação dos novos órgãos. Mais uma vez, dialogamos com o trabalho de Filgueiras (2011) para analisarmos essas políticas com maiores informações. O

período anterior à criação dos dois órgãos foi marcado, como vimos anteriormente, pelo aumento da demanda por unidades escolares em todo o Brasil, aumento este que foi acompanhado pelo mercado editorial que crescera tanto em número de títulos, quanto na quantidade de grandes editoras ligadas ao mercado de livros didáticos.

As principais editoras de livros didáticos para o ensino primário no fim dos anos 1960 eram a Melhoramentos, Agir e Francisco Alves e, para o ensino secundário, a Cia. Editora Nacional e Editora do Brasil. A partir dos anos 1970 novas editoras de didáticos ascenderam no mercado, muitas favorecidas pelos subsídios do governo: Moderna, Saraiva, FTD, Ática, IBEP, Ao Livro Técnico e Scipione. Dessa forma, com a expansão da escolarização e o crescimento do mercado editorial de didáticos, o Estado começou a intervir mais efetivamente com políticas públicas para os livros escolares. (FILGUEIRAS, 2011, p. 155)

Essa intervenção teve início na segunda metade da década de 1960, logo após a instalação de uma ditadura civil-militar, que assumiu o poder após um golpe de Estado em 1964. Com essa “estabilidade” política, o Estado passou a planejar a criação de políticas que viabilizassem a organização da avaliação e a distribuição dos manuais didáticos para escolas de todo o país, em um contexto de crescimento no número de escolas e livros didáticos editados. O resultado desse planejamento é a criação da Colted e da Fename.

Nesse sentido, em julho de 1966, o governo militar criou o Conselho do Livro Técnico e do Livro Didático (Colted), com a atribuição de “gerir e aplicar recursos destinados ao financiamento e à realização de programas e projetos de expansão do livro escolar e do livro técnico em colaboração com a Aliança para o Progresso” (Decreto nº 58.653/66). Em 4 de outubro do mesmo ano, o Ministro da Educação Raymundo Moniz de Aragão promulgou novo Decreto nº 59.355/66, modificando o Colted, que passou a ser Comissão do Livro Técnico e do Livro Didático. Ela teria a finalidade de “incentivar, orientar, coordenar e executar as atividades do Ministério da Educação e Cultura relacionadas com a produção, a edição, o aprimoramento e a distribuição de livros técnicos e de livros didáticos” (Decreto nº 59.355/66). Segundo o novo decreto, o anterior não atendia integralmente às finalidades da Colted.

Em 2 de outubro de 1967, por meio da Lei nº 5.327, foi criada a Fundação Nacional do Material Escolar (Fename), vinculada ao MEC, que deveria produzir e distribuir materiais didáticos para as escolas, “de modo a contribuir para a melhoria de sua qualidade, preço e utilização” (Lei nº 5.327/67). A Fundação não visava fins lucrativos e o material produzido por ela seria distribuído a preço de custo. (FILGUEIRAS, 2011, p. 156)

É possível perceber que em suas definições, os dois órgãos seriam responsáveis pela compra e distribuição de livros didáticos e, dessa forma, ofereceriam aos estudantes um material didático de qualidade, ao mesmo tempo em que alimentariam o crescente mercado editorial do país. Em contrapartida, os preços desse material seriam barateados a fim de viabilizar a execução da distribuição dos livros por parte do Estado.

Nesse aspecto, é importante destacar que esta iniciativa estabelece uma nova fase na relação entre Estado e mercado editorial. A partir desse marco, o Estado passa a ser um agente importante não só na regulação do mercado de livros didáticos (a partir da avaliação pedagógica), mas também seu grande financiador, a partir da compra dos manuais em larga escala. Com isso, surge a necessidade da criação de um fundo capaz de executar uma política educacional desse porte. A saída encontrada pelos militares para viabilizar as ações da Colted e Fename, foi a de pactuar suas operações com o Sindicato dos Editores de Livros (SNEL) e com a *United States Agency for International Development* (USAID), agência dos Estados Unidos para o desenvolvimento internacional que através do acordo Aliança para o Progresso, se comprometera a financiar uma série de políticas educacionais desenvolvidas pelo governo militar brasileiro.

Com o convênio MEC/SNEL/USAID, os livros didáticos seriam financiados pelo governo a partir de verbas públicas e distribuídos gratuitamente pelo MEC. O acordo pretendia, ao mesmo tempo, estimular o fortalecimento e a expansão da indústria editorial de livros técnicos e didáticos. (FILGUEIRAS, 2011, p. 161)

Com o financiamento garantido e a disposição do governo em implementar a política, restava planejar sua execução. Aqui destacamos a iniciativa de se convocar representantes dos diversos segmentos interessados na avaliação e distribuição de livros didáticos para as escolas brasileiras. Da conjunção das ideias desses agentes saíam as estratégias para operacionalizar o processo.

Para organizar as discussões sobre o livro didático, a Colted realizou duas Semanas de Estudo. A primeira aconteceu de 2 a 6 de maio de 1967, com a finalidade de trocar experiências entre “professores, autores, editores, livreiros, técnicos de educação e autoridades”, visando organizar as “diretrizes de uma política do livro técnico e do livro didático, relacionada com sua produção, edição, aprimoramento e distribuição” (Regimento interno da I Semana de Estudos da Colted).

Participaram, assim, representantes das Secretarias Estaduais de Educação, pessoas ligadas as editoras, professores de ensino básico e de Universidades. A semana produziu relatórios organizados por seis comissões de trabalho: Títulos Novos; Livro de Nível Primário; Livro de Nível Médio; Livro de Nível Superior; Bibliotecas; Distribuição. (FILGUEIRAS, 2011, p. 164)

Com essas questões encaminhadas outro ponto importante foi decidido nessa divisão de trabalhos, a opção pela avaliação centralizada das obras por parte da Colted, mas em parceria com os estados. Da comunidade de especialistas reunidos na semana de planejamento sairia um conjunto de especialistas que se reuniriam em um grupo de trabalho a fim de realizar uma avaliação prévia dos livros didáticos, antes do Estado encaminhar sua compra. A avaliação realizada por especialistas em cada matéria é mais um elemento que foi replicado pelo PNLD com o objetivo de qualificar o processo de avaliação dos manuais didáticos.

Em 14 de setembro de 1967, o Colegiado da Colted criou a Assessoria da Avaliação, procurando centralizar o processo de avaliação dos livros didáticos. Vinculada a Assessoria de Avaliação seriam constituídos três grupos de trabalho, com técnicos indicados por órgãos do MEC, dos diferentes níveis de ensino (elementar, médio e superior). Essa medida visava agilizar o processo de seleção de títulos e dar uniformidade ao acervo. (FILGUEIRAS, 2011, p. 170)

Definida a forma de avaliação, restava estabelecer quais níveis de ensino participariam do início das atividades da Colted. Ficou decidido então que o primeiro passo do órgão seria equipar as bibliotecas escolares com livros didáticos capazes de suprir, em parte, a demanda por novos livros que havia crescido com a quantidade de novas matrículas e unidades escolares em todo o país, principalmente nos centros urbanos.

Para compor as bibliotecas das escolas normais foram selecionados livros das seguintes áreas: Obras de Referência; História e Filosofia da Educação; Psicologia; *Sociologia*; Didática Geral; Prática de Ensino; Didática da Linguagem; Ciências Naturais (Didática, Conteúdo, Biologia Educacional); Português (Didática, Conteúdo); Literatura Infantil e Folclore; Música; Recreação e pré-primário. (FILGUEIRAS, p. 171, GRIFOS NOSSOS)

Aqui destacamos as obras dedicadas às escolas normais como forma de situar o lugar que a Sociologia e seus livros didáticos ocupavam no contexto das novas políticas para avaliação e distribuição de manuais escolares do período.

Como dissemos anteriormente, esse fato acabou por “estagnar” a produção de novas obras para a disciplina. Além disso, no período ocorria paralelamente um esforço efetivo para a implementação da disciplina de Estudos Sociais no ensino elementar (anos iniciais da educação básica).

Nesse aspecto, é possível pensar que a condição da circulação do conhecimento sociológico a nível escolar pouco mudou na transição de um modelo para o outro de política de avaliação dos livros didáticos. No entanto, deve-se ressaltar que a distribuição de livros da disciplina para bibliotecas de escolas de todo o Brasil ajudou para que houvesse uma certa continuação na difusão da Sociologia em âmbito escolar. O que reforça a ideia de que a disciplina não esteve presente na educação básica nesse período.

Sobre a disciplina de Estudos Sociais que, digamos, difundia conhecimentos sociológicos no outro extremo da educação básica, é possível compreender que, nesse processo ainda apresentava um quadro muito incipiente, incapaz de demonstrar em seus livros didáticos as expectativas para elas criadas, por intelectuais como Delgado de Carvalho e Anísio Teixeira.

Na área de Estudos Sociais, poucos livros se encaixaram em boa classificação. A crítica inicial era o predomínio do livro único com todas as matérias. Os livros não se caracterizavam como sendo de Estudos Sociais, mas eram livros de “pontos”, com respostas a questionários, que não possuíam leitura informativa, consistindo-se apenas em textos para exercício de linguagem e vocabulário. Alguns livros eram exclusivamente glossários com definições, apresentavam textos estereotipados e factuais. O conteúdo estava inadequado para o nível da criança. Os livros não seguiam o método concêntrico – do próximo ao geral –, não atendiam aos interesses das crianças. A linguagem era árida e pouco atraente, desestimulando a leitura. (FILGUEIRAS, 2011, p. 190)

Essa avaliação já decorre da segunda etapa dos trabalhos da Colted que tinha por objetivo avaliar, comprar e distribuir livros didáticos para os alunos dos três níveis de ensino, iniciando com as escolas de ensino elementar de algumas capitais de estados brasileiros. Retomando a discussão sobre a engenharia operacional dessa política, comparando-a com algumas ações encaminhadas pelo PNLD, veremos que há mais algumas semelhanças a serem destacadas, como a padronização dos manuais e a utilização de uma ficha de avaliação das obras, que serviria de base para um material de orientação para a escolha dos professores, documento similar ao Guia dos Livros Didáticos produzidos pelo

PNLD, como podemos perceber no resultado da II Semana de Estudos da Colted.

O documento demonstrava a preocupação com o novo público escolar, tanto docente quanto discente, e a necessidade de aperfeiçoamento do professor. Sugeria, ainda, que não fossem selecionados os livros únicos (que contém várias matérias juntas), que os livros didáticos possuísem manual do professor e a organização de uma ficha de avaliação de livros-texto, exemplificando cada critério sugerido, baseada nas recomendações indicadas na II Semana de Estudos, para o uso da Comissão Nacional, das comissões estaduais e dos professores. Sugeria, por fim, que a Colted organizasse material que orientasse os professores quanto a utilização dos livros em classe. (FILGUEIRAS, 2011, p. 172)

Apesar das similitudes apontadas, é preciso informar que o processo possuía alguns elementos distantes do que ocorre com o PNLD, como as etapas de avaliação que dependiam de uma Comissão Nacional de Avaliação (CONAC) e de várias Comissões Estaduais de Avaliação (CEAC). Isso ocorria porque, apesar de a política estar centralizada em âmbito federal, no que diz respeito a sua elaboração e planejamento, a avaliação em si era descentralizada, sendo realizada por profissionais em cada estado sob orientação de uma comissão nacional de avaliação ligada ao MEC. Veremos mais a frente neste capítulo que o PNLD centralizará todo esse processo.

Para realizar as avaliações, as diretorias de ensino dos estados deveriam criar Comissões Estaduais de Avaliação (Ceac), que encaminhariam à Comissão Nacional de Avaliação (Conac), as listas de livros selecionados pelos estados. A Conac realizaria a seleção final das obras. Cada estado da federação deveria ter, também, uma comissão técnica relativa aos livros didáticos, as Comissões Estaduais do Livro Técnico e do Livro Didático (Celteds). (FILGUEIRAS, 2011, p. 177)

Dessa forma, os professores de cada estado enviariam para o MEC uma lista com os livros escolhidos para que a equipe avaliativa da Colted desse o aval ou não para a compra e distribuição por parte do governo federal. Em síntese, este modelo produzia uma pré-seleção como uma espécie de inscrição para as editoras, enquanto a avaliação em si seria realizada pela equipe de pareceristas elaborada pela Colted.

Seguindo os critérios, os livros foram inicialmente indicados pelos professores primários, que responderam os questionários. As

indicações dos professores foram organizadas pelos técnicos estaduais que encaminharam ao MEC a relação de livros didáticos considerados mais adequados aos estados. Em seguida, o Grupo de Trabalho da Colted analisou tecnicamente os livros e forneceu um relatório sobre a avaliação, seus critérios, a lista dos livros aprovados e recomendados para a compra da Colted e a lista dos não recomendados. (FILGUEIRAS, 2011, p. 179)

Sobre essa comissão final, cabe destacar que era formada por especialistas em suas áreas de ensino, ligados a pesquisa em educação e a formação de professores, além de técnicos do MEC, ligados ao Inep e funcionários vinculados a Secretaria de Educação da Guanabara.

Como foi possível observar, os avaliadores eram pessoas que pensavam a educação nas suas áreas de ensino. Grande parte dos avaliadores formaram-se pelos Institutos de Educação ou pela Faculdade Nacional de Filosofia. Praticamente todos os membros da comissão de avaliação tinham participado dos projetos educacionais dos anos 1950 e início dos anos 1960, dos trabalhos realizados pelo Inep, pelo CBPE e pelo CRPE/MG, com ênfase nas discussões sobre currículo e metodologias de ensino. (FILGUEIRAS, 2011, p. 192)

Com efeito, a experiência da Colted apresentou uma nova configuração para as políticas de avaliação de livros didáticos. Se antes a preocupação era a de reunir professores da educação básica, com um certo renome em suas áreas de atuação, incluindo aí autores de livros didáticos, como o foi o caso de Delgado de Carvalho, agora a política voltava-se para um profissional de perfil mais técnico, que também se destaca como professor da escola, mas que apresentasse consonância com os estudos mais avançados sobre a educação e os manuais didáticos. Importante destacar que esses pesquisadores já vinham aperfeiçoando os estudos antes do golpe civil-militar de 1964. Esse fato, somado ao fim da parceria MEC/USAID, acabaram por enfraquecer os trabalhos da Colted, culminando com o fim da comissão no contexto de recrudescimento do regime.

A portaria nº 178 do Ministro da Educação indicava a preocupação do governo em reduzir e controlar os órgãos responsáveis pela política do livro. A Colted foi extinta, de tal modo, em 9 de junho de 1971, por meio do Decreto nº 68.728, e suas funções foram incorporadas pelo Instituto Nacional do Livro. (FILGUEIRAS, 2011, p. 198)

Com o fim da Colted, o Estado partia para uma nova estratégia de avaliação e distribuição dos livros didáticos. A partir dos anos 1970 os livros passaram a ser produzidos e distribuídos em modelo de coparticipação entre Estado e editoras, com o Instituto Nacional do Livro (INL) voltando a ter certo protagonismo nesse processo. Veremos como essa política foi implementada na próxima seção.

1.4 Instabilidade nas políticas de avaliação dos livros didáticos e o surgimento da segunda geração de livros de Sociologia.

O período compreendido pelas décadas de 1970 e 1980 é caracterizado por intensas modificações na relação entre o Estado e o mercado editorial, por meio de políticas públicas educacionais. A partir desse período, uma nova engenharia operacional é instituída com o objetivo de descentralizar o processo de regulação da compra e distribuição de novos livros didáticos, pautada por incentivos financeiros do governo na edição de novos manuais didáticos e na participação dos estados na avaliação e compra dos novos livros.

Esse período também é marcado por mudanças no processo de institucionalização da Sociologia na educação básica e seu impacto na produção de livros didáticos para a disciplina. Destacamos nesse recorte temporal, o distanciamento do conhecimento sociológico das disciplinas de Estudos Sociais e OSPB a partir das mudanças curriculares implementadas na década de 1970 e o retorno gradual da disciplina de Sociologia às escolas médias na década de 1980. Tal retorno acontece em paralelo ao surgimento da segunda geração de livros didáticos para a disciplina, com a chegada de novas obras a partir desse período. Abordaremos esses fatos com mais detalhes, ainda neste tópico.

Retomando à questão das mudanças implementadas pelo Ministério da Educação para a avaliação e compra dos livros didáticos, é importante salientar que a reformulação foi caracterizada pelo fim da Colted e realocação da política do livro didático no INL. Dessa forma, a partir do Decreto nº 68.728/71, o instituto passou a desenvolver o Programa Nacional do Livro (PLD) em duas frentes, o Programa do Livro Didático para o Ensino Fundamental (PLIDEF) e o Programa

do Livro Didático para o Ensino Médio (PLIDEM). O PLIDEF seria o pontapé inicial para a nova política, que estabeleceu para si os seguintes objetivos:

[...] co-editar livros didáticos para as matérias do núcleo comum do ensino de 1º grau; distribuir os livros co-editados para as escolas públicas, por meio de convênio com as Secretarias de Educação dos estados; proporcionar o barateamento dos livros; colaborar no aperfeiçoamento do padrão técnico-pedagógico do professor brasileiro, com a distribuição do manual do professor; implantar o Banco do Livro, buscando prolongar a vida útil dos manuais. Os objetivos do PLIDEF determinavam, também, a seleção e avaliação dos livros didáticos, visando estimular suas qualidades. (FILGUEIRAS, 2011, p. 201)

É possível perceber, a partir dos objetivos expostos, que as principais mudanças previstas se concentravam no incentivo ao mercado editorial através da participação do Estado no repasse de recursos para a edição dos livros selecionados para a escolha nas escolas públicas de todo o país. Além disso, havia a perspectiva de que a avaliação em si das obras ocorresse em duas frentes, uma realizada pelo Departamento de Ensino Fundamental (DEF) do MEC, que realizava a avaliação pedagógica dos títulos inscritos pelas editoras, para que, em seguida, fossem encaminhados para as Secretarias Estaduais de Educação, que ficariam responsáveis por escolher as obras a serem compradas para as suas escolas.

A participação nos custos de edição dos manuais didáticos foi a medida adotada para tentar solucionar a demanda do mercado editorial, que se encontrava em um momento de reorganização de seus catálogos de livros didáticos devido às mudanças que emergiram no contexto de mais uma reformulação na organização curricular do sistema de ensino brasileiro, estabelecida pela Lei nº 5.692/71. Era essencial para a política do livro didático, que as obras inscritas no PLIDEF e PLIDEM, estivessem condizentes com a nova configuração de currículo elaborada pelo Conselho Federal de Educação, com a inclusão de novas disciplinas e a reformulação de outras já existentes.

A doutrina do currículo elaborada pelo CFE, tornou-se o elemento mais importante da reforma do ensino de 1º e 2º grau. O núcleo comum para o 1º e 2º graus foi composto das seguintes matérias: Comunicação e Expressão (Língua Portuguesa), Estudos Sociais (Geografia, História e OSPB) e Ciências (Matemática, Física e Biologia). Tornou-se obrigatória, ainda, a inclusão de Educação Moral e Cívica, Educação

Sobre esse contexto de reformulação curricular, é importante para esta pesquisa atentar para as mudanças na disciplina de Estudos Sociais, que trazia em sua configuração anterior, a inserção de conhecimentos sociológicos em sua constituição. Da forma como ela foi estruturada para este currículo, o espaço que antes era dedicado para os conteúdos da Sociologia na educação básica foi destinado para outra disciplina, a Organização Social e Política Brasileira (OSPB), como é possível perceber na análise dos objetivos da disciplina encontrados no parecer nº 853/71 do CFE, realizada por Filgueiras (2011, p. 205).

Estudos Sociais procuraria ajustar o educando ao meio, “cada vez mais amplo e complexo, em que não se deve apenas viver como conviver”, e seria atribuída a ênfase ao conhecimento do Brasil, “na perspectiva atual do seu desenvolvimento”. A Geografia focalizaria a Terra e os fenômenos naturais “referidos a experiência humana” e, a História focalizaria o “desenrolar da experiência através do tempo”. OSPB prepararia para o “exercício consciente da cidadania”. Na prática, os Estudos Sociais unificou a Geografia e a História e passaram a ser ministrados como disciplina escolar em todo o 1º grau, da 1ª a 8ª série. Somente no 2º grau a Geografia e História voltavam a ser disciplinas autônomas, ensinadas separadamente.

Percebe-se, a partir dessa análise, que a nova configuração dava uma ênfase maior para os componentes curriculares História e Geografia na constituição da disciplina de Estudos Sociais, ainda que a OSPB também fosse disciplina autônoma no 2º grau. Em suma, com a nova configuração curricular, o conhecimento sociológico que nos anos anteriores tinha a disciplina de Estudos Sociais como uma porta de entrada para os anos iniciais da educação básica, agora via essa possibilidade inviabilizada. Além da nova configuração, a própria estrutura da disciplina OSPB instrumentalizava conhecimentos caros à Sociologia na educação básica em sua composição.

Contribuía também para a fragilização da Sociologia como disciplina escolar a presença obrigatória da OSPB, cujos objetivos de ensino estavam fundamentados nas teorias das ciências sociais. [...] Dentre esses conteúdos estão as instituições sociais, a vida social e os costumes, a cultura, o Estado brasileiro, a constituição, os processos democráticos, direitos e deveres do cidadão, etc., objetos das análises sociológicas, antropológicas e da ciência política (JINKINGS, 2017, p. 43)

Apesar de recorrer aos conhecimentos produzidos pelas ciências sociais, a nova disciplina pecava na aplicação do rigor científico na análise das categorias sociológicas transformadas em conteúdos escolares por meio da OSPB. Essa constatação é feita por Jinkings (2017), a partir de um estudo sobre os conteúdos dos livros didáticos de OSPB comercializados nesse período, realizado por Perucchi (2009), que analisou a forma que os temas sociedade, trabalho e Estado são abordados nesses manuais didáticos.

A pesquisa revelou um tratamento descontextualizado, mistificador e distorcido dessas categorias, em livros que apresentavam ao estudante uma sociedade brasileira harmônica e estática, destituída de contradições, antagonismos e conflitos sociais. Convertidos em instrumentos ideológicos dos pontos de vista dominantes, os livros de OSPB analisados visaram dar sustentação ao poder estabelecido. Nessa perspectiva, os conceitos de sociedade, classes sociais trabalho assalariado, Estado, democracia e outros foram reelaborados para responder os objetivos de legitimação do governo ditatorial. (JINKINGS, 2017, p. 44)

As transformações que a disciplina de Estudos Sociais sofreu ao longo desse período, afastando-a da produção de conhecimentos sociológicos, nos faz trabalhar com a hipótese de que esse movimento acabou impactando no processo de retorno da disciplina de Sociologia à educação básica, pois é possível observar que no mesmo período foram realizadas mudanças nos currículos dos cursos de licenciatura em Ciências Sociais¹⁹, além de novos livros didáticos serem editados depois de um longo período sem novas edições. Sobre esses livros, falaremos um pouco mais à frente. Antes veremos como a política federal de avaliação e distribuição dos livros didáticos não obteve os resultados esperados.

O modelo de co-edição dos livros didáticos, que pretendia baratear o preço final das obras e valorizar a produção de novas obras alinhadas com as mudanças curriculares implementadas na década de 1970 acabou não produzindo os efeitos esperados pelo governo federal. Impasses dentro do INL

¹⁹ Oliveira (2018) analisou a dinâmica do curso de Ciências Sociais da UFSC na formação de novos professores. No estudo o autor mapeou as mudanças institucionais, através da análise dos currículos do curso, e constatou que antes a visão que se tinha era ampla (incluindo conhecimentos da História, Geografia e Economia), próxima da proposta inicial da disciplina de Estudos Sociais e com o passar dos anos foi centrando no estudo da Antropologia, da Ciência Política e da Sociologia, nos moldes dos atuais cursos de licenciatura.

foram criados, por exemplo, por conta da adoção de livros por disciplina ou “livros integrados”, juntando várias áreas do conhecimento na mesma obra, no intuito de baratear ainda mais as obras e o interesse das editoras em manter o modelo de um livro por disciplina. Essa é uma das hipóteses levantadas para o que pode ter causado a redistribuição de funções sobre o PLIDEF 1976/77, retirando a organização do INL e passando suas atribuições à Fename, fundação criada anteriormente para a produção de materiais didáticos para os professores (FILGIEIRAS, 2011, p. 222).

Além do conflito de interesses entre Estado e mercado editorial, o processo de transferência de atribuições da seleção e distribuição dos livros didáticos do INL para a Fename também foi caracterizado pela presença maior dos estados na avaliação dos manuais.

Com a coordenação do PLD, a Fename firmou convênio com as Secretarias Estaduais de Educação, estabelecendo que o governo federal distribuisse “um determinado montante de livros ao alunado carente da rede oficial do 1º grau, cabendo aos estados participarem com contrapartida financeira e material” (Oliveira, et al., 1984, p. 64). Os recursos para o programa provinham das contribuições das unidades federadas e do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE). Com o convênio, o governo passou a comprar grande quantidade de livros para distribuí-los em determinado número de escolas. (FILGUEIRAS, 2011, p. 222-223)

Essa estrutura perdurou até junho de 1980 quando, por meio da Portaria nº 409, o Ministro da Educação Eduardo Portella extingue a avaliação federal dos livros didáticos, repassando para os estados essa atribuição. Durante os primeiros anos da década de 1980, os estados mantiveram essa estrutura operacional até a criação do Plano Nacional do Livro Didático (PNLD) em 1985, como veremos na sequência deste capítulo.

No entanto, antes se faz necessário discorrer um pouco sobre as transformações nos livros e na disciplina de Sociologia na educação básica. Vimos anteriormente que a disciplina de Estudos Sociais cada vez mais se configurava como uma matéria escolar vinculada a conhecimentos da História e da Geografia e que os cursos de formação de professores acompanhavam esse movimento, produzindo currículos para a formação de cursos de licenciatura em Ciências Sociais/Sociologia. Ao mesmo tempo, acompanhamos a produção de

novos livros didáticos para a disciplina, depois de um longo período sem livros novos editados.

A segunda geração de livros didáticos de Sociologia (1980 até meados dos anos 2000) surge em um contexto de retorno gradual à educação básica, na esteira do processo de redemocratização do Estado brasileiro nos anos 1980. Mais uma vez, o contexto de redefinição do Estado é mote não só para a inclusão da disciplina, como também para a redefinição de seus princípios educacionais.

É nesse processo que a Sociologia emerge como disciplina mais uma vez relacionada à redefinição do Estado. Com a Filosofia, foi considerada fundamental para a formação de jovens portadores de valores democráticos. Surgiram então agentes que protagonizaram movimentos a favor da reintrodução da Sociologia e da Filosofia no elenco de disciplinas optativas dos estados. Especialmente no Paraná, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e Minas Gerais, desde o início dos anos de 1990, a disciplina de Sociologia, mesmo como optativa, manteve uma situação bastante estável, com concursos, propostas curriculares e experiências de formação de professores. (MEUCCL, 2015, p. 255)

Como vimos, a disciplina é reintroduzida nas escolas brasileiras de forma pulverizada, ficando a cargo de algumas secretarias estaduais implementarem suas bases de inserção no currículo do então 2º grau. Esta informação pode nos ajudar a compreender o fato de os livros dessa geração manterem uma estrutura marcada pela diversidade de seu público-alvo. Com efeito, a partir dessas medidas, a demanda por livros didáticos de Sociologia cresce em relação ao período pós-reforma Capanema. No entanto, as editoras mantiveram a estratégia dos livros da geração anterior, de apostarem em livros para os dois públicos-alvo. A diferença destes para os manuais da primeira geração correspondiam aos aspectos estruturais das obras.

Os livros didáticos passaram a apresentar mais ilustrações e exercícios, mas ainda tinham como público-alvo, especialmente no caso da sociologia, tanto estudantes do 2º grau (nova nomenclatura para o ensino secundário, atual ensino médio) quanto aqueles dos primeiros períodos de disciplinas introdutórias do ensino superior. Os livros tinham um tamanho semelhante aos livros não didáticos, na maioria das vezes eram impressos em preto e branco, nem sempre eram acompanhados de um manual do professor, portanto, observam-se indícios de um esforço de didatização do conhecimento sociológico que só irá se complexificar na geração posterior. (MAÇAIRA, 2017, p. 105)

Na esteira desse processo surgem novos estudos sobre os livros didáticos dessa geração. Como vimos anteriormente, a disciplina passa a ser mais presente na educação básica imbuída da tarefa de apresentar aos jovens, através do seu potencial científico, os valores necessários para a formação do cidadão. Para problematizar esse fato, Sarandy (2004) se apoia no trabalho de Meucci (2000), que relaciona os primeiros manuais didáticos à consolidação do campo científico, para delimitar a categoria livro didático, e assim, distingui-la do material empírico por ele analisado.

Como manual didático, portanto, considero essa ampla gama de objetos “variáveis e instáveis” (Batista, 2002; Munakata, 2002), que realizam diversas funções e constituem parte significativa da atividade acadêmica (Kuhn, 2001; Melo, 1999), e que integram o processo de institucionalização de um campo científico (Meucci, 2000). Entretanto, a ambigüidade e limite operacional de uma definição como essa é evidente. Daí que, para fins de pesquisa, estabeleci como manual didático de sociologia para o ensino médio os livros originalmente destinados à escola para serem manuseados por alunos, efetivamente utilizados em aula por professores de sociologia no ensino médio, que apresentam o caráter de compêndios de sociologia geral ou de ciências sociais e que estão incluídos nos catálogos de didáticos de suas editoras. (SARANDY, 2004. p. 25. Grifos do autor)

O fato de alguns manuais não se encaixarem na categorização pensada pelo autor, não quer dizer que esses livros não foram originados de uma demanda escolar. A permanência desses livros no mercado editorial, por mais de duas décadas e por grandes editoras (a maioria reeditados), demonstra que essa demanda existia e tinha certa consistência. No trabalho de Sarandy também é possível vislumbrar uma relação estabelecida, de forma direta ou indireta, entre os autores desses manuais e o ensino de Sociologia na Educação Básica.

É possível pensar que o caráter ambíguo encontrado pelo autor nos manuais produzidos entre as décadas de 1980 e 1990 refletia o período transitório²⁰ pelo qual passava a disciplina, pois, se por um lado os livros fundamentavam-se na ideia de a sociologia ser uma “disciplina crítica”, retrato do pensamento da época para ela, por outro, os livros reproduziam o mesmo

²⁰ Interessante para pensar e ilustrar esse fato é a presença do livro de Nelson Dacio Tomazi (Iniciação à Sociologia) entre os manuais analisados por Sarandy (2004). Anos depois Maçaira (2017) analisa esse e outro livro do mesmo autor (Sociologia para o ensino médio), sendo este um dos dois aprovados no PNLD 2012. Veremos mais à frente que os livros aprovados pelo PNLD serão classificados como condizentes com o perfil da sociologia na educação básica no período pós obrigatoriedade no ensino médio.

formato ligado ao ensino superior, pautado na apresentação de conceitos e da história das ideias sociológicas (SARANDY, 2004, p. 05). Nesse sentido, sem a presença consolidada na Educação Básica, as editoras garantiam as reedições destas obras porque as mesmas poderiam ser utilizadas como ferramentas didáticas em escolas médias e em cursos de graduação, mantendo assim uma dupla demanda.

Diante deste quadro, surge também a hipótese de que o fato de a Sociologia não estar consolidada nos currículos escolares fazia com que as editoras não produzissem seus materiais de introdução às Ciências Sociais com a finalidade única de atender ao Ensino Médio, pois elas não viam nessa disciplina a mesma demanda²¹ que a encontrada em outras disciplinas escolares que tinham distribuição garantida em escolas públicas. As transações financeiras que envolvem a compra de livros, via PNLD, representam a maior parte dos lucros das grandes editoras brasileiras. Nesse contexto, o Estado brasileiro é considerado um dos maiores compradores de livros do mundo (CASSIANO, 2013, MEUCCI, 2014).

Essa situação acabou demonstrando que os livros da segunda geração acabavam não contemplando, de maneira satisfatória, os professores que utilizavam esses manuais como ferramentas pedagógicas. Takagi (2007) estudou quatro livros dessa geração, descrevendo e apresentado a forma como eles eram trabalhados em sala de aula, e como eles se articulavam com as propostas curriculares para a disciplina no estado de São Paulo. A autora apresenta como um dos principais problemas desses livros a desconexão entre seus conteúdos e os objetivos escolares demandados pela disciplina. Nesse caso, era comum a seleção de alguns trechos ou tópicos por parte do professor

²¹ É importante deixar claro que durante esse período em que a sociologia esteve ausente nas escolas ocorreram diversas mudanças no processo de produção e distribuição de livros didáticos no Brasil. No início do século XX essa demanda era essencialmente suprida por editoras de propriedade familiar, isso quando os livros não eram produzidos pela própria escola. Com a criação do PNLD (Decreto Nº 91.542, de 19 de agosto de 1985) a produção e distribuição de livros escolares no país migra para o oligopólio de grandes grupos empresariais (nacionais e internacionais) ligados às telecomunicações, que concentram a maior parte das transações que envolvem a compra de livros através dessa política pública (CASSIANO, 2013). Em suma, o período de reintrodução da sociologia nas escolas ocorre paralelamente a criação e expansão do PNLD. Mais adiante no trabalho veremos como essa política pública impacta na criação dos livros editados por esses grupos.

no momento de sua utilização em sala de aula. Outro aspecto destacado negativamente diz respeito à linguagem utilizada pelos autores dos livros didáticos, muitas vezes desconexa com a realidade vivenciada pelo jovem educando.

Ao analisarmos os livros didáticos dessa pesquisa, identificamos dificuldades semelhantes, especialmente no que se refere a linguagem, uma vez que esta não prioriza a compreensão dos educandos e está descontextualizada da produção científica. Além dessas questões, identificamos problemas de continuidade, na medida em que os capítulos não dialogavam entre si e não relacionavam as imagens, mapas, gráficos e tabelas com os textos. (TAKAGI, 2007, p. 207)

Interessante perceber que o problema com relação aos livros desse período coincide com a falta da presença do Estado como agente interessado na produção do conhecimento relacionadas aos livros de Sociologia, pois as políticas de avaliação e distribuição de livros didáticos era destinada aos estudantes do ensino fundamental. Em suma, os problemas identificados pela autora provinham do fato de os livros dessa geração não terem a sua destinação específica para o ensino médio. Em seu estudo, o parâmetro estabelecido é justamente o utilizado pelo PNLD, programa que viria a atender as obras de Sociologia cerca de 30 anos depois da primeira publicação dos manuais analisados por Takagi.

[...] não há como abandonar os livros didáticos, mas há meios de forçá-los a sanarem seus problemas, ao serem avaliados de acordo com os critérios do PNLD, sendo obrigados a promoverem adequação para ingressarem no programa. Enquanto o livro didático de Sociologia não integra o programa de aquisição do Governo Federal, esperamos que os professores analisem mais atentamente essas obras, a fim de identificar seus problemas e discuti-los com os alunos. (TAKAGI, 2007, p. 207)

Podemos considerar esse um preâmbulo do caminho que esta pesquisa vai percorrer a partir de agora. Voltaremos a analisar os livros de Sociologia mais na frente nesse estudo, pois os livros da terceira geração são justamente aqueles que serão analisados pelo PNLD. No entanto, cabe ressaltar a importância que

a observação das políticas de avaliação e distribuição de livros tem para a compreensão do processo de institucionalização da disciplina de Sociologia na educação básica. Ao acompanhar suas mudanças, nos foi possível estabelecer conexões entre os agentes responsáveis pela implementação da disciplina em diferentes períodos, em âmbito estatal, e o papel dos livros de Sociologia na produção de manuais didáticos ao longo dos anos.

Antes de finalizar o capítulo, se faz necessária uma discussão mais ampla sobre o funcionamento do PNLD e a maneira pela qual as obras de Sociologia foram avaliadas nos editais 2012, 2015 e 2018 do programa.

1.5 O surgimento do Plano Nacional do Livro Didático (PNLD) e a inclusão da disciplina de Sociologia no programa.

Com a criação do Plano Nacional do Livro Didático (PNLD), a partir do Decreto nº 91.542, de 19 de agosto de 1985, foi que o Estado brasileiro realmente se propôs, de forma progressiva, a atender toda a demanda das escolas públicas, referente a obtenção de livros didáticos para seus professores e alunos. O PNLD apresenta mudanças significativas em relação ao PLIDEF, dentre as quais destacam-se: a indicação do livro didático pelo professor; reutilização do livro, abolindo o livro consumível; extensão da oferta, ofertando distribuição universal para os alunos do antigo 1º grau (1ª a 8ª séries); centralização da operação financeira através do Fundo de Amparo ao Estudante (FAE), retirando a obrigação que antes cabia aos entes federativos. (CASSIANO, 2013, SOUSA, 2017).

As mudanças implementadas no período de redemocratização do Estado brasileiro apontavam para a construção de uma política pública capaz de promover, em conjunto com outras ações governamentais, a “universalização do então 1º grau gratuito e ofertado com qualidade, assim como a busca de justiça social.” (CASSIANO, 2013, p. 60). No entanto, as mudanças não foram capazes, em um primeiro momento, de solucionar uma série de problemas no modelo organizacional do programa, que fora herdado do PLIDEF.

Os principais desafios referiam-se à implantação de melhorias no modelo operacional que era extremamente vulnerável ao lobby aplicado por diferentes atores ligados à execução da política pública. Editores, fornecedores e empresas de transportes transformavam os burocratas da Diretoria de Apoio Didático Pedagógico (DADP) em agentes defensores de interesses privados no centro decisório do PNLD. Essa relação era possibilitada pelo fato da FAE, através da DADP, centralizar e monopolizar a operação da política pública, pois o órgão era responsável pelo desenvolvimento de apoio pedagógico, além de coordenar as atividades de seleção/indicação de títulos, aquisição, distribuição e controle de qualidade dos livros didáticos. (CASSIANO, 2013, p. 65). Este problema fora evidenciado recentemente por Carlos Chiarelli, então ministro da Educação durante o governo Collor (1990-1991), em entrevista ao jornalista Antônio Gois (2018):

Teve um episódio que foi de extrema significação, mas que chegou a um ponto meio humorístico. Havia uma pressão terrível no ministério. Não vou dar nomes, evidentemente, mas cinco editoras dominavam no Brasil o livro didático. Dominavam de maneira total. O ministério só renovava a carta de licitação e encomendava os livros, que eram uma fortuna. Eu cheguei e recebi visita de figuras – aliás, até ligadas à grande imprensa, que criticavam o governo – para ver como é que ia funcionar o sistema do livro didático. Eu disse: “Vai funcionar muito bem, nós vamos fazer uma licitação e vamos abrir o espaço”. Aí, uma das grandes revistas do Brasil foi fazer queixa minha ao presidente da República, que me comunicou que eu receberia algumas críticas por ter dito que ia fazer uma licitação. Eu disse: “Eu não penso mais em licitação. Penso em abrir para as editoras todas, pequenas e médias, e fazer uma grande eleição. Vou fazer uma grande eleição, presidente. Pode? Está de acordo?”. “Estou.” “Os professores brasileiros de Ensino Médio, de Ensino Básico vão votar qual é o livro que eles querem que o aluno tenha. Não importa a editora, se o professor acha que é bom, para mim é suficiente.” Eu recebi críticas da revista e de outros órgãos, muitos vinculados à grande mídia. Mas fizemos a eleição e votou o Brasil inteiro. Rompemos com uma espécie de oligopólio que havia. Isso custou muito em termos de notinha de jornal, de críticas, mas passou a ser praticamente um modelo, que depois foi ajustado. (GOIS, 2018, p. 68-69)

A fala do ex-ministro evidencia outro problema dos primeiros anos do PNLD, que residia no fato de que as maiores editoras de didáticos, à época, concentravam a maior parte das vendas de livros para as escolas públicas brasileiras. No período de 1985 até 1991, houve a participação de 64 editoras no

PNLD, no entanto, o fornecimento de 84% dos livros foi feito por apenas sete editoras: Ática, Brasil, FTD, IBEP, Nacional, Saraiva e Scipione, restando 16% para as outras 57 editoras que participaram do processo. (CASSIANO, 2013, p. 72)

Por fim, havia um problema na logística de entrega dos livros. Nos primeiros anos do PNLD era comum as transportadoras atrasarem meses e, em alguns casos, os livros chegaram a atrasar mais de um ano. Segundo o ministro da Educação durante o governo Itamar Franco, Maurílio Hingel (1992-1994), o modelo de entrega adotado pelo ministério causava esse tipo de problema, pois a compra e a entrega se davam através de licitação. A saída encontrada pelo MEC passou pela centralização das entregas nas operações da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos.

O que estava errado no livro didático? Por que o livro didático chegava depois de iniciado o ano letivo? De novo, chegamos à conclusão de que [o problema] era o modelo. O MEC fazia uma licitação dos livros didáticos a serem adquiridos e depois tinha de licitar a empresa ou as empresas que iam entregá-los às escolas. Está aí o nó. Isso não funciona em um país de 8 milhões e 500 mil quilômetros quadrados e mais de 5 mil municípios. Como fazer? Temos que inovar. A inovação foi muito simples: em 1993, compramos o livro didático duas vezes, para 1993 e para 1994. Porque, a partir do momento em que o livro didático é comprado no ano anterior ao ano letivo, ele vai chegar à escola antes do início do ano letivo. Não parece o óbvio? O óbvio às vezes é ignorado pelo burocrata ou por alguém que não está interessado em descobrir uma solução. No caso do livro didático, fomos além, porque se tratava da distribuição do livro. Descobrimos, em armazéns em São Paulo, milhares e milhares de livros didáticos transformados em aparas de papel para a produção de papel higiênico porque a empresa encarregada de entregá-los não os entregou, simplesmente os transformou em papel comum a ser usado em outra finalidade. Então, como resolver esse problema? A solução foi recorrer à Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos. Por sua natureza, ela tem que estar presente em todos os municípios brasileiros, nem que seja [em] uma casinha de uma porta. Contratamos a empresa para entregar o livro didático. Ela se sentiu honrada, gostou da ideia, e também porque entrou um recurso – pagamos para entregar. A empresa fez um precinho até mais camarada e assegurou que o livro didático chegasse às escolas antes do início do ano letivo de 1994. (GOIS, 2018, p. 98-99)

Com efeito, o PNLD nos seus primeiros anos caminhou convivendo com diversos pontos de estrangulamento que o impedia de promover, de maneira eficaz, a distribuição universal de livros para os estudantes do ensino

fundamental e, dessa forma, contribuir com a promoção de justiça social no campo da educação. Discurso que serviu de mote para a criação do programa no Brasil redemocratizado.

No entanto, a primeira fase do PNLD não foi caracterizada só por seus problemas. É possível perceber que, nos últimos anos desse período algumas ações foram realizadas a fim de solucionar boa parte desses pontos de estrangulamento, porém, estava claro que a relação entre os agentes envolvidos, tanto no planejamento quanto na execução da política, não conseguiam estabelecer um pacto capaz de gerar organicidade suficiente que atendesse os interesses do Estado, que não conseguia entregar os livros nas escolas em quantidade satisfatória e no tempo correto; das editoras, que não conseguiam dar conta da demanda que vinha do governo; e das escolas, que não tinham acompanhamento durante o processo de escolha, além de ficarem à mercê de livros que, sem um crivo de uma boa avaliação, chegavam às escolas com erros graves.

Como veremos na próxima seção, uma série de mudanças realizadas durante o governo de Fernando Henrique Cardoso irá mudar o desenho da engenharia operacional do PNLD. Somente com essas mudanças é que teremos uma melhor visualização do papel dos diferentes agentes envolvidos na relação Estado/mercado editorial/sociedade fomentada por esta política pública.

1.6 Consolidação e ampliação do PNLD.

Ainda no final do governo Itamar Franco é elaborado o Plano decenal educação para todos (1993-2003). Neste documento, o governo aponta como problemática referente aos livros didáticos comprados pelo governo, a baixa qualidade e a forma como estes são oferecidos aos professores que, na avaliação do governo à época, não tinham a preparação adequada para escolherem os livros. Em 1994 uma comissão do MEC divulga os resultados de um estudo realizado no ano anterior, onde foram analisados dez livros por disciplina. Os especialistas encontraram erros que vão desde a reprodução de

preconceitos à erros conceituais e informações desatualizadas. (CASSIANO, 2013, p. 80)

Diante destes problemas, o governo de Fernando Henrique Cardoso, do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), inicia uma série de modificações na estrutura organizacional do programa, a fim de resolver os problemas da avaliação pedagógica e da logística de compra e entrega dos livros didáticos aprovados pelo PNLD, melhorando a operacionalização da política pública.

Em 1996, o MEC implanta a avaliação pedagógica por área. Após a avaliação negativa nos últimos processos seletivos, o ministério formou comissões divididas por áreas de conhecimento com o objetivo de estabelecer, de forma objetiva, os critérios de avaliação de cada disciplina. Desde então, a avaliação dos livros é padronizada: um edital de convocação normatiza a inscrição dos livros, que é feita pelas editoras. Nesse momento são verificados as condições físicas do livro (tamanho e número de páginas) e o atendimento às demais normas, especificadas no edital em vigor. Num segundo momento, os livros seguem para a avaliação pedagógica, onde um conjunto de especialistas²² verificam se os livros atendem aos critérios gerais de classificação, a saber: adequação didática e pedagógica conforme a especificidade de cada disciplina; qualidade editorial e gráfica e a pertinência do manual do professor para o docente no planejamento e execução da prática pedagógica. Por fim, foram estabelecidos critérios para a eliminação das obras que: expressassem preconceitos de qualquer origem e/ou apresentassem erros conceituais referentes a ciência de origem de cada disciplina. (CASSIANO, 2013, p. 115-116).

Além das mudanças acima citadas, o governo FHC ampliou a aquisição, expandindo a compra de exemplares de todas as disciplinas do ensino

²² Em 1996 com a mudança na avaliação dos livros didáticos o governo designa especialistas para cada disciplina na coordenação de área de ligada à Secretaria de Educação Fundamental (SEF), que viria futuramente a ser a Secretaria de Educação Básica (SEB). Para o PNLD 2002 as avaliações pedagógicas passaram a ser realizadas diretamente pelas universidades de origem dos coordenadores de áreas.

fundamental²³ e continuou o planejamento de entrega dos livros didáticos centralizado pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT), medida adotada pelo governo anterior. Ainda sobre o planejamento e a organização logística, o governo determinou, desde 1995, que a entrega do livro didático só deveria ocorrer mediante o cadastro da escola no censo escolar. Desse modo, o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) passou a definir a quantidade de livros adquiridos com base nas projeções de crescimento das matrículas, organizando de forma cíclica e sistemática a compra de novos livros para as escolas. Com a nova organização, a cada ano haveria uma diferenciação das séries contempladas com a aquisição de novos livros; em um ano, as séries iniciais e, em outro, as séries finais do ensino fundamental. Para cada ano em que um conjunto de séries não fosse contemplado com livros novos, o ministério arcaria apenas com despesas referente às projeções de aumento nas matrículas e com as reposições. O intuito da ação era fazer com que a entrega ocorresse no período correto, além de evitar prejuízos com a compra de livros excedentes à realidade de matrículas projetadas (CASSIANO, 2013).

Outra mudança implementada por este governo relacionada ao PNLD, diz respeito a criação, em 1997, do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), autarquia vinculada ao MEC²⁴, que tem por finalidade captar recursos financeiros e canalizá-los para a execução de parte dos programas do MEC, incluindo a operacionalização do PNLD, através de auxílio financeiro e apoio técnico²⁵. Ao incluir o programa no rol de ações financiadas e executadas pela autarquia, o governo acaba por garantir os recursos necessários para a permanência de expansão do PNLD.

Sobre a operacionalização da compra e distribuição dos livros didáticos o governo apresenta um modelo centralizado, ou seja, após o período de escolha dos professores, o pedido de diversos estados para um mesmo livro seria negociado diretamente com a editora, fazendo com que a demanda aumentasse

²³ Antes apenas as séries iniciais do ensino fundamental, além da alfabetização eram contempladas com aquisição de livros didáticos nas escolas públicas.

²⁴ Substituindo o Fundo de Amparo ao Estudante (FAE).

²⁵ Para maiores informações sobre as finalidades do FNDE consultar o sítio: <https://www.todospelaeducacao.org.br/conteudo/perguntas-e-respostas-o-que-e-o-que-faz-o-fnde>. Acesso em 21/09/18.

e possibilitasse um maior poder de barganha para o Estado²⁶. Na época, a proposta foi levada ao Conselho Nacional de Secretários de Educação (CONSED), que poderia continuar com a opção da compra descentralizada, recebendo os recursos do FNDE e cada entidade subnacional se responsabilizaria pela compra e distribuição dos manuais nas escolas públicas. De início, alguns estados aderem ao plano, porém, declinam de suas decisões devido às dificuldades em negociar bons preços com as editoras, o que elevava os custos para os estados em comparação ao modelo centralizado²⁷.

É possível perceber que, com esse novo modelo organizacional, o PNLD nos apresenta claramente o papel e a função de cada agente envolvido no processo. Com as melhorias implementadas através da compra cíclica e sistemática o governo conseguiu acabar com os problemas logísticos que afligia o programa nos governos anteriores. Dessa forma, o Estado conseguia planejar de forma antecipada e, com isso, cumpria com a sua parte no processo de maneira eficaz. Por outro lado, as editoras também conseguiam cumprir com as metas de produção e entrega dos livros no período correto. E, por fim, as escolas recebiam os livros em condições de utilizá-los durante todo o ano letivo.

Sobre a qualidade dos livros, a avaliação pedagógica possibilitou a revisão dos livros e uma melhor triagem quanto ao conteúdo dos manuais que chegavam às mãos dos professores durante o período de escolha. Além disso, com a criação do guia dos livros didáticos, os docentes agora teriam melhores condições para discernirem sobre que livro melhor atenderia às necessidades de sua escola. Por fim, foi ampliado o rol de agentes envolvidos no processo, ao delegar às universidades a avaliação pedagógica por área, fortalecendo a relação constituída entre Estado/mercado editorial/sociedade.

²⁶ Para ilustrar a discrepância entre os valores dos livros comprados pelo Estado aos disponíveis no mercado, Sousa (2017) levantou os preços dos livros de Sociologia aprovados no PNLD 2015. Em média o governo paga 10% do valor cobrado nas lojas. Por exemplo, o livro com o maior número de escolhas, Sociologia em movimento da editora moderna foi adquirido pelo governo a R\$ 11,68, o mesmo livro custava R\$ 165,00 no site da editora.

²⁷ Os estados que aderiram inicialmente a proposta de descentralização da operação do PNLD foram: Minas Gerais, Espírito Santo, Goiás, Maranhão, Paraíba, Paraná, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e São Paulo. Porém, apenas Minas Gerais e São Paulo levaram a proposta adiante por um período maior. Minas até o ano 2000 e São Paulo até 2006. Hoje todos os estados participam da operação centralizada de compra e distribuição dos livros. (CASSIANO, 2013, p. 93)

Com efeito, as mudanças implementadas por este governo ajudaram a dar perenidade ao programa. O modelo operacional estabelecido fora replicado durante os governos seguintes (Lula 2003-2010 e Dilma 2011-2016) e utilizado para ampliar o PNLD com a aquisição de livros para o ensino médio, para a educação de jovens e adultos (EJA) e a distribuição de dicionários.

Aqui, é importante ressaltar que a ampliação do PNLD e a criação de novos programas de distribuição de livros no Brasil só fora possível com o aumento significativo e progressivo no repasse de recursos financeiros para a educação durante os governos Lula e Dilma, do Partido dos Trabalhadores (PT). Esta política de governo foi que possibilitou a inclusão das disciplinas do ensino médio, atendendo assim, tanto aos interesses da sociedade, que pôde ver as escolas públicas serem melhoradas com a distribuição de livros gratuitos para seus alunos e professores; quanto do mercado editorial, que viu a sua produção e seus lucros crescerem consideravelmente com a ampliação do programa²⁸.

É nesse contexto de consolidação que o PNLD se torna espaço social ideal, através de sua avaliação pedagógica, para a ação de comunidades epistêmicas na produção de discursos e sentidos para as diversas disciplinas escolares. Nas próximas seções iremos nos concentrar no trabalho desses grupos, em especial àqueles ligados a avaliação dos livros de sociologia para a educação básica.

²⁸ Durante a mudança de governo em 2002 a Associação Brasileira dos Editores de Livros Escolares (Abrelivros) e a Associação Brasileira de Autores de Livros Educativos (Abrale) elaboraram o documento: *Para formar um país de leitores: contribuições para a política de livro escolar no Brasil* que trazia dentre as suas recomendações a permanência do PNLD, a inclusão de livros para o ensino médio, a inclusão de livros de língua estrangeira (inglês e espanhol) e que fosse revista a posição de não adquirir livros consumíveis (CASSANO, 2013, p. 145-146). Todas essas reivindicações foram atendidas progressivamente pelos governos petistas.

2. A INSTITUCIONALIZAÇÃO DA COMUNIDADE EPISTÊMICA EM TORNO DA AVALIAÇÃO DE LIVROS DIDÁTICOS DE SOCIOLOGIA E SUA DINÂMICA DE CIRCULAÇÃO DAS IDEIAS.

Como vimos no capítulo anterior, o PNLD se caracteriza por ser uma política pública cultural que, a partir de sua engenharia operacional, proporciona a atuação de agentes responsáveis pela produção de ideias sobre a formatação da estruturação pedagógica de várias disciplinas na avaliação dos livros didáticos distribuídos por essa política pública para todo o país.

Na forma como a política foi consolidada, a relação com os núcleos de produção do conhecimento proporcionou uma avaliação criteriosa desses manuais que foi capaz de amenizar as tensões entre Estado e mercado editorial que marcaram os primeiros editais do PNLD, como apresentamos no capítulo anterior. Dessa forma, partimos do pressuposto de que parte do êxito alcançado pelo PNLD na seleção e distribuição dos livros didáticos se deve às relações estabelecidas com uma comunidade de especialistas que, ao longo de suas trajetórias intelectuais, se dedicaram ao estudo das disciplinas escolares em sua totalidade, das políticas curriculares às formas de mediação didática.

Aqui é importante lembrarmos que a procura por comunidades epistêmicas na etapa de avaliação do PNLD já existia quando a política foi ampliada, possibilitando a inclusão da disciplina de Sociologia no conjunto de matérias contempladas com livros nas escolas públicas. Esse fato ocorre logo após a obrigatoriedade da inclusão da disciplina no currículo das escolas de ensino médio do país, um marco para a institucionalização recente da Sociologia na educação básica.

Dito isto, iremos apresentar neste capítulo o contexto que proporcionou a formação de uma comunidade epistêmica em torno da avaliação dos livros de Sociologia via PNLD. Apresentaremos os contextos de expressão da comunidade epistêmica, dando ênfase para a importância da produção intelectual desses agentes no processo de inclusão da disciplina de Sociologia no PNLD. Delimitamos como contexto de expressão dessa comunidade a realização do Grupo de Trabalho: *Ensino de Sociologia* dentro do Congresso

Brasileiro de Sociologia realizado pela SBS. Buscaremos, na análise das comunicações (ou seus resumos), aferir o impacto da inclusão da disciplina no PNLD na dinâmica de produções sobre o tema ao longo de sua realização (2005 – 2019).

Outro contexto de expressão da comunidade epistêmica analisado nesta tese será a produção de teses e dissertações sobre os livros didáticos de Sociologia. Realizaremos uma análise dessas produções enfocando a importância desses estudos para a constituição de categorias capazes de aprimorar a avaliação dos livros de Sociologia. Assim como na análise das comunicações dos GT, faremos uma reflexão sobre o impacto do PNLD nos estudos mais recentes sobre o tema.

Ao final deste capítulo faremos o cotejo das principais categorias mobilizadas pela comunidade epistêmica com a ficha de avaliação utilizada como orientação para o trabalho dos pareceristas recrutados pelo PNLD. Essa aproximação se faz necessária para pensarmos na dinâmica de circulação das ideias estabelecida pela relação do Estado com os núcleos de produção do conhecimento, assim como o impacto da política pública na continuidade das pesquisas sobre o tema.

2.1 A dinâmica de circulação de ideias na produção de teses e dissertações sobre os livros didáticos de Sociologia.

Os livros e manuais didáticos possuem um papel central na institucionalização e na circulação do conhecimento escolar de sociologia. As pesquisas que iremos analisar nesse capítulo demonstram que, do início do século passado até o período recente, três gerações de livros (MAÇAIRA, 2017) nos ajudam a compreender a forma como o conhecimento sociológico é difundido em âmbito escolar. Seja por nos apresentar os princípios didáticos e pedagógicos, seja para nos demonstrar o papel atribuído à disciplina em contextos de transformações no Estado brasileiro (MEUCCI, 2000, 2015).

Estas reflexões nos chegam até aqui através de um extenso trabalho mobilizado por pesquisadores de todo o país, que analisaram essa temática em artigos de periódicos de grande circulação e, principalmente, em dissertações e teses defendidas por programas de pós-graduação nas áreas de Sociologia, Antropologia, Ciências Sociais e Educação. Dito isto, este capítulo tem por objetivo analisar, à luz das teorias do contextualismo linguístico de Quentin Skinner (2000) e John Pocock (2003), a produção acadêmica referente aos livros didáticos de sociologia para a educação básica²⁹.

A partir deste mapeamento, pretendemos levantar algumas hipóteses possíveis para a análise dos livros enquanto artefatos de difusão e circulação do conhecimento escolar de sociologia. Além disso, como esse conhecimento foi potencializado e difundido através da avaliação dos livros aprovados no Plano Nacional do Livro Didático (PNLD). Para tanto, é importante ressaltar sua ligação com o processo de institucionalização desta disciplina nos currículos da educação básica brasileira. Como vimos no capítulo anterior, os livros de Sociologia dedicados à educação básica acompanharam, de certa forma, os momentos em que a disciplina se fez presente nessa modalidade de ensino.

Dessa forma, a análise será feita situando os trabalhos acadêmicos aos diferentes contextos da história dos livros de Sociologia produzidos para serem usados nas escolas. Aqui, o recorte temporal utilizado será o da inclusão da disciplina de Sociologia no PNLD, pois esta política pública potencializou o alcance do livro didático, enquanto difusor do conhecimento científico nas escolas (MEUCCI, BEZERRA, 2014). Para melhor organizar o levantamento dos trabalhos produzidos, dividimos a apresentação em dois blocos.

O primeiro reúne trabalhos concluídos entre os anos de 2000³⁰ a 2012, período referente ao levantamento feito por Handfas (2017) que, coincidentemente, se encerra no ano em que a sociologia é incluída no PNLD.

²⁹ Alguns trabalhos apresentados nesse conjunto já tiveram apreciação analítica nos capítulos anteriores. É o caso dos trabalhos de Meucci (2000) e Maçaira (2017) por exemplo. Nestes casos, abordaremos as principais contribuições teóricas e metodológicas sobre a temática.

³⁰ Nos trabalhos de Takagi (2007) e Maçaira (2017) consta que a dissertação de Olavo Machado, intitulada O ensino de ciências sociais na escola média de 1996, analisa alguns livros didáticos, na condição de produtores indiretos de currículo. Entretanto, durante a produção desta pesquisa não conseguimos uma cópia deste trabalho e por isso não incluímos ele nas análises das teses e dissertações que realizamos no decorrer deste trabalho. Dessa forma, iniciamos nosso recorte temporal a partir da publicação do trabalho de Meucci em 2000.

Em um outro bloco, apresentamos as teses e dissertações monitoradas pelo Laboratório de Ensino de Sociologia Florestan Fernandes (LABES/UFRJ)³¹, produzidas entre 2013 e 2017, que abordam a temática do livro didático de sociologia dialogando com a presença da disciplina no PNLD. Por fim, apresentamos algumas análises acerca da circulação das ideias contidas nesses trabalhos e sua captação pelo Estado, produzindo o *encaixe institucional* (CARLOS, 2017) que viabilizou a formação de uma *comunidade epistêmica* (HAAS, 1992) responsável pela produção de conhecimento no âmbito do PNLD.

2.1.1 O impacto do estudo dos livros didáticos nas pesquisas sobre a sociologia no ensino médio

Atualmente a disciplina de sociologia está presente em escolas de ensino médio de todo o país. Como vimos anteriormente, esta presença na prática consolida um processo de retorno progressivo do conhecimento sociológico, que fora iniciado em meados dos anos 1980. Nos últimos tempos, ampliou-se o espaço de atuação profissional de cientistas sociais junto ao magistério da educação básica de forma estruturada em todo o país. Paralelamente a esta estruturação, cresceu o interesse de professores e pesquisadores pela sociologia na educação básica enquanto objeto de reflexão acadêmica especializada no campo das ciências sociais e da educação.

Estas pesquisas, em sua maioria, voltaram-se para as seguintes temáticas: (1) sentidos da sociologia; (2) história da disciplina; (3) currículo de sociologia; (4) condições de trabalho do professor; (5) identidade do professor; (6) formação do professor; (7) práticas pedagógicas e ensino de sociologia, incluindo: recursos audiovisuais, recursos didáticos, tecnologias de informação e comunicação – TIC; (8) representações de professores e/ou alunos; (9) livros didáticos; (10) processos de lutas pela institucionalização da sociologia no ensino médio; (11) licenciatura em ciências sociais; (12) sociologia como disciplina escolar; (13) sociologia e cidadania (HANDFAS, 2017, p. 08). Esse

³¹ Disponível em: <http://www.labes.fe.ufrj.br/>. Acesso em: 19 jun. 2017.

cabedal de estudos, que articulam licenciaturas e programas de pós-graduação aos contextos políticos, pedagógicos e escolares, contribui para a formação de uma autônoma área de produção do conhecimento ligada à presença da Sociologia na educação básica.

A partir da delimitação feita por Handfas é possível perceber que, apesar de um número pequeno de produções³², as pesquisas que empreenderam análises dos livros de Sociologia se mostraram importantes para a consolidação deste campo de produção acadêmica, principalmente nesse período de retomada de estudos sobre a Sociologia na educação básica. Verificar a importância dessas produções no contexto de difusão de uma área do conhecimento denota uma atenção a uma situação histórico-social, do ponto de vista sociológico, caracterizada por uma circulação maior de ideias entre os diferentes grupos de pesquisadores, ou seja, atesta a circulação social do pensamento (MANNHEIM, 1972, p. 31).

Para melhor compreender a forma como as ideias circularam nesse período, fizemos uma breve análise dos trabalhos desenvolvidos no período (2000-2012), que tomaram os livros didáticos de Sociologia como objeto de análise integral ou parcialmente em suas pesquisas.

A dissertação *A institucionalização da sociologia no Brasil: os primeiros manuais e cursos*, de Simone Meucci (2000), analisa os primeiros manuais de Sociologia produzidos no Brasil e a sua importância para a institucionalização das ciências sociais no país. A autora destaca o papel fundamental que os livros tiveram enquanto difusores do conhecimento científico, possibilitando a rotinização da sociologia, primeiro nas escolas secundárias e em seguida nos cursos universitários, criados a partir da década de 1930. O trabalho de Meucci é valioso para o estudo dos livros didáticos por relacionar o contexto de produção dos manuais à história da sociologia no sistema de ensino brasileiro, além de contextualizar a situação do mercado editorial da época, que, ao se mostrar amplamente favorável à produção de livros didáticos, ajudou a nacionalizar os livros levando as ciências sociais às escolas secundárias de todo o país.

³² Das 41 dissertações e 2 teses analisadas pela autora, apenas seis dissertações de mestrado correspondem a análises de livros didáticos de Sociologia.

Também cabe ressaltar que a dissertação apresenta uma importante compreensão do significado da contribuição do conhecimento sociológico exposto nos primeiros manuais, ligada à expansão da cultura científica, aos ideais de patriotismo e civilidade e aos padrões de cultura erudita na época (MEUCCI, 2000, p. 56). Para além de um estudo dos livros didáticos, a dissertação nos mostra o perfil e o papel desempenhado pela disciplina no período de sua chegada no Brasil, em especial a sua vinculação com a estrutura estatal implementada na época (MEUCCI, 2015).

O trabalho de Walnirei Guelfi (2001), intitulado *A sociologia como disciplina escolar no ensino secundário brasileiro: 1925-1942*, estuda o papel dos livros didáticos na construção do currículo de sociologia no período em que a disciplina pela primeira vez esteve presente como obrigatória no ensino secundário brasileiro (1925-1942). Nessa perspectiva, o livro didático é tomado como parte da história da disciplina escolar de sociologia. Ao comparar os sumários de alguns manuais produzidos na década de 1930, a autora constatou que as mudanças nos conteúdos sociológicos acompanhavam as transformações culturais que ocorriam na época, além de pesquisas incipientes realizadas nos recém-criados cursos universitários. Em seu trabalho destaca-se, ainda, o fato de os livros privilegiarem uma explicação sociológica que visava compreender a modernidade e a realidade social. Por fim, cabe destacar que o trabalho contém informações interessantes acerca da dinâmica do mercado editorial de livros didáticos em um período em que a sociologia deixa de ser disciplina obrigatória do ensino secundário. No caso, a autora apresenta o movimento que alguns autores de livros didáticos fizeram para manter suas obras em circulação mesmo com um público-alvo diverso, formado por estudantes da educação básica (Escola Normal e como disciplinas optativas) e de cursos de graduação.

Em uma outra dissertação, a tomar como temática de pesquisa os livros didáticos de sociologia, denominada *A sociologia volta à escola: um estudo dos manuais de sociologia para o ensino médio no Brasil*, de Flávio Marcos Sarandy (2004), encontramos mais uma análise sobre os manuais produzidos no período

de reinserção da disciplina de Sociologia na educação básica brasileira³³. Em sua interpretação dos livros, o autor constata uma dupla caracterização dos manuais de sociologia, a saber: a forte ênfase em conceitos das ciências sociais e a fundamentação no pressuposto de que o conhecimento sociológico propicia uma “consciência crítica” interventora sobre a realidade social e relevante para o desenvolvimento da cidadania. A pesquisa de Sarandy também se mostra interessante ao delimitar, para fins de pesquisa, os livros introdutórios ao conhecimento sociológico, classificados na categoria didáticos, justificando a escolha dos livros utilizados como material empírico de sua análise. Mesmo ressaltando o caráter ambíguo que as obras analisadas apresentam, o trabalho realizado é interessante para perceber como ocorreu a transição entre as diferentes gerações de livros didáticos, pois, mesmo mantendo uma estrutura de escrita e escolha dos conteúdos similar à dos primeiros manuais que foram reeditados ao longo dos anos 1940-1970, os livros produzidos a partir da década de 1980 já dialogavam com o ideal moldado para a disciplina no contexto de sua reinserção na educação básica.

Outro trabalho sobre os livros de sociologia utilizados em escolas de ensino médio durante o período de reinserção da disciplina é a dissertação de Marival Coan (2006). Nesta pesquisa, o autor analisa a abordagem que os livros dão à categoria trabalho, à luz da compreensão marxista sobre o tema. A escolha dos livros analisados nesta dissertação se deu a partir do retorno de questionários aplicados junto a professores da região da grande Florianópolis, Santa Catarina, sendo a primeira desta leva inicial de trabalhos sobre livros didáticos de sociologia a estabelecer contato com o trabalho docente. Um outro aspecto relevante no trabalho de Coan é o fato de, pela primeira vez, se tentar estabelecer uma relação entre os manuais de Sociologia e o Plano Nacional do Livro Didático (PNLD) ao levantar a hipótese de que o baixo interesse das editoras por novos livros didáticos de sociologia reside no fato de a disciplina não

³³ Segundo Santos (2002), a partir de 1982 temos um período de reinserção gradativa da sociologia no ensino médio. É o período de redemocratização do Estado brasileiro, onde os profissionais da área ganham destaque no cenário político nacional, fomentando a fundação de associações e sindicatos que tomam a frente da luta política em torno de uma legislação específica para o ensino de sociologia, a partir da nova lei de diretrizes e bases para a educação (LDB Lei nº 9394/96).

estar incluída na política federal de seleção e distribuição de livros naquele período. Por fim, é interessante destacar que a pesquisa de Coan inaugura uma característica comum nas análises recentes de livros didáticos de Sociologia, que é a apreciação de um tema específico contido nos manuais didáticos da disciplina.

A última produção deste período a analisar os livros didáticos de Sociologia é a dissertação de Cassiana Tiemi Tedesco Takagi (2007), que analisa os livros buscando estabelecer uma relação destes com outras fontes de conhecimento ligadas ao ensino de Sociologia, tais como as propostas curriculares (Parâmetros curriculares nacionais além das matrizes curriculares do estado de São Paulo) e os planos elaborados pelos estudantes do curso de Licenciatura em Ciências Sociais da Universidade de São Paulo (USP). Mesmo se tratando de livros escolhidos pelos licenciandos para a condução de suas aulas práticas, a autora constata que esses manuais possuem rara similaridade quanto aos objetivos educacionais para a disciplina elencados pelas outras fontes. Um aspecto interessante no trabalho de Takagi reside no fato dos livros terem sido analisados com base nos critérios estabelecidos pelo PNLD. Como, na época, a disciplina de sociologia ainda não estava contemplada pelo programa, a autora utilizou de sua experiência, como avaliadora dos livros de história para o ensino fundamental, para estabelecer a proximidade entre os critérios de avaliação nos editais do PNLD e as obras de Sociologia analisadas na pesquisa.

Sobre esses primeiros trabalhos é interessante perceber que, apesar de analisarem um material empírico diferente, no que diz respeito ao conteúdo e ano de publicação dos livros, é possível identificar um diálogo entre os pesquisadores. No estudo das dissertações produzidas neste período é possível identificar um certo padrão metodológico, inaugurado pelo trabalho de Simone Meucci (2000) que acabou se tornando uma das principais referências para os demais pesquisadores, ao tomar os livros didáticos como elementos chave para a compreensão da institucionalização das ciências sociais no Brasil.

Em síntese, me oriento pelas perguntas elaboradas e referentes aos objetivos, conteúdos e didática – para elaboração das quais me beneficie da dissertação de Simone Meucci (2000) – e pelos aspectos

levantados como relevantes na análise da sociologia na educação básica. (SARANDY, 2004, p. 19)

A pesquisa de Simone Meucci (2000) apresenta uma análise elucidativa dos manuais de ensino de Sociologia entre os anos 30 e 40 do século XX, discutindo o contexto histórico em que eles foram escritos. Dessa forma, nossa análise dos livros didáticos mais recentes poderia caminhar na mesma direção, ao quisermos compreender as implicações da elaboração desses livros no atual contexto. (TAKAGI, 2007, p. 28-29)

Ao buscar uma análise que estabeleça possíveis relações entre essas produções acadêmicas, é possível levantar a hipótese de que a obra de Meucci e a consequente circulação de suas ideias entre os pesquisadores ajudou a produzir um *vocabulário normativo* em torno do papel relevante que os livros didáticos tiveram no processo de institucionalização das ciências sociais no Brasil, no sentido em que “a natureza e os limites do vocabulário normativo de qualquer época dada também contribuirão para determinar as vias pelas quais certas questões em particular virão a ser identificadas e discutidas” (SKINNER, 1996, p. 11). Com essa constatação, é possível ainda pensar na hipótese de que a circulação desse vocabulário fora capital para o aumento de produções sobre a temática, produções que foram fundamentais para compreender o período em que a sociologia retorna à educação básica brasileira.

É importante ressaltar também que, a partir de sua dissertação, Meucci (2007) acrescenta a ideia de que os livros didáticos são veículos de *rotinização*³⁴ do conhecimento científico de Sociologia no Brasil, através de sua difusão nas escolas brasileiras. Dessa maneira, as ideias difundidas neste trabalho constituem-se como forma de discurso, ou atos de discurso, para dialogar com as palavras de Pocock (2003), que ganha forma e relevância histórica a partir de um determinado contexto linguístico.

Suporemos, portanto, um campo de estudos constituídos por atos de discurso, sejam eles orais, manuscritos ou impressos, e pelas condições ou contextos em que esses atos foram emitidos. E passando imediatamente para o conceito de linguagem, afirmamos nossa convicção de que um dos contextos primários em que um ato de enunciação é efetuado é aquele oferecido pelo modo de discurso

³⁴ A autora recorre a Max Weber para explicar o emprego do termo *rotinização*, que compreende o fenômeno de formação de uma comunidade científica e de um quadro institucional a partir do qual é possível uma nova ciência ser produzida sobre bases duráveis. (WEBER apud MEUCCI, 2007, p. 33)

institucionalizado que o torna possível. Para cada coisa ser dita, escrita ou impressa deve haver uma linguagem na qual ela possa ser expressa. A linguagem determina o que nela pode ser dito, mas ela pode ser modificada pelo que nela é dito. Existe uma história que se forma nas interações entre *parole* e *langue*³⁵. (POCOCK, 2003, p. 64)

A forma como o conceito de *rotinização* ganha relevância enquanto ato de fala será visível nas demais produções acadêmicas que tem o livro didático de sociologia como temática de pesquisa, estando presente em quase todas as produções que empreenderam análises sobre os livros de sociologia aprovados pelo PNLD. Além deste conceito, a ideia de *recontextualização pedagógica*, elaborada pelo sociólogo britânico Basil Bernstein é recorrente nos trabalhos desse período, como veremos na próxima seção.

2.1.2 Importância do PNLD para as pesquisas sobre livros didáticos de Sociologia.

O Plano Nacional do Livro Didático (PNLD), política pública responsável por avaliar e distribuir livros didáticos em escolas públicas de todo o país, torna-se fundamental para os estudos sobre os livros didáticos de sociologia produzidos no Brasil em 2012, ano em que a disciplina foi incluída nesse processo. Tal importância reside no fato de o PNLD ter sido capaz de potencializar a capacidade do livro tornar-se um indutor curricular da disciplina, ao difundir o conhecimento escolar de Sociologia em escolas públicas de todo o país. Essa compreensão se aproxima da hipótese de Meucci (2013, p. 6) que entende os livros didáticos como “um veículo que, através do arranjo e dos sentidos do seu texto, expressa importantes aspectos do processo de *rotinização* de um campo de conhecimento no meio escolar”.

Em outras palavras, os livros didáticos são fonte de análise que permitem reconhecer condições de circulação ampliada de um determinado campo de conhecimento, os agentes protagonistas desta tarefa e principalmente a natureza dos processos de seleção e ‘*canonização*’ de certos conteúdos, autores, temas, teorias e

³⁵ O autor opera com a ideia de *parole* ligada ao discurso (ato de fala) e *langue* relacionada à linguagem.

abordagens. Nesse sentido, ao contrário do que comumente se pensa, a função escolar do livro didático faz dele um bem cultural bastante complexo, um 'lugar' privilegiado para compreender mecanismos e estratégias de produção e circulação do conhecimento na sociedade (MEUCCI, 2013, p. 6).

Para ilustrar bem a complexidade que envolve esses novos manuais é importante lembrar que os livros de sociologia aprovados no PNLD se configuram com certa distinção em relação aos seus predecessores³⁶. Isso por si só já seria justificativa para a produção de novos estudos, mas, para além disso, outros motivos nos fazem acreditar que essa política pública cumpre com o papel de impulsionador de trabalhos acadêmicos sobre livros didáticos de sociologia, a saber: a relação com o mercado editorial e a forma como o PNLD acaba “moldando” novos livros.

Ao adentrar no Programa Nacional do Livro Didático, a Sociologia acaba sendo inserida em uma produção mercadológica, importantíssima para a indústria voltada à produção de livros no Brasil. “Os livros didáticos são responsáveis por mais de 50% de todas as unidades comercializadas e por cerca de 50% do faturamento de toda indústria editorial.” (MEUCCI, 2013, p. 8). A maior parte desses rendimentos provém da compra feita pelo Estado brasileiro, através do PNLD. Com efeito, o mercado editorial viu com bons olhos a inclusão de mais um quinhão de mercado que se abria a partir do PNLD 2012, porém, nem todas as editoras puderam aproveitar essa oportunidade de início.

Neste primeiro edital, dos quatorze livros que concorreram, apenas dois³⁷ foram aprovados pelos técnicos pareceristas indicados pelo Ministério da Educação (BRASIL, 2011). Já no segundo edital, que selecionou obras a serem distribuídas no triênio 2015/2017, dos treze livros que concorreram, seis³⁸ foram aprovados pela equipe técnica responsável pela seleção (BRASIL, 2014).

³⁶ Aqui seguimos adotando a periodização estabelecida por Maçaira (2017) que classifica os livros aprovados pelo PNLD como a terceira e mais recente geração de livros didáticos de sociologia.

³⁷ BOMENY, Helena, MEDEIROS, Bianca Freire. **Tempos modernos, tempos de Sociologia**. São Paulo: Editora do Brasil, 2010 e TOMAZI, Nelson Dacio. **Sociologia para o ensino médio**. São Paulo: Saraiva. 2010.

³⁸ ARAÚJO, S. M.; BRIDI, M. A.; MOTIM, B. L. **Sociologia**. 1.ed. São Paulo: Scipione, 2013. BOMENY, H. et al. **Tempos modernos, tempos de Sociologia**. 2.ed. São Paulo: Editora do

Dada a importância comercial que a participação nessa política pública representa, as editoras acabam moldando suas edições com base nos pré-requisitos cobrados no edital do PNLD³⁹. É possível afirmar que a dinâmica produzida pelo plano acaba por orientar a forma como os manuais didáticos devem ser produzidos no Brasil.

Com efeito, o edital do PNLD padroniza desde a forma (a gramatura do papel e a dimensão das páginas) até a natureza e a compreensão do que é 'didático'. Segundo esta perspectiva, os livros aparecem como alvo importante de regulamentação através da ação do poder público (MEUCCI, 2013, p. 10).

Em síntese, é possível constatar que a inclusão da Sociologia nessa política pública de distribuição de livros fez com que o Estado, de certa forma, impulsionasse nas editoras a demanda por uma produção de novos livros de sociologia capazes de serem aprovados pela avaliação criteriosa do PNLD. Com a produção de novos livros fica aberta o fomento (ou não) de novas abordagens teóricas e metodológicas sobre os conceitos, temas e teorias que são caros ao conhecimento sociológico nas escolas.

Por fim, cabe lembrar que o PNLD distribui os livros para escolas públicas de todo o país. Com mais livros circulando, sendo consumidos por professores e pesquisadores que trabalham nas instituições escolares, cresce a possibilidade que eles possam instigar novas pesquisas entre esses agentes. Essa situação explica bem as pesquisas que serão descritas aqui, que foram produzidas por professores da educação básica como resultado de suas participações no mestrado profissional de Ensino de Ciências Sociais da Fundação Joaquim Nabuco.

Dessa maneira, acreditamos que a mudança proporcionada pelo PNLD provocou e/ou possibilitou o ensejo de novas pesquisas sobre os livros didáticos em programas de pesquisa nas áreas de Ciências Sociais e Educação, inclusive em maior número que no período anterior. Se entre 2000 e 2012 apenas seis

Brasil, 2013. MACHADO, I. J. R.; AMORIM, H. J. D.; BARROS, C. F. R. **Sociologia Hoje**. 1.ed. São Paulo: Ática, 2013. OLIVEIRA, L. F. & COSTA, R. C. R. **Sociologia para jovens do século XXI**. 3.ed. Rio de Janeiro: Imperial Novo Milênio, 2013. TOMAZI, N. D. **Sociologia para o Ensino Médio**. 3.ed. São Paulo: Saraiva, 2013. VÁRIOS AUTORES. **Sociologia em movimento**. 1.ed. São Paulo: Moderna, 2013.

³⁹ Abordaremos com maiores detalhes essa relação no terceiro capítulo deste exame de qualificação.

trabalhos analisaram de alguma forma os livros didáticos de Sociologia, esse número foi ultrapassado nos últimos anos. Em todos eles o PNLD se apresenta como elemento-chave para a compreensão das problemáticas de pesquisas levantadas. A seguir, apresentamos uma breve análise dessas pesquisas recentes.

A dissertação *Formando o cidadão e construindo o Brasil: a socialização política nos manuais de educação moral e cívica e de sociologia*, de Gabriela Montez Holanda da Silva (2015), faz uma análise comparativa dos manuais utilizados na antiga disciplina escolar de educação moral e cívica e dos livros aprovados no edital do PNLD 2015. O recorte utilizado pela autora apresenta o livro didático como um artefato capaz de proporcionar ao aluno a socialização política durante sua educação escolar. Por socialização política, entende-se a internalização via aprendizado de valores, procedimentos e símbolos políticos. Nesse caso, segundo Montez (2015, p. 110), os livros aprovados no PNLD 2015 apresentam como elementos de socialização política as categorias cidadão com olhar “científico”, cidadão crítico e cidadão transformador.

Thayene Gomes Cavalcante (2015), em sua dissertação *Adoção do livro didático de sociologia na educação básica: estudo com docentes da rede pública da Primeira Gerência Regional de Ensino da Paraíba*, analisa os critérios de escolha dos livros didáticos aprovados no edital do PNLD 2012 em diferentes modalidades de ensino. A autora parte da hipótese de que a lógica de adoção é peculiar e inesperada, sendo que alguns docentes não utilizam os livros e outros o utilizam em demasia. Essa variação de uso estaria relacionada às reais possibilidades que o contexto das escolas públicas pesquisadas oferece aos professores. Cavalcante conclui que, levando em consideração sua utilização pelos docentes nas escolas, o livro didático fica entre um papel central e um papel secundário, entre a hipercentralidade e o desprezo. No caso da não adoção, há ainda uma questão preocupante, especialmente no que tange às escolas públicas brasileiras, que é desperdício do amplo investimento do governo federal para a aprovação e distribuição dos livros didáticos.

Outro trabalho a abordar a relação do professor com o livro didático é a dissertação de Jorge José Lins de Queiroz (2016), intitulada *O ensino de sociologia hoje: práticas docentes e o livro didático*. Neste trabalho, o autor analisa a prática de ensino dos docentes a partir da utilização dos livros, tomando

como referência as orientações presentes no manual do professor das obras selecionadas. O recorte utilizado na pesquisa corresponde aos livros aprovados no edital do PNLD 2012 e novamente selecionados no edital do PNLD 2015. Para ele, essa escolha é pertinente por se tratar de obras com as quais os docentes entrevistados possuíam uma maior familiaridade e maior tempo de utilização (5 anos). A partir do relato dos professores, Queiroz conclui que os profissionais formados em ciências sociais realizam um trabalho docente mais autônomo, com relação às orientações do manual do professor, na utilização dos livros, situação contrária a dos docentes com formação em outras áreas, que acabam utilizando o livro e o manual como uma “bússola” para as suas práticas pedagógicas.

O trabalho de Samira do Prado Silva (2016), condensado na dissertação *As interseccionalidades entre gênero, raça/etnia, classe e geração nos livros didáticos de sociologia*, analisa as possíveis influências de órgãos setoriais do governo federal às políticas públicas educacionais para o livro didático, em especial aos dois editais de convocação do PNLD (2012 e 2015) que incluíram a sociologia. A autora observa que as categorias elencadas em sua pesquisa estão presentes nos livros, porém, não é possível dizer que todos as incorporam enquanto categorias analíticas em seu conjunto. Ressalta, ainda, que as questões relativas a essas categorias se apresentam de forma mais contundente nas obras aprovadas no PNLD de 2015. A hipótese para a explicação de tal fenômeno consiste em múltiplos fatores, a saber: uma preocupação maior com perspectivas de análise não canônicas e em ascensão nas ciências sociais, a criação de documentos diretivos por parte do governo federal e a atuação da sociedade civil organizada. Por fim, Silva conclui que as temáticas ligadas a gênero, raça/etnia, classe e geração estão presentes nos livros do PNLD, mas não estão presentes nos documentos diretivos analisados, salvo raras exceções.

A dissertação de Fábio Braga do Desterro (2016), intitulada *Sobre livros didáticos de sociologia para o ensino médio*, analisa a recontextualização do conhecimento científico em conhecimento escolar nos seis livros aprovados no PNLD 2015. Ancorado na teoria de Basil Bernstein, o autor nos mostra que o PNLD consiste em um poderoso indutor curricular, pois em seus editais há cobranças para que os livros observem que a Sociologia na educação básica deve contemplar também os conteúdos da Antropologia e da Ciência Política e

que a abordagem dos conteúdos destas três disciplinas acadêmicas de referência deve retratar a pluralidade teórica presente no campo científico. No entanto, ao analisar as obras aprovadas em 2015 o autor constata que, excetuando um livro, as demais tendem a priorizar uma abordagem sociológica em detrimento das duas outras ciências de referência. A pesquisa apresenta também uma importante discussão epistemológica sobre o ensino de Sociologia na educação básica, que aponta a categoria *imaginação sociológica*, do sociólogo norte-americano Charles Wright Mills, como principal referência para aqueles que buscam legitimar a sociologia na educação básica. Tal categoria se mostra eficaz quanto a sua capacidade de legitimar o conhecimento escolar de sociologia, por fazer a mediação entre os objetivos acadêmicos, pedagógicos e utilitários da disciplina. Desterro constata ainda que existe uma grande circulação dos agentes que ora se situam no campo da contextualização primária, ora no campo da recontextualização, seja como professores ou avaliadores de obras didáticas. Por fim, quanto ao tratamento dos conteúdos das três áreas das ciências sociais, os livros utilizam os autores, conceitos e teorias de cada ciência como centrais na elaboração dos manuais didáticos.

A tese de doutorado *O ensino de ciências sociais no Brasil e na França: recontextualização pedagógica nos livros didáticos*, de Julia Polessa Maçaira (2017), é o primeiro trabalho neste nível de pós-graduação a abordar uma análise dos livros didáticos de sociologia. A autora compara os processos de recontextualização pedagógica do conhecimento sociológico nos livros de sociologia brasileiros e nos manuais de ciências econômicas e sociais franceses. A pesquisa apresenta importante contextualização histórica da produção de livros didáticos de sociologia no Brasil e a sua incorporação no currículo desta disciplina escolar. Ao trabalhar com a categorização dos livros através de *gerações*, a autora nos apresenta aspectos comparativos importantes para compreender a importância que o Estado teve, e tem, no incentivo à produção e circulação de novos livros de sociologia. A partir da análise dos livros selecionados, Maçaira conclui que os livros brasileiros possuem forte predomínio da narrativa didática, com ênfase em referencial eurocêntrico e no tratamento histórico de teorias e conceitos. Já os manuais franceses padronizam o modelo didático centrado na elaboração de exercícios a partir da análise de documentos

textuais e visuais, privilegiando a realidade francesa e europeia e o referencial intelectual francês.

Outro trabalho que aborda os livros didáticos de sociologia aprovados no PNLD como indutores curriculares é a tese, de Agnes Cruz de Souza (2017), *Sociologia escolar: imbricações e recontextualizações curriculares para a disciplina*. Na ocasião, a autora faz o exame das propostas curriculares presentes nos livros e nos conteúdos de sociologia cobrados pelo Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM). A hipótese de pesquisa consiste na ideia de que a relação entre os conteúdos dos livros e do ENEM formam, hoje, uma base curricular nacional para a disciplina de sociologia. Souza conclui que os livros e o Exame perfizeram a ressignificação das sugestões de conteúdos e categorias das ciências sociais presentes nessas duas referências curriculares. Observa também que a convergência entre as categorias e princípios dos livros e do ENEM é maior que as categorias e princípios presentes nos documentos oficiais.

Destacamos, ainda, o trabalho realizado por Ana Martina Baron Engerhoff (2017a), com a dissertação de mestrado *Sociologia no ensino médio: a produção de sentidos para a disciplina através dos livros didáticos*. A análise realizada pela autora difere um pouco dos demais trabalhos descritos nesse capítulo, ao investigar os sentidos da disciplina contido nos livros didáticos aprovados no PNLD 2015, a partir da orientação teórica do sociólogo francês Pierre Bourdieu.

Nesse sentido, o ensino de sociologia é analisado como um subcampo⁴⁰ científico, onde a produção de livros didáticos se constitui como forte produtor de capital simbólico e cultural para o subcampo. A análise dos livros se deu a partir do perfil de seus autores relacionando-os com a temática do ensino de sociologia, além da presença de certas propriedades caras ao currículo recente da Sociologia na educação básica, tais como: desnaturalização, estranhamento, crítica social, intervenção social, formação para a cidadania, formação para a transformação social, dentre outros.

Se, nesse contexto de pesquisas sobre os livros recentes de sociologia, o trabalho da autora parece alheio, quando o observamos no quadro mais amplo de trabalhos sobre a difusão do conhecimento sociológico nas escolas, via

⁴⁰ Para a autora, o ensino de sociologia, enquanto campo científico nos termos bourdieusianos, não possui um espaço relativamente autônomo no meio acadêmico sendo, portanto, considerado um subcampo (ENGERHOFF, 2017a, p. 137)

circulação de trabalhos acadêmicos, percebemos que a pesquisa destacada se alinha a um conjunto de autores que defendem que a temática ensino de sociologia corresponde a um subcampo com certa autonomia na produção da ciência brasileira (FERREIRA, OLIVEIRA, 2015, BODART, PEREIRA, 2017, BODART, TAVARES, 2018).

Os trabalhos referentes a essa etapa da produção de conhecimento sobre os livros didáticos de sociologia apresentam características distintas daquelas produzidas entre 2000 e 2012. A principal consiste na viabilização da circulação do conhecimento escolar de Sociologia através dos livros aprovados pelo PNLD, ou seja, são trabalhos que estão analisando a potência de indução curricular, a utilização prática em sala de aula e os sentidos que os livros aprovados por esta política pública possuem.

Com efeito, é possível afirmar que a presença da sociologia no PNLD e o aumento de dissertações e teses sobre os livros de didáticos reafirma este objeto de estudo como fundamental para a compreensão de temas ligados à produção do currículo, circulação do conhecimento escolar e metodologias de ensino de sociologia.

2.2 A dinâmica de circulação de ideias em eventos científicos: uma análise sobre o grupo de trabalho Ensino de Sociologia nos congressos da Sociedade Brasileira de Sociologia (SBS).

Ao longo deste capítulo destacamos a forma como as pesquisas sobre os livros didáticos de Sociologia possuem papel de destaque nas análises sobre a institucionalização da disciplina na educação básica brasileira. No entanto, é preciso ressaltar que o estudo sobre os manuais didáticos representam apenas uma faceta do conjunto de pesquisas sobre a Sociologia na educação básica. Ao constatar que essa temática é ampla, abrangendo estudos sobre outros recortes tais como currículo, metodologias de ensino, história da disciplina, dentre outros, pressupomos que as pesquisas sobre os livros didáticos estabelecem um diálogo constante com os demais estudos, produzindo um padrão de análise que transcende a aproximação estabelecida pelo mesmo objeto de estudo, no caso, os manuais de Sociologia.

Nesse sentido, torna-se importante para essa pesquisa investigar a forma como o conhecimento produzido nas dissertações e teses sobre os livros de Sociologia são acolhidas por outros pesquisadores, atentos a outros recortes de análise no âmbito da Sociologia na educação básica. Dentro desse contexto, destacamos o Congresso Brasileiro de Sociologia, em especial o *Grupo de Trabalho Ensino de Sociologia*. O evento organizado pela *Sociedade Brasileira de Sociologia (SBS)* a cada dois anos, apresenta desde 2005, um espaço de fundamental importância para a difusão e circulação de ideias sobre a Sociologia na educação básica, sendo um dos primeiros eventos a cumprir com esse importante papel para a comunidade de pesquisadores do tema.

2.2.1 A circulação das ideias nas edições do GT Ensino de Sociologia anteriores à inclusão da disciplina no PNLD (2005 a 2009):

As primeiras edições do GT atraíram comunicações com temáticas diversas sobre a Sociologia na educação básica. No entanto, alguns pesquisadores enviaram os resultados de suas pesquisas sobre o ensino da disciplina em alguns cursos de graduação, como o de enfermagem por exemplo, além de experiências sobre o ensino de filosofia em alguns estados. Apresentaremos, a partir de agora, um breve resumo de cada edição do grupo de trabalho⁴¹, enfatizando aqueles que de alguma maneira estabeleceram diálogo com outros contextos de expressão da comunidade epistêmica.

A primeira reunião aconteceu no XII Congresso Brasileiro de Sociologia, realizado em Belo Horizonte entre os dias 31 de maio e 03 de junho de 2005. Interessante perceber que nesta primeira edição o GT recebeu o nome de Experiências de ensino de Sociologia: metodologia e materiais didáticos, o que nos faz pensar que a não delimitação com relação a educação básica atraiu pesquisas ligadas à docência em cursos universitários. O grupo foi coordenado pelo professor **Amaury Cesar Moraes** da USP e **Francisco Coelho Santos** da UFMG. Seus anais contam com nove trabalhos completos relatando experiências diversas sobre a presença da Sociologia na educação básica.

⁴¹ Os dados referentes as comunicações apresentadas foram consultadas nos anais dos congressos da SBS disponíveis em seu sítio eletrônico: [Sociedade Brasileira de Sociologia \(sbsociologia.com.br\)](http://sbsociologia.com.br). Acesso em 23/02/2021.

Desses, três dialogam diretamente com os princípios pedagógicos e com a institucionalização da disciplina e, portanto, merecem destaque como contexto de expressão.

Anita Handfas apresentou a comunicação *A construção dos saberes escolares e o ensino das Ciências Sociais*. Neste trabalho a autora desenvolve uma série de reflexões acerca da especificidade do conhecimento escolar de Sociologia em detrimento da ciência de referência Sociologia. Dialogando com o conceito de cultura escolar, apresenta uma série de experiências quanto seleção de métodos para o ensino da disciplina.

Erlando Rêses apresentou o trabalho *Estudo das Representações Sociais dos alunos da rede pública de ensino do Distrito Federal sobre a Sociologia no ensino médio*. Sua pesquisa apresenta dados preciosos sobre a forma como os estudantes compreendem a disciplina de Sociologia, no entanto, sua comunicação nos chamou atenção por trabalhar com reflexões acerca da história e dos processos de institucionalização da disciplina.

Nise Jinkings apresentou a comunicação *A Sociologia no ensino médio: experiências em Santa Catarina*. Apesar do mote do trabalho ser o processo de implementação da disciplina em um estado da federação, a pesquisa da autora apresenta informações relevantes sobre o processo de institucionalização da disciplina no país e um importante estado da arte sobre as pesquisas realizadas naquele período, dialogando com as dissertações e teses produzidas e trabalhos apresentados em edições anteriores do Congresso Brasileiro de Sociologia. Desta seleção, destacamos as referências aos trabalhos de Simone Meucci, Ileizi Fiorelli Silva e Amaury Cesar Moraes.

Por fim cabe destacar o trabalho apresentado por **Ileizi Fiorelli Silva**⁴², *A sociologia no ensino médio: os desafios institucionais e epistemológicos para a consolidação da disciplina*, trazendo uma série de reflexões sobre a transposição dos conhecimentos da ciência Sociologia através de estudos sobre o currículo para a disciplina em diferentes períodos. Além disso realizou importante

⁴² A referência para o trabalho consta no currículo lattes da autora e identificamos outros trabalhos citando esta produção, no entanto não nos foi possível, durante a pesquisa, ter acesso ao trabalho na íntegra nos anais disponibilizados pela SBS em seu site. Disponível em: [Downloads | Grupos de Trabalho | XII Congresso Brasileiro de Sociologia | Anais do Congresso Brasileiro de Sociologia -Sociedade Brasileira de Sociologia \(sbsociologia.com.br\)](https://sbsociologia.com.br/). Acesso em 24/022021.

levantamento das dissertações sobre o tema defendidas até aquele ano. Destaca-se o diálogo com outras pesquisas sobre o tema realizadas até o momento.

O XIII Congresso Brasileiro de Sociologia foi realizado em Recife entre os dias 29 de maio e 01 de junho de 2007. O GT recebeu o título que passaria a denominá-lo nas edições seguintes, Ensino de Sociologia. Nesta edição encontramos 19 trabalhos completos nos anais do evento, mais que o dobro da edição anterior, o que demonstra seu crescimento enquanto contexto de expressão da comunidade epistêmica. A condução dos trabalhos ficou mais uma vez a cargo do professor Amaury Cesar Moraes da USP, dessa vez de forma solitária.

De todas as comunicações apresentadas, destacamos as seguintes produções: *Experiência da Sociologia no Processo Seletivo Seriado (PSS)*, - antigo vestibular- Universidade Federal do Pará, (UFPA) implantada em 2005, de **Eleanor Gomes da Silva Palhano**. O artigo apresenta uma boa análise sobre o processo de institucionalização da Sociologia no estado do Pará, refletindo sobre a recepção dos documentos oficiais para a disciplina através da disciplina e a centralização curricular via vestibular universitário.

No mesmo caminho nós encontramos o trabalho *Qualificando o ensino da sociologia*, de **Luiza Helena Pereira**. Nessa produção, a autora discorre sobre o processo de institucionalização da disciplina no estado do Rio Grande do Sul, apresentando os desafios para a qualificação do ensino diante do processo de estruturação curricular sedimentado nos documentos oficiais. Nesse aspecto é interessante destacar que o artigo apresenta considerações sobre as OCNEM, lançadas um ano antes do evento.

Destacamos também o trabalho *A configuração dos sentidos do ensino das Ciências Sociais/Sociologia no estado do Paraná (1970-2002)*, de **Ileizi Fiorelli Silva**. Essa produção apresenta uma síntese da tese defendida pela autora um ano antes do evento. Nele encontramos diversas contribuições para o estudo dos princípios pedagógicos da disciplina a partir da teoria da contextualização e recontextualização pedagógica elaborada por Basil Bernstein. Além disso, a produção acrescenta o rol de trabalhos que apresentam o diagnóstico do ensino da disciplina em um estado específico, nesse caso o estado do Paraná.

Por fim, destacamos a comunicação *Notas sobre a introdução das ciências sociais no ensino médio francês*, apresentado por **Simone Mecci**. Neste trabalho a autora apresenta uma série de reflexões acerca do processo de institucionalização da disciplina na França, estabelecendo análise comparativa com o processo brasileiro. Nesse sentido, cabe destacar a contribuição metodológica ao mobilizar o conceito de rotinização do conhecimento como fio condutor da análise.

Antes de passarmos para a terceira edição do GT é importante mencionar que o GT acolheu uma quantidade grande de trabalhos sobre temas diversos relacionados ao ensino da disciplina. Nos chamou atenção o fato de alguns desses trabalhos, ao apresentar o contexto de reintrodução da Sociologia na educação básica, recorrerem a estudos realizados no início do século XXI, em especial o artigo *Licenciatura em Ciências Sociais e ensino de sociologia: entre o balanço e o relato*, de autoria do organizador do GT, Amaury Cesar Moraes e publicado na revista Tempo Social, além do trabalho *A Sociologia no ensino médio: os desafios institucionais epistemológicos para a consolidação da disciplina*, apresentado por Ileizi Fiorelli Silva na edição anterior do GT.

A terceira edição do GT ocorreu XIV Congresso Brasileiro de Sociologia realizado no Rio de Janeiro entre os dias 28 e 31 de julho de 2009. Mais uma vez, ele foi apresentado aos participantes com o título Ensino de Sociologia e foi coordenado pelo professor Amaury Cesar Moraes da USP. O grupo acolheu 23 comunicações, número um pouco acima da edição anterior. Os trabalhos apresentaram uma diversidade de temáticas relativas ao ensino de Sociologia, no entanto, identificamos um número cada vez maior de pesquisas relacionadas à presença da disciplina na educação básica em detrimento de estudos sobre o seu ensino em instituições de ensino superior.

Dentre as investigações sobre a Sociologia na educação básica destacamos as seguintes produções: *Análise dos planos de ensino dos licenciados em Ciências Sociais da Universidade de São Paulo*, de **Cassiana Tiemi Tedesco Takagi**. Neste artigo, a autora apresenta importante reflexão sobre a categorização dos planos de ensino de estudantes de licenciatura entre os anos de 1999 a 2004. No bojo da análise, é possível identificar a forma como os licenciandos utilizavam os livros didáticos na elaboração de planos de curso

para o ensino médio, nos dando a dimensão de quais manuais circularam no meio da formação docente nesse período e quais eram mais utilizados.

Destacamos também a comunicação *Educação em Direitos Humanos: uma nova identidade para a sociologia?*, de **Dijaci David de Oliveira**. O autor apresenta reflexões acerca da inclusão de temas da educação em direitos humanos no currículo da disciplina de Sociologia na educação básica. Para estabelecer a conexão entre a disciplina e tais princípios pedagógicos, realiza articulação entre os documentos curriculares da disciplina e a legislação brasileira referente a educação em direitos humanos.

Ressaltamos também o trabalho *O que os jovens podem querer com a Sociologia?*, de **Helena Bomeny, Bianca Freire-Medeiros, Raquel Emerique e Júlia O'Donnell**. A comunicação apresenta o livro didático produzido pelas autoras: Tempos Modernos, Tempos de Sociologia, detalhando suas motivações para a escrita, sua vinculação institucional com a FGV, além de detalhes sobre a proposta pedagógica alinhada ao momento de crescente legitimação da disciplina na educação básica.

Outro trabalho destacado nessa edição do GT é *Manifestos, resoluções e o peso da lei: o discurso sobre a obrigatoriedade do ensino de Sociologia*, de **Helson Flávio da Silva Sobrinho**. Nesta comunicação, o autor faz uma análise de discurso sobre o retorno/obrigatoriedade da Sociologia na educação básica, investigando os sentidos atribuídos ao tema. O trabalho apresenta, também, uma importante contextualização dos documentos oficiais relativos à disciplina, além de dialogar com as produções recentes sobre o assunto.

O trabalho *O sentido de cultura nas propostas curriculares para o ensino médio*, de **Josefa Alexandrina Silva**, apresenta contribuições importantes para a compreensão da forma como o conceito de cultura é abordado nos Parâmetros Curriculares Nacionais e na proposta curricular do estado de São Paulo, demonstrando que o conteúdo apresenta elementos de centralização curricular para a disciplina de Sociologia.

Outro trabalho a tomar a proposta curricular do estado de São Paulo como mote para a pesquisa é *O ensino de Sociologia e a escola pública: desafios*, de **Stella Christina Schrijnemaekers**. Nesta perspectiva, o currículo estadual é analisado através da elaboração de cadernos de Sociologia, material didático elaborado pela autora atendendo à demanda da Secretaria Estadual de

Educação do estado de São Paulo. A pesquisa analisa o impacto dessa produção no contexto de elaboração de novos materiais de orientação dos professores, como as Orientações Curriculares Nacionais para o Ensino Médio. A comunicação apresenta também informações interessantes sobre a participação da Sociedade Brasileira de Sociologia na elaboração da proposta curricular de São Paulo.

Ainda sobre o processo de institucionalização da Sociologia em estados brasileiros, destacam-se os seguintes trabalhos: *Sociologia no ensino médio no Maranhão: reflexões sobre a transmissão da cultura sociológica para jovens*, de **Natália Pereira Lima** e **Baltazar Macaiba de Souza**; *O ensino de Sociologia nas escolas de ensino médio de Boa Vista (RR)*, de **Joani Silvana Capiberibe de Lyra**; *Por uma sociologia da sociologia no ensino médio*, de **Luiza Helena Pereira** e *Para além do senso comum: aportes para a construção do conhecimento sociológico na educação básica*, de **Thiago Ingrassia Pereira**, que realizam o mapeamento da situação da disciplina no estado do Rio Grande do Sul.

Nos chamou atenção o fato desta edição do GT apresentar trabalhos com a preocupação de compreender a importância que a lei, que garantiu a obrigatoriedade da disciplina, teve para o seu processo de institucionalização. Outro aspecto importante que analisamos, de uma forma geral nos trabalhos, foi o alinhamento das pesquisas com os princípios didáticos e epistemológicos estabelecidos com as Orientações Curriculares Nacionais para o Ensino Médio (OCNEM), demonstrando o potencial de difusão do conhecimento deste documento oficial.

Este fenômeno nos ajuda a compreender o impacto do documento também no primeiro edital do PNLD, que viria a ser divulgado em dezembro de 2009, apenas 4 meses depois da realização do grupo de trabalho. Destacamos a correlação entre a adoção de volumes únicos para as obras, não hierarquizando conteúdos entre as três séries do ensino médio e orientação para que os livros abordassem, de forma equânime, as três grandes áreas das Ciências Sociais (Antropologia, Ciência Política e Sociologia).

Outro fator que corrobora com a ideia de o GT ser um contexto de expressão da comunidade epistêmica, corresponde à circulação de ideias entre os agentes que viriam a ocupar as funções de coordenadores e avaliadores da

primeira avaliação de livros através do PNLD. Foi possível identificar nos anais dos eventos produções da comissão técnica da avaliação e de boa parte da coordenação pedagógica, além de alguns avaliadores recrutados pelo PNLD.

Veremos, na seção seguinte, que a circulação desses agentes permanecerá e que as análises sobre os livros, que praticamente não existiu nas primeiras edições do GT, será uma das marcas registradas nos eventos ocorridos após o primeiro edital em que a Sociologia foi contemplada.

2.2.2 O impacto do PNLD na produção de trabalhos do GT Ensino de Sociologia (2011, 2013, 2015, 2017 e 2019).

Apesar do evento ocorrer um ano antes dos livros do PNLD chegarem efetivamente às escolas, o ano de 2011 marca o primeiro contato que os pesquisadores da área e os professores da educação básica tiveram com o Guia do Livro Didático, com resenhas críticas sobre os livros aprovados pela política pública, detalhando o processo de inserção da disciplina no processo de seleção dos livros para a educação básica. Mesmo não sendo o foco da nossa pesquisa, o grupo passou a debater as primeiras produções sobre as experiências da disciplina com o Programa de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID), importante política pública de fomento à formação de novos professores. Demonstrando o potencial do GT na difusão do conhecimento e na institucionalização da disciplina de Sociologia por meio de políticas educacionais.

A quarta edição do GT ocorreu no XV Congresso Brasileiro de Sociologia, entre os dias 26 a 29 de julho de 2011, em Curitiba, com a coordenação do professor Amaury Cesar Moraes da USP, dessa vez acompanhado da professora Anita Handfas da UFRJ. Nesta edição do evento a quantidade de trabalhos manteve o padrão das edições anteriores e acolheu 29 produções sobre o ensino de Sociologia. Sobre o esse novo momento do GT Ensino de Sociologia, destacamos os seguintes trabalhos:

Ensino de Sociologia, Estado Nacional e Reflexividade: a formação de um campo, de **Amurabi Oliveira**. Nesta comunicação, o autor apresenta importantes contribuições sobre a compreensão da presença da Sociologia na educação básica através da compreensão da formação do Estado Nacional. Sua

análise dialoga com trabalhos já consagrados sobre a temática, como o de Simone Meucci.

A situação da Sociologia Escolar na rede pública estadual do Rio Grande do Norte/RN, de **Ana Laudelina Ferreira Gomes, Geovânia da Silva Toscano, Tiago Souto, José Glauco Smith Avelino de Lima**. Nesta produção os autores apresentam o panorama da implementação da disciplina no estado com base nos princípios didáticos e epistemológicos dos documentos oficiais da disciplina, dentre eles o Guia do PNLD 2012.

Campo científico, institucionalização acadêmica e a disciplina de Sociologia na escola, de **Célia Elizabete Caregnato e Victoria Carvalho Cordeiro**. Neste trabalho as autoras apresentam dados sobre a produção do conhecimento a respeito do ensino de Ciências Sociais no período entre 1998 e 2008. Destacamos o diálogo estabelecido com produções que analisaram os livros didáticos para compreender o processo de institucionalização da disciplina, categorizando-as e distinguindo-as das demais pesquisas, através de estado da arte sobre o tema.

Pensando sociologicamente o significado de cidadania: da Sociologia cidadã a cidadania sociológica, de **Luiz Fernando Nunes Moraes**, apresenta uma reflexão sobre os significados do conceito de cidadania aplicados no processo de institucionalização recente da disciplina na educação básica. Nos chamou atenção a relação estabelecida entre a Sociologia e a concepção de Estado, ideia que passa a ganhar força nas apreciações sobre a história da disciplina no ensino médio.

O ensino de sociologia na escola média brasileira: as lutas políticas em torno da sua obrigatoriedade e as apropriações simbólicas da disciplina, de **Flávio Marcos Sarandy**. Neste trabalho o autor reflete sobre os sentidos atribuídos à disciplina após uma longa jornada de lutas por sua obrigatoriedade no ensino médio brasileiro. Nesse sentido, cabe destacar a ideia de que se trata de novos sentidos para uma antiga disciplina da educação básica, ressaltando a peculiaridade do momento vivenciado pela Sociologia na educação básica. Por fim, cabe destacar suas conclusões sobre as investigações sobre as apropriações simbólicas da Sociologia enquanto disciplina escolar que, segundo o autor, podem ser investigadas através de duas hipóteses. A primeira corresponde a compreender o insulamento do tema ensino de Sociologia nos

programas de pós-graduação das Ciências Sociais, ou seja, o quanto podemos nos questionar se o avanço da disciplina na educação básica está associado ao aumento de produções científicas sobre o tema. A segunda linha de investigação corresponde ao que o autor, dialogando com o professor Amaury Cesar Moraes, chama de “burocracia pedagógica”, que compreende uma estrutura estatal, com certa autonomia, que possui o poder de incluir ou retirar a disciplina da estrutura curricular da educação básica. Interessante ressaltar que uma das formas de investigar esse fenômeno é através da relação desta “burocracia pedagógica” com as associações científicas e profissionais.

Sobre os demais trabalhos apresentados no GT, destacamos a presença, mais uma vez, de pesquisas sobre propostas curriculares estaduais, sobre metodologias de ensino e a formação de novos professores em diversos cursos de licenciatura. Por fim, cabe destacar a presença marcante de professores pesquisadores que atuaram no PNLD 2012. De 21 profissionais que atuaram na avaliação, sete se apresentaram nesta edição do GT, o que demonstra o processo de circulação das ideias entre os contextos de expressão da comunidade epistêmica.

A quinta edição do GT Ensino de Sociologia ocorreu XVI Congresso Brasileiro de Sociologia, na cidade de Salvador, entre os dias 10 a 13 de setembro de 2013. Pela primeira vez, o grupo deixa de contar com a presença do professor Amaury Cesar Moraes, sendo dessa vez conduzido pelas professoras Anita Handfas da UFRJ e Ileizi Fiorelli Silva da UEL.

Ao todo, o grupo acolheu 44 trabalhos sobre temas diversos ligados à Sociologia na educação básica. Maior número desde a sua criação em 2005, o que demonstra sua consolidação como contexto de expressão da comunidade epistêmica da disciplina. Importante destacar que esta é a primeira edição após a distribuição dos livros didáticos nas escolas. Daremos destaque, a partir de agora, aos primeiros estudos sobre os livros avaliados e o processo de escolha estabelecido pelo PNLD.

Sociologia na escola ou da escola? Abordagens temáticas e conceituais “clássicas” das ciências sociais nos livros didáticos, de **Júlia Polessa Maçaira**, **Danielle Rodrigues de Oliveira** e **Vinicius Carvalho Lima**, apresentam uma análise comparativa dos livros didáticos aprovados no PNLD, quanto às suas abordagens de temas caros às ciências sociais, como trabalho, desigualdades

sociais, movimentos sociais e violência/criminalidade. Importante destacar que os autores analisaram as obras dialogando com os princípios do Guia do PNLD Sociologia 2012.

A escolha do livro didático de Sociologia em Porto Alegre, de **Luiza Helena Pereira**. Nesta comunicação, a autora dá prosseguimento a uma série de trabalhos sobre a situação da disciplina no Rio Grande do Sul, em especial na cidade de Porto Alegre, analisando os impactos do PNLD no cotidiano das escolas e no trabalho dos professores. O trabalho realiza tanto a análise dos documentos relativos ao PNLD, como apresenta as motivações e os sentidos que os professores atribuíram à escolha feita por uma das obras aprovadas.

Ainda sobre o congresso realizado em 2013, destacamos outra análise sobre os livros do PNLD. *Pensamento Social Brasileiro nos livros didáticos de Sociologia: um balanço*, de **Simone Meucci** foi apresentado no grupo de trabalho Pensamento Social no Brasil e apresentará uma análise ampla de todos os livros avaliados no edital do PNLD 2012. O trabalho merece destaque por apresentar importantes categorias de análise para os livros didáticos e demonstrar a forma como o tema é abordado por esses manuais. O trabalho também apresenta informações importantes sobre a relação entre o mercado editorial e esta política pública.

Interessante perceber que os trabalhos apresentam análises sobre a forma como a política pública realiza o trabalho de análise e distribuição e reflexões acerca do conteúdo difundido pelos livros didáticos aprovados pelo PNLD, nos dando uma dimensão ampla do papel que os dois elementos passam a exercer no processo de institucionalização da Sociologia na educação básica.

Por fim, destacamos o fato de que todas as produções dedicadas ao PNLD e os livros didáticos de Sociologia foram realizadas por pesquisadores que participaram da coordenação e avaliação das obras analisadas pela política pública, fato que ilustra bem a dinâmica de circulação das ideias entre o programa e a comunidade epistêmica.

A sexta edição do GT Ensino de Sociologia ocorreu XVII Congresso Brasileiro de Sociologia, na cidade de Porto Alegre, entre os dias 20 a 23 de julho de 2015. Mais uma vez, os trabalhos foram coordenados pelas professoras Anita Handfas da UFRJ e Ileizi Fiorelli Silva da UEL. Nesta edição analisamos 30 trabalhos acolhidos pelo GT, um número menor que o da edição anterior, mas

ainda significativo, quanto ao potencial de produção do conhecimento que o grupo possui.

Discurso sobre globalização no livro didático de Sociologia: o caso do PNLD 2015, de **Cícero Muniz Brito**, apresenta mais um estudo comparativo sobre a forma como os livros abordam um conteúdo específico. O trabalho do autor investiga a forma como os livros aprovados no PNLD 2015 abordam o tema da globalização, utilizando ferramentas ligadas à análise do discurso. O estudo apresenta também uma reflexão sobre a presença da Sociologia no PNLD.

A Pesquisa como Princípio Pedagógico no Ensino de Sociologia: uma análise a partir dos livros selecionados no PNLD 2015, de **Amurabi Oliveira e Marcelo Pinheiro Cigales**. Neste trabalho os autores investigam a forma como as obras apresentam propostas de pesquisa, como um princípio pedagógico para o ensino de Sociologia, de acordo com as OCNEM. A análise foca nas atividades dos livros de Sociologia selecionados para o PNLD 2015, demonstrando como se apresentam e como estão elaboradas metodologicamente tais propostas.

A Sociologia do Trabalho nos Livros Didáticos: um olhar sobre o labor no Ensino Médio, de **Marina Cordeiro e Sandro Justo** é mais um trabalho a investigar a forma como um tema é abordado nos livros didáticos. O estudo contou com uma análise crítica sobre as obras aprovadas no PNLD 2015, a fim de identificar os principais conteúdos, os temas clássicos e contemporâneos e a forma como o mundo do trabalho é analisado (ou não) criticamente pelos livros de Sociologia.

Currículo da sociologia escolar: condicionantes sócio-institucionais, de **Simone Meucci** nos apresenta uma importante reflexão acerca dos elementos que centralizam o currículo de Sociologia na educação básica, dentre eles o PNLD, o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) e as políticas de formação docente. O estudo analisa cada um desses fatores, os dilemas relativos à definição dos conteúdos escolares, especialmente às tendências de nacionalização/regionalização e classificação/integração dos conteúdos disciplinares, demonstrando a forma como esses elementos produzem uma nacionalização dos conteúdos da disciplina.

Recursos livres, livros fechados: uma análise da dimensão interativa dos objetos educacionais no ensino de sociologia, de **Fagner Carniel e Zuleika de**

Paula Bueno. Neste trabalho os autores se debruçam com uma inovação dos livros aprovados pelo PNLD 2015, o fato de algumas delas estarem disponíveis em versões digitais e apresentarem uma série de Objetos Educacionais Digitais, na forma de animações, áudios, games, hiperlinks, imagens, infográficos, mapas, simuladores, tabelas e vídeos. O artigo apresenta análises sobre a estrutura e organização do PNLD Sociologia, além de refletir sobre as limitações e as potencialidades dos OED para o ensino da disciplina.

Nesta edição do GT percebemos que os trabalhos expandiram o escopo de análise sobre as diferentes características que envolvem o PNLD Sociologia. Observamos que as análises sobre os livros buscaram compreender novos elementos quanto à distribuição de conteúdo, além de sua capacidade didática e pedagógica em alinhar-se com princípios estabelecidos pelas OCNEM. Por fim, ao final do evento, nos foi possível compreender o importante papel que a política pública exerceu no processo de institucionalização da disciplina.

Outro ponto que nos chamou atenção nessa leva de trabalhos, foi o fato de que, dessa vez, foi possível identificar produções de autores que não participaram do processo de avaliação, seja como avaliador ou coordenador do PNLD 2015. Ao mesmo tempo, verificamos que, mais uma vez, o GT atraiu um bom número de participantes do processo de avaliação do PNLD. Entre os autores de trabalhos e coordenadores do GT, identificamos a presença de 12 professores e pesquisadores que trabalharam em pelo menos uma edição da avaliação do PNLD.

A sétima edição do GT Ensino de Sociologia ocorreu XVIII Congresso Brasileiro de Sociologia, na cidade de Brasília, entre os dias 26 a 29 de julho de 2017. Nesta edição houve mais uma alteração entre as coordenadoras ficando os trabalhos de coordenação à cargo das professoras Ileizi Fiorelli Silva da UEL e Danyelle Nilin Gonçalves da UFC. Nesta edição analisamos 25 trabalhos acolhidos pelo GT, um número menor que o da edição anterior, mas ainda significativo, quanto ao potencial de produção do conhecimento que o grupo possui.

O que e como temos pesquisado o Ensino de Sociologia na Educação Básica?, de **Anita Handfas**, nos apresenta um importante levantamento sobre as pesquisas produzidas em um período recente sobre o tema. O mapeamento realizado pela autora apresenta dados sobre a diversificação de temáticas de

pesquisa desenvolvidas por pesquisadores de todo o Brasil, bem como os seus locais de produção, em programas de pós-graduação vinculados às ciências sociais e à educação.

Um estado da arte de dossiês sobre o ensino de sociologia em periódicos acadêmicos, de **Marcelo Pinheiro Cigales** e **Antonio Alberto Brunetta**, apresentam o levantamento de dossiês temáticos em revistas acadêmicas sobre o ensino de sociologia. Motivados pela crescente produção sobre o tema e pela aparente consolidação como disciplina escolar, os autores encontraram 18 dossiês sobre o tema, que foram analisados através de viés quantitativo e qualitativo, mapeando as temáticas de trabalho e seus autores.

Estado da arte dos livros didáticos de Sociologia na educação básica: um levantamento sobre as produções acerca do tema é um trabalho de minha autoria que foi acolhido pelo grupo. Nele apresento a semente da ideia de observar as produções acadêmicas sobre livros de Sociologia como contexto de expressão da comunidade epistêmica, servindo tanto como material importante para a história e institucionalização da disciplina, como instrumentos para a compreensão dos novos livros didáticos da disciplina.

Nessa edição não encontramos trabalhos sobre os livros do PNLD. No entanto, destacamos algumas produções importantes para a compreensão do grupo que constitui a comunidade epistêmica da disciplina. Além disso, mais uma vez, identificamos um bom número de participantes do GT com trabalhos na avaliação do PNLD, com 10 professores e pesquisadores.

A oitava edição do GT Ensino de Sociologia ocorreu XIX Congresso Brasileiro de Sociologia, na cidade de Florianópolis, entre os dias 26 a 29 de julho de 2017. Nesta edição houve uma inclusão no número de coordenadores do GT e novas substituições. Os trabalhos ficaram a cargo das professoras Danyelle Nilin Gonçalves da UFC, Sueli Guadalupe Mendonça da UNESP e do professor Amurabi Oliveira da UFSC. Nesta edição analisamos 53 trabalhos acolhidos pelo GT, número recorde de comunicações apresentadas, fato que nos faz compreender a necessidades de mais um professor na coordenação dos trabalhos, além de comprovar o potencial de difusão e circulação de ideias sobre a Sociologia na educação básica que o grupo de trabalho possui.

A produção (simbólica) dos livros didáticos de sociologia: enfocando os autores, de **Ana Martina Baron Engerroff**, apresenta uma análise com foco na

autoria dos livros didáticos aprovados pelo PNLD 2015. Neste trabalho a autora analisa a relação dos autores com o espaço social produzido pelo ensino de Sociologia, identificando a posição ocupada por esses agentes. O estudo contou com a análise do currículo e entrevistas com os autores das obras aprovadas.

Sobre a produção de livros didáticos de Sociologia no PNLD 2018, de **Bárbara Fontes**, também investiga a perspectiva dos autores no processo de elaboração dos livros didáticos aprovados pelo PNLD 2018. Nesta comunicação a autora reflete sobre a narrativa dos autores e procura identificar a importância da Antropologia no processo de criação e reformulação das obras durante a avaliação do PNLD.

A recontextualização pedagógica das ciências sociais no Brasil e na França: uma comparação por meio da análise das ilustrações de seus livros didáticos publicados entre 2000 e 2010, de **Júlia Polessa Maçaira**, apresenta estudo comparativo entre os livros produzidos no Brasil e na França a fim de compreender os processos de recontextualização pedagógica do conhecimento sociológico nos dois países. Através de análise quantitativa e qualitativa, a autora constatou que as ilustrações dos livros brasileiros apresentam majoritariamente referencial eurocêntrico, enquanto as produções francesas evidenciam uma abordagem pautada na realidade contemporânea francesa.

Movimentos Sociais no ensino médio: uma análise dos livros didáticos de Sociologia, de **Matheus Mazzilli Pereira**, **Brenda de Fraga Espíndula**, **Carla Michele Rech** e **Camila Farias da Silva**, apresentam nesta comunicação as potencialidades e os limites que os livros aprovados no PNLD 2018 têm em analisar o fenômeno dos movimentos sociais. Os resultados da pesquisa indicaram como potencialidade a capacidade de contextualização histórica do fenômeno. No entanto, viram a pouca abordagem dos pressupostos teóricos e a falta de um olhar relacional do fenômeno, como limites na abordagem dos livros analisados.

A ciência política nos livros didáticos, de **Joana da Costa Macedo**, apresenta estudo comparativo sobre os conteúdos relacionados à ciência política em dois livros, produzidos no Brasil e na França respectivamente. A fim de compreender as diferenças na abordagem de conceitos como movimentos sociais, cidadania e democracia, a autora articula sua análise com os estudos sobre o currículo da disciplina. Sua investigação concluiu que o livro brasileiro

apresenta um conteúdo pautado numa perspectiva conceitual, enquanto a obra francesa apresenta uma perspectiva instrucionista e procedimental.

Comunidades epistêmicas e a produção de concepções de Sociologia escolar via PNLD é um trabalho de minha autoria que, mais uma vez, foi acolhido pelo GT. Nesta comunicação apresento detalhes sobre a engenharia operacional do PNLD e como essa estrutura abre espaço para a produção de conhecimento sobre a Sociologia na educação básica, a fim de amadurecer a hipótese que guia a pesquisa que desenvolvi nesta tese.

Esta última edição do grupo de trabalho apresentou o maior número de pesquisas sobre os livros didáticos de Sociologia e sobre o PNLD. Tal constatação é feita em um momento histórico marcado pela terceira avaliação dos livros realizada pelo programa. Podemos encarar isso como um amadurecimento das pesquisas desenvolvidas no âmbito acadêmico e na circulação de ideias produzidas pela produção, avaliação e distribuição de novos livros de Sociologia no PNLD.

A partir da apreciação dessas pesquisas ao longo do GT Ensino de Sociologia buscamos demonstrar como a evolução das pesquisas sobre essa temática consolidou o congresso e o grupo de trabalho como contexto de expressão da comunidade epistêmica, tornando claro que a relação entre o grupo de pesquisadores, que envolve professores das universidades e da educação básica, e o grupo de avaliadores e coordenadores do PNLD Sociologia não foi casual.

Em outras palavras, tentamos demonstrar que a partir do momento em que o Estado necessitou de um quadro qualificado para implementar a inclusão da Sociologia no PNLD, ele encontrou nos dois contextos de expressão da comunidade epistêmica o pessoal qualificado para esse processo, ou pelo menos o seu núcleo duro, como veremos na análise detalhada dos perfis dos avaliadores no terceiro capítulo desta tese.

2.3 Da produção à circulação das ideias no âmbito do PNLD Sociologia

Nosso intuito neste capítulo foi mostrar, através de um levantamento seguido de breve análise de dissertações e teses, que as pesquisas sobre os livros didáticos de Sociologia possuem fundamental importância no campo de

pesquisas acadêmicas sobre o ensino de Sociologia na educação básica. Através do estado da arte realizado por Handfas (2017) é possível constatar que, em um período marcado pelo retorno gradual da Sociologia às escolas brasileiras, os trabalhos de Meucci (2000), Guelfi (2001), Sarandy (2004), Coan (2006) e Takagi (2007) contribuem de forma efetiva para a reflexão sobre o currículo, as práticas pedagógicas e metodologias de ensino e a institucionalização das ciências sociais via disciplina de Sociologia.

A relevância das pesquisas sobre esta temática ampliou-se com o advento da inclusão da Sociologia no Plano Nacional do Livro Didático (PNLD). Este mote chamou a atenção de pesquisadores para a compreensão de elementos diversos relativos ao papel dos livros didáticos na implementação da Sociologia na educação básica. Chama atenção o fato de os trabalhos recentes sobre o tema abordarem a centralidade curricular da disciplina, via PNLD, através da teoria da recontextualização pedagógica de Basil Bernstein. Este pressuposto teórico, que já havia sido trabalhado por Bezerra e Meucci (2014), é aprofundado nas pesquisas de Desterro (2016), Maçaira (2017) e Souza (2017). Ademais, a difusão dos livros nas escolas públicas, provocada pelo PNLD, atraiu a curiosidade de pesquisadores, como Cavalcante (2015) e Queiroz (2016), para a forma como os docentes escolhem e utilizam os livros em sala de aula. Por fim, as pesquisas com livros didáticos de sociologia proporcionaram diálogos com outras perspectivas de análise. É o caso dos trabalhos de Silva (2016) e Montez (2015) que analisaram a influência de órgãos setoriais do governo federal na produção dos manuais e o tipo de socialização política presente nos livros aprovados pelo PNLD, respectivamente.

Destacamos que, para as finalidades desta pesquisa, ressaltaremos a circulação das ideias entre os trabalhos que analisaram os livros didáticos com o objetivo de compreender seus *sentidos* para o ensino de sociologia nas escolas. Dessa forma, assumimos que os estudos dessa categoria que dialogaram com o conceito de *recontextualização pedagógica* (DESTERRO, 2016, MAÇAIRA, 2017, CRUZ, 2017), assim como o trabalho que optou por uma análise ligada a noção de *bem simbólico* de um subcampo de pesquisa (ENGERROFF, 2017a) utilizam essas teorias enquanto *atos de fala* (POCOCK, 2003, p. 64), capazes de estabelecer um padrão de análise dos livros recentes de sociologia para o ensino médio.

Sobre a padronização estabelecida por essas pesquisas alguns fatos nos chamam atenção para o estudo que aqui propomos, que, sempre é bom lembrar, investiga a produção do conhecimento no âmbito do PNLD. Em primeiro lugar, diferente dos primeiros trabalhos onde predominam abordagens sobre o potencial dos livros enquanto elementos de *rotinização* do conhecimento científico nas escolas, agora é possível perceber a utilização de um novo vocabulário normativo e novos atos de fala voltados para o processo de *recontextualização* do conhecimento em âmbito escolar.

Chama atenção a forma como o trabalho de Desterro (2016) demonstra que o processo de recontextualização acaba por ressignificar a categoria de imaginação sociológica cunhada pelo sociólogo norte-americano Wright Mills.

Minha hipótese é que esse conceito vem se tornando recorrente por se relacionar com uma forma de tratamento dos conteúdos que aglutina diferentes justificativas para a presença da Sociologia nos currículos escolares. A imaginação sociológica serve, ao mesmo tempo, a objetivos acadêmicos, pedagógicos e utilitários e por isso tem ganhado força. (DESTERRO, 2016, p.71)

A utilização do conceito em diferentes instâncias do campo de produção do conhecimento escolar de sociologia, nos faz pensar na hipótese de que “diferentes autores operam diferentes atos na mesma linguagem, respondendo uns aos outros por meio dela e empregando-a como *medium* e como modo de discurso”. (POCOCK, 2003, p.71)

Nesse sentido, é importante investigar como se deu a normalização dessa linguagem. Sobre esse processo dispomos de algumas hipóteses. Vimos nesse capítulo que os principais trabalhos que estudaram livros didáticos de sociologia, antes do PNLD, se notabilizaram por disporem de uma análise ligada ao processo de institucionalização das ciências sociais na educação básica brasileira, diferente dos estudos recentes, que optaram por uma análise dos sentidos da configuração que os manuais assumiram, enquanto indutores curriculares legitimadores da sociologia nas escolas públicas brasileiras.

Acreditamos que esse movimento ocorreu após a circulação dos trabalhos de Ileizi Luciana Fiorelli Silva. O trabalho intitulado *Das fronteiras entre ciência e educação escolar: as configurações do ensino de ciências sociais/sociologia no Estado do Paraná (1970-2002)* (SILVA, 2006) é uma das primeiras teses

mapeadas por Handfas e Maçaira (2014), e pioneira nesse porte, a abordar esse tipo de análise nos estudos sobre o ensino de sociologia.

Nesta tese, um dos objetivos é apreender os sentidos da configuração do ensino das Ciências Sociais/Sociologia, a partir dos discursos pedagógicos dominantes no período de 1970 a 2002, para isso foi necessário aprofundar o levantamento sobre os currículos e sobre os agentes mais envolvidos nos processos de elaboração. A percepção que predominou foi a de que, para entender como o ensino das ciências sociais/sociologia tornou-se parte do arbitrário cultural legítimo no sistema de ensino, haveria necessidade de entender a dimensão do discurso pedagógico, em suas formulações e reformulações nos chamados campos da contextualização e recontextualização, segundo Bernstein (1996). (SILVA, 2006, p. 39)

É possível medir o impacto do estudo realizado pela autora, quando todos os trabalhos realizados após o PNLD fazem referência a esta tese em suas análises. De certa maneira, essas ideias tornaram-se base sólida para a compreensão da relação entre ciências sociais e o processo de escolarização destas ciências em um sistema de ensino.

Para além dos trabalhos sobre livros didáticos, é possível localizar outro indicador da forte ressonância do trabalho de Ileizi Silva nos trabalhos sobre o ensino de Sociologia. Bodart e Tavares (2018) realizaram um interessante levantamento sobre a produção desta temática, em periódicos on-line de estratos superiores⁴³, publicados no Brasil no período compreendido entre 1996 e 2017. Neste mapeamento é possível constatar que dentre os autores brasileiros mais citados nos 65 artigos selecionados Silva aparece na quarta colocação, servindo de referência para 23 trabalhos. Além disso, seu artigo: *O ensino das Ciências Sociais/Sociologia no Brasil: histórico e perspectivas* (SILVA, 2010) publicado na coletânea: *Explorando o ensino de Sociologia* (MORAES, 2010) é o texto oriundo de um livro com maior número de referências nas publicações sobre o ensino de Sociologia.

Com efeito, os escritos dessa autora obtiveram uma recepção em trabalhos com diferentes recortes sobre a Sociologia na educação básica em um período marcado pela consolidação da disciplina na educação básica (2008-2015). Além do papel exercido como pesquisadora e professora da Universidade

⁴³ Periódicos classificados como A1, A2 e B1 no sistema de avaliação *Qualis* realizada pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) (BODART, TAVARES, 2018, p. 59)

Estadual de Londrina (UEL), cabe ressaltar também sua atuação na racionalização da disciplina fomentada pelo Estado nesse período. É possível constatar sua presença em diferentes espaços de legitimação da disciplina em âmbito estatal. Destacamos a própria participação na coleção *Explorando o ensino de Sociologia*, obra que é resultado da iniciativa do governo federal em complementar a formação docente, oferecendo um material científico-pedagógico que contemple aspectos teóricos e práticos da disciplina. Além disso, participou dos primeiros trabalhos sobre a Base Nacional Comum Curricular⁴⁴ (BNCC). Por fim, destacamos seu trabalho como coordenadora e avaliadora em duas edições do PNLD Sociologia (2012 e 2015).

Essa ressalva é importante, pois aponta para uma circulação das ideias em diferentes espaços institucionais que, seguindo nossa hipótese, será essencial para compreender a produção do conhecimento no âmbito do PNLD. É esse tipo de movimento que fará com que parte dos pesquisadores da área compreendam o ensino de sociologia como um subcampo do conhecimento científico com certa autonomia.

Bodart e Tavares (2018, p. 59-60) destacam alguns fatos importantes para demonstrar a emergência desse subcampo, tais como: o aumento no número de pesquisas sobre o tema, coincidindo com a presença da Sociologia no Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID), sua inclusão no PNLD, além da militância intelectual pela garantia da disciplina na educação básica, materializada na criação da comissão de ensino da Sociedade Brasileira de Sociologia (SBS) e da Associação Nacional do Ensino de Ciências Sociais (ABECS). Partindo dessa chave de compreensão é possível pensar que essa autonomia legitima certos agentes (como é o caso de Ileizi Silva) a participarem de ações estratégicas do Estado para com a disciplina de Sociologia.

Nesse sentido, o trabalho de Engerroff (2017a) chama atenção pelo fato de – diferente de outras pesquisas com objetivos semelhantes – optar por uma análise dos sentidos dos livros didáticos apreendendo a importância desses artefatos enquanto bens simbólicos dentro de um subcampo do conhecimento científico delimitado por pesquisas sobre o ensino de sociologia. Para

⁴⁴ Além de participar dessa política educacional, a autora e seu grupo de pesquisa publicaram artigo sobre a discussão da BNCC no período compreendido entre 1988 e 2015 (SILVA, ALVES NETO, VICENTE, 2015).

compreender a importância dos livros, assim como a posição dos agentes em relação ao subcampo, a autora também observa o movimento desses agentes no cerne da avaliação do PNLD, estabelecendo as conexões na agência em diferentes campos de pesquisa, mais especificamente, ela chama atenção para os professores ligados à educação básica que possuem forte ligação com o campo de produção do conhecimento do ensino de sociologia, seja na condição de avaliador, seja na condição de autor de livros, seja na de pesquisador da área.

No entanto, é significativo que estes avaliadores que têm vínculo com o ensino básico possuem forte ligação com o ensino superior e, mais especificamente, com o subcampo do ensino de sociologia. No primeiro guia (PNLD 2012), nota-se que foi avaliadora coautora de um dos livros didáticos aprovados no edital seguinte (Fátima Ivone de Oliveira Ferreira), cuja vinculação é o Colégio Pedro II, que hoje participa do Mestrado Profissional em sociologia, apresentando-se esta dupla dinâmica do subcampo do ensino de sociologia. Para o PNLD 2015, dos seis avaliadores com vinculação com o ensino básico, dois deles defenderam dissertações tendo como objeto o livro didático (Cassiana Takagi e Fábio Desterro). (ENGENROFF, 2017a, p. 90)

Mesmo com uma abordagem teórica diferente, este trabalho apresenta elementos importantes para a relação que destacamos nessa pesquisa. Ao observar a circulação entre agentes de diferentes vinculações que convergem num mesmo espectro de análise da Sociologia na educação básica, as constatações da autora acabam por nos ajudar a ratificar a hipótese que construímos nesse trabalho.

Através do estudo das dissertações e teses destacadas nesse capítulo, percebemos que houve uma mudança nas questões levantadas sobre os livros didáticos das diferentes gerações de manuais produzidos no Brasil. Se em um primeiro momento foi possível vincular a importância e a reverberação de alguns desses trabalhos em análises que primavam pela compreensão do processo de institucionalização da disciplina, após a inserção da sociologia no PNLD, os pesquisadores encontraram um cenário onde esse processo fora amplamente discutido. No caso das pesquisas recentes é visível uma preocupação maior em compreender a vinculação dos livros com o currículo de sociologia no ensino médio.

Nesse sentido, a análise dos livros a partir da ideia de *rotinização* do conhecimento sociológico nas escolas ajudou a compreender o perfil da disciplina em seu processo de reintrodução no ensino básico. Uma vez

consolidado esse perfil restava compreender como os livros se encaixam nessa nova configuração disciplinar. Com efeito, as noções de *recontextualização pedagógica* e *campo (ou subcampo) científico* apontam para conclusões mais imediatas.

Analisando esse processo, trabalhamos com a ideia de que a circulação desses trabalhos produziu *atos de fala* e um *vocabulário normativo* próprios para cada período (antes e após a inclusão da sociologia no PNLD) em que foram realizados estudos sobre livros didáticos de Sociologia. Essas constatações são importantes pois o que buscamos compreender nessa pesquisa é a forma como o Estado recebeu essas ideias e fomentou a produção do conhecimento ao recrutar agentes notáveis entre o conjunto de pesquisadores, que de alguma forma trabalham com a Sociologia na educação básica, para tratar dessa disciplina no PNLD.

A análise da produção e circulação dessas ideias no âmbito da avaliação aplicada pelo PNLD será o mote para a condução desta pesquisa no próximo capítulo.

3. AS AVALIAÇÕES DO PNLD SOCIOLOGIA E SUAS RELAÇÕES COM A COMUNIDADE EPISTÊMICA DA DISCIPLINA

Acompanhamos nos capítulos anteriores como o PNLD se tornou uma política pública de aquisição e distribuição de livros consolidada, atravessando diferentes governos e mantendo a mesma estrutura organizacional. No cerne dessa engenharia operacional iremos focar, neste momento do trabalho, na relação Estado/mercado editorial/sociedade. Mais especificamente, para a forma como os agentes envolvidos nesse processo se relacionam durante a avaliação pedagógica dos manuais inscritos no programa.

A hipótese aqui levantada é a de que tal relação abre espaço para a criação de uma *comunidade epistêmica* que tem por objetivo avaliar as obras de cada disciplina e, com isso, acaba por estabelecer os princípios didático-pedagógicos e os conteúdos mínimos de cada saber escolar. Em outras palavras, a comunidade epistêmica formada pela equipe técnica do PNLD é a grande responsável por materializar a centralização curricular fomentada por esta política pública.

É preciso, portanto, encontrar caminhos para analisar a forma como esse conhecimento é produzido e aplicado no âmbito de uma política pública. No caso em questão, trata-se de uma política educacional complexa que envolve desde a distribuição de livros até questões curriculares e avaliação dos manuais didáticos, o que exige uma série de relações de cooperação entre agentes ligados à diversas instituições (ROMANINI, 2013, p. 12).

Os papéis desempenhados por esses sujeitos na relação Estado/sociedade/mercado editorial tendem a modificar ou manter o processo de implementação desta política pública, o que veremos que será de suma importância para a inserção e atuação de professores pesquisadores do ensino de Sociologia no processo de avaliação dos livros didáticos.

Por se tratar da análise da produção do conhecimento em uma política pública que admite a entrada de sujeitos que não atuam necessariamente no âmbito do ministério da educação, dialogamos com Carlos (2017, p. 01) que, ao tratar das relações de interdependência entre Estado e Movimentos Sociais na implementação de políticas públicas, assume o pressuposto de que as relações

de “co-constituição entre Estado e sociedade civil realça os atores institucionais e os sociais como politicamente relevantes e mutuamente imbricados na conformação da ação coletiva e das interações socioestatais.”

Essa vinculação analítica é interessante para pensarmos a forma com que o Estado encontrou meios para incluir a disciplina de Sociologia em uma engenharia operacional que já estava consolidada no PNLD. Mesmo que o conjunto de professores e pesquisadores da área de ensino de Sociologia não possam ser considerados em sua essência como um movimento social, suas vinculações institucionais e, como mencionado anteriormente, suas “militâncias intelectuais” pela garantia da Sociologia na educação básica tornou possível, em nosso entendimento, o *encaixe institucional* (CARLOS, 2017, p. 02) necessário para a aproximação desse grupo com o Estado. Nesse processo os encaixes são importantes pois:

[...] conferem aos atores sociais acesso mais permanente às instituições, ampliando sua capacidade de influência. Esses correspondem a “processos intermediários de solidificação institucional”, cujas configurações se associam às capacidades organizacionais e à interação socioestatal na produção das políticas. (CARLOS, 2017, p. 02)

De acordo com Gurza Laval, Carlos, Dowbor e Szwako (2017, p. 06) quando os grupos alcançam esse nível de relações de interdependência, as ações entre sociedade e Estado intermediadas por encaixes podem criar “domínios de agência”, legitimando a agência dos sujeitos em um âmbito específico da política pública. Neste caso em específico, o processo de avaliação e, em consequência, da centralização curricular dos livros de Sociologia aprovados no PNLD.

Esse domínio de agência, aqui mobilizado para a produção do conhecimento escolar de Sociologia, proporciona ao conjunto de indivíduos convocados para a avaliação do PNLD a oportunidade de atuar como uma *comunidade epistêmica*. Sobre o papel das comunidades epistêmicas na circulação de ideias e produção do conhecimento no planejamento e execução de uma política pública, Faria (2003) nos apresenta a contribuição de Haas (1992) que as define como uma rede de profissionais “com expertise e competência reconhecidas em um domínio específico e um *authoritative claim*

ao conhecimento relevante às políticas públicas ligadas àquele domínio ou *issue-area*” (HAAS apud FARIA, 2003, p. 26).

Como vimos no capítulo passado, muitos dos avaliadores e principalmente dos coordenadores do processo possuem amplo conhecimento sobre o assunto. Sobre isso reafirmamos que a escolha desses agentes não foi aleatória, mas atendeu a uma demanda que surgiu em torno da realização da política pública, tratamos esse como mais um elemento para recorrer a noção de comunidade epistêmica para discorrer sobre esse processo.

A comunidade epistêmica incorpora, além dos sujeitos e grupos sociais com autoridade reconhecida pelo conhecimento em determinada área ou setor para certas políticas, as agências multilaterais de fomento e os intercâmbios de idéias de diferentes países. Ressalto que a participação de sujeitos e grupos não se realiza exclusivamente pelo interesse que possam possuir, mas, sobretudo, pelo conhecimento que detêm sobre determinada temática relacionada à política pública assim como às relações de poder com a institucionalidade. Articulam influências a partir do argumento em torno das idéias que defendem sobre a política e na política. (DIAS, 2009, p. 14)

Com efeito, é possível constatar que a produção do conhecimento escolar de Sociologia no âmbito do PNLD só fora possível pelo encaixe institucional aberto pelo Estado. Tal abertura proporcionou domínios de agência a um conjunto de professores e pesquisadores que passaram a atuar como uma comunidade epistêmica capaz de criar sentidos para a Sociologia na educação básica.

Se aplicarmos essa noção às equipes técnicas responsáveis pelo parecer dos livros do PNLD será possível identificar as distintas comunidades epistêmicas no processo de avaliação das diferentes disciplinas escolares. Em suma, para cada processo avaliativo haverá uma comunidade epistêmica compartilhando um conjunto de crenças normativas, que lhes fornece uma racionalidade baseada em valores; relações de causa-efeito relacionadas ao planejamento e à execução da política pública; critérios de avaliação definidos internamente e um conjunto de práticas compartilhadas associadas a um conjunto de problemas para os quais sua competência profissional é dirigida. (FARIA, 2003, p. 26).

Analisar a atuação dessas comunidades epistêmicas torna-se de suma importância para a compreensão da forma como o PNLD possibilita a circulação de ideias e a consolidação de conteúdos escolares de cada disciplina, pois os avaliadores situam-se numa fase intermediária entre a produção do livro didático e sua possível aquisição por parte do Estado, ou seja, são estes pareceristas os responsáveis pela construção de princípios conceituais, além dos didáticos-pedagógicos de cada saber escolar condensado em um manual didático⁴⁵.

Dito isto, iremos abordar nesse capítulo a composição das equipes avaliativas para os livros de Sociologia submetidos aos editais do PNLD 2012, 2015 e 2018. Daremos ênfase ao perfil acadêmico e profissional dos pareceristas recrutados, analisando suas produções publicadas antes, durante e depois de suas atuações no PNLD Sociologia.

3.1 O trabalho das equipes avaliadoras do PNLD Sociologia

Para compreender melhor o trabalho desses agentes na forma de comunidade epistêmica, é preciso se ater ao trabalho que é realizado antes, durante e depois da elaboração do Edital para a inscrição dos livros. Sobre esse processo, vejamos o que diz o Guia do PNLD Sociologia 2012:

Nesse sentido, a elaboração do Edital se concentra, sobretudo, no trabalho de definição de critérios e princípios capazes de assegurar a qualidade das obras aprovadas. Essa foi uma tarefa iniciada em agosto de 2009, com reuniões entre a Comissão Técnica e a equipe da Diretoria de Políticas de Formação, Materiais Didáticos e de Tecnologia para a Educação Básica do MEC. Especialmente os critérios eliminatórios comuns a todas as áreas foram formulados após discussão entre os membros da Comissão Técnica que representam os diferentes componentes curriculares do ensino médio, levando-se em conta os critérios gerais para o atendimento dos requisitos mínimos no que tange aos aspectos físicos, legais, editoriais e teórico-metodológicos das obras. (BRASIL, 2011, p. 08)

⁴⁵ Para ilustrar a atuação dessas comunidades epistêmicas no seio do PNLD, Carvalho Filho (2016) analisou o perfil da equipe de avaliadores dos livros didáticos de história para o ensino fundamental e maneira como estes estão inseridos na produção científica sobre o tema. O autor observa que os princípios adotados pela equipe se alinham ao posicionamento defendido pela Associação Nacional de História (ANPUH).

No caso específico da Sociologia, nos chama a atenção duas características na consolidação dos trabalhos da comissão técnica. A forma como as obras da disciplina atenderam aos requisitos editoriais e aos aspectos teórico-metodológicos. Nos dois casos identificamos que a disciplina é apresentada a partir de concepções consolidadas em outros documentos oficiais redigidos no mesmo período, com destaque para o diálogo com as Orientações Curriculares Nacionais para o Ensino Médio (OCEN), de 2006.

É possível identificar uma aproximação entre os princípios das OCEN e os aspectos editoriais dos livros de Sociologia na opção feita pela comissão técnica em avaliar livros de volume único, ou seja, sem ordenação seriada dos conteúdos aplicados no ensino médio. Essa configuração se alinha a posição do documento oficial em não indicar uma série de conteúdos necessários para a implementação da disciplina. Com isso, cada editora ficaria livre para construir suas obras de acordo com os princípios epistemológicos e operador metodológico recomendado pelas OCEN.

Tais princípios são contemplados na redação do edital⁴⁶ no momento de caracterizar a disciplina a partir de sua divisão dentro das ciências sociais e na ênfase do seu objetivo de desnaturalizar os fenômenos sociais, como é possível visualizar no tratamento dado à Sociologia no edital do PNLD 2012.

A disciplina Sociologia representa um conjunto de conhecimentos que se convencionou denominar Ciências Sociais. Por isso, contempla conteúdos da Antropologia Cultural, da Ciência Política e da Sociologia. Parte-se, com efeito, do pressuposto de que fenômenos relativos à representação simbólica do mundo, à dominação política e às formas de sociabilidade são indissociáveis e, enquanto tal, devem ser abordados em sala de aula. Importante lembrar que os conteúdos da disciplina Sociologia farão parte do processo de alfabetização científica do aluno. Para a consecução dessa tarefa, é fundamental oferecer uma perspectiva 'desnaturalizada' e 'crítica' da vida social. Os fenômenos sociais serão, pois, alvo de inquirição e investigação permanente para que o aluno possa pensar de modo mais sofisticado acerca do mundo social e de sua condição neste mundo. (BRASIL, 2009, p. 27)

⁴⁶ Neste momento é importante ressaltar que o tratamento das especificidades da disciplina de Sociologia nos três editais (2012, 2015 e 2018) possuem a mesma redação. Este fato demonstra a consolidação da forma como a comissão técnica compreendeu a concepção de livro didático de Sociologia nesse período.

Estabelecer as conexões entre as OCNEM e o edital do PNLD, buscando identificar pontos de influência do primeiro documento sobre o segundo é importante para essa pesquisa, pois nos fornece elementos para pensar no processo de circulação das ideias de agentes responsáveis por diferentes contextos de expressão da comunidade epistêmica em torno da disciplina de Sociologia na educação básica. Ao realizarmos o levantamento entre os responsáveis pela construção das duas matrizes curriculares identificamos uma confluência entre seus agentes, de acordo com o esboço ilustrado no diagrama abaixo:

FIGURA 1



Fonte: elaboração própria a partir dos dados do currículo lattes do perfil analisado

Apesar das confluências entre os documentos na parte do edital que trata da caracterização da disciplina, encontramos no ponto que trata dos critérios eliminatórios para o componente curricular Sociologia, uma série de indicações para que as obras ofereçam tratamento conceitual e teórico a alguns conteúdos, detalhando assim as categorias que os livros devem trazer em suas edições.

Para o componente curricular Sociologia, será observado se a obra:
[...]

(2) favorece o domínio da linguagem especializada das Ciências Sociais, conferindo tratamento conceitual e teórico aos temas abordados. Categorias como cultura, estado, sociedade, etnocentrismo, poder, dominação, ideologia, instituições sociais, socialização, identidade social e classes sociais deverão ser apresentados; [...] (BRASIL, 2009, p. 31)

Com efeito, percebemos que apesar da ressonância produzida pelas OCNEM, o edital do PNLD possui elementos próprios de centralização curricular, ao pautar os critérios de avaliação de cada disciplina. Tal fato torna-se relevante para que a comunidade epistêmica, formada pela equipe responsável pela avaliação das obras, possa produzir e circular o conhecimento sobre os livros que contemplam a concepção de Sociologia na educação básica. Em outras palavras, o trabalho da comissão técnica permitiu que os livros da disciplina fossem pautados pelo conhecimento produzido pelos contextos de expressão da comunidade epistêmica e não pelas editoras dos manuais.

A partir do trabalho realizado por este grupo, foram criados os princípios didático-pedagógicos a serem articulados à ficha de avaliação dos livros de Sociologia. Dessa forma, o primeiro edital com a presença da disciplina trouxe os seguintes princípios:

1. Assegurar a presença das contribuições das três áreas que compõem as Ciências Sociais: Antropologia; Ciência Política; e Sociologia.
2. Garantir que as Ciências Sociais se apresentem nas páginas do livro como um campo científico rigoroso, composto por estudos clássicos e recentes e por diferenças teóricas, metodológicas e temáticas.
3. Permitir, por meio de mediação didática exitosa, que o aluno desenvolva uma perspectiva analítica acerca do mundo social.
4. Servir como uma ferramenta de auxílio ao trabalho docente, preservando-lhe a autonomia. (BRASIL, 2011, p. 08)

Nos editais seguintes (2015 e 2018) os princípios foram praticamente os mesmos, o que podemos compreender como uma consolidação do trabalho realizado por essa primeira comunidade epistêmica, formada por uma equipe multidisciplinar de professores universitários, especialistas de cada um dos componentes curriculares, que irá fomentar o núcleo duro do processo de avaliação dos livros didáticos. Tais membros possuem, portanto, papel essencial

na delimitação de uma centralidade curricular difundida através da distribuição de material didático para escolas de todo o Brasil.

Em um segundo momento da avaliação o MEC encarrega uma Instituição de Ensino Superior (IES) de coordenar o processo de formação da equipe de pareceristas, além da avaliação propriamente dita⁴⁷. Nos editais que selecionaram livros de Sociologia os trabalhos foram delegados às seguintes instituições: Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Universidade Federal do Paraná (UFPR) e Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Aqui, cabe lembrar que tais instituições eram responsáveis por formar duas coordenadorias, a saber: a *institucional*, responsável pela gestão administrativa da avaliação e a de *área*, responsável pela coordenação do processo pedagógico da avaliação dos livros, o que inclui a formação da equipe de avaliadores. É formada assim, uma segunda comunidade epistêmica, desta vez composta por professores e pesquisadores ligados à temática do ensino de Sociologia na educação básica.

Ao longo dos três processos de avaliação 64 profissionais participaram da execução dos trabalhos, seja em uma das coordenações, seja na função de avaliador. Destes, 20 participaram de mais de uma avaliação, incluindo três que participaram de todas as equipes avaliativas. Percebe-se, dessa forma, que o grupo de professores e pesquisadores aglutinados em torno desse processo formou uma espécie de “núcleo duro” da comunidade epistêmica. Tal fato torna-se relevante para pensarmos no potencial de criação e difusão de conhecimento escolar de Sociologia via PNLD.

Outra característica importante a ser destacada neste grupo é a sua relação íntima com as pesquisas realizadas em período recente que tiveram como temática (central ou secundária) os livros didáticos de Sociologia. Ao realizar o mapeamento de trabalhos acadêmicos condensados em pesquisas

⁴⁷ Até o PNLD 2015, as Universidades, através de suas coordenadorias, centralizavam o processo de formação da equipe de pareceristas. No PNLD 2018 metade desta equipe foi formada a partir de avaliadores oriundos de sorteio no Banco de Avaliadores dos Programas Nacionais do Livro e da Leitura (Chamada Pública nº 13/2016, publicada no DOU nº 28 de 12/02/2016), aberto a inscrições de professores de IES e da educação básica (BRASIL, 2017, p. 09).

strictu sensu (mestrado e doutorado) entre os anos de 2000 a 2017, Engeroff (2017b) reuniu 30 trabalhos divididos nas seguintes temáticas: a) história das disciplinas; b) currículo; c) categoria em destaque e d) prática docente. O estado da arte realizado pela autora mostra-se bastante elucidativo para o nosso trabalho por dois motivos. Primeiro, ela demonstra com dados empíricos que o estudo dos livros didáticos vem se consolidando como objeto relevante para as pesquisas sobre a Sociologia na educação básica. Em segundo lugar, ela atesta a importância do PNLD como “o grande legitimador e avalizador dos livros didáticos como objeto de pesquisa” (ENGEROFF, 2017b, p. 87), ao demonstrar que, praticamente todas as pesquisas sobre livros didáticos após 2012 versaram sobre análises de livros aprovados e distribuídos pelo programa.

Ainda cabe destacar que das 30 pesquisas mapeadas, seis foram produzidas por pesquisadoras e pesquisadores que participaram de alguma equipe avaliadora do PNLD. Além disso, é possível encontrar também pesquisas orientadas por professores que trabalharam na coordenação ou avaliação dos livros didáticos, reforçando a hipótese de que a comunidade epistêmica formada no PNLD tem relação íntima com a produção do conhecimento escolar de Sociologia.

Além da expertise e da experiência desses agentes, que nos ajuda a caracterizá-los como uma comunidade epistêmica, outra característica em seu perfil nos leva a categorizá-los dessa forma: o seu tipo de inserção na estrutura estatal. O fato de deterem as mesmas condições de burocracia organizacional (em especial a estabilidade funcional) combinadas com a autonomia decisória, comum às burocracias acadêmicas (WEBER, 1982), tornam-se fundamentais para que a produção de conhecimento no âmbito do PNLD ganhe força e perenidade no período que compreende os três editais realizados⁴⁸.

Por fim, cabe destacar que a maneira como a comissão conduziu os trabalhos de avaliação dos livros de Sociologia no último PNLD do ensino médio (2018) nos mostra que o compromisso dessa comunidade epistêmica com o ensino de Sociologia vai muito além da simples avaliação dos manuais didáticos.

⁴⁸ É possível estabelecer um paralelo entre a atuação destes pesquisadores e professores com o trabalho realizado pelos sanitaristas descrito por Costa (2014, p. 810)

A partir da leitura do Guia, produzido pela equipe avaliativa, podemos apreender concepções de Sociologia na educação básica presentes nos livros didáticos concatenadas aos movimentos que lutaram pela viabilização do retorno da disciplina às escolas.

Trata-se, como se pode notar, de uma pretensão ambiciosa e que, justamente por isso, exige uma responsabilidade igualmente ampla no sentido de contemplar a pluralidade e o rigor da tradução de saberes acadêmicos em saberes escolares. Se a especificidade das Ciências Sociais é a diversidade de caminhos possíveis em termos de perguntas e respostas, esse aspecto não elimina um consenso disciplinar segundo o qual é necessário fazer uso de certos princípios no sentido de construir cientificamente problemas que buscam dar conta dos fenômenos sociais. Dois princípios básicos foram, então, identificados como comuns a todo projeto científico deste campo: “desnaturalização” e “estranhamento”, que orientam cada passo dado no avanço do conhecimento sobre a realidade social. (BRASIL, 2017, p. 12)

No documento também é possível constatar que a revisão desse consenso disciplinar presente na última avaliação dos livros de Sociologia é pautada nos princípios amplamente difundidos e debatidos pela área de estudos do ensino de Sociologia, que vivencia constante crescimento desde o retorno obrigatório da disciplina em 2008.

A vitalidade dessa área de estudos é atestada pelo fortalecimento de espaços acadêmicos para apresentação de trabalhos, a divulgação científica de artigos em revistas da área de Educação e Ciências Sociais, reunindo um repertório considerável de experiências e reflexões sobre o tema. O Encontro Nacional sobre o Ensino de Sociologia na Educação Básica (ENESEB), uma iniciativa da Sociedade Brasileira de Sociologia, realiza sua quinta edição em julho de 2017. Na esteira desses acontecimentos, acompanhamos a atuação da Associação Brasileira de Ensino de Ciências Sociais (ABECS) e da entrada do tema em congressos da Associação Brasileira de Antropologia (ABA) e da Associação Brasileira de Ciência Política (ABCP). Soma-se a isso as inúmeras iniciativas no âmbito acadêmico de criação de cursos de pós-graduação em Ensino de Sociologia, que muito têm contribuído para a troca de saberes e experiências entre a universidade e a escola básica. (BRASIL, 2017, p. 13)

Dessa forma, é possível perceber que a equipe que avaliou os últimos livros de Sociologia aprovados no PNLD está atenta ao que de mais recente vem se produzindo ao longo dos últimos anos sobre o ensino de Sociologia. Fica

claro, portanto, que buscar conexões entre os membros da comunidade epistêmica atuante no PNLD com as instituições acima elencadas pode ser um bom caminho para compreender o potencial desta política pública em difundir (universalizar) o conhecimento escolar de Sociologia.

3.2 A avaliação do PNLD Sociologia 2012.

A partir de agora daremos início à análise detalhada das equipes avaliativas, apresentando o perfil técnico de cada um do corpo de pareceristas que participaram da primeira avaliação de livros de Sociologia no edital do PNLD 2012. É importante ressaltar que a exposição dos perfis dará ênfase à formação acadêmica e sua produção científica, sempre relacionando-as à temática da Sociologia na educação básica⁴⁹. A apresentação seguirá a ordem exposta no Guia do PNLD 2012, destacando as funções ocupadas por cada um no processo de avaliação, das coordenações aos avaliadores, seguindo a descrição do quadro abaixo:

QUADRO 1

Equipe responsável pela avaliação do PNLD 2012 - Sociologia	
PROFESSOR(A)	FUNÇÃO
Simone Meucci (UFPR)	Comissão Técnica
Mariane Campelo Koslinsky (UFRJ)	Coordenação Institucional
Anita Handfas (UFRJ)	Coordenação de Área
Julia Polessa Maçaira (UFRJ)	Coordenação Adjunta
Rosanne Evangelista Dias (UFRJ)	Coordenação Adjunta
Gabriela Montez Holanda da Silva (UFRJ)	Apoio Técnico
Ana Laudelina Ferreira Gomes (UFRN)	Avaliador(a)
Cynthia de Carvalho Lins Hamlin (UFPE)	Avaliador(a)
Edilene da Cruz Silva (UFMT)	Avaliador(a)
Erlando da Silva Rêses (UNB)	Avaliador(a)

⁴⁹ Como vimos anteriormente, alguns avaliadores participaram de mais de um edital do PNLD. Nesses casos, para evitar repetições, apresentaremos o perfil do avaliador quando da sua primeira participação no processo.

Evelina Antunes Fernandes de Oliveira (UFAL)	Avaliador(a)
Fátima Ivone de Oliveira Ferreira (Colégio Pedro II)	Avaliador(a)
Flavio Marcos Silva Sarandy (UFF)	Avaliador(a)
Ileizi Luciana Fiorelli Silva (UEL)	Avaliador(a)
Luiza Helena Pereira (UFRGS)	Avaliador(a)
Mariana Chaguri	Avaliador(a)
Marina Cordeiro (Rede de Ensino Particular RJ)	Avaliador(a)
Mario Bispo dos Santos (SEE/BSB)	Avaliador(a)
Marisa Brandão Rocha (CEFET-RJ)	Avaliador(a)
Sueli Guadalupe de Lima Mendonça (UNESP)	Avaliador(a)
Zuleika de Paula Bueno (UEM)	Avaliador(a)

A representante da disciplina na comissão técnica naquela ocasião foi **Simone Meucci**. Possui graduação em Ciências Sociais (1994) pela Universidade Federal do Paraná (UFPR), além de Mestrado (2000) e Doutorado (2006) em Sociologia, ambos cursados na Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). É professora do curso de Ciências Sociais e do Programa de Pós-graduação em Sociologia da UFPR. Na época em que participou das avaliações do PNLD, já ocupava as funções que exerce atualmente.

Ao longo de sua trajetória acadêmica é possível constatar a importância que a Sociologia na educação básica e os livros didáticos têm para a inspiração de seus trabalhos. Geralmente interseccionados com a temática do pensamento social brasileiro, sua obra, como demonstrado anteriormente, serve de referência para os estudos da área desde que sua dissertação: *A institucionalização da sociologia no Brasil: os primeiros manuais e cursos*, tornou-se pública nos anos 2000. Este trabalho se mostrou de suma importância para a compreender a forma como a Sociologia se institui no Brasil a partir de sua inserção na escola secundária, antes da criação dos primeiros cursos de Ciências Sociais serem implantados no país, além de demonstrar a potência dos livros escolares como difusores do conhecimento científico.

Em sua tese, *Gilberto Freyre e a sociologia no Brasil: da sistematização a constituição do campo científico*, a autora apresenta uma faceta da trajetória deste intelectual com o intuito de sistematizar as suas ideias sociológicas. O trabalho é importante para as temáticas aqui destacadas (Sociologia na educação básica e livros didáticos) por, em sua riqueza de detalhes, nos apresentar as experiências de alguém que não só vivenciou o ambiente escolar de meados do século passado, mas também foi responsável pela produção de um dos livros didáticos de Sociologia que mais circulou nas escolas daquele período.

Quanto as demais produções intelectuais de Meucci, veremos que há um equilíbrio entre os estudos sobre Sociologia na educação básica e os seus livros didáticos e outros temas que serviram como mote para as suas pesquisas. Apresentaremos um demonstrativo do acúmulo de sua produção na tabela abaixo:

TABELA 1

Tipo de Publicação	Outros Temas	Sociologia na Educação Básica	Livros Didáticos	Total
Artigos completos publicados em periódicos	9	3	4	16
Livros publicados/organizados ou edições	2	1	1	4
Capítulos de livros publicados	5	5	2	12
Textos em jornais/revistas	2	0	0	2
Trabalhos publicados em anais de congressos	4	2	1	7
Resumos expandidos publicados em anais	1	0	1	2
Resumos publicados em anais	8	2	2	12
Apresentações de trabalho	26	14	10	50
Outras produções bibliográficas	9	3	1	13

Fonte: elaboração própria a partir dos dados do currículo lattes do perfil analisado no dia 29/05/2020.

É importante ressaltar que o interesse da autora por esses temas perpassa por praticamente toda a sua constituição enquanto acadêmica e docente, ou seja, os trabalhos sobre os temas selecionados foram produzidos antes, durante e depois de suas participações na avaliação do PNLD.

Outro ponto a ser ressaltado na análise de sua produção científica é o de que, apesar de não entrar no recorte que estabelecemos, existem alguns trabalhos sobre temas que, de alguma forma, estão entrelaçados com o conhecimento escolar de Sociologia, tais como juventude e escola.

Indo além da análise da produção de científica de Simone Meucci, é possível encontrar em seu currículo elementos importantes para a constituição do seu perfil. Aqui destacamos a sua participação na comissão formada pela Sociedade Brasileira de Sociologia (SBS) para tratar dos assuntos referentes ao ensino de Sociologia na educação básica, além de sua participação em diversas edições do GT Ensino de Sociologia no Congresso Brasileiro de Sociologia, um dos contextos de expressão da comunidade epistêmica em torno da disciplina de Sociologia na educação básica.

Dessa forma, é possível compreender que os responsáveis por formatar a comissão técnica do PNLD 2012, ao buscarem alguém com este perfil, almejavam dar à disciplina, recém egressa no programa, alguém capaz de levar para a avaliação um grande acúmulo de conhecimentos e experiência acerca da Sociologia em âmbito escolar.

A coordenação institucional ficou a cargo de **Mariane Campelo Koslinski**. Possui graduação em Sociologia pela London School of Economics (LSE, Grã Bretanha – 1995), Mestrado em Educação cursado na Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP – 2000) e Doutorado em Sociologia e Antropologia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ – 2007). Atualmente é professora adjunta da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), função que ela já exercia durante o período dos trabalhos de avaliação desta edição do PNLD.

Iniciamos a análise dos trabalhos de maior fôlego de Koslinski apresentando sua dissertação de mestrado, *O processo de implementação de políticas sociais descentralizadas: o estudo do FUNDEF*, onde a autora se debruça sobre a forma de financiamento da educação implementada pelo governo federal e a sua aplicação na forma de políticas públicas educacionais. Neste trabalho, além da análise sobre os dados referentes à engenharia financeira realizada pelo governo central na execução do fundo, também foi

realizada uma pesquisa qualitativa em três municípios da Bahia e três municípios do Rio de Janeiro, com o objetivo de compreender como os recursos eram aplicados nos respectivos sistemas municipais de educação.

Em sua tese, *Um estudo sobre ONGs e suas relações de “accountability”*, a professora lança seu olhar analítico para as relações entre o Estado e a sociedade civil, quando representadas por organizações não governamentais. Para compreender o papel de protagonismo dessas organizações nas decisões públicas, a pesquisadora realizou um levantamento com 301 ONGs de cinco estados brasileiros mais o Distrito Federal. Com esta pesquisa a autora constatou que o protagonismo exercido por estas instituições estava intimamente ligado à distribuição de recursos por parte do Estado.

O primeiro trabalho mostra o perfil dos estudos que a coordenadora institucional realizou ao longo de sua formação acadêmica e dá conta de um amplo conhecimento da forma como o Estado fomenta e implementa suas políticas públicas, seja no âmbito do pacto federativo, seja se relacionando com outras instituições. Isso nos faz pensar que o perfil indicado para essa função não necessariamente demandava uma série de conhecimentos ligados à constituição da Sociologia enquanto disciplina escolar. Para avançarmos nesse ponto vejamos o quadro de suas outras publicações descrito na tabela abaixo:

TABELA 2

Tipo de Publicação	Outros Temas	Sociologia na Educação Básica	Livros Didáticos	Total
Artigos completos publicados em periódicos	26	0	0	26
Livros publicados/organizados ou edições	1	0	0	1
Capítulos de livros publicados	21	0	0	21
Textos em jornais/revistas	1	0	0	1
Trabalhos publicados em anais de congressos	9	0	0	9
Resumos expandidos publicados em anais	1	0	0	1
Resumos publicados em anais	10	0	0	10
Apresentações de trabalho	32	0	0	32
Outras produções bibliográficas	0	0	0	0

Fonte: elaboração própria a partir dos dados do currículo lattes do perfil analisado

Como é possível perceber, o restante da produção intelectual de Koslinski não teve as temáticas da Sociologia na educação básica e dos livros didáticos apreciadas em seu trabalho. No entanto, outras facetas interessantes da temática educacional foram tratadas exaustivamente. É possível encontrar diversos trabalhos sobre o acesso à educação pública a partir de oportunidades escolares. Além disso, a dinâmica de financiamento educacional, já tratada em sua dissertação, ganhou novas análises em trabalhos recentes realizado em conjunto com outros pesquisadores.

Analisando o perfil e a trajetória intelectual da autora, é possível trabalhar a hipótese de que, para o cargo da coordenação institucional, a Universidade que acolhe a avaliação indica alguém com certo conhecimento sobre a burocracia dos sistemas educacionais que atendem as escolas públicas de todo o país. Em suma, alguém capaz de dominar bem as instâncias operacionais das Instituições Públicas de Ensino Superior (IES), além do Ministério da Educação e Secretarias estaduais e municipais de Educação.

Na coordenação de área, a responsável foi **Anita Handfas**. Possui graduação em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), além de Mestrado em Educação (2001) pela mesma instituição e Doutorado, também em Educação (2006) cursado na Universidade Federal Fluminense (UFF). Atualmente é professora da Faculdade de Educação da UFRJ e no período em que trabalhou nas três avaliações do PNLD já exercia essa profissão.

Durante o período em que se pós-graduou, a professora pesquisou a interface entre educação e trabalho com ênfase na formação profissional de trabalhadores pelo “sistema S”, em especial o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI).

Ao longo de seu trabalho docente na Faculdade de Educação da UFRJ, lidando diretamente com a formação de novos professores de Sociologia, os trabalhos acerca da disciplina escolar foram ganhando maior espaço no rol de suas publicações científicas como veremos na tabela abaixo:

TABELA 3

Tipo de Publicação	Outros Temas	Sociologia na Educação Básica	Livros Didáticos	Total
Artigos completos publicados em periódicos	6	8	1	15
Livros publicados/organizados ou edições	0	3	0	3
Capítulos de livros publicados	1	9	1	11
Textos em jornais/revistas	3	1	0	4
Trabalhos publicados em anais de congressos	3	4	0	7
Resumos expandidos publicados em anais	0	1	0	1
Resumos publicados em anais	2	3	0	5
Apresentações de trabalho	15	16	2	33
Outras produções bibliográficas	2	3	2	7

Fonte: elaboração própria a partir dos dados do currículo lattes do perfil analisado

É possível perceber que em quase todos os modelos de divulgação científica, a autora dedicou mais tempo para as suas pesquisas sobre a Sociologia na educação básica. Desses trabalhos, é preciso destacar a ampla preocupação pela formação docente e pelo mapeamento da produção do conhecimento escolar de Sociologia. É importante também tratar de outro aspecto do currículo da professora que não é contemplada na contagem acima. Aqui mencionamos a sua participação na organização de eventos voltados para a circulação de ideias sobre o tema, tais como o ENESEB e o ENSOC. Importante também mencionar suas passagens pela comissão de ensino da SBS.

Ao analisarmos esse perfil, podemos compreender que a experiência acumulada pela professora foi fundamental para a sua manutenção na linha de frente das três avaliações de livros de Sociologia via PNLD. Nesta edição na coordenação de área e nas seguintes como membra da comissão técnica.

Uma das coordenadoras adjuntas foi **Júlia Polessa Maçaira**. Graduada em Ciências Sociais (2002) pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Na mesma instituição, concluiu os cursos de Mestrado (2007) e Doutorado (2017) no Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia da mesma Universidade. Atualmente é professora do departamento de Didática da Faculdade de Educação da UFRJ. No período em que trabalhou na avaliação já estava vinculada a esta instituição.

Durante o período em que realizou seus cursos de pós-graduação, a professora abordou duas temáticas distintas. Em seu mestrado analisou as relações de trabalho em uma fábrica de automóveis instalada há poucos anos do período da pesquisa, em uma cidade do interior do Rio de Janeiro. As relações trabalhistas em contexto de reestruturação produtiva foi o foco de suas análises.

Para a continuidade dos estudos, Maçaira mirou seu olhar analítico para a Sociologia na educação básica e os seus livros didáticos. Em um estudo comparativo, a autora analisou manuais didáticos de Sociologia produzidos no Brasil em períodos distintos e os livros da disciplina escolar francesa de ciências econômicas e sociais, correspondente daquele país à disciplina de Sociologia no Brasil.

É importante destacar que sua tese é produzida durante o período que atua na docência universitária, na formação de novos professores de Sociologia e que participa das avaliações do PNLD. Essa correlação de fatos nos ajuda a explicar a grande presença da Sociologia na educação básica e dos livros didáticos como temas de suas pesquisas elencadas na tabela abaixo:

TABELA 4

Tipo de Publicação	Outros Temas	Sociologia na Educação Básica	Livros Didáticos	Total
Artigos completos publicados em periódicos	2	3	1	6
Livros publicados/organizados ou edições	0	3	0	3
Capítulos de livros publicados	2	6	2	10
Textos em jornais/revistas	1	0	0	1
Trabalhos publicados em anais de congressos	0	6	2	8
Resumos expandidos publicados em anais	0	0	1	1
Resumos publicados em anais	0	2	2	4
Apresentações de trabalho	9	14	4	27
Outras produções bibliográficas	1	0	0	1

Fonte: elaboração própria a partir dos dados do currículo lattes do perfil analisado

No levantamento das produções bibliográficas da autora nos chamou atenção o fato de as suas produções bibliográficas sobre o ensino de

Sociologia na educação básica terem dado um salto após sua participação na avaliação do PNLD. Das 34 produções levantadas em seu currículo lattes, apenas uma foi publicada antes da sua participação no PNLD.

Além dessas informações, é relevante saber que no currículo da autora consta também que ela é integrante da coordenação da ênfase em Ensino de Sociologia do curso de Especialização Saberes e Práticas na Educação Básica (CESPEB) da UFRJ e membro da diretoria da Associação Brasileira de Ensino de Ciências Sociais (ABECS). Além disso, participou por mais de uma vez da organização do Encontro Estadual de Ensino de Sociologia (ENSOC).

A coordenação adjunta também foi composta por **Rosanne Evangelista Dias**. Possui graduação em pedagogia (1987) pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Possui também Especialização em Política e Administração da Educação (1994) pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Voltou para a UFRJ para cursar o Mestrado em Educação (2002). Por fim, concluiu o Doutorado em Educação (2009) UERJ. Atualmente é professora adjunta da Faculdade de Educação da UERJ. Na época em que participou da avaliação estava vinculada ao Colégio Aplicação da UFRJ.

Em sua dissertação, *Competências: um conceito recontextualizado no currículo de formação de professores no Brasil*, a professora apresenta uma série de reflexões acerca da noção de *competências*, enquanto paradigma corrente na produção de documentos oficiais com vistas à produção de um currículo escolar.

Na continuidade dos seus estudos, a autora produziu a tese *Ciclo de políticas curriculares na formação de professores no Brasil (1996 – 2006)*, onde discorre sobre a produção de políticas curriculares para a formação de professores das séries iniciais do ensino fundamental sob a ótica da circulação de ideias entre os sujeitos responsáveis pelos discursos absorvidos por esta política educacional.

Ao avançarmos na análise do perfil de Dias, é possível constatar uma produção acadêmica robusta sobre os temas que serviram de mote para as duas

pesquisas acima relatadas, tendo a reflexão sobre o currículo uma centralidade nas suas pesquisas científicas. No entanto, a questão da formação de professores e até mesmo a análise de livros didáticos serviram de mote para algumas de suas pesquisas. Em síntese, este perfil caracteriza-se por uma, quase nula, produção sobre a Sociologia na educação básica e uma baixa produção sobre livros didáticos, como veremos na tabela abaixo:

TABELA 5

Tipo de Publicação	Outros Temas	Sociologia na Educação Básica	Livros Didáticos	Total
Artigos completos publicados em periódicos	22	0	1	23
Livros publicados/organizados ou edições	2	0	0	2
Capítulos de livros publicados	23	0	0	23
Textos em jornais/revistas	2	0	0	2
Trabalhos publicados em anais de congressos	24	0	2	26
Resumos expandidos publicados em anais	2	0	0	2
Resumos publicados em anais	22	0	2	24
Apresentações de trabalho	83	1	2	86
Outras produções bibliográficas	4	0	0	4

Fonte: elaboração própria a partir dos dados do currículo lattes do perfil analisado

É interessante notar que as duas coordenadoras adjuntas possuem perfis distintos quanto as suas formações e as especificidades de seus interesses de pesquisa. Enquanto Maçaira deu uma guinada entre um curso de pós-graduação e outro, saindo de estudos sobre as relações de trabalho para o ensino de Sociologia, Dias se manteve constante em suas reflexões sobre currículo, tanto no mestrado quanto no doutorado.

Com efeito, as especialidades das duas professoras, trabalhando na mesma função, podem ser consideradas de suma importância para a avaliação, se levarmos em consideração a especificidade do objeto de análise neste tipo de seleção: livros didáticos de Sociologia que atuam como centralizadores curriculares.

Para finalizar o grupo de coordenadoras da avaliação do PNLD 2012, apresentamos o perfil de **Gabriela Montez Holanda da Silva**, que cumpriu a função de apoio técnico dos avaliadores. Possui licenciatura em Ciências Sociais

(2012) pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Concluiu também o curso de mestrado do Programa de Pós-graduação em Sociologia e Antropologia da UFRJ (2015). Está concluindo o curso de Doutorado do mesmo programa. Atualmente é professora do Instituto Federal de São Paulo (IFSP), no campus São Paulo e no período da avaliação estava vinculada à UFRJ.

Sua pesquisa realizada no período do mestrado, intitulada: *Formando o cidadão e construindo o Brasil: a socialização política nos ensinamentos de Sociologia e de Educação Moral e Cívica*, abordou a forma como a noção de socialização política foram dispostas nas disciplinas de Educação Moral e Cívica e Sociologia. O estudo visa a comparação entre a forma que as duas disciplinas foram responsáveis por introjetar padrões de comportamento e ações políticas em diferentes períodos históricos, a partir da análise das propostas curriculares e dos livros didáticos das duas disciplinas.

As demais publicações de Montez também estão voltadas para a intersecção entre a Sociologia na educação básica e as análises sobre livros didáticos, como é possível observar a partir da leitura da tabela abaixo:

TABELA 6

Tipo de Publicação	Outros Temas	Sociologia na Educação Básica	Livros Didáticos	Total
Artigos completos publicados em periódicos	0	1	0	1
Livros publicados/organizados ou edições	0	0	0	0
Capítulos de livros publicados	0	2	0	2
Textos em jornais/revistas	0	0	0	0
Trabalhos publicados em anais de congressos	0	0	1	1
Resumos expandidos publicados em anais	0	0	0	0
Resumos publicados em anais	0	0	0	0
Apresentações de trabalho	0	8	1	9
Outras produções bibliográficas	0	0	0	0

Fonte: elaboração própria a partir dos dados do currículo lattes do perfil analisado

Nos chama atenção o fato de que todas as produções sobre o ensino de Sociologia na educação básica foram publicadas após a sua participação na avaliação do PNLD, incluindo aí suas pesquisas sobre a intersecção entre essa temática e os livros didáticos.

É possível perceber na análise do grupo responsável pela coordenação da avaliação que sua composição foi marcada pela junção de professoras pesquisadoras, em sua maioria, com grande experiência nas duas temáticas destacadas para a composição dessa comunidade epistêmica. Aliada a elas, aparecem duas outras professoras com perfis alinhados aos conhecimentos essenciais para a condução do processo de avaliação. Na ocasião, destacamos a ampla produção das duas sobre a dinâmica de financiamento da educação e as reflexões sobre currículo, respectivamente.

Outro ponto a ser notado é a centralidade dos coordenadores na instituição que acolheu a avaliação. Quase todas as coordenadoras responsáveis pelo processo estão ou estavam vinculadas à Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Vejamos que especificidades nos apresentam o restante da equipe.

Iniciando o perfil dos avaliadores, apresentamos a trajetória acadêmica de **Ana Laudelina Ferreira Gomes**. Possui graduação em Administração (1987) pela Universidade da Região de Joinville (UNIVILLE). Na pós-graduação cursou o mestrado (1993) no Programa de Pós-graduação em Administração da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e o doutorado (2000) no Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC – SP). Atualmente, é professora titular de Sociologia, aposentada pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). No período da avaliação já ocupava esse posto na UFRN.

Em sua dissertação de mestrado intitulada, *Vontade política e representação coletiva numa Universidade em gestação: o caso da UNIVILLE*, a autora discute as relações democráticas no seio desta instituição, investigando o posicionamento dos estratos que representam os poderes corporativo, acadêmico e burocrático através da análise das opiniões dos agentes e dos documentos relativos ao Conselho de Ensino e Pesquisa e Extensão da universidade.

Para a continuidade de seus estudos a nível de pós-graduação, Gomes deu orientou seu olhar analítico para outra direção. Em sua tese, *Auta de Souza*:

representações culturais e imaginação poética, o mote é a vida e a obra desta poetisa potiguar.

Observando a trajetória intelectual da professora é possível perceber que a Sociologia na educação básica e os livros didáticos só passaram a fazer parte das suas inquietações de pesquisa em um período posterior à sua formação, já no período em que passou a dedicar-se à docência universitária. Isto nos ajuda a compreender o porquê destes temas aparecerem em apenas parte de suas outras publicações como veremos na tabela abaixo:

TABELA 7

Tipo de Publicação	Outros Temas	Sociologia na Educação Básica	Livros Didáticos	Total
Artigos completos publicados em periódicos	18	6	0	24
Livros publicados/organizados ou edições	3	0	0	3
Capítulos de livros publicados	17	0	0	17
Textos em jornais/revistas	7	0	0	7
Trabalhos publicados em anais de congressos	2	3	0	5
Resumos expandidos publicados em anais	0	0	0	0
Resumos publicados em anais	10	0	0	10
Apresentações de trabalho	20	11	2	33
Outras produções bibliográficas	5	1	0	6

Fonte: elaboração própria a partir dos dados do currículo lattes do perfil analisado

Sobre as demais publicações de Gomes chama atenção a quantidade de trabalhos sobre os sentidos da Sociologia na educação básica produzidos no período em que a disciplina retornava com força às escolas brasileiras na primeira década do século XXI, fato este que não deve ter passado despercebido quando escolheram seu nome para compor a equipe de avaliadores do PNLD.

Cynthia de Carvalho Lins Hamlin é graduada em Ciências Sociais (1991) pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). cursou o Mestrado (1994) no Programa de Pós-graduação em Sociologia pela mesma instituição e o Doutorado (1997) em Pensamento Político e Social (Sociologia) pela Universidade de Sussex (Inglaterra). Atualmente é professora associada da UFPE, função que já exercia no período em que trabalhou na avaliação do PNLD.

Em seus estudos a nível de pós-graduação Cynthia Hamlin se debruçou sobre a teoria social elaborada pelo sociólogo francês Raymond Boudon, com a dissertação *Compreensão e Explicação no Individualismo Metodológico de Raymond Boudon*. Em seus trabalhos analisou a relevância das contribuições teóricas e metodológicas das noções de individualismo metodológico e racionalidade cognitiva na explicação dos fenômenos sociais.

Nas demais produções bibliográficas da autora encontramos um leque amplo de trabalhos sobre epistemologia e teoria social. É possível perceber que a busca por reflexões sobre a Sociologia na educação básica abarca uma pequena parcela desse montante e os livros didáticos não foram abordados em suas pesquisas como veremos na tabela abaixo:

TABELA 8

Tipo de Publicação	Outros Temas	Sociologia na Educação Básica	Livros Didáticos	Total
Artigos completos publicados em periódicos	16	1	0	17
Livros publicados/organizados ou edições	3	0	0	3
Capítulos de livros publicados	6	0	0	6
Textos em jornais/revistas	1	0	0	1
Trabalhos publicados em anais de congressos	2	0	0	2
Resumos expandidos publicados em anais	0	0	0	0
Resumos publicados em anais	9	0	0	9
Apresentações de trabalho	40	4	0	44
Outras produções bibliográficas	13	0	0	13

Fonte: elaboração própria a partir dos dados do currículo lattes do perfil analisado

Sobre os outros elementos do currículo de Hamlin que a aproxima da Sociologia na educação básica, está a participação em eventos específicos sobre o tema em períodos próximos ao que esteve dedicada à avaliação do PNLD. Outro fator de aproximação da comunidade epistêmica pode ser caracterizado pelo fato de a pesquisadora ter participado da direção da SBS durante o período em que ocorreu a avaliação.

Edilene da Cruz Silva possui graduação em Ciências Sociais, com o bacharelado (1999) e Licenciatura (2002), cursados na Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP). Na mesma Universidade cursou seu

mestrado em Ciências Sociais (2003) e atualmente está cursando o Doutorado em Ciência Política na Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Hoje é professora das áreas de ensino de Ciências Sociais e Ciência Política da Universidade Federal do Mato Grosso (UFMT). No período da avaliação do PNLD a professora já exercia a docência nessa universidade.

Durante o mestrado, realizou estudo sobre o pensamento político na obra do pensador italiano Antonio Gramsci, com base nas noções de hegemonia e revolução passiva. Essa temática percorre parte dos trabalhos publicados da autora ao longo de sua trajetória acadêmica. No que tange à verificação de pesquisas sobre a Sociologia na educação básica e os livros didáticos, é possível constatar que a presença de trabalhos sobre a disciplina é baixa e não é possível verificar análises sobre os manuais didáticos, como veremos no quantitativo de suas produções bibliográficas apresentada na tabela abaixo:

TABELA 9

Tipo de Publicação	Outros Temas	Sociologia na Educação Básica	Livros Didáticos	Total
Artigos completos publicados em periódicos	4	0	0	4
Livros publicados/organizados ou edições	0	0	0	0
Capítulos de livros publicados	2	1	0	3
Textos em jornais/revistas	2	0	0	2
Trabalhos publicados em anais de congressos	2	0	0	2
Resumos expandidos publicados em anais	2	1	0	3
Resumos publicados em anais	21	0	0	21
Apresentações de trabalho	24	7	0	31
Outras produções bibliográficas	2	0	0	2

Fonte: elaboração própria a partir dos dados do currículo lattes do perfil analisado

Observando o currículo de Silva, para além de suas produções bibliográficas, é possível verificar algumas aproximações com a Sociologia na educação básica a partir de projetos de pesquisa e extensão, além da coordenação do projeto das Ciências Sociais no Programa de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID) da UFMT.

Erlando da Silva Rêses é graduado em Ciências Sociais, nas modalidades bacharelado e licenciatura (1998), pela Universidade de Brasília (UNB). Na mesma instituição cursou o mestrado (2004) e o doutorado (2008) no programa de pós-graduação em Sociologia. Atualmente é professor associado da Faculdade de Educação na UNB. No período em que participou das duas avaliações do PNLD, já exercia a função de docente nesta universidade.

Sua dissertação de mestrado, *E com a palavra: os alunos – Estudo das Representações Sociais dos alunos da Rede Pública do Distrito Federal sobre a Sociologia no Ensino Médio*, é um dos primeiros estudos sobre o processo de institucionalização recente da Sociologia na educação básica. A pesquisa se debruça sobre as representações sociais que alunos de ensino médio, de áreas distintas do Distrito Federal, têm sobre a disciplina.

Em seu trabalho posterior, mobilizou seus esforços analíticos para a questão sindical docente na educação básica. Para tanto, analisou comparativamente a organização sindical dos docentes de escolas privadas às organizações, classificadas pelo autor, como operárias.

A variação no lócus de suas discussões acadêmicas reverbera no restante das suas produções bibliográficas, onde é possível verificar, além dos temas abordados nos trabalhos acima citados, análises sobre educação para os direitos humanos e educação para a comunidade cigana. Não encontramos, no entanto, nenhum trabalho sobre livros didáticos, como veremos na tabela abaixo:

TABELA 10

Tipo de Publicação	Outros Temas	Sociologia na Educação Básica	Livros Didáticos	Total
Artigos completos publicados em periódicos	25	2	0	27
Livros publicados/organizados ou edições	5	1	0	6
Capítulos de livros publicados	24	1	0	25
Textos em jornais/revistas	2	0	0	2
Trabalhos publicados em anais de congressos	26	1	0	27
Resumos expandidos publicados em anais	0	0	0	0
Resumos publicados em anais	4	1	0	5
Apresentações de trabalho	24	1	0	25
Outras produções bibliográficas	9	2	0	11

Fonte: elaboração própria a partir dos dados do currículo lattes do perfil analisado

Analisando outros dados de seu currículo, nos chama atenção o seu trabalho em cursos de extensão sobre a Sociologia na educação básica e a sua contribuição na organização de uma das edições do ENESEB, importante evento de divulgação científica das temáticas destacadas nessa pesquisa.

Evelina Antunes Fernandes de Oliveira possui graduação em ciências sociais (1980) pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Na mesma instituição, realizou especialização de Aperfeiçoamento em Métodos Quantitativos (1999). Ainda como pós-graduação, finalizou o mestrado em Ciência Política (1993) na Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Atualmente é professora adjunta do Instituto de Ciências Sociais da Universidade Federal de Alagoas (UFAL) e no período em que trabalhou na avaliação do PNLD, já exercia esse cargo.

Sua formação na pós-graduação foi realizada na área de Ciência Política. Em sua dissertação, *Nova cidade, velha política: um estudo de poder sobre Montes Claros – MG*, estudou as relações entre os diversos grupos políticos que constituem o poder local da cidade citada. O trabalho adensa-se sobre as conexões entre as elites locais e as demais esferas de poder, em âmbito estadual e federal.

Nas demais produções da autora ainda é possível visualizar pesquisas voltadas para temas caros ao conhecimento da ciência política. No entanto, ganha destaque suas produções recentes sobre o ensino de Sociologia, ocupando boa parte do quadro de sua produção bibliográfica, que pode ser visualizado na tabela abaixo:

TABELA 11

Tipo de Publicação	Outros Temas	Sociologia na Educação Básica	Livros Didáticos	Total
Artigos completos publicados em periódicos	3	0	0	3
Livros publicados/organizados ou edições	2	2	0	4
Capítulos de livros publicados	4	3	0	7
Textos em jornais/revistas	4	0	0	4

Trabalhos publicados em anais de congressos	18	2	0	20
Resumos expandidos publicados em anais	0	0	0	0
Resumos publicados em anais	3	1	0	4
Apresentações de trabalho	0	5	0	5
Outras produções bibliográficas	1	0	0	1

Fonte: elaboração própria a partir dos dados do currículo lattes do perfil analisado

Sobre a produção referente à Sociologia na educação básica é importante destacar que a autora tem se dedicado ao importante papel de analisar a história dessa disciplina, em especial sua institucionalização em Alagoas, estado de origem do seu local de trabalho.

Fátima Ivone de Oliveira Ferreira é bacharel e licenciada em Ciências Sociais (1981) pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Pela mesma instituição, cursou o mestrado em Sociologia e Antropologia (1991). Na Universidade Estácio de Sá (UNESA), cursou o doutorado em Educação (2013). Atualmente é professora titular aposentada do departamento de Sociologia do Colégio Pedro II. No período em que trabalhou na avaliação do PNLD, já ocupava essa função.

A preocupação com os temas ligados à educação já aparece no período em que a professora cursou seu mestrado. Em sua dissertação, *“Criança feliz entrou no jardim”: quando brincar significa aprender*, a autora buscou compreender como a atividade desenvolvida no Serviço Social do Comércio (SESC), conhecida como recreação infantil, era legitimada pelas mães das crianças como recurso pedagógico para a alfabetização.

Se no mestrado a autora se debruçou sobre a educação infantil, no doutorado lançou seu olhar para o uso de tecnologias de informação e comunicação (TIC) e redes sociais *on line* por parte de estudantes de ensino médio do Colégio Pedro II.

Por mais que estas pesquisas não trouxessem uma reflexão voltada especificamente para o ensino de Sociologia, a continuidade de sua produção bibliográfica é voltada, em sua maioria, para as reflexões sobre essa temática. É preciso ressaltar que o perfil de Fátima Ferreira é o primeiro, nesta sequência de apresentações de uma avaliadora oriunda do trabalho na educação básica.

Nesse sentido, é interessante observar que o seu perfil foge do padrão do perfil dos docentes de Sociologia na educação básica⁵⁰, como veremos no quantitativo apresentado na tabela a seguir:

TABELA 12

Tipo de Publicação	Outros Temas	Sociologia na Educação Básica	Livros Didáticos	Total
Artigos completos publicados em periódicos	3	4	0	7
Livros publicados/organizados ou edições	0	4	0	4
Capítulos de livros publicados	0	12	0	12
Textos em jornais/revistas	0	0	0	0
Trabalhos publicados em anais de congressos	8	6	0	14
Resumos expandidos publicados em anais	0	0	0	0
Resumos publicados em anais	1	2	0	3
Apresentações de trabalho	18	10	1	29
Outras produções bibliográficas	2	0	0	2

Fonte: elaboração própria a partir dos dados do currículo lattes do perfil analisado

Outro fato que nos chamou atenção no currículo da professora é que, após sua participação na avaliação do PNLD, ela e mais um conjunto de docentes redigiram a obra Sociologia em Movimento - aprovada no segundo edital da política a avaliar manuais da disciplina - sendo inclusive, a obra com o maior número de escolhas entre os professores da educação básica.

Flávio Marcos Silva Sarandy possui graduação em ciências sociais pela Universidade Federal do Espírito Santo (UFES) e mestrado em Sociologia e Antropologia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Atualmente é professor da Universidade Federal Fluminense (UFF). No período em que participou da avaliação já exercia a função de docente desta universidade.

⁵⁰ Bodart e Silva (2016) apresentaram o perfil dos professores de Sociologia, com base na aplicação de 550 questionários com professores de Sociologia de todo o Brasil, aliada a coleta de dados do Censo Escolar do INEP entre os anos de 2007 e 2012. Na ocasião, verificaram que havia um percentual baixo de docentes com formação em licenciatura em ciências sociais/sociologia (34,2%) e um número menor ainda de professores com formação complementar a nível de pós-graduação, a saber: Mestrado em Ciências Sociais/Sociologia (8,7%), Mestrado em outras Ciências Humanas (5,5%) e Doutorado em Ciências Sociais/Sociologia (1,5%).

Sua dissertação de mestrado, *A sociologia volta à escola: um estudo dos manuais de sociologia para o ensino médio no Brasil*, é um dos primeiros trabalhos acadêmicos diretamente ligado à temática proposta por essa pesquisa. Na ocasião, o professor analisou quatro livros didáticos dedicados à disciplina, produzidos nas décadas de 1980 e 1990.

Seu interesse pela Sociologia na educação básica também é bastante presente no restante das suas produções bibliográficas, em especial às questões referentes ao currículo da disciplina na educação básica. Algumas dessas reflexões também são dedicadas à análise dos livros didáticos, como veremos no demonstrativo da tabela abaixo:

TABELA 13

Tipo de Publicação	Outros Temas	Sociologia na Educação Básica	Livros Didáticos	Total
Artigos completos publicados em periódicos	1	3	0	4
Livros publicados/organizados ou edições	0	1	0	1
Capítulos de livros publicados	1	8	1	10
Textos em jornais/revistas	0	1	0	1
Trabalhos publicados em anais de congressos	0	0	0	0
Resumos expandidos publicados em anais	0	0	0	0
Resumos publicados em anais	1	0	0	1
Apresentações de trabalho	1	4	3	8
Outras produções bibliográficas	0	2	1	3

Fonte: elaboração própria a partir dos dados do currículo lattes do perfil analisado

Para além das produções bibliográficas do autor, é importante verificar em seu currículo a sua contribuição em projetos importantes para a difusão do conhecimento escolar de Sociologia como, por exemplo, a sua consultoria na produção do livro didático produzido pela Secretaria de Educação do estado do Paraná.

Ileizi Luciana Fiorelli Silva é graduada em Ciências Sociais (1991) pela Universidade Estadual de Londrina (UEL). Na mesma instituição fez o mestrado em ciências sociais (1998). É doutora em Sociologia (2002) pela Universidade de São Paulo (USP). Atualmente é professora associada da Universidade

Estadual de Londrina. No período em que trabalhou nas avaliações do PNLD, já exercia a função de docente nesta instituição.

Os trabalhos de pós-graduação da professora Ileizi Silva foram pautados pela relação entre sociologia e educação. Em sua dissertação, *Reforma ou contra-reforma no sistema de ensino público do estado do Paraná? Uma análise da meta da igualdade social nas políticas educacionais dos anos 90*, a autora analisa as políticas educacionais implementadas pelo governo do estado entre os anos de 1991 a 1998.

Na continuidade de seus estudos, vem a reflexão acerca da Sociologia na educação básica, especificamente. Sua tese *Das fronteiras entre ciência e educação escolar: as configurações do ensino de ciências sociais no estado do Paraná (1970 – 2002)*, é um dos trabalhos pioneiros sobre a temática com esse nível de profundidade, ainda quando o tema era bastante incipiente entre os pesquisadores em Ciências Sociais e Educação⁵¹.

No restante de sua produção bibliográfica o tema ensino de sociologia é amplamente difundido, sendo o mais quantificado em todas as categorias da tabela que apresentamos a seguir:

TABELA 14

Tipo de Publicação	Outros Temas	Sociologia na Educação Básica	Livros Didáticos	Total
Artigos completos publicados em periódicos	9	16	0	25
Livros publicados/organizados ou edições	3	6	0	9
Capítulos de livros publicados	8	21	0	29
Textos em jornais/revistas	1	1	0	2
Trabalhos publicados em anais de congressos	6	9	0	15
Resumos expandidos publicados em anais	2	3	0	5
Resumos publicados em anais	5	8	0	13
Apresentações de trabalho	30	61	0	91
Outras produções bibliográficas	1	7	1	9

Fonte: elaboração própria a partir dos dados do currículo lattes do perfil analisado

⁵¹ Abordamos a Tese de Ileizi Silva com mais detalhes no capítulo 2 desta tese.

Ao visualizarmos a tabela acima é possível compreender, com efeito, que a autora é uma das principais difusoras do conhecimento escolar de Sociologia entre os profissionais que participaram das avaliações do PNLD. No entanto, outras informações no seu currículo são importantes para corroborar com o argumento exposto anteriormente. Nesse caso, destacamos a sua atuação na organização de eventos importantes sobre a disciplina de Sociologia, como o primeiro ENESEB, além de fazer parte da comissão de ensino da SBS e coordenado o GT Ensino de Sociologia no 18º Congresso Brasileiro de Sociologia. Por fim, é importante informar, também, que a professora trabalhou no edital seguinte da avaliação do PNLD 2015, mas desta vez na função de coordenadora de área.

Luiza Helena Pereira possui licenciatura e bacharelado em ciências sociais (1974) pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Na mesma instituição cursou o mestrado (1980) e o doutorado em Sociologia (2000). Atualmente é professora associada da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. No período em que avaliou os livros inscritos no PNLD, ela já exercia a função de docente dessa universidade.

As questões relativas à Sociologia na educação básica não fizeram parte do arco de análises realizadas pela professora durante o período em que cursou seus cursos de pós-graduação. Sua dissertação de mestrado, *Habitação popular no Rio Grande do Sul: 1890/1980*, abordou a forma como grupos empresariais e instituições ligadas ao poder público se relacionaram no processo de ocupação do espaço urbano riograndense no intervalo de tempo de um século.

Ampliando o leque de suas pesquisas, em sua tese, *Ouvidoria hospitalar: disciplinamento e envolvimento como estratégias rumo a democratização*, a autora se debruça sobre o fenômeno da criação de ouvidorias em hospitais públicos brasileiros, com o recente processo de redemocratização do Estado brasileiro.

Se nas pesquisas de pós-graduação a professora se dedicou à temas distantes do ensino de sociologia, o mesmo não se pode dizer do restante de suas produções bibliográficas, que retratam um extenso e longínquo conjunto de

reflexões sobre o tema, que se estendem ao longo de quase 20 anos de publicações distribuídas conforme podemos observar na tabela abaixo:

TABELA 15

Tipo de Publicação	Outros Temas	Sociologia na Educação Básica	Livros Didáticos	Total
Artigos completos publicados em periódicos	5	5	0	10
Livros publicados/organizados ou edições	0	5	0	5
Capítulos de livros publicados	0	4	0	4
Textos em jornais/revistas	0	0	0	0
Trabalhos publicados em anais de congressos	0	3	0	3
Resumos expandidos publicados em anais	0	0	0	0
Resumos publicados em anais	8	10	0	18
Apresentações de trabalho	1	1	0	2
Outras produções bibliográficas	1	0	0	1

Fonte: elaboração própria a partir dos dados do currículo lattes do perfil analisado

É importante ressaltar que, além das informações apresentadas nesse quantitativo, o trabalho da autora tem sido de fundamental importância para a compreensão do processo de institucionalização da Sociologia na educação básica no estado do Rio Grande do Sul.

Mariana Miggiolaro Chaguri é bacharel (2004) e licenciada (2005) em ciências sociais pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Na mesma instituição cursou o mestrado (2007) e o doutorado (2012) em Sociologia. Atualmente é professora do departamento de Sociologia da Unicamp. O período em que trabalhou na avaliação do PNLD coincide com o que cursava o doutorado em Sociologia na Unicamp, ou seja, ainda não exercia a função de docente dessa universidade no período destacado.

Os trabalhos realizados pela professora durante o período em que se dedicou aos cursos de pós-graduação estão relacionados à temáticas caras ao pensamento social brasileiro. Em sua dissertação, *Do Recife dos anos 20 ao Rio de Janeiro dos anos 30: regionalismo, tradicionalismo e José Lins do Rego*, a autora analisa a obra literária do escritor paraibano a fim de compreender o processo de mudança social materializado no declínio dos engenhos e ascensão das usinas canavieiras na região nordeste.

Em sua tese, *As escritas do lugar: regiões e regionalismo em José Lins do Rego e Érico Veríssimo*, Chaguri amplia a dimensão analítica do poder que as obras literárias têm de difundir ideias na sociedade, como as noções de região e regionalismo. Para tanto, analisa o percurso que cada autor percorreu para consolidar a literatura como suas profissões.

Ao analisar o currículo da autora, não nos foi possível encontrar uma grande produção bibliográfica vinculada ao ensino de sociologia enquanto mote para as suas pesquisas, como veremos na tabela abaixo:

TABELA 16

Tipo de Publicação	Outros Temas	Sociologia na Educação Básica	Livros Didáticos	Total
Artigos completos publicados em periódicos	13	0	0	13
Livros publicados/organizados ou edições	2	0	0	2
Capítulos de livros publicados	6	0	0	6
Textos em jornais/revistas	8	0	0	8
Trabalhos publicados em anais de congressos	2	0	0	2
Resumos expandidos publicados em anais	0	0	0	0
Resumos publicados em anais	6	0	0	6
Apresentações de trabalho	29	3	0	32
Outras produções bibliográficas	1	0	0	1

Fonte: elaboração própria a partir dos dados do currículo lattes do perfil analisado

É importante ressaltar que as produções referentes ao ensino de Sociologia são recentes na trajetória acadêmica da professora que, ao longo dos últimos anos, vem ampliando o leque de temáticas de pesquisas a serem abraçadas pelo seu trabalho. Nesse sentido, o perfil de Chaguri foge um pouco dos demais pesquisadores recrutados para a avaliação dos livros de Sociologia no PNLD. No entanto, deve-se lembrar que, durante o período da avaliação, ela realizava uma pesquisa sobre dois importantes escritores brasileiros, incluindo suas relações com o mercado livreiro no Brasil. Estudos e experiências importantes que nos faz pensar na hipótese que seria importante alguém com esse acúmulo de conhecimentos dentro da equipe de pareceristas responsáveis pela avaliação dos livros.

Marina de Carvalho Cordeiro possui graduação em ciências sociais (2006) pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Na mesma instituição cursou o mestrado (2008) e o doutorado (2013) no Programa de Pós-graduação em Sociologia e Antropologia. Atualmente é professora adjunta da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). No período em que trabalhou como avaliadora estava vinculada a Escola Parque, uma escola de ensino médio privada do estado Rio de Janeiro.

A educação esteve presente em suas pesquisas de pós-graduação em intersecção com outros temas. Em sua dissertação, *Ser trabalhador flexível e competente: um olhar sobre a dinâmica família, trabalho e educação*, a professora buscou compreender a forma com que os trabalhadores automotivos do sul fluminense percebiam a importância da educação para o mercado de trabalho local, e como isso impactava em suas constituições familiares.

A relação educação e trabalho também foi palco para as análises da autora durante o seu doutorado, no entanto, o recorte foi modificado. Em sua tese, *Você tem tempo? Uma análise sobre as vivências temporais dos acadêmicos em ciências sociais na sociedade contemporânea*, as categorias tempo e tempo de trabalho são mobilizadas para a compreensão do impacto da inserção de novas tecnologias de informação e comunicação no trabalho acadêmicos de professores-pesquisadores de programas de pós-graduação em ciências sociais.

Analisando o restante da produção bibliográfica de Cordeiro, é possível perceber que existe uma certa abertura para reflexões acerca do ensino de Sociologia, com essa temática ocupando parte das demais publicações da autora, como veremos na tabela abaixo:

TABELA 17

Tipo de Publicação	Outros Temas	Sociologia na Educação Básica	Livros Didáticos	Total
Artigos completos publicados em periódicos	2	0	0	2
Livros publicados/organizados ou edições	0	0	0	0
Capítulos de livros publicados	6	1	0	7
Textos em jornais/revistas	0	0	0	0

Trabalhos publicados em anais de congressos	7	0	0	7
Resumos expandidos publicados em anais	0	0	0	0
Resumos publicados em anais	0	0	0	0
Apresentações de trabalho	37	7	1	45
Outras produções bibliográficas	0	0	0	0

Fonte: elaboração própria a partir dos dados do currículo lattes do perfil analisado

Embora a professora tenha se dedicado aos estudos relacionados à Sociologia na educação básica em alguns trabalhos, ficou claro, através do demonstrativo acima, que esse não é o tema principal de suas pesquisas. No entanto, é importante salientar que, à época da avaliação, a autora era uma professora da educação básica, com experiência em sociologia da educação, inclusive com trabalho de pós-graduação concluído. Perfil que, como vimos anteriormente, é pequeno dentro do quadro de professores de Sociologia na educação básica naquele período.

Mário Bispo dos Santos é licenciado (1990) e bacharel (1991) em ciências sociais pela universidade de Brasília (UNB). Possui também graduação em Pedagogia (1996), feita na mesma instituição. Ainda na UNB, cursou o mestrado (2002) e o doutorado (2017) em Sociologia. Atualmente é professor da Secretaria de Educação do Distrito Federal. Durante os períodos em que participou das avaliações do PNLD já exercia a função de docente nesta rede de ensino.

Os trabalhos que o professor realizou no âmbito da pós-graduação estão diretamente relacionados à temática do ensino de Sociologia. Sua dissertação, *A sociologia no ensino médio: o que pensam os professores da rede pública do Distrito Federal*, é um dos primeiros trabalhos a investigar o tema com maior profundidade. Nele, o autor discorre sobre questões importante sobre a história da disciplina no Brasil, além de apresentar aspectos metodológicos importantes para a pesquisa com professores de Sociologia na educação básica.

Sua tese, *O PIBID na área de ciências sociais: da formação do sociólogo a formação do professor de sociologia*, trata de um tema mais recente na constituição da disciplina, o impacto do Programa de Bolsas de Iniciação à Docência na formação de novos professores. Neste trabalho, o autor investiga as representações sociais dos licenciandos bolsistas vinculados a três

universidades brasileiras (UNB, UNESP e PUC – PR) acerca da Sociologia, ou seja, quais as concepções que os futuros professores têm da disciplina que irão ministrar aulas no futuro.

As demais publicações do professor reforçam a centralidade da Sociologia na educação básica como principal temática de suas pesquisas, como é possível perceber através da apreciação da tabela abaixo:

TABELA 18

Tipo de Publicação	Outros Temas	Sociologia na Educação Básica	Livros Didáticos	Total
Artigos completos publicados em periódicos	0	4	0	4
Livros publicados/organizados ou edições	0	3	0	3
Capítulos de livros publicados	0	4	1	5
Textos em jornais/revistas	0	0	0	0
Trabalhos publicados em anais de congressos	1	4	0	5
Resumos expandidos publicados em anais	0	0	0	0
Resumos publicados em anais	0	1	0	1
Apresentações de trabalho	0	11	0	11
Outras produções bibliográficas	0	1	0	1

Fonte: elaboração própria a partir dos dados do currículo lattes do perfil analisado

Com efeito, o professor dedicou quase todas as suas pesquisas sobre o ensino de Sociologia por um longo período (quase 20 anos desde o término de sua dissertação). As suas contribuições foram importantes para as reflexões sobre a história da disciplina na educação básica, o currículo e a formação de professores.

Marisa Brandão Rocha possui graduação em ciências sociais (1986) pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Na mesma instituição cursou o mestrado (1997) e o doutorado (2009) em Educação. Atualmente é professora titular aposentada do Centro Federal de Educação Tecnológica do Rio de Janeiro (CEFET – RJ). No período em que participou da avaliação já exercia a função de docente dessa instituição.

Suas pesquisas em âmbito de pós-graduação estão diretamente ligadas ao seu trabalho realizado em uma escola para a formação profissional. Sua

dissertação, *Das artes e ofícios ao ensino industrial: continuidades, adaptações e rupturas na construção da identidade do CEFET/RJ*, discorre sobre as metamorfoses da instituição frente ao processo de industrialização da sociedade.

Para a continuidade de seus estudos, no curso de doutorado investigou o fenômeno de transformação dos Cursos Superiores de Tecnologia (CST's), modalidade que passou a ser difundida com maior amplitude no Brasil a partir dos anos 1990. Sua tese, *Metamorfose dos cursos superiores de tecnologia no Brasil: política de acesso à educação superior em um Estado burguês*, apresenta as modificações com que essa modalidade de ensino se deparou dos anos 1960 ao início dos anos 2000, dando ênfase aos fenômenos que a autora denominou de “cefetização” e “ifetização” de instituições que oferecem esses cursos.

Percebe-se, ao longo dessa trajetória, que o trabalho sobre o ensino de Sociologia ocorreu paralelamente às pesquisas sobre as temáticas acima mencionadas. Essa condição é perceptível no quantitativo das produções bibliográficas de Brandão que apresentamos na tabela abaixo:

TABELA 19

Tipo de Publicação	Outros Temas	Sociologia na Educação Básica	Livros Didáticos	Total
Artigos completos publicados em periódicos	10	1	0	11
Livros publicados/organizados ou edições	0	0	0	0
Capítulos de livros publicados	4	0	0	4
Textos em jornais/revistas	1	0	0	1
Trabalhos publicados em anais de congressos	13	0	0	13
Resumos expandidos publicados em anais	0	0	0	0
Resumos publicados em anais	7	0	0	7
Apresentações de trabalho	26	4	1	31
Outras produções bibliográficas	1	0	0	1

Fonte: elaboração própria a partir dos dados do currículo lattes do perfil analisado

A mesma ressalva feita anteriormente para outros avaliadores também se encaixa na compreensão do perfil de Marisa Brandão. Trata-se de uma professora da educação básica com bastante experiência pedagógica na

educação básica e com uma formação acadêmica que destoava da maioria dos professores da disciplina.

Sueli Guadalupe de Lima Mendonça possui graduação em ciências sociais (1983) pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP). cursou o mestrado (1990) em Educação na Universidade Federal de São Carlos (UFSCAR). Possui também, doutorado (1998) em Educação pela Universidade de São Paulo (USP). Atualmente é professora assistente da Faculdade de Filosofia e Ciências da UNESP, no campus de Marília. Durante os períodos em que participou da avaliação, já exercia essa função na universidade.

Durante o período em que cursou a pós-graduação buscou analisar temas distintos porém, com bastante proximidade no rol de estudos educacionais. No mestrado desenvolveu a dissertação, *A experiência da história nova: uma tentativa de revisão crítica do ensino de história nos anos 60*, onde discorre sobre a significativa contribuição para a compreensão dos problemas educacionais brasileiros naquele período, realizadas pelo movimento “História Nova”, então liderado pelo historiador Nelson Werneck Sodré.

Se no mestrado o interesse foi sobre os impactos de um movimento intelectual no ensino da disciplina de história, para a continuidade de seus estudos a professora lançou seu olhar analítico para os chamados Núcleos de Ensino (NE), iniciativa dos cursos de licenciatura da UNESP que tinham como objetivo potencializar as inter-relações entre Universidade, escolas públicas e sociedade. Sua tese, *Núcleo de Ensino: estratégia de interação universidade/sociedade – o caso UNESP*, apresenta uma reflexão acerca do contexto para a criação do núcleo, suas estratégias de atuação e os resultados obtidos com a iniciativa de formar professores através de uma relação mais direta com as escolas públicas.

O estudo sobre a formação de novos professores continua presente nos demais trabalhos de Mendonça, porém, ganha bastante relevância também os estudos específicos sobre a formação de docentes de Sociologia, assim como as reflexões sobre a condição da disciplina no currículo do ensino médio, como veremos na distribuição apresentada na tabela abaixo:

TABELA 20

Tipo de Publicação	Outros Temas	Sociologia na Educação Básica	Livros Didáticos	Total
Artigos completos publicados em periódicos	6	4	0	10
Livros publicados/organizados ou edições	23	1	0	24
Capítulos de livros publicados	21	12	0	33
Textos em jornais/revistas	11	1	0	12
Trabalhos publicados em anais de congressos	20	29	1	50
Resumos expandidos publicados em anais	7	8	0	15
Resumos publicados em anais	50	35	0	85
Apresentações de trabalho	92	77	2	171
Outras produções bibliográficas	29	0	0	29

Fonte: elaboração própria a partir dos dados do currículo lattes do perfil analisado

Com efeito, o trabalho desenvolvido por Mendonça, ao longo de mais de 20 anos de publicações sobre a Sociologia na educação básica, a coloca entre uma das principais difusoras do conhecimento escolar da disciplina. No entanto, para avançar nessa constatação, é preciso ressaltar também o seu trabalho à frente do GT Ensino de Sociologia da no 19º Congresso SBS, assim como sua participação na atual comissão de ensino da entidade. Além disso, a professora foi coordenadora geral do PIBID em sua universidade, o que demonstra a importância de seu trabalho na formação de novos professores de Sociologia.

Zuleika de Paula Bueno possui graduação em Ciências Sociais (1997) pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Na mesma instituição, cursou o mestrado em Sociologia (2000) e o doutorado em Multimeios (2005). Atualmente é docente da Universidade Estadual de Maringá (UEM). No período em que participou da avaliação já exercia a função de docente desta universidade.

Em seus estudos de pós-graduação a professora realizou estudos sobre o cinema brasileiro. Em sua dissertação, *Bye bye Brasil: a trajetória cinematográfica de Carlos Diegues – 1960/1979*, discorre sobre a carreira artística do diretor e a sua posição de destaque no cinema brasileiro, dando ênfase para o movimento que ficou conhecido por Cinema Novo.

Na continuidade de seus estudos, no doutorado, analisou o fenômeno do cinema juvenil brasileiro. Sua tese, *Leia o livro, veja o filme, compre o disco: a*

produção cinematográfica juvenil brasileira da década de 1980, analisa a influência da indústria cinematográfica norte-americana na constituição do cinema juvenil brasileiro. Paralelamente, reflete sobre a relação estabelecida entre as produções do gênero com outros nichos de produção cultural, como o da indústria fonográfica e do mercado editorial.

As demais produções bibliográficas de Bueno também exploram bastante essa temática, no entanto, é possível verificar a presença de estudos sobre a Sociologia na educação básica e até sobre livros didáticos no quantitativo de suas pesquisas que apresentamos na tabela abaixo:

TABELA 21

Tipo de Publicação	Outros Temas	Sociologia na Educação Básica	Livros Didáticos	Total
Artigos completos publicados em periódicos	10	1	1	12
Livros publicados/organizados ou edições	1	0	0	1
Capítulos de livros publicados	11	1	0	12
Textos em jornais/revistas	2	1	0	3
Trabalhos publicados em anais de congressos	8	1	1	10
Resumos expandidos publicados em anais	0	0	0	0
Resumos publicados em anais	9	0	0	9
Apresentações de trabalho	25	3	0	28
Outras produções bibliográficas	2	1	0	3

Fonte: elaboração própria a partir dos dados do currículo lattes do perfil analisado

Para além das produções bibliográficas, o currículo de Bueno registra importantes contribuições para a reflexão do ensino de Sociologia. Destacamos aqui os projetos de pesquisas sobre a temática (concluídos e em desenvolvimento) e a coordenação do PIBID Sociologia na instituição em que trabalha.

3.3 A avaliação do PNLD Sociologia 2015.

Na segunda edição do PNLD ensino médio, com a inclusão da disciplina de Sociologia, algumas mudanças foram implementadas na equipe avaliativa. De início tivemos uma mudança na instituição responsável pela avaliação. A Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) foi substituída pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). O número de profissionais envolvidos teve um pequeno acréscimo, passando dos 21 de 2012 para 35 nesta edição. O aumento na quantidade de avaliadores atendeu à demanda por um novo modelo de avaliação para as 13 obras inscritas neste edital. Desta forma, cada livro seria avaliado por dois pareceristas no modelo duplo cego⁵². Sobre os agentes da avaliação em si, veremos que alguns permaneceram da edição passada, mas a grande maioria são de professores e pesquisadores novos nesse processo. Nessa seção continuamos a apresentação dos perfis com esses novos agentes envolvidos com o programa. A apresentação seguirá a sequência apresentada no quadro abaixo.

QUADRO 2

Equipe responsável pela avaliação do PNLD 2015 - Sociologia	
PROFESSOR(A)	FUNÇÃO
Anita Handfas (UFRJ)*	Comissão Técnica
Maria Tarcisa Silva Bega (UFPR)	Coordenação Institucional
Ileizi Luciana Fiorelli Silva (UEL)*	Coordenação de Área
Alexandre Jerônimo Correia Lima (UEL)	Coordenação Adjunta
Ana Christina Bitthencourt (UFPR)	Apoio Técnico
Sandra Mara da Rocha Andrade Rosa (UFPR)	Apoio Técnico
Adriana Andreia Camponez (SEED/PR)	Avaliador(a)
Alexandre Zarias (FUNDAJ)	Avaliador(a)
Átila Rodolfo Ramalho Motta (SEED/PR)	Avaliador(a)
Cassiana Tiemi Tedesco Takagi (SME/SP)	Avaliador(a)

⁵² Neste modelo dois avaliadores recebem a mesma obra e preenchem suas fichas de avaliação sem saber quem é o outro parecerista. Ao final do trabalho os dois avaliadores, junto a coordenação, consolidam a ficha através do contraste entre pontos em consenso e divergência entre os avaliadores, para que juntos possam chegar a um parecer final de Aprovação, Aprovação mediante a correção de falhas pontuais ou Reprovação da obra.

Danilo Rabelo (UFG/CAP)	Avaliador(a)
Davisson Charles Cangussu de Souza (UNIFESP)	Avaliador(a)
Débora Cristina Goulart (UNESP)	Avaliador(a)
Diogo Tourino de Sousa (UFV)	Avaliador(a)
Fagner Carniel (UEM)	Avaliador(a)
Fabio Braga do Desterro (FAETEC/RJ)	Avaliador(a)
Fernanda Oliveira de Araújo (IFS e SEED/Sergipe)	Avaliador(a)
Isaurora Cláudia Martins de Freitas (UVA)	Avaliador(a)
Luiza Helana Pereira (UFRGS)*	Avaliador(a)
Marcos Vinicius Pansardi (IFPR/Paranaguá)	Avaliador(a)
Maria Izabel de Medeiros Valle (UFAM)	Avaliador(a)
Marina de Carvalho Cordeiro (UFRJ)	Avaliador(a)
Marinete Covezzi (UFMT)	Avaliador(a)
Mario Bispo dos Santos (SEED/DF)*	Avaliador(a)
Nise Maria Tavares Jinkings (UFSC)	Avaliador(a)
Roberta dos Reis Neuhold (UNIARARAS)	Avaliador(a)
Rosângela Duarte Pimenta (UVA)	Avaliador(a)
Rosemary de Oliveira Almeida (UECE)	Avaliador(a)
Simone Magalhães Brito (UFPB)	Avaliador(a)
Simone Meucci (UFPR)*	Avaliador(a)
Sueli Guadalupe de Lima Mendonça (UNESP)*	Avaliador(a)
Vinicius Carvalho Lima (SEEDUC/RJ)	Avaliador(a)
Alexandre Barbosa Fraga (UFRJ)	Analista de Recurso
Cynthia de Carvalho Lins Hamlin (UFPE)	Analista de Recurso
Julia Polessa Maçaira (UFRJ)*	Analista de Recurso

Fonte: Guia do PNLD Sociologia 2015 (BRASIL, 2014)

(*) Pesquisadores que participaram da avaliação do PNLD 2012.

A comissão técnica foi endereçada à Anita Handfas que, na avaliação passada, havia assumido a coordenação de área. Já a coordenação de área ficou a cargo de Ileizi Luciana Fiorelli Silva. Completando o quadro de remanescentes da edição anterior, temos os nomes de Simone Meucci (que saiu da comissão técnica), e foi inserida na função de avaliadora juntamente com Luiza Helena Pereira e Marina de Carvalho Cordeiro. Por fim, Cynthia de Carvalho Lins Hamlin, antes avaliadora e Júlia Polessa Maçaira, que antes

ocupou a coordenação de adjunta, aparecem nesta edição como analistas de recursos, função que não foi nominada no Guia do PNLD Sociologia de 2012.

Iniciando a apresentação de novos perfis, aparece o nome de **Maria Tarcisa Silva Bega**, que ficou à frente da coordenação institucional. A coordenadora possui graduação em ciências sociais (1974) pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). Na pós-graduação, possui os títulos de mestre (1990) e doutora (2000) em Sociologia pela Universidade de São Paulo (USP). Atualmente é professora titular da Universidade Federal do Paraná. Na época em que trabalhou na avaliação a docente já exercia sua função nessa instituição.

Para os seus estudos a nível de pós-graduação, a autora acabou se debruçando, na execução de seu mestrado, pelo tema da organização política comunitária no processo de redemocratização do Estado brasileiro que resultou na dissertação *Participação comunitária: dimensões da institucionalização*.

Já na continuação de seus estudos pós-graduados, no doutorado, o olhar analítico de Bega foi direcionado para a interface entre Literatura e Sociologia. Sua tese, *Sonho e invenção do Paraná: geração simbolista e a construção de identidade regional*, a professora analisa o movimento literário conhecido como Simbolismo, mais especificamente a ramificação desses escritores radicados na região de Curitiba, estado do Paraná, e o seu impacto na vida econômica e social de gerações de paranaenses.

Ao lado dessas duas pesquisas de maior fôlego, a produção bibliográfica da autora é marcada por uma extensa lista de trabalhos com foco na área de avaliação de políticas públicas, em especial às políticas de moradia e habitação, juventude e escolarização. Não foi possível verificar a incidência de trabalhos específicos sobre a Sociologia na educação básica ou a análise de livros didáticos nesse rol de publicações, como veremos na tabela abaixo:

TABELA 22

Tipo de Publicação	Outros Temas	Sociologia na Educação Básica	Livros Didáticos	Total
Artigos completos publicados em periódicos	12	0	0	12

Livros publicados/organizados ou edições	6	0	0	6
Capítulos de livros publicados	18	0	0	18
Textos em jornais/revistas	1	0	0	1
Trabalhos publicados em anais de congressos	52	0	0	52
Resumos expandidos publicados em anais	2	0	0	2
Resumos publicados em anais	10	0	0	10
Apresentações de trabalho	9	0	0	9
Outras produções bibliográficas	5	0	0	5

Fonte: elaboração própria a partir dos dados do currículo lattes do perfil analisado

Apesar de não possuir nenhuma publicação específica sobre a temática, o restante do currículo da professora apresenta informações interessantes para se pensar na sua contribuição à equipe gestora da segunda avaliação de livros de Sociologia, via PNLD. De início, é possível indicar a sua experiência em cargos diretivos, ocupando o cargo de diretora do setor de ciências humanas, letras e artes na universidade que acolheu a avaliação. Podemos pressupor que os conhecimentos sobre os processos burocráticos da instituição foram fundamentais para a boa execução do trabalho.

A coordenação adjunta ficou a cargo de **Alexandre Jeronimo Correia Lima**. Alexandre é licenciado e bacharel em ciências sociais (2010) pela Universidade Estadual de Londrina (UEL). Na mesma instituição cursou o mestrado em ciências sociais (2012). Também é doutor em Sociologia (2018) pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). Atualmente é professor adjunto do departamento de ciências sociais da Universidade Federal do Ceará (UFC). Durante a sua contribuição nos dois últimos editais de avaliação dos livros, o autor estava ligado à duas outras instituições diferentes da que é vinculado atualmente. No período em que trabalhou no PNLD 2015 era professor substituto da Universidade Estadual de Londrina (UEL). Já no período de avaliação do PNLD 2018, era professor da rede pública do estado do Paraná e pesquisador ligado ao Programa de Pós-graduação em Sociologia da UFPR.

Ao verificarmos a trajetória acadêmica de Lima, é possível relacioná-la diretamente às reflexões acerca da Sociologia na educação básica. Durante a pós-graduação a disciplina foi analisada em suas duas pesquisas de maior fôlego. Sua dissertação, *Teorias e métodos em pesquisa sobre o ensino de Sociologia*, apresenta uma proposta teórica e metodológica a ser aplicada em

pesquisas sobre a temática com base na relação implícita entre as propostas curriculares e as práticas pedagógicas mobilizadas para o ensino da disciplina.

Para a continuidade de seus estudos no doutorado, redigiu a tese, *Uma sociologia da experiência do ensino de sociologia: reflexões, práticas e histórias de vida*, que refletiu sobre o tema através de dois vieses analíticos. Em primeiro lugar, a compreensão dos fundamentos e impactos das políticas de centralização curricular da disciplina no geral e, mais especificamente, o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM). Em seguida, refletiu sobre sua experiência enquanto professor da disciplina em três escolas públicas do Paraná, buscando compreender os sentidos atribuídos à disciplina em um contexto de embate político e moral no Brasil.

A centralidade na produção sobre a Sociologia na educação básica irradia-se para as demais produções bibliográficas do autor, como é possível verificar a partir da análise da tabela abaixo.

TABELA 23

Tipo de Publicação	Outros Temas	Sociologia na Educação Básica	Livros Didáticos	Total
Artigos completos publicados em periódicos	0	3	0	3
Livros publicados/organizados ou edições	0	5	0	5
Capítulos de livros publicados	1	9	0	10
Textos em jornais/revistas	0	0	0	0
Trabalhos publicados em anais de congressos	2	6	0	8
Resumos expandidos publicados em anais	0	1	0	1
Resumos publicados em anais	1	2	0	3
Apresentações de trabalho	18	22	1	41
Outras produções bibliográficas	1	1	2	4

Fonte: elaboração própria a partir dos dados do currículo lattes do perfil analisado

Com efeito, o perfil de Lima se alinha com o de professores pesquisadores com maior poder de difusão do conhecimento escolar de Sociologia. Tendo vivenciado várias experiências nos diferentes campos da inserção da disciplina na educação básica. Destacamos na análise de outras informações em seu currículo, a sua participação na organização de grupos de trabalho em eventos,

que podem ser caracterizados como áreas de expressão da comunidade epistêmica da Sociologia na educação básica, como o ENESEB, por exemplo.

Para finalizar a equipe diretiva desta avaliação, temos mais uma alteração. A coordenação resolveu nomear para as funções de apoio técnico, duas técnicas administrativas da UFPR. Na ocasião, essa tarefa foi realizada por **Ana Christina Bitthencourt e Sandra Mara da Rocha Andrade Rosa**.⁵³

Por se tratar de dois perfis que não se enquadram no quadro de profissionais que mais se relacionam com a comunidade epistêmica da Sociologia na educação básica (professores e pesquisadores ligados à universidade ou à escolas de ensino médio), optaremos por apresentar apenas algumas informações sobre o perfil técnico das membras da equipe de coordenação do PNLD 2015.

Sandra Mara da Rocha Andrade Rosa é servidora pública federal lotada na Universidade Federal do Paraná, exercendo a função de assistente em administração. Ingressou no serviço público em 1995 e atualmente ocupa a função comissionada de chefe de unidade⁵⁴.

Não obtivemos o mesmo sucesso na busca por informações acerca de Ana Christina Bitthencourt. Não nos foi possível ter acesso, nos principais sites de busca na internet, a qualquer dado sobre alguém que possua nome com a mesma grafia que foi informada no Guia do PNLD Sociologia 2015.

Dentre os avaliadores, o primeiro perfil é o de **Adriana Andreia Camponez** que possui graduação em ciências sociais nas modalidades licenciatura (1992) e bacharelado (2002) cursada na Universidade Estadual de Londrina (UEL). Além disso, é mestre em ciências sociais (2005) pela mesma instituição. Atualmente é professora da rede pública do estado do Paraná. Na

⁵³ Na busca de mais informações sobre essa escolha, conversei com um dos membros da coordenação do PNLD Sociologia de 2015, e este me afirmou que as duas profissionais não lidaram diretamente com as obras mas fizeram um trabalho essencial para o bom funcionamento da logística de financiamento da avaliação, manejando de forma correta e no tempo hábil os recursos destinados a instituição responsável pela avaliação, no caso a UFPR.

⁵⁴ Informações obtidas no portal da transparência do governo federal, no link: <http://www.portaltransparencia.gov.br/servidores/7918433>. Acesso em 16 jul. 2020.

época em que participou da avaliação já exercia essa função no serviço público paranaense.

A professora focou seus estudos pós-graduação na análise da constituição e trajetória de lutas de um movimento social. Em sua dissertação, *A politização do urbano: a experiência dos moradores do Jardim União da Vitória na conquista dos direitos da cidadania e da cidade*, a autora revisita a história do bairro para compreender a maneira pela qual seus moradores conquistaram o direito à moradia e à infraestrutura básica.

Observando as demais publicações de Camponez, a temática ainda está presente em alguns trabalhos, no entanto, as produções mais recentes são centradas em análises sobre a Sociologia na educação básica, como podemos verificar na tabela abaixo.

TABELA 24

Tipo de Publicação	Outros Temas	Sociologia na Educação Básica	Livros Didáticos	Total
Artigos completos publicados em periódicos	0	0	0	0
Livros publicados/organizados ou edições	0	0	0	0
Capítulos de livros publicados	0	0	0	0
Textos em jornais/revistas	0	0	0	0
Trabalhos publicados em anais de congressos	0	0	0	0
Resumos expandidos publicados em anais	0	0	0	0
Resumos publicados em anais	0	0	0	0
Apresentações de trabalho	4	7	0	11
Outras produções bibliográficas	0	0	0	0

Fonte: elaboração própria a partir dos dados do currículo lattes do perfil analisado

Para finalizar o perfil da professora, destacamos, como informação relevante em seu currículo, a participação no LENPES (Laboratório de Ensino, Extensão e Pesquisa de Sociologia) projeto de extensão realizado pela UEL, que gerou uma grande quantidade de trabalhos sobre os diferentes aspectos da Sociologia na educação básica.

Alexandre Zarias possui graduação em ciências sociais (1999) pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Na mesma instituição fez

especialização em jornalismo científico (2004) e mestrado em Antropologia (2003). Por fim, cursou doutorado em Sociologia (2008) na Universidade Estadual de São Paulo (USP). Atualmente é pesquisador da Fundação Joaquim Nabuco (FUNDAJ) e professor colaborador do Programa de Pós-graduação em Sociologia da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). No período em que participou da avaliação dos livros, já exercia a função de docente desta instituição.

Os trabalhos do autor em âmbito de pós-graduação tiveram como foco as análises na relação entre as Ciências Sociais e a ordem jurídica. Em sua dissertação, *Negócio público e interesse privado: análise dos processos de interdição*, analisa a forma como casos particulares tornam-se negócio público a partir do dispositivo conhecido por interdição. Para conduzir o trabalho, realizou pesquisa etnográfica em cartórios e arquivos jurídicos da cidade de Campinas, São Paulo.

Em sua tese, *Negócio público e interesse privado: desigualdade social, direito de família e intervenção judicial*, Zarias analisou a legitimidade das relações de família em movimento do Direito positivo para a esfera judicial. Para tanto, examinou o processo histórico de codificação civil e as transformações do direito de família brasileiro a partir da análise weberiana sobre o Direito.

Se esses trabalhos possuem uma aproximação temática, não podemos caracterizar assim o restante de sua produção bibliográfica. As demais publicações do autor trazem reflexões sobre temas diversos, tais como: o corpo, os sonhos, questões de gênero, circulação do conhecimento, profissionalização do cientista social, além da Sociologia na educação básica, que aparece numa quantidade significativa de trabalhos, como veremos na tabela abaixo.

TABELA 25

Tipo de Publicação	Outros Temas	Sociologia na Educação Básica	Livros Didáticos	Total
Artigos completos publicados em periódicos	8	3	0	11
Livros publicados/organizados ou edições	2	0	0	2
Capítulos de livros publicados	5	3	0	8
Textos em jornais/revistas	17	2	0	19

Trabalhos publicados em anais de congressos	13	1	2	16
Resumos expandidos publicados em anais	0	0	0	0
Resumos publicados em anais	14	2	0	16
Apresentações de trabalho	19	9	2	30
Outras produções bibliográficas	34	1	0	35

Fonte: elaboração própria a partir dos dados do currículo lattes do perfil analisado

Além dos trabalhos acima enumerados, destacamos outras informações relevantes sobre a relação de Zarias com os espaços de exposição da comunidade epistêmica da Sociologia na educação básica, tais como o seu trabalho à frente do curso pioneiro de mestrado profissional em ensino de Ciências Sociais, ofertado pela Fundação Joaquim Nabuco e sua participação na organização de uma das edições do ENESEB.

Átila Rodolfo Ramalho Motta é graduado em ciências sociais (2004) pela Universidade Estadual de Londrina (UEL). Na mesma instituição cursou a especialização em ensino de Sociologia (2007) e o mestrado em Ciências Sociais (2012). Atualmente é professor do ensino médio da rede pública estadual do Paraná. No período em que trabalhou na avaliação já exercia a função de servidor público da educação paranaense.

Seus estudos na pós-graduação estão diretamente ligados à questão da Sociologia na educação básica. Em sua dissertação, *Que sociologia é essa? Análise da recontextualização pedagógica do conhecimento sociológico*, o autor investiga as práticas pedagógicas de professores da disciplina de Sociologia com formações diversas, buscando compreender a relação entre a formação acadêmica e o discurso pedagógico dos docentes de escolas de ensino médio de duas cidades do interior do Paraná.

Ao analisar o currículo de Motta, não encontramos muitas produções acerca da Sociologia na educação básica, no entanto, a experiência registrada acaba sendo bastante significativa para a avaliação do PNLD, pois trata-se de sua participação no livro didático de Sociologia produzido pela Secretaria de Educação do estado do Paraná, como veremos na tabela abaixo.

TABELA 26

Tipo de Publicação	Outros Temas	Sociologia na Educação Básica	Livros Didáticos	Total
Artigos completos publicados em periódicos	0	0	0	0
Livros publicados/organizados ou edições	0	0	0	0
Capítulos de livros publicados	0	0	0	0
Textos em jornais/revistas	0	0	0	0
Trabalhos publicados em anais de congressos	0	0	0	0
Resumos expandidos publicados em anais	0	0	0	0
Resumos publicados em anais	0	0	0	0
Apresentações de trabalho	0	0	0	0
Outras produções bibliográficas	0	0	1	0

Fonte: elaboração própria a partir dos dados do currículo lattes do perfil analisado

Das demais informações encontradas no currículo do autor, destacamos a sua participação na equipe que elaborou a primeira versão das Orientações Curriculares de Sociologia do estado do Paraná.

Cassiana Tiemi Tedesco Takagi possui graduação em ciências sociais (2000) pela Universidade de São Paulo (USP). Na mesma instituição cursou a graduação em Pedagogia (2004) e o mestrado (2007) e doutorado (2013) em Educação. Atualmente é professora da rede municipal da cidade de São Paulo. No período em que participou da avaliação, já exercia a função de docente deste sistema de ensino.

Suas pesquisas no âmbito de pós-graduação tomaram a Sociologia na educação básica como temática central. Em sua dissertação, *Ensinar Sociologia: análise de recursos do ensino na escola média*, a autora busca compreender as relações que podem ser estabelecidas entre as diferentes fontes documentais para a análise do ensino de Sociologia. Para tanto, realiza a análise das propostas curriculares do estado de São Paulo, os relatórios de estágio dos licenciandos em Ciências Sociais e os livros didáticos utilizados pelos professores das escolas selecionadas para o estudo.

Para a continuidade de suas pesquisas, Takagi produziu a tese, *Formação do professor de Sociologia do ensino médio: um estudo sobre o currículo do curso de ciências sociais da Universidade de São Paulo*. Neste trabalho, a autora analisou as diferentes configurações do curso de formação de professores de Sociologia da USP ao longo da história. Para realizar tal estudo,

analisou anuários, guias curriculares, processos internos e atas da comissão de graduação da instituição.

As demais produções da professora estão divididas entre reflexões sobre a educação infantil e as questões relativas à Sociologia na educação básica, com uma relevante presença de trabalhos sobre análise de livros didáticos de Sociologia, como veremos na tabela abaixo.

TABELA 27

Tipo de Publicação	Outros Temas	Sociologia na Educação Básica	Livros Didáticos	Total
Artigos completos publicados em periódicos	7	1	0	8
Livros publicados/organizados ou edições	1	1	0	2
Capítulos de livros publicados	0	0	0	0
Textos em jornais/revistas	0	0	0	0
Trabalhos publicados em anais de congressos	0	0	0	0
Resumos expandidos publicados em anais	0	0	0	0
Resumos publicados em anais	0	0	0	0
Apresentações de trabalho	1	13	6	20
Outras produções bibliográficas	2	0	0	2

Fonte: elaboração própria a partir dos dados do currículo lattes do perfil analisado

Sobre as demais informações contidas no currículo da autora, destacamos os minicursos que ministrou sobre a compreensão da utilização de livros didáticos em sala de aula, além da sua participação em eventos que se caracterizam como espaço de circulação do conhecimento da comunidade epistêmica da Sociologia na educação básica, como é o caso do GT Ensino de Sociologia no Congresso da SBS.

Danilo Rabelo possui graduação em História e licenciatura curta em Estudos Sociais (1991) pela Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC – GO). É mestre pela em História (1997) pela Universidade Federal de Goiás (UFG) e doutor em História (2006) pela Universidade de Brasília (UNB). Atualmente é professor associado da Universidade Federal de Goiás (UFG). No período em que participou da avaliação, já exercia a função de docente desta instituição.

Os estudos de Rabelo, a nível de pós-graduação, voltaram-se para a compreensão de interessantes fenômenos históricos. Em sua dissertação, *Os excessos do corpo (a normatização dos comportamentos na Cidade de Goiás, 1822 – 1889)*, o autor investiga o impacto dos discursos médico, jurídico, moral e religioso no comportamento dos moradores da Cidade de Goiás. A pesquisa também evidenciou o uso desses discursos por políticos locais com o intuito de manter o controle social sobre as classes menos favorecidas, consideradas perigosas pela elite local.

Para a continuidade dos estudos, o professor segue analisando as relações sociais constituídas pelo impacto dos discursos, porém mudando o lócus da investigação. Sua tese, *Rastafari: identidade e hibridismo cultural na Jamaica, 1930 – 1981*, analisa o movimento contestatório de afro-jamaicanos conhecido como Ras Tafari. Nesse trabalho o autor problematiza a visão messiânica, presente nas principais análises sobre o movimento, buscando compreender suas características descentralizadas, dando ênfase à diversidade de doutrinas, crenças e rituais consequentes dos processos de hibridização e/ou creolização que incidiram nas populações caribenhas.

As demais produções de Rabelo são caracterizadas por uma multiplicidade de trabalhos que refletem sobre os temas acima destacados, porém acrescentados por uma quantidade significativa sobre temas ligados à educação como organização curricular e metodologias de ensino. Nesse bojo também encontramos alguns trabalhos sobre a Sociologia na educação básica, conforme podemos identificar na tabela abaixo.

TABELA 28

Tipo de Publicação	Outros Temas	Sociologia na Educação Básica	Livros Didáticos	Total
Artigos completos publicados em periódicos	16	0	0	16
Livros publicados/organizados ou edições	1	2	0	3
Capítulos de livros publicados	14	2	1	17
Textos em jornais/revistas	0	0	0	0
Trabalhos publicados em anais de congressos	3	1	0	4
Resumos expandidos publicados em anais	8	0	0	8
Resumos publicados em anais	35	0	0	35
Apresentações de trabalho	27	3	0	30

Outras produções bibliográficas	3	0	0	3
---------------------------------	---	---	---	---

Fonte: elaboração própria a partir dos dados do currículo lattes do perfil analisado

Nos chama atenção o fato de que este avaliador, apesar de possuir a maior parte de sua trajetória acadêmica em outra área (História), possuir uma quantidade interessante de trabalhos sobre a Sociologia na educação básica. Apesar de peculiar, o perfil de Rabelo possui uma heterogeneidade interessante para o conjunto de pareceristas recrutados nesse edital, com experiências ligadas ao processo de escolarização de outras disciplinas, além do fato de ter cursado um curso por onde circulava o conhecimento das ciências sociais (licenciatura curta em Estudos Sociais), possibilitando-o estabelecer um contraponto entre diferentes visões sobre o conhecimento escolar de Sociologia.

Davisson Charles Cangussu de Souza é bacharel e licenciado em Ciências Sociais (2001) pela universidade estadual de campinas (UNICAMP). Realizou também mestrado (2005) e doutorado (2010) em Sociologia na Universidade de São Paulo (USP). Atualmente é professor associado do curso de graduação e do programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP/Guarulhos). No período em que trabalhou na avaliação, já exercia a função de docente nesta instituição.

Suas pesquisas durante a pós-graduação forma centralizadas nas reflexões sobre sindicalismo e o mundo do trabalho. Em sua dissertação, *Sindicato dos metalúrgicos de Campinas e região diante do desemprego no período de 1990 a 2002*, investiga a atuação de um sindicato frente a um cenário de reestruturação produtiva que removeu mais de trinta mil postos de trabalho no período estudado.

Durante o doutorado, deu continuidade às análises sobre o tema estudando, de forma comparada, a realidade de trabalhadores desempregados no Brasil e na Argentina. Sua tese, *Sindicalismo e desempregados no Brasil e na Argentina de 1990 e 2002: unidade e fratura entre o exército de operários ativo e de reserva*, analisa a atuação e representação das duas maiores centrais sindicais de cada país.

Essa temática está bastante presente nas demais produções bibliográficas do autor. No entanto, nos últimos anos vem crescendo o número de pesquisas que abordam a intersecção entre trabalho e educação entre as suas publicações. Na esteira desse movimento, é possível encontrar algumas pesquisas sobre a Sociologia na educação básica no rol de suas publicações, como veremos na tabela abaixo.

TABELA 29

Tipo de Publicação	Outros Temas	Sociologia na Educação Básica	Livros Didáticos	Total
Artigos completos publicados em periódicos	17	1	0	18
Livros publicados/organizados ou edições	8	0	0	8
Capítulos de livros publicados	10	2	0	12
Textos em jornais/revistas	0	0	0	0
Trabalhos publicados em anais de congressos	11	0	0	11
Resumos expandidos publicados em anais	0	0	0	0
Resumos publicados em anais	2	0	0	2
Apresentações de trabalho	23	0	0	23
Outras produções bibliográficas	2	0	0	2

Fonte: elaboração própria a partir dos dados do currículo lattes do perfil analisado

Nas demais informações do currículo de Souza, destacamos o seu trabalho na coordenação de projetos ligados ao PIBID na instituição em que leciona.

Débora Cristina Goulart é licenciada e bacharel em Ciências Sociais (1998) pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC – SP). É graduada também em Pedagogia (2003) pela Universidade Nove de Julho (UNINOVE). Possui Mestrado em Sociologia (2004) pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Por fim, é doutora em Ciências Sociais (2011) pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP). Atualmente é professora do departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP) campus Guarulhos. No período em que trabalhou na avaliação do PNLD 2015 estava vinculada a UNESP. Para a edição seguinte, no PNLD 2018, já exercia a função de docente da UNIFESP.

Durante a complementação de seus estudos, Goulart esteve atenta a pesquisar sobre fenômenos sociais ligados à diferentes formas de organizações de trabalhadores. Em sua dissertação, *Entre a denúncia e a renúncia: a APEOESP frente às reformas na educação pública paulista na gestão Mário Covas (1995 – 1998)*, analisa o contexto de mudança na gestão educacional a partir do último quarto do século XX que culminaram com a implementação de reformas de cunho neo-liberal. Na esteira desse processo, a autora investiga a mudança de postura do principal sindicato de professores do estado de São Paulo que antes praticava um “sindicalismo de massa” que deu lugar a um “sindicalismo de participação”.

Seu trabalho durante o doutorado analisou outro movimento de trabalhadores organizados. Sua tese, *O anticapitalismo do Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto*, analisa a história deste movimento buscando compreender a reconfiguração da classe trabalhadora e suas ações políticas, dando ênfase aos projetos executados pelo movimento.

As demais produções bibliográficas de Goulart seguem com bastante reflexão sobre os dois temas, porém com uma crescente publicação de trabalhos sobre as reformas educacionais e os impactos na Sociologia na educação básica, como veremos na tabela abaixo.

TABELA 30

Tipo de Publicação	Outros Temas	Sociologia na Educação Básica	Livros Didáticos	Total
Artigos completos publicados em periódicos	13	2	0	15
Livros publicados/organizados ou edições	1	0	0	1
Capítulos de livros publicados	4	4	1	9
Textos em jornais/revistas	2	0	0	2
Trabalhos publicados em anais de congressos	3	1	0	4
Resumos expandidos publicados em anais	0	0	0	0
Resumos publicados em anais	5	0	0	5
Apresentações de trabalho	49	6	0	55
Outras produções bibliográficas	3	0	0	3

Fonte: elaboração própria a partir dos dados do currículo lattes do perfil analisado

Por fim, é importante destacar, sobre o perfil de Goulart, a sua participação na organização do Grupo de Trabalho sobre os livros didáticos de Sociologia, dentro das duas últimas edições do ENASEB.

Diogo Tourino de Sousa é licenciado (2003) e bacharel (2004) em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). Possui mestrado (2006) em Ciência Política pelo antigo Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ) e doutorado (2015) em Ciência Política no Instituto de Estudos Sociais e Políticos da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ). Atualmente é professor adjunto do departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal de Viçosa (UFV). No período em que atuou na avaliação dos livros, já exercia a função de docente desta instituição.

As pesquisas realizadas durante a pós-graduação de Sousa tiveram como objeto de estudo aspectos da democracia brasileira e a noção de republicanismo no pensamento político. Em sua dissertação, *Democracia em dois turnos: dilemas da modernização política brasileira*, o autor coloca em xeque uma tradição de pesquisas sobre o desenvolvimento da política nacional, que, segundo seu levantamento, estavam presas a uma reflexão binária pautada na modernidade e no atraso, fazendo com que essa literatura fosse inviável para analisar as práticas eleitorais do povo brasileiro naquele período.

As análises sobre o pensamento político brasileiro tiveram prosseguimento durante a execução de seu doutorado. Na tese, *De um ponto de vista mais geral: a república como ideal normativo*, o autor apresenta uma série de reflexões acerca do ideal republicano, a partir de análises de conceitos-chave (“bom governo”; autoridade; liberdade; reciprocidade moral e não-violência) na literatura sobre o tema, a fim de compreender como os mesmos se tornaram ideais normativos do republicanismo.

As demais produções bibliográficas de Sousa são multifacetadas. É possível identificar a presença de temas caros ao pensamento político e social brasileiro, mas também há vários trabalhos acerca da Sociologia na educação básica, além de alguns sobre os livros didáticos e Sociologia e o PNLD, como veremos na tabela abaixo.

TABELA 31

Tipo de Publicação	Outros Temas	Sociologia na Educação Básica	Livros Didáticos	Total
Artigos completos publicados em periódicos	17	1	0	18
Livros publicados/organizados ou edições	2	0	0	2
Capítulos de livros publicados	2	4	2	8
Textos em jornais/revistas	32	4	0	36
Trabalhos publicados em anais de congressos	3	0	0	3
Resumos expandidos publicados em anais	0	0	0	0
Resumos publicados em anais	7	0	0	7
Apresentações de trabalho	41	15	0	56
Outras produções bibliográficas	0	0	0	0

Fonte: elaboração própria a partir dos dados do currículo lattes do perfil analisado

Ainda sobre a produção bibliográfica de Sousa, nos chamou atenção a publicação de cadernos de exercícios sobre temas diversos em uma revista não acadêmica, direcionada para um público mais amplo. Sobre as demais informações no currículo do autor destacamos a sua participação na organização dos dois últimos ENESEB, na coordenação do GT sobre os livros didáticos de Sociologia.

Fagner Carniel possui graduação em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). Na mesma instituição concluiu o mestrado em Sociologia. É doutor em Sociologia pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Atualmente é professor no departamento de Ciências Sociais e do programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da Universidade Estadual de Maringá (UEM). Atua também como professor do Mestrado Profissional em Sociologia em rede nacional (PROFSOCIO). No período em que participou da avaliação do PNLD, já exercia a função de docente desta instituição.

As pesquisas realizadas a nível de pós-graduação por Carniel tiveram focos de análise distintos durante a execução dos dois cursos. No mestrado, produziu a dissertação, *O telejornal que “fala pra gente, mas não fala da gente”: Globo Rural e identidade em Dois Vizinhos*, que reflete sobre o papel do programa televisivo na construção de relações sociais do meio rural no município paranaense de Dois Vizinhos. O trabalho busca compreender como a televisão

ajuda a tensionar as práticas agrícolas das comunidades que vivem e trabalham no município.

Para a continuidade dos seus estudos, o professor fez uma guinada considerável no seu olhar analítico ao se debruçar sobre o fenômeno da inclusão educacional da surdez. Em sua tese, *A invenção (pedagógica) da surdez: sobre a gestão estatal da educação especial na primeira década do século XXI*, o autor realizou pesquisa etnográfica no seio da Secretaria de Educação, responsável pela implementação de políticas de inclusão educacional de surdos no estado do Paraná, com o intuito de compreender o impacto da emergência de discursos em defesa do potencial político e pedagógico da linguagem de sinais nas práticas de regulamentação da educação de surdos.

Essas temáticas também estão presentes nas demais produções bibliográficas de Carniel. No entanto, é possível identificar em seu currículo uma variedade de assuntos abordados em seus trabalhos, com espaço significativo para as pesquisas sobre Sociologia na educação básica, como veremos na tabela abaixo.

TABELA 32

Tipo de Publicação	Outros Temas	Sociologia na Educação Básica	Livros Didáticos	Total
Artigos completos publicados em periódicos	13	5	1	19
Livros publicados/organizados ou edições	1	1	0	2
Capítulos de livros publicados	3	5	0	8
Textos em jornais/revistas	2	0	0	2
Trabalhos publicados em anais de congressos	28	3	1	32
Resumos expandidos publicados em anais	0	0	0	0
Resumos publicados em anais	5	0	0	5
Apresentações de trabalho	16	2	0	18
Outras produções bibliográficas	7	4	0	11

Fonte: elaboração própria a partir dos dados do currículo lattes do perfil analisado

Sobre as demais informações no currículo de Carniel, destacamos a aproximação com a comunidade epistêmica através do seu trabalho na coordenação em projetos do PIBID na instituição em que trabalha, além da sua

contribuição no Mestrado profissional para o ensino de Ciências Sociais, da rede PROFSOCIO.

Fabio Braga do Desterro é bacharel e licenciado em Ciências Sociais (2007) pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Possui especialização em Ensino de Sociologia (2011) e Mestrado em Educação (2016) pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Atualmente é professor do Colégio Pedro II, no campus de Duque de Caxias. No período em que foi membro da equipe de avaliadores do PNLD, era professor vinculado à Fundação de Apoio à Escola Técnica do Estado do Rio de Janeiro (FAETEC – RJ).

Para a conclusão do seu mestrado, o professor apresentou importante pesquisa sobre os livros didáticos de Sociologia aprovados no PNLD 2015. Sua dissertação, *Sobre os livros didáticos de Sociologia para o ensino médio*, faz uma análise minuciosa dos livros aprovados pelo PNLD com o intuito de compreender como os manuais mobilizam o conhecimento escolar de Sociologia no processo de recontextualização pedagógica.

Essa temática é central também nas demais produções bibliográficas do autor. Veremos, na tabela abaixo, que Desterro é um dos avaliadores que possuem mais trabalhos sobre os livros didáticos de Sociologia do que as demais temáticas que delimitamos nesse levantamento para a produção dos perfis dos avaliadores.

TABELA 33

Tipo de Publicação	Outros Temas	Sociologia na Educação Básica	Livros Didáticos	Total
Artigos completos publicados em periódicos	0	0	0	0
Livros publicados/organizados ou edições	0	0	0	0
Capítulos de livros publicados	0	0	1	0
Textos em jornais/revistas	0	0	0	0
Trabalhos publicados em anais de congressos	0	0	1	1
Resumos expandidos publicados em anais	0	0	0	0
Resumos publicados em anais	0	0	0	0
Apresentações de trabalho	2	3	4	9
Outras produções bibliográficas	0	0	0	0

Fonte: elaboração própria a partir dos dados do currículo lattes do perfil analisado

Com efeito, o perfil deste professor nos mostra um interessante caso de pesquisador que participou da avaliação dos livros em um momento de aproximação constante com a comunidade epistêmica da Sociologia na educação básica, pois sua especialização nos livros didáticos da disciplina, através de sua pesquisa de mestrado, ocorre paralelamente à sua contribuição no PNLD.

Fernanda Oliveira de Araújo possui graduação em Ciências Sociais nas modalidades bacharelado (2001) e licenciatura (2003) pela Universidade Federal de Sergipe (UFS). Na mesma instituição cursou o Mestrado em Sociologia (2005). Atualmente é professora da rede pública estadual de Sergipe. No período em que participou da avaliação dos livros didáticos, já exercia a função.

Em seus estudos a nível de pós-graduação, Araújo realizou pesquisa sobre as relações de gênero em uma empresa de construção civil de Sergipe. Sua dissertação, *Gênero na construção civil: um estudo de caso sobre as trabalhadoras da NORCON*, buscou compreender como as trabalhadoras lotadas na função de servente, absorviam os valores que estavam inscritos nos processos de aprendizado de atributos ofertados pela empresa.

Nas demais produções bibliográficas da autora essa temática não aparece como mote das pesquisas registradas em seu currículo. Nestas, o tema central passa a ser a Sociologia na educação básica, como é possível verificar nos números da tabela abaixo.

TABELA 34

Tipo de Publicação	Outros Temas	Sociologia na Educação Básica	Livros Didáticos	Total
Artigos completos publicados em periódicos	0	0	0	0
Livros publicados/organizados ou edições	0	0	0	0
Capítulos de livros publicados	0	1	0	0
Textos em jornais/revistas	0	0	0	0
Trabalhos publicados em anais de congressos	0	0	1	1
Resumos expandidos publicados em anais	0	0	0	0
Resumos publicados em anais	1	0	0	1
Apresentações de trabalho	0	5	0	5
Outras produções bibliográficas	0	0	0	0

Fonte: elaboração própria a partir dos dados do currículo lattes do perfil analisado

Nas demais informações encontradas no currículo da professora, nos chamou atenção a sua contribuição para os referenciais curriculares da disciplina de Sociologia em Sergipe. Mais uma vez, encontramos um perfil de professora da educação básica ligada diretamente à produção de documentos de centralização curricular das unidades federativas em que trabalham.

Isaurora Cláudia Martins de Freitas possui graduação em Ciências Sociais (1991) pela Universidade Federal do Ceará (UFC). Na mesma instituição cursou o Mestrado (2000) e o Doutorado (2006) em Sociologia. Atualmente é professora associada da Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA). No período em que participou das duas avaliações do PNLD, já atuava como docente nesta universidade.

As pesquisas a nível de pós-graduação realizadas por Freitas tiveram como temática de estudos a intersecção entre as artes e a educação. Em sua dissertação, *Da periferia ao palco: a ressocialização de crianças e adolescentes da periferia de Fortaleza através da arte*, a autora buscou compreender os processos de educação pela arte praticados pela Escola de Dança e Integração Social para Crianças e Adolescentes (EDISCA), uma ONG financiada por grandes instituições de apoio a educação como a UNESCO e o Instituto Ayrton Senna.

Para a continuidade desse estudo, no doutorado, produziu a tese, *Destinos (im)prováveis trajetórias de jovens egressos de uma experiência de arte-educação*, Freitas analisa o impacto do trabalho realizado pela EDISCA na trajetória de jovens egressos do projeto, dando ênfase à aquisição de disposições sociais capazes de gerar uma matriz comportamental necessária para a mudança de seus destinos sociais.

É possível encontrar nas demais produções bibliográficas da autora uma quantidade considerável de trabalhos voltados para análises sobre sociabilidades juvenis, além de reflexões sobre políticas públicas e, na intersecção destes trabalhos, análises sobre a Sociologia na educação básica, como veremos na tabela abaixo.

TABELA 35

Tipo de Publicação	Outros Temas	Sociologia na Educação Básica	Livros Didáticos	Total
Artigos completos publicados em periódicos	10	1	0	11
Livros publicados/organizados ou edições	3	0	0	3
Capítulos de livros publicados	11	2	0	13
Textos em jornais/revistas	0	0	0	0
Trabalhos publicados em anais de congressos	7	1	0	8
Resumos expandidos publicados em anais	9	0	0	9
Resumos publicados em anais	27	3	0	30
Apresentações de trabalho	36	1	0	37
Outras produções bibliográficas	0	0	0	0

Fonte: elaboração própria a partir dos dados do currículo lattes do perfil analisado

Sobre as demais informações do currículo de Freitas, destacamos a sua aproximação com a comunidade epistêmica através da apresentação de trabalho no GT Ensino de Sociologia da SBS, além de coordenar, por mais de uma ocasião o GT sobre juventude e ensino de Sociologia dentro do ENESEB.

Marcos Vinicius Pansardi é graduado em Ciências Sociais⁵⁵. Possui Mestrado em Ciência Política (1993) e Doutorado em Ciências Sociais (2002) pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Atualmente é professor do Instituto Federal de Educação do Paraná (IFPR), campus Paranaguá. No período em que foi membro da equipe de avaliadores do PNLD, já exercia a função de docente nesta instituição.

Em seus estudos a nível de pós-graduação, o professor se debruçou sobre temas referentes à história das práticas políticas brasileiras, com pesquisas sobre diferentes fatos e períodos desse processo. Em sua dissertação, *Republicanos e Operários: os primeiros anos do movimento socialista no Brasil (1888 – 1903)*, Pansardi busca compreender a forma que o movimento operário era concebido no processo de transição da Monarquia para a República nos dois maiores centros urbanos do país (Rio de Janeiro e São Paulo). Na esteira desse processo reflete sobre a criação do movimento

⁵⁵ O autor não informa em seu currículo na plataforma Lattes, o local onde o curso foi realizado, nem o ano de conclusão.

socialista no país, logo após a Proclamação da República e discute a relação estabelecida entre socialistas e republicanos nesse período.

Sua tese, *Da revolução burguesa à modernização conservadora: a revolução de 1930 vista pelos historiadores*, analisa a historiografia produzida sobre a revolução de 1930 a fim de compreender a constituição de um novo paradigma sobre este fato histórico. Tal paradigma é caracterizado pela negação em apreciar a revolução de 1930 como exemplo de uma revolução burguesa.

No que corresponde às demais produções bibliográficas do autor, podemos identificar a forte presença de reflexões sobre variadas práticas políticas na sociedade brasileira, além de pesquisas relativas a práticas educacionais da educação básica e do ensino universitário. Dentre esses, encontramos alguns trabalhos sobre a Sociologia na educação básica, conforme podemos verificar na tabela abaixo.

TABELA 36

Tipo de Publicação	Outros Temas	Sociologia na Educação Básica	Livros Didáticos	Total
Artigos completos publicados em periódicos	19	1	1	21
Livros publicados/organizados ou edições	4	0	0	4
Capítulos de livros publicados	9	0	0	9
Textos em jornais/revistas	2	0	0	2
Trabalhos publicados em anais de congressos	14	0	1	8
Resumos expandidos publicados em anais	3	1	0	4
Resumos publicados em anais	3	0	0	3
Apresentações de trabalho	9	0	1	10
Outras produções bibliográficas	1	0	0	1

Fonte: elaboração própria a partir dos dados do currículo lattes do perfil analisado

Quanto as demais informações do currículo de Pansardi, destacamos sua aproximação com a comunidade epistêmica da Sociologia na educação básica a partir de seu trabalho como coordenador do projeto PIBID, na instituição em que leciona. Outra informação interessante consta da sua participação na organização de um encontro regional sobre o Ensino de Sociologia que congregou pesquisadores do tema no estado do Paraná.

Maria Izabel de Medeiros Valle é graduada em Ciências Sociais (1979) pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Na mesma instituição fez o Mestrado (1996) e o Doutorado (2000) em Sociologia e Antropologia. Atualmente é professora do Programa de Pós-graduação Sociedade e Cultura da Amazônia da Universidade Federal do Amazonas (UFAM). Nos dois momentos em que participou da avaliação dos livros didáticos já exercia a função que exerce atualmente.

Os trabalhos a nível de pós-graduação da professora estão voltados para reflexões sobre o mundo do trabalho. Sua dissertação, *Trabalho e reestruturação produtiva: dois ensaios*, analisa o impacto de inovações tecnológicas nas práticas produtivas de trabalhadoras de dois estados, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul.

Seu olhar analítico para as relações produtivas do mundo do trabalho teve continuidade com sua tese, *Globalização e reestruturação produtiva: um estudo sobre a produção offshore em Manaus*. Neste trabalho, o fenômeno pesquisado foi o impacto da inserção de práticas produtivas multiculturais em empresas de fabricação de eletroeletrônicos da cidade de Manaus.

É possível verificar que essa temática é central nas demais produções bibliográficas de Valle. Sobre variados vieses, o tema percorre a maior parte de suas publicações, excetuando por poucos trabalhos sobre teoria sociológica em algumas categorias. Não encontramos nenhuma publicação acerca da Sociologia na educação básica, como veremos na tabela abaixo.

TABELA 37

Tipo de Publicação	Outros Temas	Sociologia na Educação Básica	Livros Didáticos	Total
Artigos completos publicados em periódicos	14	0	0	14
Livros publicados/organizados ou edições	1	0	0	1
Capítulos de livros publicados	4	0	0	4
Textos em jornais/revistas	13	0	0	13
Trabalhos publicados em anais de congressos	11	0	0	11
Resumos expandidos publicados em anais	6	0	0	6
Resumos publicados em anais	13	0	0	13
Apresentações de trabalho	12	0	0	12

Outras produções bibliográficas	14	0	0	14
---------------------------------	----	---	---	----

Fonte: elaboração própria a partir dos dados do currículo lattes do perfil analisado

Nas demais informações do currículo de Izabel Valle vale ressaltar, como elemento de proximidade com a comunidade epistêmica da Sociologia na educação básica, a sua participação na diretoria da SBS no biênio 2011-2013, período em que a entidade cria sua Comissão de Ensino, importante estrato dessa Sociedade para o tratamento das questões relativas à Sociologia na educação básica.

Marinete Covezzi possui graduação em Ciências Sociais (1983) pela Universidade Estadual de Londrina (UEL). Concluiu o Mestrado em Educação (1993) pela Universidade Federal do Mato Grosso (UFMT) e o Doutorado (2000) em Ciências Sociais pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP). Atualmente é professora aposentada da UFMT. No período em que participou da avaliação do PNLD já exercia a função de docente nesta universidade.

Os trabalhos a nível de pós-graduação da autora abordaram temáticas distintas. Durante o mestrado, o foco foi a análise dos princípios epistemológicos que orientam o ensino da disciplina de história na educação básica, que resultaram na dissertação, *Ensino de História: um estudo de suas bases epistêmicas*.

Durante o doutorado, Covezzi realizou estudo sobre os trabalhadores do porto de Cuiabá, a partir de suas relações de lembrança e afeto com o local em um determinado período. O trabalho resultou na tese, *Lembranças do porto: um estudo sobre o trabalho e os trabalhadores do porto de Cuiabá 1940-1970*.

A opção por temas de pesquisa variados também pode ser verificada nas demais produções bibliográficas da autora. Em seu currículo é possível encontrar trabalhos sobre meio ambiente, migração, teorias educacionais e, em menor escala, sobre a Sociologia na educação básica, como veremos na apresentação da tabela abaixo.

TABELA 38

Tipo de Publicação	Outros Temas	Sociologia na Educação Básica	Livros Didáticos	Total
Artigos completos publicados em periódicos	2	0	0	2
Livros publicados/organizados ou edições	10	0	0	10
Capítulos de livros publicados	6	0	0	6
Textos em jornais/revistas	0	0	0	0
Trabalhos publicados em anais de congressos	16	1	0	17
Resumos expandidos publicados em anais	3	0	0	3
Resumos publicados em anais	8	0	0	8
Apresentações de trabalho	18	2	0	20
Outras produções bibliográficas	1	0	0	1

Fonte: elaboração própria a partir dos dados do currículo lattes do perfil analisado

Ainda sobre as produções bibliográficas da autora, nos chamou atenção os trabalhos publicados na forma de livros de iniciação à Sociologia e à Sociologia educacional, pela proximidade que esse tipo de publicação tem com os antigos livros didáticos de Sociologia.

Nise Maria Tavares Jinkings é graduada em Ciências Sociais (1979) pela Universidade Federal do Pará (UFPA). Possui Mestrado em Sociologia (1994) e Doutorado em Ciências Sociais (2000) pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Atualmente é professora associada da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). No período em que participou da avaliação do PNLD já exercia a função de docente nesta universidade.

Em seus estudos de pós-graduação, a autora desenvolveu pesquisas sobre o processo de reestruturação do trabalho bancário. Na execução do mestrado redigiu a dissertação, *Trabalho e subjetividade sob o mister de fazer mais dinheiro: o trabalho bancário*. A pesquisa buscou compreender as dimensões do trabalhador bancário em um contexto de mudanças provocadas pelo incremento de inovações tecnológicas e novas diretrizes e hierarquias nas instituições bancárias.

O estudo teve prosseguimento durante o doutorado, que culminou com a apresentação da tese, *Trabalho e resistência na fonte misteriosa: os bancários em face da reestruturação capitalista*. Nesta pesquisa a autora amplia o limite de sua análise sobre o processo de reestruturação do trabalho bancário, refletindo

sobre as estratégias de resistência desses trabalhadores por meio de suas entidades de representação sindical.

As transformações no mundo do trabalho seguem como umas das fontes de inspiração para as demais produções bibliográficas de Jinkings. No entanto, a presença de trabalhos sobre a Sociologia na educação básica é significativa entre os trabalhos mais recentes da autora, como é possível verificar na apreensão da tabela abaixo.

TABELA 39

Tipo de Publicação	Outros Temas	Sociologia na Educação Básica	Livros Didáticos	Total
Artigos completos publicados em periódicos	11	3	0	14
Livros publicados/organizados ou edições	3	0	0	3
Capítulos de livros publicados	8	7	0	15
Textos em jornais/revistas	0	0	0	0
Trabalhos publicados em anais de congressos	5	3	0	8
Resumos expandidos publicados em anais	0	0	0	0
Resumos publicados em anais	5	1	0	6
Apresentações de trabalho	25	22	0	47
Outras produções bibliográficas	4	0	0	4

Fonte: elaboração própria a partir dos dados do currículo lattes do perfil analisado

Sobre as demais informações no currículo da autora, merecem destaque a sua atuação na implementação de laboratórios de ensino de Sociologia e o trabalho realizado junto aos integrantes do PIBID da UFSC, que desenvolveram um livro didático da disciplina como fruto das pesquisas e ações pedagógicas desenvolvidas pelo projeto.

Roberta dos Reis Neuhold é graduada em Ciências Sociais pela Universidade de São Paulo (USP). Possui também graduação em Pedagogia pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCAR). É especialista em Planejamento, Implementação e Gestão da EAD pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Concluiu o Mestrado em Sociologia e o Doutorado em Educação pela Universidade de São Paulo (USP). Atualmente é professora do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul

(IFRS), campus Osório. No período em que participou da avaliação do PNLD, era docente do Centro Universitário Hermínio Ometto de Araras (UNIARARAS).

Seus estudos a nível de pós-graduação analisaram duas temáticas distintas, o movimento organizado de trabalhadores sem teto, no mestrado e a Sociologia na educação básica no doutorado. Em sua dissertação, *Os movimentos de moradia e sem teto e a ocupação de imóveis ociosos: a luta por políticas públicas habitacionais na área central da cidade de São Paulo*, a autora investiga a eficácia da estratégia de ocupar imóveis ociosos como forma de reivindicação e garantia do direito à moradia, além de mensurar o impacto desse trabalho organizado na implementação de políticas públicas para a parcela da população sem teto na cidade de São Paulo.

Sua tese, *Sociologia do ensino de sociologia: os debates acadêmicos sobre a constituição de uma disciplina escolar*, buscou compreender o papel dos intelectuais na constituição do ensino de Sociologia como objeto de pesquisa das Ciências Sociais e da Educação, a partir da organização de um mapa da produção acadêmica que proporcionou a circulação das ideias em dois contextos distintos: entre 1939 – 1955 (período de reconhecimento da disciplina escolar como parte do processo de institucionalização como ciência e profissão) e entre 1993 a 2013 (período em que a Sociologia na educação básica passa a fazer parte da agenda de pesquisas de programas de pós graduação).

Os dois temas desenvolvidos nessas pesquisas centralizam o restante das produções bibliográficas de Neuhold, sendo relevante a produção atual da autora sobre a Sociologia na educação básica. Ganha espaço também, reflexões sobre o processo de ampliação da educação tecnológica no país, a partir da ampliação dos Institutos Federais. Vejamos como ficou a distribuição temática de seus trabalhos na tabela abaixo.

TABELA 40

Tipo de Publicação	Outros Temas	Sociologia na Educação Básica	Livros Didáticos	Total
Artigos completos publicados em periódicos	2	3	0	5
Livros publicados/organizados ou edições	0	2	0	2

Capítulos de livros publicados	3	3	0	6
Textos em jornais/revistas	0	0	0	0
Trabalhos publicados em anais de congressos	5	9	0	14
Resumos expandidos publicados em anais	0	0	0	0
Resumos publicados em anais	17	4	0	21
Apresentações de trabalho	6	6	0	12
Outras produções bibliográficas	1	0	0	1

Fonte: elaboração própria a partir dos dados do currículo lattes do perfil analisado

Sobre as demais informações no currículo de Neuhold, nos chamou atenção o vínculo institucional com o INEP, colaborando com o Banco Nacional de Itens, a partir da elaboração e revisão de itens que são utilizadas pelo instituto em avaliações de larga escala, como o ENEM por exemplo. Importante ressaltar que sua experiência no estudo do currículo da Sociologia na educação básica foi compartilhada com o Estado em duas políticas de centralização curricular, o PNLD e o Banco de itens do INEP.

Rosângela Duarte Pimenta é graduada em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Ceará (UFC). Concluiu o curso de Especialização em Metodologia da Pesquisa na Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA). Possui Mestrado em Sociologia pela UFC e Doutorado em Sociologia pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Atualmente é professora do departamento de Ciências Sociais da Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA). Atua também no Mestrado Profissional de Sociologia em Rede (PROFSOCIO). No período em que compôs a equipe de avaliadores do PNLD já exercia a função de docente nesta universidade.

Em seus estudos a nível de pós-graduação desenvolveu pesquisas sobre a prática do futebol. Em sua dissertação, *Arte e força no futebol brasileiro*, a autora analisa a construção e a assimilação de discursos que classificam o futebol profissional com base em duas categorias, a Arte, capaz de significar o aspecto plástico, o imprevisto e a genialidade na prática do esporte e a Força, que estaria voltado essencialmente para o preparo físico e a disposição tática dos jogadores em campo.

Para a continuidade do estudo, no doutorado, Duarte produziu a tese, *Desvendando o jogo: o futebol amador e a pelada na cidade e no sertão*, que

investiga, a partir de uma pesquisa etnográfica, as nuances da prática futebolística em dois espaços sociais diferentes: a cidade de Recife-PE e a comunidade rural São João, distrito do município de Sobral-CE.

A apreciação sociológica do futebol está presente também em outras produções bibliográficas da autora, no entanto, nos últimos anos tem crescido a quantidade de trabalhos sobre outros temas como as questões de gênero, além de reflexões acerca da Sociologia na educação básica, como veremos na exposição da tabela abaixo.

TABELA 41

Tipo de Publicação	Outros Temas	Sociologia na Educação Básica	Livros Didáticos	Total
Artigos completos publicados em periódicos	2	1	0	3
Livros publicados/organizados ou edições	1	1	0	2
Capítulos de livros publicados	2	3	0	5
Textos em jornais/revistas	0	0	0	0
Trabalhos publicados em anais de congressos	3	1	0	4
Resumos expandidos publicados em anais	0	0	0	0
Resumos publicados em anais	7	0	0	7
Apresentações de trabalho	20	13	0	33
Outras produções bibliográficas	2	0	0	2

Fonte: elaboração própria a partir dos dados do currículo lattes do perfil analisado

Sobre as demais informações do currículo de Duarte, destacamos a sua proximidade com a comunidade epistêmica da Sociologia na educação básica através de participações no GT Ensino de Sociologia do Congresso da SBS, além de uma ampla produção ligada às atividades desenvolvidas pelo projeto PIBID da instituição em que trabalha.

Rosemary de Oliveira Almeida é licenciada e bacharel em Ciências Sociais (1992) pela Universidade Federal do Ceará (UFC). Na mesma instituição fez o Mestrado (1995) e o Doutorado (2001) em Sociologia. Atualmente é professora associada da Universidade Estadual do Ceará (UECE). No período em que participou da avaliação dos livros no PNLD, já exercia a função de docente desta instituição.

Suas pesquisas a nível de pós-graduação tiveram como foco a temática da violência, em específico a participação de mulheres em atividades criminosas. Em sua dissertação, *Violência, identidade e processos organizativos: o Forró da Bala como cenário de análise*, a autora investiga a criação de processos de identidade em torno da rede de sociabilidades pautada por ações violentas praticadas por jovens, organizados em gangues de uma comunidade periférica da cidade de Fortaleza, no Ceará.

Para a continuidade do estudo, produziu a tese, *Mulheres que matam: universo imaginário do crime feminino*. Neste trabalho, Almeida investiga as representações sociais do crime, especificamente os assassinatos praticados por mulheres. Para tanto, realizou pesquisa etnográfica no presídio feminino e nos distritos policiais de Fortaleza. Além disso, analisou os processos criminais de algumas detentas para mergulhar mais fundo no imaginário social que se constrói no meio jurídico.

É possível encontrar trabalhos sobre essa temática nas demais produções bibliográficas da autora, no entanto, é preciso ressaltar a presença de outros temas no conjunto de trabalhos realizados ao longo de sua trajetória acadêmica. Dentre estes, podemos destacar a análise de políticas públicas, os processos de mediação de conflitos, além de uma quantidade considerável de trabalhos acerca da Sociologia na educação básica, como veremos na tabela abaixo.

TABELA 42

Tipo de Publicação	Outros Temas	Sociologia na Educação Básica	Livros Didáticos	Total
Artigos completos publicados em periódicos	16	3	1	20
Livros publicados/organizados ou edições	4	1	0	5
Capítulos de livros publicados	19	5	0	24
Textos em jornais/revistas	2	0	0	2
Trabalhos publicados em anais de congressos	10	3	0	13
Resumos expandidos publicados em anais	0	1	0	1
Resumos publicados em anais	20	2	0	22
Apresentações de trabalho	33	5	1	39
Outras produções bibliográficas	4	0	0	4

Fonte: elaboração própria a partir dos dados do currículo lattes do perfil analisado

Nas demais informações no currículo de Almeida, destacamos sua aproximação com a comunidade epistêmica da Sociologia na educação básica a partir de sua participação na organização de uma das edições do ENASEB. É preciso ressaltar que durante muito tempo foi coordenadora do PIBID Ciências Sociais da UECE e recentemente ajudou na criação de um laboratório de ensino na mesma instituição.

Simone Magalhães Brito é graduada em Ciências Sociais (2000) pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Na mesma instituição concluiu o Mestrado em Sociologia (2002). É doutora em Sociologia (2007) pela Lancaster University (LU – Grã Bretanha). Atualmente é professora do departamento de Ciências Sociais e o do Programa de Pós-graduação em Sociologia da Universidade Federal da Paraíba (UFPB). No período em que participou das duas últimas avaliações do PNLD já exercia o cargo de docente na UFPB.

Durante a sua formação a nível de pós-graduação, Brito se dedicou a estudos voltados para a sociologia da arte e teoria sociológica. Em sua dissertação, *A Esperança Tardia, o desencantamento da arte e a persistência da Utopia na teoria crítica*, a autora investiga o lugar da arte na teoria crítica contemporânea, tratando-a como um lugar de utopia, ou seja, como a arte é mobilizada enquanto prática social capaz de modificar as relações entre indivíduos e o meio social.

Para a continuidade de seus estudos, desenvolveu a tese *Negative Morality: Adorno's Sociology*, que analisa as contribuições sociológicas do pensador alemão Theodor Adorno e como suas ideias podem ser mobilizadas para a construção de uma teoria social, com bases na teoria crítica, capaz de refletir os fenômenos sociais ligados à moralidade. Para essa teoria a autora deu o nome de Sociologia Transcendental.

No transcorrer de sua trajetória acadêmica, tais temáticas continuaram sendo abordadas em suas produções bibliográficas. No entanto, é possível identificar trabalhos ligados aos processos de burocratização da sociedade, questões morais relativas a esportes como o futebol e, em menor escala, produções sobre a Sociologia na educação básica, como veremos na tabela abaixo.

TABELA 43

Tipo de Publicação	Outros Temas	Sociologia na Educação Básica	Livros Didáticos	Total
Artigos completos publicados em periódicos	14	0	0	14
Livros publicados/organizados ou edições	1	0	0	1
Capítulos de livros publicados	5	0	0	5
Textos em jornais/revistas	0	0	0	0
Trabalhos publicados em anais de congressos	9	1	0	10
Resumos expandidos publicados em anais	0	0	0	0
Resumos publicados em anais	24	0	0	24
Apresentações de trabalho	26	3	0	29
Outras produções bibliográficas	3	0	0	3

Fonte: elaboração própria a partir dos dados do currículo lattes do perfil analisado

Nas demais informações no currículo de Brito, podemos destacar a aproximação da autora com a Sociologia na educação básica através do trabalho desenvolvido no PIBID da UFPB, além de seu envolvimento na organização de encontros regionais sobre o ensino da disciplina.

Vinicius Carvalho de Lima é bacharel e licenciado em Ciências Sociais (2009) pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Na mesma instituição concluiu a Especialização em Ensino de Sociologia (2013) e o Mestrado em Planejamento Urbano e Regional (2012). Possui Doutorado em Sociologia (2018) pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Atualmente é professor do Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro (IFRJ), campus Pinheiral. No período em compôs a equipe de avaliação do PNLD 2015, era professor da rede pública estadual do Rio de Janeiro. Enquanto na segunda passagem pela equipe de avaliadores, para o PNLD 2018, já exercia a função de docente do IFRJ.

Para a realização dos seus estudos a nível de pós-graduação, Lima optou pela análise de uma temática distinta em cada curso. Durante a execução do mestrado produziu a dissertação, *Juventude e política cultural nas periferias do presente: o caso de Nova Iguaçu*, que investigou a implementação de políticas públicas para a juventude no município fluminense, a partir da problematização da dicotomia centro-periferia.

No doutorado, a temática de pesquisa escolhida foi a Sociologia na educação básica. Na tese, *O ensino de Sociologia no Brasil: as construções de sentido da disciplina entre os anos 1920-1940*, o autor se debruça sobre uma face do processo de institucionalização da disciplina ao analisar o debate em torno de sua escolarização e o seu surgimento e difusão nos meios acadêmicos.

Assim como em outros perfis de avaliadores que estudaram temas distintos em seus cursos de pós-graduação, Lima também priorizou os dois assuntos no restante de suas produções bibliográficas, como veremos na divisão da tabela abaixo.

TABELA 44

Tipo de Publicação	Outros Temas	Sociologia na Educação Básica	Livros Didáticos	Total
Artigos completos publicados em periódicos	3	0	2	5
Livros publicados/organizados ou edições	1	0	0	1
Capítulos de livros publicados	3	0	1	4
Textos em jornais/revistas	0	0	0	0
Trabalhos publicados em anais de congressos	9	3	3	15
Resumos expandidos publicados em anais	2	0	0	2
Resumos publicados em anais	5	0	0	5
Apresentações de trabalho	22	5	1	28
Outras produções bibliográficas	0	1	0	1

Fonte: elaboração própria a partir dos dados do currículo lattes do perfil analisado

Ainda sobre as produções bibliográficas do autor, nos chamou a atenção que sua produção sobre a Sociologia na educação básica é bem dividida entre a abordagem dos livros didáticos e os demais aspectos do ensino da disciplina. Outro fato interessante é que essa produção acontece em um período concomitante às suas participações nas avaliações do PNLD.

Por fim, como havíamos informado anteriormente, nesta edição do PNLD Sociologia, o Guia contém o nome do grupo responsável pela avaliação dos recursos apresentados pelas editoras que quisessem recorrer da reprovação de sua obra neste edital de avaliação.

Da equipe responsável o único que não teve seu perfil detalhado nesta tese é **Alexandre Barbosa Fraga**. Bacharel e licenciado em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Na mesma instituição concluiu o Mestrado e o Doutorado em Sociologia e Antropologia. Atualmente é professor da rede pública estadual do Rio de Janeiro. No período em que participou da avaliação do PNLD 2015 atuava como professor substituto da UFRJ. Na avaliação seguinte, para o PNLD 2018, atuou como avaliador quando já havia assumido como professor da rede pública do estado do Rio de Janeiro (SEEDUC/RJ).

Os trabalhos desenvolvidos por Fraga a nível de pós-graduação tiveram como mote a reestruturação do trabalho doméstico. Em sua dissertação, *Da empregada a diarista: as novas configurações do trabalho doméstico renumerado*, analisou os processos de mudança que acometeram essa ocupação nos últimos anos, com ênfase nos seguintes fatores: envelhecimento das trabalhadoras, elevação da escolaridade, aumento da formalização e a ampliação do número de diaristas.

Para a continuidade do estudo, no doutorado, produziu a tese, *O serviço doméstico sob os holofotes públicos: alterações entre a articulação entre trabalho produtivo e reprodutivo no Brasil (Estado, mercado e família)*. Nesta pesquisa o autor investigou a variação na proporção de mão de obra inserida no trabalho doméstico, a partir da análise das relações entre produção e reprodução do trabalho entre três atores sociais: o Estado, o mercado e a família, no intuito de compreender a configuração desse tipo de ocupação no país.

As reflexões sobre essa temática tiveram ressonância nas demais produções bibliográficas de Fraga. No entanto, é bastante relevante nesse conjunto, as pesquisas sobre a Sociologia na educação básica. Em alguns casos o número de publicações sobre o ensino de Sociologia supera os trabalhos sobre outros assuntos, como veremos na tabela abaixo.

TABELA 45

Tipo de Publicação	Outros Temas	Sociologia na	Livros Didáticos	Total
--------------------	--------------	---------------	------------------	-------

		Educação Básica		
Artigos completos publicados em periódicos	9	6	0	15
Livros publicados/organizados ou edições	1	2	0	3
Capítulos de livros publicados	3	5	0	8
Textos em jornais/revistas	1	2	0	3
Trabalhos publicados em anais de congressos	15	11	0	26
Resumos expandidos publicados em anais	3	0	1	4
Resumos publicados em anais	15	2	0	17
Apresentações de trabalho	10	3	0	13
Outras produções bibliográficas	4	4	0	8

Fonte: elaboração própria a partir dos dados do currículo lattes do perfil analisado

Ainda sobre os trabalhos publicados do autor, nos chamou atenção a publicação de reflexões sobre a presença da Sociologia no ENEM, em periódico não acadêmico, sendo um dos poucos nesse grupo a optar por esse tipo de circulação do conhecimento escolar de Sociologia. Também cabe ressaltar o contato que Fraga estabeleceu com a comunidade epistêmica através da edição de livros coletânea sobre o tema, além de sua participação em espaços que se configuram como contextos de expressão, como é o caso do GT Ensino de Sociologia no congresso da SBS.

3.4 A avaliação do PNLD Sociologia 2018.

Para este último edital de seleção dos livros de Sociologia no PNLD, mais uma vez mudou-se a instituição responsável pela avaliação. Desta vez, os trabalhos foram coordenados por profissionais ligados a Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Assim como na edição anterior, parte da equipe de coordenadores e dos avaliadores permaneceram. Por outro lado, como mencionamos anteriormente, a forma de recrutamento sofreu modificações estruturantes. Se antes a coordenação era a única responsável pela montagem da equipe de pareceristas, dessa vez metade dos avaliadores foram retirados de forma aleatória de um banco de cadastro do Ministério da Educação, com docentes de todo o país. Essa mudança acabou por proporcionar a inserção de novos agentes no processo de avaliação dos livros didáticos, agentes estes com um perfil um pouco mais distante daquele encontrado na maioria dos avaliadores

anteriores, ou seja, mais próximos do campo de produção do conhecimento escolar de Sociologia que circula suas ideias em espaços consolidados, como os fomentados pela comissão de ensino da SBS⁵⁶. No entanto, é importante mencionar que a metodologia do duplo cego, adotada para a avaliação das obras foi mantida de uma edição para a outra. Vejamos como ficou a distribuição de pesquisadores por função no quadro abaixo:

QUADRO 3

Equipe responsável pela avaliação do PNLD 2018 - Sociologia	
PROFESSOR(A)	FUNÇÃO
Anita Handfas (UFRJ)*	Comissão Técnica
Michel Nicolau Netto (UNICAMP)	Coordenação Institucional
Sávio Machado Cavalcante (UNICAMP)	Coordenação de Área
Alexandre Jerônimo Correia Lima (UEL)**	Coordenação Adjunta
Alexandro Henrique Paixão (UNICAMP)	Apoio Técnico
Alexandre Barbosa Fraga (SEEDUC/RJ)**	Avaliador(a)
André da Rocha Santos (SEE/SP)	Avaliador(a)
Bruno de Oliveira Lima (SEEC/RN)	Avaliador(a)
Cassiana Tiemi Tedesco Takagi (SME/SP)**	Avaliador(a)
Daniel Guerrini (UTFPR)	Avaliador(a)
Débora Cristina Goulart (UNESP)**	Avaliador(a)
Diogo Tourino de Sousa (UFV)**	Avaliador(a)
Erlando da Silva Reses (UNB)***	Avaliador(a)
Isaurora Cláudia Martins de Freitas (UVA)**	Avaliador(a)
Leandro Raizer (UFRGS)	Avaliador(a)
Luciana Aparecida Aliaga de Oliveira (UFPB)	Avaliador(a)
Luiz Paulo Jesus de Oliveira (UFRB)	Avaliador(a)
Manoel Moreira de Sousa Neto (SEDUC-CE)	Avaliador(a)
Maria Izabel de Medeiros Valle (UFAM)**	Avaliador(a)
Mariana Scussel Zanatta (IFRS)	Avaliador(a)
Marisa Brandão Rocha (CEFET-RJ)***	Avaliador(a)
Marivaldo Aparecido de Carvalho (UFVJN)	Avaliador(a)
Mario Bispo dos Santos (SEED/DF)*	Avaliador(a)
Natalia Aparecida Morato Fernandes (UFTM)	Avaliador(a)

⁵⁶ Aqui as principais referências são o GT Ensino de Sociologia no Congresso Nacional de Sociologia e Encontro Nacional de Sociologia na Educação Básica (ENESEB).

Renata Schlumberger Schevisbiski (UEL)	Avaliador(a)
Simone Magalhães Brito (UFPB)**	Avaliador(a)
Sueli Guadalupe de Lima Mendonça (UNESP)*	Avaliador(a)
Vinicius Carvalho Lima (SEEDUC/RJ)**	Avaliador(a)
Davisson Charles Cangussu de Souza (UNIFESP)	Leitura Crítica
Alexandro Dantas Trindade (UFPR)	Analista de Recurso
Haydée Glória Cruz Caruso (UnB)	Analista de Recurso
Marina de Carvalho Cordeiro (UFRRJ)*	Analista de Recurso

Fonte: Guia do PNLD Sociologia 2018 (BRASIL, 2017)

(*) Pesquisadores que participaram da avaliação do PNLD 2012, 2015 e 2018.

(**) Pesquisadores que participaram da avaliação do PNLD 2015 e 2018.

(***) Pesquisadores que participaram da avaliação do PNLD 2012 e 2018

Continuaram na equipe de coordenação, Anita Handfas como membro da comissão técnica e Alexandre Jeronimo Correia Lima como coordenador adjunto. No conjunto de avaliadores permaneceram os seguintes membros: Cassiana Tiemi Tedesco Takagi; Débora Cristina Goulart; Diogo Tourino de Sousa; Isaurora Cláudia Martins de Freitas; Maria Izabel de Medeiros Valle; Mario Bispo dos Santos; Simone Magalhães Brito; Sueli Guadalupe de Lima Mendonça e Vinicius Carvalho Lima. No grupo encontra-se também os nomes de Erlando da Silva Reses e Marisa Brandão Rocha que haviam composto a equipe de avaliadores para o edital de 2012, mas não participaram da avaliação de 2015. Houve ainda nessa equipe remanescentes que trocaram de função de uma edição para outra. É o caso de Alexandre Barbosa Fraga, que antes era analista de recurso e depois ocupou a função de avaliador. O segundo caso é o de Davisson Charles Cangussu de Souza, que no PNLD 2015 era parecerista e passou a trabalhar fazendo a leitura crítica do parecer final e do Guia do PNLD Sociologia 2018. Por fim, aparece o nome de Marina de Carvalho Cordeiro que em 2015 apareceu como avaliadora e na edição seguinte compôs a equipe de analistas de recursos.

A seguir, iniciamos a apresentação dos novos agentes no processo de avaliação com os membros da equipe de coordenação, seguindo de avaliadores e, por fim, dos novos analistas de recursos.

A coordenação institucional ficou a cargo de **Michel Nicolau Netto**. Michel é graduado em Direito (2001) pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC – SP). Possui também Mestrado (2007) e Doutorado (2008) em Sociologia pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Atualmente é professor do Departamento de Sociologia do Instituto de Filosofia de Ciências Humanas (IFCH) da Unicamp. No período em que participou da avaliação do PNLD já exercia a função de docente da UNICAMP.

Em suas pesquisas desenvolvidas enquanto cursou o mestrado e o doutorado, o tema central foi a relação entre a produção musical e a difusão de ideias no âmbito do pensamento social. Em sua dissertação, *Discursos identitários em torno da Música Popular Brasileira*, Nicolau Netto investiga a relação da música com a construção de uma identidade nacional brasileira, apresentando como se constituiu essa relação. O trabalho também analisa como a construção de uma música com a identidade brasileira se depara com os processos de ressignificação da produção musical, dando ênfase à relação com o mercado fonográfico em escala global.

Para a continuidade do estudo, o autor produziu a tese, *O discurso da diversidade: a definição da diferença a partir da World Music*. Se no primeiro trabalho o foco foi a compreensão da noção de identidade na música brasileira, agora o foco é a análise da noção de diversidade e sua ressonância em um estilo musical específico, a World Music.

As reflexões sobre o tema permanecem centrais na maior parte das demais produções bibliográficas do autor. Em seus trabalhos mais recentes, outros temas mereceram sua atenção, como a ascensão do conservadorismo brasileiro, além da constituição e avaliação dos cursos de Ciências Sociais. Não encontramos nenhuma publicação com análises sobre a Sociologia na educação básica na lista de suas produções, como veremos na tabela abaixo.

TABELA 46

Tipo de Publicação	Outros Temas	Sociologia na Educação Básica	Livros Didáticos	Total
Artigos completos publicados em periódicos	25	0	0	25

Livros publicados/organizados ou edições	4	0	0	4
Capítulos de livros publicados	6	0	0	6
Textos em jornais/revistas	8	0	0	8
Trabalhos publicados em anais de congressos	6	0	0	6
Resumos expandidos publicados em anais	0	0	0	0
Resumos publicados em anais	6	0	0	6
Apresentações de trabalho	65	0	0	65
Outras produções bibliográficas	2	0	0	2

Fonte: elaboração própria a partir dos dados do currículo lattes do perfil analisado

Quanto às demais informações do currículo de Nicolau Netto, ressaltamos sua aproximação com a comunidade epistêmica da Sociologia na educação básica através de sua participação na comissão organizadora do 19º Congresso Brasileiro de Sociologia e por, atualmente, fazer parte da diretoria da SBS.

Para a coordenação de área foi definido o nome de **Sávio Machado Cavalcante**. Sávio é licenciado em Ciências Sociais (2003) pela Universidade Estadual de Londrina (UEL). Também é bacharel em Ciências Sociais (2003) pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Na mesma instituição concluiu os cursos de Mestrado (2006) e Doutorado (2012) em Sociologia. Atualmente é professor do Departamento de Sociologia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH) da Unicamp. No período em que foi membro da coordenação do PNLD já exercia a função de docente desta instituição.

Os trabalhos realizados por Cavalcante em seus cursos de pós-graduação tiveram como temática central as transformações no mundo do trabalho, mais especificamente as relações sindicais e as classes sociais. Em sua dissertação, *Sindicalismo e privatização das telecomunicações no Brasil: a busca (fracassada) à social-democracia*, investigou as ações do movimento sindical ligado às empresas de telecomunicações, que eram contrárias ao processo de privatização da telefonia brasileira, implementada pelo governo de Fernando Henrique Cardoso. A partir da análise de documentos, boletins, matérias, além de entrevistas com os sindicalistas, o autor demonstra como o processo de privatização distanciou-se das ideias sociais-democratas que permeavam o discurso daqueles que defendiam e dos que eram contrários à venda das empresas para o capital privado.

Durante o doutorado o foco de sua pesquisa foi a análise teórica do conceito de classes sociais, que resultou na tese, *Classes médias e modo de produção capitalista: um estudo a partir do debate marxista*. Nesse trabalho, o autor buscou apresentar e problematizar a noção de classe social, no geral, e classe média, em específico. Questionando o porquê de o conceito ser pouco aproveitado por teóricos marxistas, o professor desenvolve em sua pesquisa um encadeamento de ideias a fim de demonstrar que o problema das classes médias pode ser apreciado pelas teorias marxistas sem declinar do seu potencial explicativo das relações de produção capitalista.

As reflexões sobre o mundo do trabalho são centrais nos demais trabalhos de Cavalcante. Ainda é possível identificar trabalhos recentes sobre o avanço do conservadorismo no Brasil e algumas reflexões sobre teoria sociológica. Não encontramos nenhum trabalho, no conjunto de produções bibliográficas, que pudesse ser encaixado na categoria Sociologia na educação básica, como veremos na tabela abaixo.

TABELA 47

Tipo de Publicação	Outros Temas	Sociologia na Educação Básica	Livros Didáticos	Total
Artigos completos publicados em periódicos	13	0	0	13
Livros publicados/organizados ou edições	2	0	0	2
Capítulos de livros publicados	14	0	0	14
Textos em jornais/revistas	9	0	0	9
Trabalhos publicados em anais de congressos	15	0	0	15
Resumos expandidos publicados em anais	2	0	0	2
Resumos publicados em anais	2	0	0	2
Apresentações de trabalho	24	0	0	24
Outras produções bibliográficas	19	0	0	19

Fonte: elaboração própria a partir dos dados do currículo lattes do perfil analisado

Com efeito, é possível constatar que sua participação na avaliação dos livros didáticos foi o primeiro trabalho, que teve como mote a disciplina escolar de Sociologia. Isso nos faz pensar na hipótese que o trabalho realizado ao lado

de professores e pesquisadores pertencentes à comunidade epistêmica foi de grande valia para a boa condução da avaliação dos livros nesse edital.

Fechando a equipe de coordenação, **Alexandro Henrique Paixão** exerceu a função de apoio técnico. Alexandro possui graduação em Ciências Sociais (2001) pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP). Possui também Mestrado (2005) e Doutorado (2012) em Sociologia pela Universidade de São Paulo (USP). Atualmente é professor de Sociologia da área de Pensamento Social e Educação do departamento de Ciências Sociais na Faculdade de Educação da Unicamp. No período em que participou da avaliação do PNLD já exercia a função de docente da UNICAMP.

Nos trabalhos desenvolvidos a nível de pós-graduação, Paixão se debruçou sob a intersecção entre sociologia e literatura. Em sua dissertação, *A fusão dos contrários na poesia romântica brasileira – estudo sobre o contraste entre o campo e a cidade na obra de Fagundes Varela*, desenvolve uma análise sociológica de dois poemas de Fagundes Varela, “A roça” e a “A cidade”. Para tanto, o autor problematizou o contraste entre campo e cidade, além do impacto social da poesia romântica brasileira na segunda metade do século XIX.

Dando continuidade aos seus estudos sobre a temática desenvolveu, no doutorado, a tese, *Elementos constitutivos para o estudo do público literário do Rio de Janeiro e de São Paulo no segundo reinado*, que analisou a recepção da obra de autores como Alexandre Dumas, Manuel Antonio de Almeida, José de Alencar e Fagundes Varela, difundidas no Brasil nas décadas de 1850 e 1860. O estudo investigou a formação de espaços sociais voltados para a circulação do trabalho desses autores, tais como o Gabinete Português de Leitura do Rio de Janeiro e os jornais, Correio Mercantil, no Rio e Correio Paulistano em São Paulo.

As demais produções bibliográficas de Paixão contêm uma boa quantidade de trabalhos sobre essa temática, no entanto, é possível encontrar uma série de trabalhos que envolvem a interface entre Educação, Literatura e Sociologia em seus trabalhos mais recentes. Não identificamos, na lista de seus textos, nenhum trabalho com mote específico da disciplina escolar de Sociologia, como veremos na tabela abaixo.

TABELA 48

Tipo de Publicação	Outros Temas	Sociologia na Educação Básica	Livros Didáticos	Total
Artigos completos publicados em periódicos	14	0	0	14
Livros publicados/organizados ou edições	5	0	0	5
Capítulos de livros publicados	8	0	0	8
Textos em jornais/revistas	0	0	0	0
Trabalhos publicados em anais de congressos	11	0	0	11
Resumos expandidos publicados em anais	1	0	0	1
Resumos publicados em anais	16	0	0	16
Apresentações de trabalho	40	0	0	40
Outras produções bibliográficas	4	0	0	4

Fonte: elaboração própria a partir dos dados do currículo lattes do perfil analisado

Sobre as demais informações encontradas no currículo do autor, nos chamou atenção o papel que desenvolve na instituição em que trabalha, no departamento de Ciências Sociais da Faculdade de Educação, pois nos faz pensar na hipótese de que seu trabalho, em essência, trata de temas como as políticas educacionais e o currículo com o viés sociológico, fazendo com que o seu perfil fosse bem aceito na composição da equipe de coordenadores da avaliação do PNLD 2018.

Iniciamos a apresentação dos novos avaliadores com o nome de **André da Rocha Santos**, que é graduado em Ciências Sociais (2002) pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP). Possui também as seguintes especializações: Docência de Sociologia no Ensino Médio (2012) pela Universidade de São Paulo (USP); Gestão Pública (2015) pela Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP) e Gestão estratégica em políticas públicas (2017) pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). É mestre em Arquitetura e Urbanismo (2008) pela Universidade de São Paulo (USP) e Doutor em Sociologia (2012) pela UNESP. Atualmente é professor do Instituto Federal de Ciência e Tecnologia de São Paulo (IFSP), no campus Registro. No período em que foi membro da equipe de avaliadores do PNLD era docente da rede pública do estado de São Paulo (SEE – SP).

Durante a realização do mestrado e doutorado, Santos desenvolveu pesquisas sobre a ocupação urbana no centro da cidade de Santos-SP. Em sua dissertação, *O centro de Santos: intervenções, legislação e projetos*, investigou o processo de revitalização da área que teve início nos anos 1980 e se prolongou até o início dos anos 2000. Nesse trabalho, o autor apresenta a série de intervenções realizadas pelas diferentes administrações municipais e seu impacto na forma de ocupação do espaço urbano nos bairros da região central da cidade.

Para a continuidade do estudo, no doutorado, o autor produziu a tese, *Estado e política pública urbana: a revitalização do centro de Santos*, onde complementa e atualiza a série de intervenções na ocupação do espaço urbano nos anos seguintes à delimitação temporal estabelecida anteriormente, adentrando a segunda década do século XXI. Além disso, realiza uma análise das inter-relações estabelecidas entre as instituições políticas na elaboração e execução das políticas públicas que viabilizaram o processo de revitalização da área.

Essa temática permeia a maior parte dos demais trabalhos publicados por Santos ao longo de sua trajetória acadêmica. No entanto, suas últimas produções têm se dedicado à apreciação dos estudos acerca da Sociologia na educação básica e alguns desses trabalhos dedicam-se a analisar os livros didáticos da disciplina, como é possível verificar na tabela abaixo.

TABELA 49

Tipo de Publicação	Outros Temas	Sociologia na Educação Básica	Livros Didáticos	Total
Artigos completos publicados em periódicos	6	2	1	9
Livros publicados/organizados ou edições	2	0	0	2
Capítulos de livros publicados	10	2	1	13
Textos em jornais/revistas	7	0	0	7
Trabalhos publicados em anais de congressos	1	0	1	2
Resumos expandidos publicados em anais	1	0	0	1
Resumos publicados em anais	2	0	0	2
Apresentações de trabalho	9	0	2	11
Outras produções bibliográficas	0	0	0	0

Fonte: elaboração própria a partir dos dados do currículo lattes do perfil analisado

Ainda sobre suas produções bibliográficas, nos chama atenção o fato de que suas análises recentes sobre os livros didáticos de Sociologia ocorrem em período posterior à sua participação na avaliação do PNLD. Tais trabalhos tiveram apreciação dos pares em grupos de trabalho de eventos como o ENESEB. Isso nos faz pensar que esse tipo de movimento caracteriza a circulação das ideias produzidas pela aproximação da comunidade epistêmica da disciplina com o PNLD.

Bruno de Oliveira Lima é graduado em Teologia e Ministério (2003) pelo Instituto Bíblico Tempo de Colheita (IBTC). Também é graduado em Ciências Sociais (2005) pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). É mestre em Ciências da Religião (2005) pelo Centro Teológico Moria (CETEMO) e doutor em Ciências Sociais da Religião (2008) pela Faculdade Teológica e Cultural da Bahia (FATECBA). Atualmente é professor de Sociologia da rede pública do estado do Rio Grande do Norte (SEEC/RN). No período em que compôs a equipe de avaliadores do PNLD já exercia a função de docente nesta rede de ensino.

Seus trabalhos a nível de pós-graduação analisaram, respectivamente, as relações sociais de cristãos em ambientes virtuais na dissertação, *Tribos virtuais evangélicas e as sociabilidades infantis no meio rural*, e na tese, *Pau-Brasil e Rocinha: um estudo sobre a infância rural*.

Esses temas também são refletidos em outras produções bibliográficas do autor, mas não em sua maioria. Os demais trabalhos apresentam pesquisas sobre temas diversos, como a relação entre as artes e a educação, religião, gênero e, em menor escala, a Sociologia na educação básica, como veremos na tabela abaixo.

TABELA 50

Tipo de Publicação	Outros Temas	Sociologia na Educação Básica	Livros Didáticos	Total
Artigos completos publicados em periódicos	0	0	0	0
Livros publicados/organizados ou edições	1	0	0	1

Capítulos de livros publicados	1	0	0	1
Textos em jornais/revistas	0	0	0	0
Trabalhos publicados em anais de congressos	0	0	0	0
Resumos expandidos publicados em anais	0	0	0	0
Resumos publicados em anais	8	0	0	8
Apresentações de trabalho	8	1	0	9
Outras produções bibliográficas	0	0	0	0

Fonte: elaboração própria a partir dos dados do currículo lattes do perfil analisado

Sobre as demais informações no currículo de Lima, nos chamou atenção a sua experiência enquanto diretor de escola, fato que nos faz pensar na hipótese de que o seu perfil profissional tenha agregado conhecimentos interessantes sobre a gestão escolar, a serem compartilhados com os demais membros da avaliação do PNLD 2018.

Daniel Guerrini é graduado em Ciências Sociais (2007) pela Universidade Estadual de Londrina (UEL). Possui Mestrado (2009) e Doutorado (2014) realizados na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Atualmente é professor do departamento acadêmico de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR), campus Londrina. No período em que participou da avaliação do PNLD já exercia a função de docente dessa universidade.

Suas pesquisas realizadas durante o mestrado e o doutorado tiveram como temáticas centrais a relação entre políticas públicas e inovação tecnológica, e a formação de pesquisadores da área de tecnologia, respectivamente. Em sua dissertação, *Software livre no Brasil: que política para a inovação?* Guerrini investiga a implementação de políticas de fomento do software livre realizadas pelos estados do Rio Grande do Sul, Paraná e da União Federativa. A análise levou em consideração os discursos dos governantes veiculados em periódicos jornalísticos e em documentos oficiais disponíveis na internet.

Em sua tese, *O sistema de ensino superior brasileiro em perspectiva comparada: a formação de uma moral estamental do dever entre pesquisadores*, o autor compara os processos de formação de pesquisadores das áreas de tecnologia e engenharias realizados no Brasil e na Finlândia. A pesquisa buscou

compreender como os profissionais desses ambientes justificam a necessidade da sociedade e dos Estados darem suporte às suas atividades.

As duas temáticas são encontradas em grande medida nas demais produções bibliográficas do professor. É possível identificar, também, principalmente nos trabalhos mais recentes, o interesse por pesquisas sobre a institucionalização recente dos cursos tecnológicos no país, além de pesquisas sobre o ensino de disciplinas da educação básica, como as de Ciências e Educação Física, por exemplo. Não encontramos no conjunto de suas publicações nenhuma que abordasse a Sociologia na educação básica em específico, como veremos na tabela abaixo.

TABELA 51

Tipo de Publicação	Outros Temas	Sociologia na Educação Básica	Livros Didáticos	Total
Artigos completos publicados em periódicos	16	0	0	16
Livros publicados/organizados ou edições	1	0	0	1
Capítulos de livros publicados	2	0	0	2
Textos em jornais/revistas	8	0	0	8
Trabalhos publicados em anais de congressos	21	0	0	21
Resumos expandidos publicados em anais	3	0	0	3
Resumos publicados em anais	9	0	0	9
Apresentações de trabalho	42	0	0	42
Outras produções bibliográficas	3	0	0	3

Fonte: elaboração própria a partir dos dados do currículo lattes do perfil analisado

Esse é mais um perfil em que não encontramos proximidades com a comunidade epistêmica da Sociologia na educação básica, no entanto, suas experiências recentes e o seu trabalho em uma universidade tecnológica, que forma professores para a educação básica, nos faz pensar que, ao compartilhar sua bagagem teórica e prática, pode ter sido de bom proveito para a equipe de avaliadores como um todo.

Leandro Raizer é bacharel e licenciado em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Na mesma instituição concluiu o Mestrado e o Doutorado em Sociologia. Atualmente é professor

adjunto da Faculdade de Educação da UFRGS. No período em que foi membro da equipe de avaliadores do PNLD já exercia a função de docente desta universidade.

Em seus estudos a nível de pós-graduação, Raizer se debruçou por temas distintos, as políticas de implementação do ensino superior e o desenvolvimento de energias alternativas. Em sua dissertação, *Educação e sociedade: uma análise do sistema de ensino superior do RS baseada na teoria dos sistemas sociais*, o autor analisa as transformações no sistema de ensino superior do Brasil e do Rio Grande do Sul, no período de 1991 a 2004. No estudo buscou investigar o grau de complexidade do sistema e sua autonomia quanto a tomada de decisões.

Durante a execução do doutorado, desenvolveu pesquisa sobre o desenvolvimento de energias alternativas que culminou na produção da tese, *Sociedade e inovação: energias alternativas no Brasil e no Canadá*. O estudo investiga os impactos sociais e os desafios para o desenvolvimento desse tipo de energia em dois países: Brasil e Canadá.

Analisando os demais trabalhos de Raizer, é possível constatar uma grande quantidade de publicações sobre essa temática. No entanto, é preciso destacar que, paralelamente à realização dessas pesquisas, o autor acumulou uma quantidade expressiva de pesquisas sobre a Sociologia na educação básica, como é possível verificar nos dados da tabela abaixo.

TABELA 52

Tipo de Publicação	Outros Temas	Sociologia na Educação Básica	Livros Didáticos	Total
Artigos completos publicados em periódicos	19	5	0	24
Livros publicados/organizados ou edições	16	6	0	22
Capítulos de livros publicados	12	14	0	26
Textos em jornais/revistas	2	0	0	2
Trabalhos publicados em anais de congressos	22	9	0	31
Resumos expandidos publicados em anais	4	1	0	5
Resumos publicados em anais	37	9	0	46
Apresentações de trabalho	35	12	0	47
Outras produções bibliográficas	6	3	0	9

Fonte: elaboração própria a partir dos dados do currículo lattes do perfil analisado

Com efeito, podemos constatar, a partir da análise do currículo deste avaliador, que é grande a sua proximidade com a comunidade epistêmica da Sociologia na educação básica. Além da circulação de seus trabalhos em espaços que funcionam como contextos de expressão da comunidade, tais como o GT Ensino de Sociologia e o ENESEB. Por fim, o autor é inserido na comissão de ensino da SBS, grupo responsável pela viabilização dos dois espaços mencionados.

Luciana Aparecida Aliaga de Oliveira é graduada em Ciências Sociais (2005) pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Pela mesma instituição, possui Mestrado (2008) e Doutorado (2013) em Ciência Política. Atualmente é professora do departamento de Ciências Sociais e do Programa de Pós-graduação em Ciência Política e Relações Internacionais da Universidade Federal da Paraíba (UFPB). No período em que participou da avaliação do PNLD já exercia a função de docente desta universidade.

Em seus estudos a nível de pós-graduação, Oliveira desenvolveu pesquisas ligadas à teoria e à prática política. Em sua dissertação, *A forma política do MST*, analisou os condicionantes históricos e políticos do surgimento do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) a fim de compreender se o movimento assume funções de partido político devido às suas estratégias de ação política.

Na tese, *Pareto e Gramsci: itinerários de ciência política*, a autora desenvolve um estudo da rede de conceitos relativos à concepção de ciência e arte política desenvolvida por Gramsci em *Cadernos do Cárcere*. Para tanto, estabeleceu diálogo com a obra de outro expoente do pensamento político italiano, Vilfredo Pareto, em especial no tratamento dado à análise das elites políticas.

Essas temáticas permeiam a maior parte dos demais trabalhos produzidos por Oliveira. Além destes, é possível encontrar em seu currículo, pesquisas sobre teoria marxista e análises sobre a revolução russa. Não encontramos nenhum trabalho sobre a Sociologia na educação básica no conjunto de suas produções bibliográficas, como veremos na tabela abaixo.

TABELA 53

Tipo de Publicação	Outros Temas	Sociologia na Educação Básica	Livros Didáticos	Total
Artigos completos publicados em periódicos	12	0	0	12
Livros publicados/organizados ou edições	4	0	0	4
Capítulos de livros publicados	7	0	0	7
Textos em jornais/revistas	1	0	0	1
Trabalhos publicados em anais de congressos	19	0	0	19
Resumos expandidos publicados em anais	0	0	0	0
Resumos publicados em anais	3	0	0	3
Apresentações de trabalho	4	0	0	4
Outras produções bibliográficas	2	0	0	2

Fonte: elaboração própria a partir dos dados do currículo lattes do perfil analisado

É possível constatar que o perfil desta avaliadora não demonstra nenhuma aproximação prévia com a comunidade epistêmica da Sociologia na educação básica. A partir da análise de sua trajetória acadêmica e professoral, é interessante pensar na sua especialidade em teoria política como algo capaz de produzir um ganho de conhecimento de uma das áreas (ciência política) em que os livros didáticos apresentam maiores dificuldades em produzir um conteúdo que atenda às expectativas do edital do PNLD.

Luiz Paulo Jesus de Oliveira é licenciado (2001) e bacharel (2002) em Ciências Sociais pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Na mesma instituição concluiu o Mestrado (2005) e o Doutorado (2013) em Ciências Sociais. Atualmente é professor adjunto do Centro de Artes e Humanidades da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB). No período em que foi membro da equipe de avaliadores do PNLD já exercia a função de docente desta universidade.

Os estudos realizados pelo professor, a nível de pós-graduação, tiveram como tema central as transformações do mundo do trabalho. Em sua dissertação, *A condição provisória-permanente dos trabalhadores informais: o caso dos trabalhadores de rua da cidade de Salvador*, investigou o processo pelo qual o trabalhador passa a permanecer em ocupações que, a princípio, seria uma solução provisória ao desemprego. Para tanto, analisou as condições de trabalho de trabalhadores informais da cidade de Salvador-BA.

Para a continuidade do estudo, durante o doutorado, Oliveira seguiu pesquisando as transformações do mundo do trabalho, porém, agora com o foco no processo de transição e inserção de trabalhadores juvenis no mercado de trabalho. A pesquisa resultou na tese, *Filhos da precarização social do trabalho no Brasil: um estudo de caso sobre a juventude trabalhadora dos anos 2000*.

Essa temática ganha ressonância nos demais trabalhos de Oliveira, ocupando boa parte do conjunto de suas produções bibliográficas. Dentre outros temas, como a interiorização do ensino superior e, em especial, nos trabalhos mais recentes, surgem algumas publicações sobre a Sociologia na educação básica, como veremos na tabela abaixo.

TABELA 54

Tipo de Publicação	Outros Temas	Sociologia na Educação Básica	Livros Didáticos	Total
Artigos completos publicados em periódicos	5	0	0	5
Livros publicados/organizados ou edições	0	0	0	0
Capítulos de livros publicados	4	0	0	4
Textos em jornais/revistas	0	0	0	0
Trabalhos publicados em anais de congressos	10	0	0	10
Resumos expandidos publicados em anais	2	1	0	3
Resumos publicados em anais	17	1	0	18
Apresentações de trabalho	41	4	0	45
Outras produções bibliográficas	6	0	0	6

Fonte: elaboração própria a partir dos dados do currículo lattes do perfil analisado

Interessante ainda mencionar o envolvimento do professor em pesquisas sobre a situação da Sociologia na educação básica na região do recôncavo da Bahia, além de ter coordenado o projeto PIBID na instituição em que trabalha. Estas experiências ocorreram no mesmo período em que trabalhou na avaliação dos livros do PNLD.

Mariana Scussel Zanatta é bacharel em Ciências Sociais (2004) pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Também é licenciada em Ciências Sociais (2012) pela Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul (UNIJUI). Possui Mestrado (2008) e Doutorado (2016) em Sociologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

Atualmente é professora do Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul (IFRS), campus Caxias do Sul. No período em que participou da avaliação do PNLD já exercia função de docente desta instituição.

As pesquisas realizadas por Zanatta, a nível de pós-graduação, se debruçaram sobre questões relativas ao mundo do trabalho. Em sua dissertação, *As identidades possíveis na articulação entre família e trabalho: um estudo a partir de casais colegas de trabalho*, investigou a construção identitária a partir da articulação entre a esfera do trabalho e a esfera familiar. Para empreender o estudo, a autora entrevistou trabalhadores de uma empresa do interior do Rio Grande do Sul, que tem como prática comum, contratar pessoas da mesma família.

Para a continuidade de seus estudos, Zanatta mudou o recorte utilizado para analisar as relações no mundo do trabalho. Para a execução do doutorado, realizou pesquisa sobre a formalização dos empreendimentos industriais na cidade de Caruaru-PE. A pesquisa culminou com a tese, *Quando o fabrico se torna fábrica: os desdobramentos do processo de formalização da produção de confecções em Caruaru*. Neste trabalho, a autora constata que há um padrão no processo de formalização dos empreendimentos, caracterizadas por resíduos de informalidade que se ressignifica com as novas técnicas de gestão aplicadas por empresários do ramo.

Nas demais produções bibliográficas da autora é possível constatar a centralidade dessa temática no conjunto de seus trabalhos. A incidência de pesquisas sobre a Sociologia na educação básica é baixa, como veremos na distribuição da tabela abaixo.

TABELA 55

Tipo de Publicação	Outros Temas	Sociologia na Educação Básica	Livros Didáticos	Total
Artigos completos publicados em periódicos	2	0	0	2
Livros publicados/organizados ou edições	0	0	0	0
Capítulos de livros publicados	0	0	0	0
Textos em jornais/revistas	0	0	0	0
Trabalhos publicados em anais de congressos	8	1	0	9
Resumos expandidos publicados em anais	4	0	0	4

Resumos publicados em anais	9	0	0	9
Apresentações de trabalho	19	1	0	20
Outras produções bibliográficas	0	0	0	0

Fonte: elaboração própria a partir dos dados do currículo lattes do perfil analisado

Sobre as demais informações do currículo de Zanatta, nos chamou atenção a sua participação em projetos de extensão voltado para a análise de questões de Sociologia em avaliações vestibulares, outra forma de centralização curricular dos conteúdos da disciplina, assim como os livros didáticos.

Marivaldo Aparecido de Carvalho é bacharel e licenciado (1996) em Ciências Sociais pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP). Possui Especialização em Povos Indígenas do Brasil (1998) pelo Centro de Estudo e Pesquisa do Litoral (CEPEL). Voltou à UNESP para cursar o Mestrado (2001) e o Doutorado (2006) em Sociologia. Atualmente é professor associado da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM). No período em que foi membro da equipe de avaliadores do PNLD já exercia a função de docente desta universidade.

Suas pesquisas desenvolvidas durante os cursos de pós-graduação tiveram como mote a sociabilidade de comunidades indígenas. Em sua dissertação, *Passos que não deixam marca na terra: os M'bya Guarani e a imprescindível leveza do ser*, analisa a relação dessa população indígena, nativa da Aldeia Ribeirão Silveira, no litoral de São Paulo, com a natureza e como essa relação produz “visões de mundo” sobre a vida humana e a vida não humana.

Para a continuidade de seus estudos, o foco foi a forma como o processo educativo é concebido pelas populações indígenas, que culminou na produção da tese, *Palavra e terra: princípios de uma pedagogia Guarani*. Neste trabalho, o autor buscou compreender a forma que os Guarani da Aldeia Ribeirão Silveira desenvolvem os valores que fundamentam o seu modo de ser e como isso é perpetuado através de um processo educativo.

Essas questões ressoam em boa parte das demais produções bibliográficas de Carvalho, mas não de forma dominante. Analisando seu currículo é possível encontrar trabalhos sobre temas variados, como agroecologia, reforma agrária, educação musical, e educação para os direitos

humanos. Encontramos poucos trabalhos com relação direta ou indireta com a Sociologia na educação básica, como veremos na tabela abaixo.

TABELA 56

Tipo de Publicação	Outros Temas	Sociologia na Educação Básica	Livros Didáticos	Total
Artigos completos publicados em periódicos	27	0	0	27
Livros publicados/organizados ou edições	4	0	0	4
Capítulos de livros publicados	16	1	0	17
Textos em jornais/revistas	1	0	0	1
Trabalhos publicados em anais de congressos	9	0	0	9
Resumos expandidos publicados em anais	3	0	0	3
Resumos publicados em anais	23	0	0	23
Apresentações de trabalho	32	0	0	32
Outras produções bibliográficas	6	0	0	6

Fonte: elaboração própria a partir dos dados do currículo lattes do perfil analisado

Sobre as demais informações do currículo de Carvalho, destacamos o seu trabalho na coordenação do projeto PIBID de educação em direitos humanos, que atua na formação ações pedagógicas interdisciplinares realizadas entre licenciandos das disciplinas de Sociologia e História da instituição em que leciona.

Natalia Aparecida Morato Fernandes é licenciada e bacharel (1997) em Ciências Sociais pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP). Pela mesma instituição, possui Mestrado (2001) e Doutorado (2006) em Sociologia. Atualmente é professora associada do departamento de Filosofia e Ciências Sociais e do Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM). No período em que participou da avaliação dos livros do PNLD já exercia a função de docente desta universidade.

Em suas pesquisas realizadas em cursos de pós-graduação analisou a produção cultural, com um olhar especial para o período da ditadura civil-militar brasileira. Em sua dissertação realizou estudo sobre a forma que os movimentos populares de oposição ao regime foram retratados na literatura brasileira na

década de 1970. O trabalho resultou na produção da dissertação, *A luta armada e os setores populares nos romances dos anos 70*.

Para a continuidade de seus estudos, a autora ampliou o escopo da análise para dinâmica entre política e cultura nas ações do Estado brasileiro ao longo de sua história. Nesse trabalho, o período ditatorial recebeu atenção especial quanto ao planejamento estratégico elaborado pelos diferentes ditadores que estiveram à frente do governo brasileiro entre 1964-1985. A pesquisa resultou na tese, *Cultura e política no Brasil: contribuições para o debate sobre política cultural*.

A temática está presente em outras produções bibliográfica de Morato, mas é a temática central desse conjunto de publicações. É possível verificar uma boa quantidade de trabalhos sobre políticas públicas educacionais, em especial àquelas voltadas para a formação de professores. A maior parte desses trabalhos diz respeito a uma perspectiva interdisciplinar de análise. Talvez por conta desse recorte, não encontramos muitos trabalhos sobre a Sociologia na educação básica, como veremos na tabela abaixo.

TABELA 57

Tipo de Publicação	Outros Temas	Sociologia na Educação Básica	Livros Didáticos	Total
Artigos completos publicados em periódicos	9	0	0	9
Livros publicados/organizados ou edições	4	0	0	4
Capítulos de livros publicados	7	1	0	8
Textos em jornais/revistas	0	0	0	0
Trabalhos publicados em anais de congressos	8	1	0	9
Resumos expandidos publicados em anais	2	0	0	2
Resumos publicados em anais	21	0	0	21
Apresentações de trabalho	50	3	0	53
Outras produções bibliográficas	4	0	0	4

Fonte: elaboração própria a partir dos dados do currículo lattes do perfil analisado

Como dissemos anteriormente, é possível que a quantidade de trabalhos sobre a Sociologia na educação básica seja maior, se levarmos em consideração suas reflexões realizadas coletivamente sobre projetos interdisciplinares ligados à sua atuação à frente do PIBID. É preciso ressaltar também que suas pesquisas

mais recentes discorrem sobre a reforma no ensino médio, a BNCC e a política de alfabetização na idade certa.

Renata Schlumberger Schevisbiski é graduada em Ciências Sociais (2005) pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). Possui Mestrado (2007) e Doutorado (2013) em Ciência Política pela Universidade de São Paulo (USP). Atualmente é professora adjunta da Universidade Estadual de Londrina (UEL). No período em que participou da avaliação do PNLD já exercia função de docente desta instituição.

Seus trabalhos desenvolvidos no âmbito da pós-graduação tiveram a análise de políticas públicas e a reflexão sobre o pensamento político como temáticas de estudo no mestrado e doutorado, respectivamente. Em sua dissertação, *Regras institucionais e processo decisório de políticas públicas: uma análise sobre o Conselho Nacional de Saúde (1990-2006)*, analisou os determinantes institucionais que afetam a capacidade de atuação de organismos colegiados como o CNS, no que diz respeito a definição de recursos para a implementação das políticas.

Sua tese, *A “obra” da ideologia e a ideologia na obra de Claude Lefort*, investiga a obra do pensador francês com o intuito de mostrar que o conceito de ideologia é central para a compreensão de seu pensamento e de sua teoria sobre a democracia.

No decorrer de sua trajetória acadêmica, marcada por outras produções bibliográficas, encontramos outros trabalhos sobre os dois temas e, numa proporção semelhante, estudos sobre a Sociologia na educação básica, com atenção especial para o ensino de ciência política na educação básica, como veremos na tabela abaixo.

TABELA 58

Tipo de Publicação	Outros Temas	Sociologia na Educação Básica	Livros Didáticos	Total
Artigos completos publicados em periódicos	3	0	0	3
Livros publicados/organizados ou edições	0	1	0	1
Capítulos de livros publicados	1	3	0	4

Textos em jornais/revistas	0	0	0	0
Trabalhos publicados em anais de congressos	6	0	0	6
Resumos expandidos publicados em anais	0	0	0	0
Resumos publicados em anais	5	0	0	5
Apresentações de trabalho	12	2	0	14
Outras produções bibliográficas	0	1	0	1

Fonte: elaboração própria a partir dos dados do currículo lattes do perfil analisado

Como dissemos anteriormente, Schevisbiski tem apreço pelas metodologias de ensino de ciência política, no âmbito da formação de professores de Sociologia. Tal trabalho é desenvolvido através de projetos de pesquisa e projetos de ensino, como o PIBID. Ressaltamos também sua contribuição nos trabalhos realizados pelo LENPES da UEL, como espaço de aproximação com a comunidade epistêmica da Sociologia na educação básica.

Concluindo a equipe do PNLD Sociologia 2018, apresentamos os analistas de recurso que pela primeira vez participaram do processo avaliativo, são eles:

Alexandro Dantas Trindade que é graduado em Ciências Sociais (1995) pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Possui Especialização em Formação de Quadros Profissionais (2003) pelo Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (CEBRAP) e Doutorado em Ciências Sociais (2004) pela UNICAMP. Atualmente é professor do departamento de Ciências Sociais e do Programa de Pós-graduação em Sociologia da Universidade Federal do Paraná (UFPR). No período em que foi analista de recursos desta avaliação já exercia a função de docente da UFPR.

Durante os seus estudos a nível de pós-graduação desenvolveu extensa pesquisa sobre a vida e a obra do engenheiro André Rebouças. Em sua tese, *André Rebouças: da engenharia civil a engenharia social*, analisa o sentido das ideias do engenheiro produzidas em dois períodos distintos, a primeira metade da década de 1860, quando conclui sua formação intelectual na Escola Militar e a década de 1880 quando assume uma postura de reformista social.

Analisando as demais produções bibliográficas de Trindade, é possível identificar outros trabalhos tratando dessa temática, porém elas não constituem a maior parte desse conjunto. Pelo contrário, encontramos uma variedade de

temas ligados ao pensamento social que são abordados em interface com o cinema, a Sociologia dos intelectuais, questões raciais, identidade nacional, pensamento conservador, dentre outros. É visível também a sua preocupação com pesquisas sobre a Sociologia na educação básica em diversos trabalhos, como veremos na tabela abaixo.

TABELA 59

Tipo de Publicação	Outros Temas	Sociologia na Educação Básica	Livros Didáticos	Total
Artigos completos publicados em periódicos	6	0	0	6
Livros publicados/organizados ou edições	4	4	0	8
Capítulos de livros publicados	5	4	0	9
Textos em jornais/revistas	2	0	0	2
Trabalhos publicados em anais de congressos	9	0	0	9
Resumos expandidos publicados em anais	1	0	0	1
Resumos publicados em anais	10	0	0	10
Apresentações de trabalho	16	1	0	17
Outras produções bibliográficas	4	0	0	4

Fonte: elaboração própria a partir dos dados do currículo lattes do perfil analisado

Além dos trabalhos publicados sobre a Sociologia no ensino médio, é importante destacar, sobre sua atuação profissional, o trabalho desenvolvido na coordenação do projeto PIBID na UFPR, como elemento de aproximação com a comunidade epistêmica.

Outras informações interessantes sobre o seu perfil, dizem respeito ao trabalho realizado enquanto membro da Comissão Assessora da Área de Ciências Sociais, vinculada à Diretoria de Avaliação da Educação Superior (DAES) do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), órgão responsável pela elaboração do Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (ENADE) de 2011. Além disso, também é membro da comissão responsável pela elaboração das novas Diretrizes Nacionais da Educação Básica, ação coordenada pela Secretaria de Educação Básica (SEB) do Ministério da Educação (MEC). Com efeito, duas importantes políticas de centralização curricular da Sociologia na educação básica.

Haydée Glória Cruz Caruso é graduada em Ciências Sociais (1999) pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Possui Especialização em Políticas Públicas de Justiça (2001) pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Concluiu o Mestrado (2004) e o Doutorado (2009) em Antropologia pela UFF. Atualmente é professora adjunta do departamento de Sociologia da Universidade de Brasília (UNB). No período em que participou da avaliação do PNLD já exercia a função de docente desta instituição.

Em suas pesquisas desenvolvidas nos cursos de pós-graduação, Caruso lançou seu olhar etnográfico para elucidar as práticas e relações estabelecidas no âmbito da polícia militar do Rio de Janeiro. Durante a realização do mestrado, defendeu a dissertação, *Das práticas e dos seus saberes: a construção do fazer policial entre as praças da PMERJ*.

Para a continuidade do estudo, a autora investiga as interações entre policiais militares e o público diverso e heterogêneo que frequenta o bairro da Lapa, na cidade do Rio de Janeiro. A pesquisa que resultou na tese, *Entre ruas, becos e esquinas: por uma antropologia dos processos de construção da ordem na Lapa carioca*, buscou compreender a lógica de administração de conflitos implementada pelos agentes de polícia nesse bairro marcado por sua identidade boemia entre os moradores e visitantes da cidade.

As políticas de segurança pública seguem como temática central nos demais trabalhos de Caruso. Outros temas são abordados em suas pesquisas mais recentes e, nesse conjunto, ganha espaço as reflexões sobre a Sociologia na educação básica, como veremos na tabela abaixo.

TABELA 60

Tipo de Publicação	Outros Temas	Sociologia na Educação Básica	Livros Didáticos	Total
Artigos completos publicados em periódicos	9	0	0	9
Livros publicados/organizados ou edições	3	1	0	4
Capítulos de livros publicados	6	2	0	8
Textos em jornais/revistas	0	0	0	0
Trabalhos publicados em anais de congressos	1	0	0	1
Resumos expandidos publicados em anais	0	0	0	0

Resumos publicados em anais	3	0	0	3
Apresentações de trabalho	16	0	0	16
Outras produções bibliográficas	2	0	0	2

Fonte: elaboração própria a partir dos dados do currículo lattes do perfil analisado

Sobre as demais informações do currículo da professora, nos chamou atenção sua aproximação com a comunidade epistêmica da Sociologia na educação básica durante a organização de uma das edições do ENASEB, que culminou na organização de um livro coletânea sobre o evento. Outra informação que ressaltamos é a de que a autora prestou consultoria para a elaboração da primeira versão da BNCC, que previa a organização de conteúdos de Sociologia, um pouco antes de participar da revisão dos recursos do PNLD.

Neste capítulo apresentamos de forma detalhada a composição das equipes de avaliadores responsáveis pela avaliação dos livros de Sociologia nas edições de 2012, 2015 e 2018 do PNLD. Percebemos que na composição dos grupos que coordenaram o processo, a maioria dos profissionais tem relação intensa com os contextos de expressão da comunidade epistêmica que fomentou os princípios didáticos e pedagógicos da avaliação dos livros.

Quanto ao grupo de avaliadores identificamos a grande maioria como profissionais dedicados a formação de professores em suas instituições de origem. Suas formações enquanto pesquisadores(as) os(as) tornaram especializados(as) em temas diversos na área de ciências sociais, no entanto, ao adentrarem no magistério em instituições de ensino superior, em sua maioria públicas, passaram a ter contato com as especificidades da disciplina de Sociologia na educação básica.

Sobre os(as) professores(as) oriundos(as) da educação básica é interessante perceber que possuem um perfil distante do padrão dos profissionais da categoria. São pesquisadores com trabalhos de pós-graduação que resultaram em produções de teses e dissertações sobre o tema.

Por fim, é interessante perceber que a composição das equipes a cada edital foi ficando mais equilibrada entre professores das IES e da educação básica, assim como foi possível constatar uma maior distribuição nos locais de origem destes profissionais.

No capítulo seguinte apresentaremos a análise das obras aprovadas, com foco no impacto das avaliações na elaboração de novas edições dos livros didáticos aprovados pelo PNLD.

4. A REPERCUSSÃO DO PARECER EM NOVAS EDIÇÕES DE OBRAS APROVADAS NO PNLD SOCIOLOGIA.

Nos capítulos anteriores apresentamos a forma como as ideias produzidas pela comunidade epistêmica da Sociologia na educação básica circulam no processo de avaliação dos livros didáticos distribuídos via PNLD. Trabalhamos a hipótese de que a política de avaliação e distribuição de livros absorve, em sua engenharia operacional, o entendimento sobre os princípios metodológicos e epistemológicos que o grupo de especialistas desenvolvem constantemente para a disciplina. Dessa forma, nosso objetivo neste capítulo é demonstrar como os livros didáticos aprovados para a distribuição nas escolas são afetados por essa circulação do conhecimento. Em outras palavras, apresentar o impacto do trabalho dos avaliadores nas mudanças realizadas pelos autores no espaço de uma edição para a outra durante a execução das três avaliações do PNLD Sociologia pesquisadas nesta tese.

Outro ponto importante a ser destacado na atuação do grupo responsável pela avaliação das obras é a forma como estabelecem um contato indireto com os professores que utilizarão os livros nas escolas e os autores dos livros didáticos aprovados. Desterro (2016, p. 201) ressalta que, mais do que simples resenhas, os Guias do PNLD trazem consigo um conjunto de críticas que fazem com que, de alguma forma, as obras sejam revisadas pelos agentes a quem o Guia se destina, seja na forma de ressalvas na utilização do livro em sala de aula, seja na revisão dos livros para edições futuras. Nesse sentido, o trabalho da comunidade epistêmica serve como ponte para a circulação do pensamento entre Escola, mercado editorial e produção científica.

Para ilustrar esse movimento, vamos apresentar neste capítulo as principais críticas e sugestões apontadas no Guia que reverberaram nas novas edições dos livros aprovados no PNLD. Em um primeiro movimento apresentaremos as críticas expostas em cada Guia para identificar os pontos convergentes e divergentes entre uma análise e outra. Em seguida, faremos o escrutínio das obras aprovadas a fim de saber se, e como, as críticas e sugestões dos pareceristas de um edital aparecem nos livros aprovados no

processo seletivo seguinte. É importante lembrar que, nas três seleções do PNLD que contemplaram a disciplina de Sociologia apenas seis livros foram aprovados pelas comunidades epistêmicas formadas em torno da avaliação. Desses, todos tiveram um mínimo de duas aprovações, com exceção da obra *Tempos Modernos, Tempos de Sociologia* (BOMENY et al, 2010, 2013, 2016) que teve as suas três edições recomendadas para as escolas públicas com possibilidade de escolha em todo o Brasil. A seguir, apresentaremos detalhadamente o impacto das resenhas em cada uma das obras.

4.1 Sociologia para o Ensino Médio: aprovada nos editais do PNLD 2012 e 2015.

Aprovada nos editais do PNLD 2012 e 2015, a obra *Sociologia para o Ensino Médio* (TOMAZI, 2010, 2013) foi recomendada pela equipe avaliadora com algumas ressalvas⁵⁷ a serem feitas pelo professor ao utilizá-la em sala de aula. No Guia do PNLD 2012, os pareceristas foram enfáticos em alertar para a necessidade de introduzir um suporte teórico para alguns temas carentes na obra, tais como a questão ambiental e os fenômenos relacionados a questões de gênero e sexualidade. A ampliação do tratamento teórico também se daria em outras partes do livro, como na abordagem das teorias clássicas nos estudos dos processos sociais que, segundo os avaliadores, são predominantemente analisados por uma abordagem materialista. O estudo dos conceitos de cultura e ideologia no livro também merecem destaque nessa ressalva apontada na resenha da obra. Por fim, os avaliadores criticam a falta de diálogo com a produção atual das Ciências Sociais brasileira. Destacam que, em vez disso, o autor prefere, por vezes, uma abordagem histórica em detrimento ao conhecimento produzido pelas Ciências Sociais.

De uma edição para a outra a obra não trouxe grandes mudanças, pelo menos é o que aponta a resenha publicada no Guia do PNLD 2015. Nela, a equipe avaliadora faz as mesmas ressalvas que seus antecessores, para o fato

⁵⁷ Aqui é importante lembrar que os critérios utilizados como referência de análise são os mesmos da ficha de avaliação utilizada pelos pareceristas do PNLD.

de o livro ter como eixo estruturante uma abordagem histórica para o estudo da Antropologia, Ciência Política e Sociologia no ensino médio. Neste documento, também criticam a forma como o autor apresenta o conceito de cultura, alertando o professor que escolher a obra, para a pouca exploração do conceito com base nos conhecimentos antropológicos. Não mereceu destaque para estes avaliadores o fato de a obra ser marcada por uma abordagem materialista dos processos sociais, apesar de, como afirma Desterro (2016, p. 93), Tomazi pouco mudou a sua forma de abordar os clássicos, mantendo o viés materialista como predominante.

Ao tomar as duas resenhas como parâmetro de análise da comunicação estabelecida entre comunidade epistêmica e autor da obra, é possível constatar que as críticas e ressalvas praticamente não influenciaram a elaboração de uma nova edição de Sociologia para o Ensino Médio. Porém, ao comparar as duas edições é possível perceber que pequenas mudanças foram feitas pelo autor no intuito de suprir as demandas apresentadas pelos pareceristas na edição anterior.

Para exemplificar esse movimento de Tomazi, é importante observar um pequeno acréscimo que o autor faz à introdução da obra. Nele consiste uma preocupação em apresentar para o aluno a pesquisa como base para a compreensão do conhecimento sociológico. Para exemplificar a diversidade de pesquisas que estão no escopo das ciências sociais, ele apresenta o trabalho de Florestan Fernandes, notório sociólogo brasileiro. O intuito deste adendo é mostrar ao aluno a forma como a Sociologia desenvolve-se com diferentes técnicas de pesquisa, dedicadas ao estudo de diversos temas passíveis de observação na sociedade brasileira (TOMAZI, 2013, p. 9-10). Se levarmos em consideração que nenhuma outra modificação foi feita no corpo do texto dessa seção da obra, é possível compreendermos que o autor buscou ampliar o diálogo com a produção científica das Ciências Sociais brasileira, dando a ênfase para a sua importância na condução dos estudos sociológicos, mediante a leitura e exercícios propostos pelo livro. É importante lembrar que a não realização deste diálogo foi apontado como uma limitação do livro na resenha da edição anterior.

A edição seguinte traz esses pequenos acréscimos ao longo dos capítulos, como no caso dos capítulos da unidade em que apresenta o mundo

do trabalho enquanto fenômeno social. No final do capítulo 4 da segunda edição, ao comentar as bases do trabalho na sociedade moderna, o autor faz uma pequena menção à obra *História Econômica*, de Max Weber, para explicar as mudanças nas relações de trabalho modernas, pautadas no trabalho livre e um acréscimo no número de horas trabalhadas, estabelecendo um contraponto com o modelo de trabalho da sociedade feudal.

Na vida real, a história era bem outra. O trabalhador estava livre, quer dizer, não era mais escravo nem servo, mas trabalhava mais horas do que antes.

Max Weber, em seu livro *História econômica*, publicado em 1923, afirma que isso era necessário para que o capitalismo existisse. O trabalhador era livre apenas legalmente porque, na realidade, via-se forçado, pela necessidade e para não passar fome, a fazer o que lhe impunham. (TOMAZI, 2010, p. 42-43).

É possível compreender que a forma como Weber é citado nesta ocasião pouco acrescenta às informações apresentadas anteriormente no capítulo, como se a informação estivesse jogada a esmo no capítulo. Já na edição seguinte, no mesmo capítulo, após essa passagem o autor acrescenta um *box* intitulado “Nas palavras de Weber”, onde transcreve uma extensa citação da mesma obra detalhando algumas consequências das mudanças na concepção de trabalho fomentadas na Inglaterra do século XVIII, com ênfase para a forma como se recrutavam os trabalhadores nesse período. No fragmento de texto, Weber explica como as mudanças na forma de recrutamento dos trabalhadores foram coercitivas e violentas, citando leis que regulamentavam esse processo, além de mensurar o impacto dessas medidas na sociedade urbana e rural daquele país (TOMAZI, 2013, p. 55). A título de ilustração, a menção às ideias de Weber da edição aprovada no PNLD 2015, dada a importância de seu trabalho para a compreensão sociológica do fenômeno, são muito mais esclarecedoras do que as retratadas na edição aprovada no PNLD 2012.

É possível perceber que Tomazi buscou ampliar o tratamento teórico ao tema recorrendo, de forma mais ampla e direta, à teoria sociológica clássica. Porém, é importante ressaltar que as mudanças de uma edição para outra foram bem pontuais, como dissemos anteriormente, na forma de acréscimos, mas a estrutura da obra foi mantida de uma edição para outra. Dessa forma,

constatamos que as críticas e ressalvas apontadas na avaliação do PNLD 2012 foram parcialmente atendidas, no sentido em que visivelmente a terceira edição ampliou o escopo teórico a fim de estabelecer um maior diálogo com autores canônicos nas ciências sociais. Por outro lado, o fato da obra ainda se estruturar a partir de um viés histórico de compreensão dos fenômenos sociais foi motivo de críticas dos pareceristas, que produziram o Guia do PNLD 2015. Por fim, apesar de não proporcionar mudanças estruturais na obra, fica claro o impacto da avaliação nas tentativas de melhoramento dela.

4.2 Tempos Modernos, Tempos de Sociologia: aprovada nos editais do PNLD 2012, 2015 e 2018.

Se as mudanças produzidas em Sociologia para o Ensino Médio foram pequenas de uma edição para outra, o mesmo não pode ser dito de Tempos Modernos, Tempos de Sociologia (BOMENY et al, 2010, 2013, 2016). Em sua primeira edição, o livro foi aprovado no PNLD 2012 com duas ressalvas dos avaliadores expostas na resenha da obra apresentada no Guia. Em primeiro lugar, os pareceristas chamaram atenção para o fato de o livro estabelecer um nexos imediato entre modernidade e urbanidade, o que dificultaria a apreensão e estudo dos fenômenos sociais no mundo rural, além de ocultar a problematização necessária do binarismo urbano moderno/rural atrasado, tão comum no imaginário coletivo. Outro ponto destacado pelos avaliadores diz respeito à pouca contribuição da Antropologia Cultural como instrumento de transformação do olhar do aluno sobre o seu cotidiano (BRASIL, 2011, p. 30).

As ressalvas apontadas no Guia de 2012 reverberaram em mudanças que geraram um acréscimo de capítulos na edição seguinte. Criticada pelo fato de as autoras optarem “pelo deslocamento temporal (em lugar do deslocamento cultural) para cumprir o efeito do estranhamento e desnaturalização reclamados pelo ensino da Sociologia” (BRASIL, 2011, p. 30), a obra inscrita para o PNLD 2015 continha um capítulo introdutório para cada disciplina de referência das Ciências Sociais. Para Desterro (2015, p. 147), as mudanças no livro foram implementadas com o intuito de enfraquecer a classificação do discurso

sociológico para torná-lo mais aberto ao diálogo com a Antropologia e a Ciência Política e, assim, adequá-lo, ainda, ao princípio do PNLD que demanda que a obra aprovada assegure a presença de conteúdo das três áreas de referência das Ciências Sociais.

É importante ressaltar que, mesmo com o aumento de conteúdo, a obra manteve a mesma estrutura, como explicam as autoras no Manual do Professor desta edição:

O livro foi estruturado em três partes. A primeira, introdutória, trazia o contexto histórico que possibilitou o surgimento da “ciência da sociedade” – a Modernidade e suas transformações sociais, políticas, econômicas e culturais. A segunda foi pensada para apresentar a especificidade da Sociologia como campo científico com base em temas que mobilizaram teóricos desde meados do século XIX, antes, portanto, de sua institucionalização. Nessa parte foram construídos vínculos entre o filme *Tempos modernos*, a Modernidade, a teoria social e os conceitos sociológicos. A última parte do livro era um convite para os alunos pensarem sociologicamente a sociedade brasileira. Os temas escolhidos para a elaboração dos capítulos dialogavam intencionalmente com os temas dos capítulos da segunda parte do livro, abordados com base em pesquisas sociais de grande relevância produzidas no Brasil nas últimas décadas. (BOMENY et al, 2013, p. 05 do M.P)

Dessa forma, é possível constatar que a segunda ressalva apontada pelos avaliadores do PNLD 2012 não foi objeto de modificação na edição seguinte, pois mantiveram o filme *Tempos Modernos* como operador metodológico da proposta pedagógica pautada na relação entre modernidade e conhecimento sociológico proposta pelo livro. Tal estrutura fora criticada pelos pareceristas por proporcionarem um predomínio da modernidade urbana em detrimento do meio rural.

Se as mudanças feitas pelas autoras do livro contemplaram apenas uma parte das ressalvas apontadas pelos avaliadores da edição anterior, tal fato não apaga a relação que fora estabelecida entre elas e a comunidade epistêmica formada em torno do PNLD 2012. Isso demonstra que, de uma edição para outra, o parecer do PNLD serve como base para revisão e aperfeiçoamento das obras por parte de autores e editoras de livros didáticos.

Tal movimento continuou quando o livro foi aprovado para o PNLD 2015 com ressalvas em dois critérios diferentes dos apontados pela equipe

anterior. O primeiro diz respeito à forma como as autoras abordam a discussão das desigualdades sociais. Nesse caso, a crítica dos pareceristas consiste na observação de que o tratamento teórico conferido ao tema é escasso, pois deixa de lado importantes abordagens acerca do conceito de classe social. Outra observação apontada no Guia diz respeito à forma como as imagens são utilizadas a título de ilustração de alguns temas. Nesse caso, destaca-se, ainda na temática das desigualdades sociais, o fato de as imagens induzirem a reprodução de uma visão dicotômica representando o país dividido entre o Sul (rico) e o Norte (pobre). Em outro espaço do livro as imagens referentes a corpo, beleza e gênero precisam ser problematizadas, pois a obra carece de uma abordagem mais aprofundada sobre esses temas (BRASIL, 2014, p. 27).

Tais observações não constam na resenha da terceira edição do livro apresentada no Guia do PNLD 2018. Desta vez, os avaliadores ressaltam que os docentes que escolherem a obra devem atentar para o modo breve e resumido como alguns conceitos-chave da Ciência Política são tratados, como os de Dominação e Democracia por exemplo. Outra crítica consiste no fato de que o livro (mais uma vez) confere muito destaque a análise da sociedade moderna sob a ótica urbana, dando pouco (ou nenhum) espaço para a compreensão dos fenômenos sociais referentes ao mundo rural (BRASIL, 2017, p. 31).

Ao avaliarmos o livro na íntegra, buscando especificamente pelas ressalvas apontadas no Guia do PNLD 2015, nos foi possível constatar que as autoras, ao abordarem as diversas formas de desigualdades sociais, fizeram questão de estabelecer as devidas conexões com o conceito de classe social, elaborado por Karl Marx, algo criticado na resenha da edição anterior. Tal abordagem foi feita também de forma pulverizada dentro da obra, aproveitando a estrutura do livro que apresenta o sociólogo alemão capítulos antes. Além disso, o tratamento teórico sobre o tema prossegue com a menção de outros conceitos chave, como os de ideologia, mobilidade social e meritocracia, expostos no livro na forma de box dentro do capítulo ou em uma seção no final do livro, denominada conceitos sociológicos.

4.3 Sociologia em Movimento: aprovada nos editais do PNLD 2015 e 2018.

Outra obra que trouxe mudanças na edição seguinte com o intuito de solucionar uma lacuna deixada na anterior foi *Sociologia em Movimento* (VÁRIOS AUTORES, 2013). Em sua primeira edição, aprovada no edital do PNLD 2015, os avaliadores chamaram atenção dos professores que escolheram este livro para duas ressalvas quanto a sua utilização.

A primeira diz respeito a interessante interface entre os conteúdos abordados em cada capítulo com o Direito, na seção *Instrumento Jurídico*. Essa parte da obra tem o objetivo de apresentar as leis, que regulamentam a questão estudada, demonstrando a importância da ordenação jurídica para a organização da sociedade. A crítica dos pareceristas recai na insistência dos autores em focar no aspecto jurídico, principalmente na interface com a Ciência Política, pois isso pode camuflar a compreensão dos fenômenos sociais ao não considerar outros ângulos também importantes incluindo o olhar sociológico.

No que diz respeito a essa ressalva, os autores atenderam integralmente a recomendação dos pareceristas. É possível constatar a mudança no título do quadro que antes se chamava *Instrumento Jurídico* e na nova edição foi intitulado *Direito e Sociedade*. Tal mudança pode ser interpretada como uma forma de enfatizar que o intuito do quadro é produzir uma interface entre a Sociologia na educação básica e o Direito, e não pontuar apenas aspectos ligados as questões jurídicas.

Outra mudança impactante se dá no corpo do texto da seção. Se antes os autores faziam questão de reproduzir o texto legal, com a redação original da constituição, tornando essa a principal fonte de leitura e referência para o aluno em detrimento a uma maior contextualização do tema. Na segunda edição é possível perceber um texto bem mais enxuto, onde a questão legal é citada de forma breve, sem dominar a redação total do quadro. Para ilustrar essa mudança, vejamos como a questão da regulamentação da Sociologia no ensino médio foi abordada no primeiro capítulo (produção do conhecimento) nas duas edições:

Assim, somente em 2008, com a sanção da Lei Federal nº 11.684, de 2008, que altera o artigo 36 da LDB, a Sociologia passou a ser obrigatória na Educação Básica.

LEI Nº 11.684, DE 02 DE JUNHO DE 2008.

“Altera o art. 36 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir a Filosofia e a Sociologia como disciplinas obrigatórias nos currículos do Ensino Médio.

O VICE-PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no exercício do cargo de PRESIDENTE DA REPÚBLICA faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º O art. 36 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 passa a vigorar com as seguintes alterações:

‘Art. 36.

IV- Serão incluídas Filosofia e Sociologia como disciplinas obrigatórias em todas as séries do Ensino Médio.

§ 1º.

III – (revogado)

(NR)

Art. 2º Fica revogado o inciso III do § 1º do art. 36 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data da publicação.”

Brasília, 02 de junho de 2008; 187º da independência e 120º da República.

JOSÉ ALENCAR GOMES DA SILVA. (VÁRIOS AUTORES, 2013, p. 29)

Em 2008, a Lei Federal nº 11.684 incluiu a Sociologia como disciplina obrigatória na educação básica, nas escolas públicas e privadas de todo o país, alterando o art. 36 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei nº 9.394/1996), que passou a ter nova redação: “IV – serão incluídas a Filosofia e a Sociologia como disciplinas obrigatórias em todas as séries do ensino médio.” (VÁRIOS AUTORES, 2016, p. 35)

Essa mesma composição de textos que abordaram a temática do capítulo com o mesmo recorte, quase sempre repetindo as mesmas atividades, porém de forma mais enxuta e direta pode ser vista também nos capítulos 5 (Raça, etnia e multiculturalismo); capítulo 6 (Poder, Política e Estado); capítulo 8

(Movimentos Sociais); capítulo 9 (Trabalho e Sociedade); capítulo 12 (Globalização e Integração regional) e no capítulo 15 (Sociedade e meio ambiente).

Além de um texto mais enxuto os autores utilizaram outra estratégia para sanar as críticas do Guia do PNLD 2015, modificando o título dos textos apresentados na seção. Tal mudança pode ser vista como uma forma de aproximar ainda mais a legislação utilizada como recorte dos fenômenos sociais analisados em cada capítulo. Para ilustrar esse movimento, vejamos as diferenças entre os capítulos 2 (A Sociologia e a relação indivíduo e Sociedade) de cada obra. Na edição de 2013, o Instrumento Jurídico abordou a questão dos direitos individuais a partir do texto “A Lei e a defesa dos direitos individuais”. Mais uma vez, o quadro foi construído com uma extensa reprodução da *Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão*, da revolução francesa de 1789 e da *Declaração Universal dos Direitos Humanos*, chancelada pela ONU em 1948. Já na edição seguinte, o livro apresenta na seção Direito e Sociedade o texto Sociologia e direitos individuais, que reflete sobre a questão com base nos mesmos documentos históricos, porém de forma mais curta e direta. Nesse caso em questão, a atividade passada aos alunos sofreu uma leve alteração, com uma diminuição no número de questões relativas ao texto.

Em outros casos foi possível constatar que os autores optaram por uma abordagem diferenciada sobre a temática do capítulo, modificando os exemplos e os recortes da sociedade utilizados para aproximar as questões jurídicas da realidade social dos estudantes. Esse movimento pode ser ilustrado pelas mudanças feitas no capítulo 10 (Estratificação e Desigualdades Sociais). Se na primeira edição os autores refletiram sobre o tema recorrendo à redação de diversos artigos da constituição que orientam e promovem a igualdade entre os cidadãos, a segunda escolhe o Projeto de Emenda Constitucional (PEC) que regulamenta o trabalho das empregadas domésticas como mote para a intersecção entre Sociologia e Direito neste capítulo.

É possível observar mudanças dessa natureza no capítulo 3 (Cultura e ideologia); capítulo 4 (Socialização e Controle Social); capítulo 7 (Democracia, Cidadania e Direitos Humanos); capítulo 11 (Sociologia do desenvolvimento);

capítulo 13 (Sociedade e Espaço Urbano) e capítulo 14 (Gênero, Sexualidades e identidades).

A segunda ressalva consiste em uma atenção maior para o capítulo 2 da obra. Segundo os avaliadores, a discussão sobre indivíduo e sociedade (mote do capítulo) é tratada de forma aligeirada quando da apresentação das abordagens clássicas formuladas por Durkheim, Weber e Marx. Além disso, os autores se prendem a um perigoso jogo de primazia que pode induzir o aluno a pensar a relação a partir de uma escala de evolução do pensamento (BRASIL, 2014, p. 39).

A crítica exposta no guia do PNLD 2015 provocou pequenas mudanças na forma de abordagem do tema, em especial a apreciação do assunto encontrada nos autores da teoria sociológica clássica. Na segunda edição da obra, a autoria do livro optou por abandonar a estratégia didática de apresentar as três principais vertentes sobre o assunto a partir de um jogo de primazia entre indivíduo e sociedade.

Ao discutir a relação entre indivíduo e sociedade, a partir do final do século XIX, A Sociologia produziu três matrizes de respostas a essa questão, as quais podem ser simplificadas e compreendidas mediante o seguinte esquema:

- I. a sociedade determina os indivíduos, como evidenciam os **fatos sociais**;
- II. a sociedade é compreendida como resultado da **ação social** dos indivíduos e;
- III. a sociedade e os indivíduos são expressão das contradições de **classe** e determinam-se reciprocamente de acordo com os limites estabelecidos pelas condições materiais de existência em dado período histórico. (VÁRIOS AUTORES, 2016, p. 42. Grifo dos autores)

Desta feita, é possível perceber que as diferentes formas de abordar a relação são focadas nos conceitos elaborados por Durkheim, Weber e Marx. A ênfase continua quando os autores relacionam, nos pontos dessa parte do capítulo, que os conceitos serão utilizados como referência para a explicação da relação entre indivíduo e sociedade.

Ainda com relação a ressalva feita pelos avaliadores do PNLD 2015, o capítulo da nova edição apresenta um texto no início do capítulo alertando que não é intenção da autoria, ao tratar da questão com base na simplificação dos

conceitos elencados, transparecer a noção de que se trata de um encadeamento evolutivo do pensamento desses autores.

É importante destacar que essa simplificação não representa um esquema evolutivo do pensamento dos autores apresentados. Antes, expõe uma maneira de compreender como é possível construir teorias que expliquem a forma como a sociedade age nos indivíduos e como os indivíduos compreendem sua ação em relação aos demais membros da sociedade. (VÁRIOS AUTORES, 2016, p. 43)

As mudanças aqui destacadas são importantes para percebermos que a avaliação realizada pelo PNLD reverbera na constituição das novas edições dos livros aprovados para a compra pelo Estado, porém, mais uma vez, constatamos que elas não impactam de forma significativa o conteúdo apresentado pelos autores. Comparando a redação do capítulo nas duas edições é possível perceber que pouca coisa foi modificada, inclusive ainda encontramos resquícios da estratégia anterior de abordar o tema recorrendo a um jogo de primazia entre indivíduo e sociedade.

Nessa concepção, a relação entre indivíduo e sociedade é construída com base na primazia da ação do indivíduo (ação social) em relação à estrutura social, compreendida aqui apenas como a regularidade de fatos ou padrões observados na ação social. (VÁRIOS AUTORES, 2016, p. 47)

De qualquer maneira, as mudanças implementadas pelos autores, além de não comprometer a aprovação da nova edição no PNLD seguinte, agradaram a nova equipe de avaliadores, pois a obra foi aprovada no PNLD 2018 com ressalvas diferentes das apontadas pela equipe do PNLD 2015.

Novamente o segundo capítulo do livro fora criticado. Desta vez por apresentar o conceito de “determinismo social” desarticulado de correntes clássicas ou contemporâneas da Sociologia (BRASIL, 2017, p. 38). É importante destacar que este conceito aparece no capítulo no início, quando os autores apresentam as justificativas para o estudo da relação indivíduo e sociedade. Em seguida, apresentam uma breve explicação sobre o assunto em um “box” no

canto da página. Talvez essa forma de expor o conceito tenha gerado as críticas apresentadas pelos pareceristas.

A outra observação é feita no capítulo 8, que analisa os movimentos sociais. Para os avaliadores, existe nele uma oscilação conceitual que exigirá, do professor que escolher a obra, um esforço complementar para levantar semelhanças e diferenças da ação coletiva em movimentos sociais, partidos e sindicatos, por exemplo (BRASIL, 2017, p. 38).

É possível pensar na hipótese de que a crítica dos avaliadores incide na forma como o fenômeno dos movimentos sociais foi apreciada na obra. A explicação do tema se deu através de exemplos de ação dos movimentos ao longo da história. No início do capítulo, inclusive, os autores apresentam duas visões distintas de como a comunidade científica apreciava o tema, tomando como base as ideias funcionalistas de Talcott Parsons e a noção de classe elaborada por Karl Marx. Após esse primeiro momento são apresentadas as formas de atuação dos movimentos sociais através de configurações binárias de aproximação e oposição (contra ou a favor do Estado, movimentos tradicionais e movimentos novos), onde não é possível relacionar diretamente os conceitos de classe e função apresentados no início do capítulo. Ademais, nota-se também uma ausência de conceitos que ajudem a explicar a emergência e atuação dos movimentos sociais classificados como novos (negros, mulheres e LGBT).

Por fim, cabe destacar que o capítulo em questão também não sofreu mudanças significativas de uma edição para outra. Esse fato nos ajuda a pensar que a configuração da comunidade epistêmica em torno da avaliação do PNLD é dinâmica e essa dinamicidade pode ampliar a circulação das ideias entre os agentes responsáveis pela avaliação e os autores dos livros aprovados.

4.4 Sociologia para jovens do século XXI: aprovada nos editais do PNLD 2015 e 2018.

Aprovado pela primeira vez na avaliação do PNLD, o livro Sociologia para Jovens do século XXI também foi alvo de críticas do Guia com resenhas das

obras aprovadas naquele edital. A primeira ressalva feita pelos pareceristas observa que, por mais que os autores tenham trabalhado a temática da causa indígena no Brasil, acabaram por fazer uma apreciação que pouco dialogou com o conhecimento antropológico produzido sobre o assunto no Brasil. Especificaram a falta de tratamento da construção de identidade em contato permanente com diferentes realidades da sociedade urbana, que acaba por constituir novas expressões da situação indígena no país, marcado por novos fluxos, políticas e reelaborações culturais (BRASIL, 2014, p. 48).

Na edição aprovada no PNLD 2015 os autores abordam a questão indígena no Brasil de forma pulverizada no livro, fazendo menções as populações originárias do território brasileiro em diversos capítulos da obra. Quase sempre o tema está interconectado a outras discussões como cultura (capítulos 4 e 5), mundo do trabalho (capítulo 9) e a questão agrária (capítulo 22). Nessas passagens os autores recorrem a imagens, poesias, textos, atividades com base em avaliações externas (como o ENEM), dentre outros recursos para inserir a discussão da questão indígena no Brasil, sempre articulada a um conteúdo abordado no livro.

A fim de tentar compreender a ressalva feita pelos avaliadores vamos analisar a forma como os autores utilizaram alguns exemplos envolvendo indígenas no capítulo 6 (“Ser diferente é normal”: as diferenças sociais e culturais). Um dos objetivos do capítulo é apresentar as diferenças sociais e culturais presentes nos diversos grupos que vivem em sociedade. Ao expor os argumentos iniciais sobre o tema, os autores recorrem a uma imagem de um indígena com um megafone e a seguinte legenda: “O direito a diferença também significa não ser tratado com inferioridade na sociedade comandada pelos “homens brancos”. Na foto índios protestando contra a opressão dos brancos” (OLIVEIRA, COSTA, 2013, p. 91). O exemplo nos dá elementos para pensar que o fato de a imagem, que ilustra bem as novas expressões da cultura indígena demandada pelos pareceristas, foi utilizada de forma deslocada, na explicação inicial sobre o multiculturalismo da sociedade brasileira, perdendo o potencial explicativo que ela poderia ter.

No mesmo capítulo, os autores apresentam os conceitos de etnocentrismo e interculturalidade como essenciais para compreender o

fenômeno das diferenças sociais e culturais entre os povos. Na ocasião, mais uma vez, se recorre a uma imagem demonstrando a interseccionalidade entre indígenas e homens brancos como exemplo de relações interculturais. Na foto é retratado o momento em que um grupo de indígenas e brancos comemoram o resultado de uma decisão judicial. A imagem é apresentada no livro com a seguinte legenda:

Índios e brancos juntos: como exercer o interculturalismo? Na foto índios pataxós comemoram a condenação dos jovens acusados pela morte do índio Galdino Jesus dos Santos e saúdam o promotor pela sua atuação no caso. (OLIVEIRA, COSTA, 2013, p. 95)

Aqui é possível conjecturar que, para os avaliadores, o fato de os autores utilizarem a imagem como um exemplo “solto” de interculturalismo, não aproveitando totalmente o potencial que aquela imagem proporcionava para tratar da questão indígena no Brasil. No caso, alguns elementos serviriam de gatilho para inserir uma discussão sobre a construção de uma identidade indígena em pleno contato com a população urbana e branca. Por exemplo, a busca pela justiça do homem branco, ou o fato de o indígena assassinado ter um nome e sobrenome assimilado a cultura dos colonizadores, podem ser consideradas como um caso em que o professor que escolheu a obra precisa ficar atento para ampliar o tratamento das questões indígenas no livro, segundo a resenha crítica do Guia do PNLD 2015.

Dando prosseguimento ao movimento que realizamos neste capítulo, apresentaremos agora alguns elementos em que é possível perceber a tentativa de os autores atenderem as ressalvas feitas ao seu livro na avaliação do PNLD. Se na edição anterior o manual foi criticado pelo fato de não dar um tratamento antropológico aprofundado para a questão indígena, na edição seguinte, que foi aprovada no PNLD 2018, encontramos um capítulo dedicado especificamente para esse tema.

Situado na última unidade do livro (Relações sociais contemporâneas), o capítulo 24 (“Tudo se chama nuvem, tudo se chama rio”: nossos ancestrais, primeiros habitantes do Brasil) apresenta os estudos sobre as comunidades indígenas a partir de seu passado de inserção no território brasileiro e,

principalmente, a partir da atual configuração de ocupação deste território pelas comunidades indígenas.

Sobre o presente, vamos descrever e estudar – tomando como base os estudos desenvolvidos pela Etnologia Indígena, uma área da Antropologia que estuda os grupos indígenas – o que fazem esses povos, quais são suas lutas e conhecimentos. Além disso, ao contrário do que sempre vemos na mídia, esses povos não estão somente em aldeias distantes nas florestas; há grupos indígenas também entre nós, nas cidades, trabalhando, estudando, utilizando-se das novas tecnologias e, uma das coisas mais significativas, nossa cultura brasileira é repleta de símbolos e modos de viver de origem indígena. (OLIVEIRA, COSTA, 2016, p. 377)

Logo no início do capítulo os autores são enfáticos na utilização de referências ligadas a um conhecimento antropológico aprofundado sobre o tema. Ou seja, percebemos que um dos objetivos do capítulo é sanar parte das críticas à edição anterior realizadas pelos pareceristas do PNLD. E o aprofundamento da questão não para por aí. Ao longo dos tópicos os autores apresentam uma série de estudos realizados por antropólogos que ressaltam a diversidade cultural das comunidades indígenas espalhadas pelo território brasileiro. Para isso recorrem também aos dados catalogados pelo IBGE, demonstrando que os descendentes dos povos originários ocupam territórios nas zonas urbanas e rurais do país. No texto do capítulo encontramos também uma discussão sobre a produção do conhecimento entre os índios, materializado na diversidade linguística e na cura medicinal através de plantas. Ao fim, novamente os autores refletem sobre a construção das identidades indígenas em contato com os meios urbanos.

Por fim, é bom destacar que nem todo indígena vive no “mato” ou nas aldeias das florestas. Eles também vivem nas cidades, usam celulares e computadores, frequentam a escola e se formam em diferentes profissões; alguns se tornam até políticos, mas nem por isso deixam de pertencer a comunidades indígenas. Aquela velha visão de que o indivíduo só pode ser “índio” porque tem cabelo preto e liso, pouco pelo no corpo e só vive no mato e não usa roupa é preconceituosa e limitada, por reproduzir o senso comum. Como vimos, os povos indígenas estão presentes em todos os estados do Brasil e em várias grandes cidades. Assim como outros povos (brancos, negros, asiáticos) se relacionam com outras culturas. Assim como todos nós, eles trocam e se misturam culturalmente, sem perder a sua identidade. (OLIVEIRA, COSTA, 2016, p. 387)

Diante das mudanças promovidas pelos autores na atual edição de sua obra, constatamos que a ressonância da avaliação do PNLD nesse caso foi grande, pois, assim como na segunda edição da obra *Tempos Modernos, Tempos de Sociologia* (BOMENY, et al, 2013), o diálogo entre a autoria e os pareceristas do PNLD resultou em uma ampliação do livro didático. Vejamos agora se o mesmo ocorreu quanto a segunda ressalva elencada no Guia do PNLD 2015.

A segunda crítica ao manual também não diz respeito a um capítulo específico. A equipe avaliativa concluiu que o livro possui uma lacuna por ter “uma escassa contribuição da Sociologia brasileira” (BRASIL, 2014, p. 48). Assim como na primeira ressalva, os avaliadores ressaltam que o livro contempla a demanda de abrir espaço para a produção sociológica brasileira, porém, mesmo sem nominar quais autores ficaram de fora, acreditam que alguns autores que não foram contemplados poderiam enriquecer a reflexão sobre algumas temáticas abordadas no livro.

Diferente das demais críticas analisadas neste capítulo, essa se mostra muito mais difícil de identificar, haja vista a quantidade de temáticas que podem ser analisadas a luz da produção científica brasileira na área de ciências sociais. Podemos encontrar referências para todos os temas escolhidos para compor os capítulos da obra. Em suma, da forma como a ressalva foi colocada no Guia, fica difícil mensurar em que pontos a obra foi ou não modificada. Essa dificuldade também foi constatada por Desterro (2016, p. 124) que, ao fazer análise do livro, considera “exagerada” a ideia de que é escassa a contribuição brasileira da Sociologia, como deixam a entender a avaliação feita pelos pareceristas do PNLD.

Analisando as duas edições, é possível constatar que os autores não levaram em conta essa ressalva quando revisaram a obra. Para exemplificar a contestação dessa ressalva, vejamos como os autores trataram da questão do racismo no Brasil, recorrendo ao pensamento, já consagrado, do sociólogo Florestan Fernandes, com a mesma redação nas duas edições:

O sociólogo Florestan Fernandes (1978) afirmava que o brasileiro tem preconceito de ter preconceitos, ou seja, como fruto da ideologia do embranquecimento e da democracia racial muitos indivíduos ainda não conseguem admitir uma identidade étnica diferente daquela de origem europeia. (OLIVEIRA, COSTA, 2013, p. 276)

O sociólogo Florestan Fernandes (1978) afirmava que o brasileiro tem preconceito de ter preconceitos, ou seja, como fruto da ideologia do embranquecimento e da democracia racial muitos indivíduos ainda não conseguem admitir uma identidade étnica diferente daquela de origem europeia. (OLIVEIRA, COSTA, 2016, p. 330)

É possível levantar a hipótese de que, ao manter a redação do livro no tratamento dessa questão, os autores concluíram que a ressalva já estava contemplada antes e por isso mantiveram a redação para a nova submissão da obra. Nos foi possível constatar que a menção a autores brasileiros teve uma considerável elevação⁵⁸, o que nos faz pensar que os autores prosseguiram com o mesmo raciocínio durante a execução da revisão do livro.

Mesmo com a aparente contestação à crítica por parte dos autores e o aumento numérico às referências brasileiras na atual edição do livro, a equipe de avaliadores reforçou a ressalva feita para a utilização do manual em sala de aula. Isso pode ser explicado pela forma como a crítica foi redigida.

Como dissemos anteriormente, a crítica apresentada no Guia do PNLD de 2015 nos pareceu de difícil verificação. No entanto, na edição seguinte do Guia, os avaliadores foram precisos em afirmar que “um esforço de complementação, contudo, deve ser realizado a respeito dos sociólogos brasileiros que empreenderam os primeiros esforços de se pensar o Brasil, já que a presença dessa temática ainda é tímida no livro.” (BRASIL, 2017, p. 43)

Dessa forma nos parece mais específica a ideia de que os avaliadores cobram dos autores o diálogo com pensadores brasileiros que primeiro

⁵⁸ Com o intuito de verificar a presença dos estudos científicos realizados por brasileiros, buscamos nas referências da obra quantificar o número de autoras e autores citados no livro. Na edição de 2013, entre livros, teses, dissertações e artigos científicos, foram encontrados 84 autores. Já na edição de 2016 número de pesquisadores referenciados no livro saltou para 113. Esse aumento pode ser explicado em parte pela ampliação da obra, pois no capítulo sobre a questão indígena, quase todas as referências são de autores brasileiros. Isso que demonstra que, mesmo sem saber se foi essa a intenção dos autores, a inclusão do capítulo serviu para suprir as duas lacunas destacadas pelos avaliadores do PNLD.

produziram ensaios para a compreensão da sociedade brasileira, tais como Gilberto Freyre, Sérgio Buarque de Holanda, Caio Prado Júnior, Raymundo Faoro, dentre outros.

Por fim, é preciso mencionar que a nova edição da obra recebeu mais duas ressalvas por parte dos avaliadores. A primeira está direcionada à seção “interdisciplinaridade” que propõe um diálogo com outras áreas a partir de textos selecionados que parecem estar “soltos” no livro, ou seja, não possuem nenhum comando ou atividade que o conecte ao conteúdo apresentado pelo capítulo. A segunda crítica refere-se à seção “Aprendendo com jogos”, por demandar do professor todas as condições operacionais para a viabilização da atividade, o que pode custar um tempo precioso para uma disciplina que costuma ter pouca carga horária. Outro problema apontado para a viabilização da seção seriam as condições precárias de boa parte das escolas que ainda não possuem laboratórios de informática bem estruturados. (BRASIL, 2017, p. 43)

4.5 Sociologia Hoje: aprovada nas edições de 2015 e 2018 do PNLD.

Esta obra possui apenas duas edições e ambas foram aprovadas pela seleção feita pelo PNLD. Apesar de ser bastante elogiado por apresentar uma inédita forma de divisão, contemplado de igualmente as três áreas das Ciências Sociais, sua aprovação veio acompanhada de ressalvas apontadas pela equipe responsável pela avaliação.

A primeira preocupação apontada pelos pareceristas corresponde a uma falha no tratamento de alguns temas e conceitos, que são abordados de maneira diferentes nos capítulos das três unidades do livro, como podemos constatar no texto do Guia do PLND 2015:

Apesar disso, será preciso atenção do professor no que diz respeito a um desajuste entre a apresentação de perspectivas clássicas e contemporâneas das Ciências Sociais nas áreas de Sociologia e Antropologia em comparação a Ciência Política. Isso se manifesta particularmente na Unidade 3 que, ao contrário das demais, se limita à apresentação de apenas uma perspectiva teórica em alguns temas da

ciência política, problema que deverá ser observado pelo professor ao trabalhar esta unidade em sala de aula. (BRASIL, 2014, p. 44)

Apesar de não apontar objetivamente que perspectiva foi privilegiada e nem qual tema foi abordado dessa forma, Desterro (2016, p. 227) ao analisar a obra constatou que em diversos momentos o livro valoriza a perspectiva liberal na apreciação dos temas ligados à ciência política. Para exemplificar essa situação o autor elenca vários trechos do livro onde o pensamento liberal é reverenciado de forma unânime na análise dos conteúdos, fato que em alguns casos colocava a explicação em oposição ao que já havia sido apresentado em outras unidades da obra, como é o caso da seção 4 do capítulo 15 que tem como título “A nova filosofia política”, que apresenta as ideias de dois filósofos liberais contemporâneos, John Rawls e Robert Nozick.

Segundo o livro, Nozick defende a atuação do Estado apenas no que diz respeito à garantia dos direitos civis e políticos. Cobrar impostos para financiar direitos sociais é o mesmo que forçar os contribuintes a trabalhar para o Estado. Neste aspecto, a oposição entre as duas últimas unidades do livro é evidente. Na unidade 2, o aluno aprende que “a desigualdade econômica é estrutural em nossa sociedade”, pois “está presente desde o início do capitalismo, ganhando novos contornos e feições em cada conjuntura histórica” (MACHADO; AMORIM; BARROS, 2013, p.138). A igualdade entre os indivíduos é apenas aparente em uma sociedade de classes, que divide os seres humanos entre aqueles que têm e aqueles que não têm como produzir sua subsistência. (DESTERRO, 2016, p. 244)

No entanto, ao analisarmos a unidade três da segunda edição da obra constatamos que pouca coisa foi alterada na redação do livro, inclusive a seção destacada por Desterro. Assim como aconteceu com a obra Sociologia para Jovens do Século XXI (OLIVEIRA, COSTA, 2016), os autores não levaram em consideração uma das ressalvas apontadas pelos avaliadores do PNLD. Identificamos como algo semelhante nas duas contestações o fato de o texto do Guia apresentar a crítica de forma indireta, sem especificar de forma clara onde o professor deve buscar a complementação à limitação do livro. Essa situação não se repete na segunda ressalva apontada pelos pareceristas do PNLD, que demanda uma discussão aprofundada sobre o tema da indústria cultural.

Há outro problema que deverá ser observado pelo professor e exigirá uma complementação em sala de aula. Muito embora os autores enfrentem sobre os mecanismos simbólicos ou ideológicos da dimensão cultural, o livro deixa a desejar com relação a uma discussão mais sistematizada sobre a indústria cultural. (BRASIL, 2014, p.44)

Essa questão mereceu destaque por parte dos autores do livro que abordaram a questão no capítulo 10 da segunda edição de forma específica, a partir de uma seção dedicada ao tema. No capítulo intitulado *Temas Contemporâneos da Sociologia*, os autores destacam “algumas perspectivas sobre problemas que a Sociologia clássica não aprofundou e novas questões características do contexto histórico dos séculos XX e XXI.” (MACHADO, AMORIM, BARROS, 2016, p. 206).

O capítulo é dividido em seções, onde os autores discorrem sobre temas específicos relacionados as novas perspectivas destacadas no início. O primeiro tema é justamente a Indústria Cultural. Em poucas páginas, apresentam a história do conceito relacionando aos pensadores Theodor Adorno e Max Horkheimer, situando sua definição e sua aplicação para a compreensão de fenômenos sociais ligados a cultura de massa e ao consumo. Nesta seção, apresentam também um quadro com maiores informações sobre a Escola de Frankfurt a relação desse conjunto de pensadores com o tema da indústria cultural.

É importante mencionar que, na primeira edição do livro, a primeira seção recebeu o nome de Tempos de Mudança, que apesar de apresentar algumas mudanças nas relações de consumo e a reestruturação produtiva, não se aprofundavam em nenhum dos temas. Na prática, a primeira seção servia como introdução para os demais temas trabalhados no decorrer do capítulo, a saber: *A Revolução Informacional; Valorização e Financeirização do Capital; Modernidade e pós-modernidade e As sociologias de Bourdieu e Habermas*. Aqui cabe também mencionar que, para a edição seguinte, os autores promoveram uma pequena alteração nessa última seção que passou a se chamar *Campo Simbólico e Esfera Pública: dois temas contemporâneos*. Mesmo com a mudança de nome, não identificamos outras alterações na estrutura da seção que se debruçou novamente sobre as teorias sociais de Bourdieu e Habermas.

Retomando a questão da abordagem sobre a indústria cultural, fica evidente, a partir da análise da segunda edição de *Sociologia Hoje*, que os autores levaram em conta a observação feita pelo Guia do PNLD, ao acrescentar um fragmento de capítulo específico sobre o tema. Se levarmos em consideração que essa lacuna não foi mencionada na resenha da obra para o PNLD 2018, podemos pensar que a nova redação satisfaz os avaliadores quanto ao tratamento do conceito.

Ainda sobre a avaliação da segunda edição da obra, é preciso destacar que, novamente, coloca uma ressalva sobre a análise de temas da Unidade 3 sob a ótica de apenas uma perspectiva teórica. A diferença para a crítica anterior mais uma vez consiste na objetividade do texto, que para o Guia do PNLD 2018 ficou com a seguinte redação:

No tocante ao viés teórico escolhido para a Unidade 3, que aborda conceitos como poder, Estado, sociedade civil, partidos políticos, democracia, etc., é importante observar que ele é majoritariamente construído a partir da teoria weberiana ou de outras correntes do liberalismo e do institucionalismo. (BRASIL, 2017, p. 26)

É possível observar que desta vez o texto foi mais direto na informação sobre o viés privilegiado e que conceitos receberam esse tipo apreciação. Esse diagnóstico, inclusive se aproxima da análise realizada por Desterro (2016) que apresentamos anteriormente.

Por fim, destacamos que a equipe de pareceristas indicaram mais duas ressalvas para os professores. A primeira diz respeito às atividades ofertadas ao final dos capítulos que não proporcionam a articulação entre os conteúdos das diferentes unidades. Ficando as atividades e exercícios muito fixas aos capítulos. A segunda corresponde a uma lacuna, pois, na visão dos avaliadores, o livro carece de uma problematização sociológica de temas como juventude e violência, em especial, à incidência desses na sociedade brasileira (BRASIL, 2017, p. 25-26).

4.6 Sociologia: aprovada nas edições de 2015 e 2018 do PNLD.

Essa é mais uma obra com apenas duas edições, ambas aprovadas em editais do PNLD. Nas duas ocasiões o livro recebeu boas recomendações da

equipe de avaliadores, por apostar numa proposta que articula bem temas relevantes da sociedade contemporânea aos conceitos e teorias das Ciências Sociais. Dessa maneira, a estruturação da obra, na escolha de seus conteúdos dialoga bem com os princípios elencados pelas OCNEM (BRASIL, 2006).

No entanto, assim como as demais obras avaliadas, a resenha de *Sociologia* também veio acompanhada por cuidados que o professor que escolher o livro deve ter. Nesse caso, repetiu-se a crítica de priorização da Sociologia às demais áreas das Ciências Sociais (Antropologia e Ciência Política) no tratamento dos conteúdos do livro. Vejamos o que foi apontado pelo Guia do PNLD 2015.

Embora haja um equilíbrio na distribuição de autores da antropologia, ciência política e sociologia, o fio condutor das análises e estruturação da obra está mais ligado à sociologia. Isso não chega a prejudicar os capítulos, mas o professor que adotar esse livro terá que ter cuidado para ampliar as reflexões sobre ciência política, área que ficou menos evidente ao longo da obra. (BRASIL, 2014, p. 33)

Essa foi a única ressalva feita pelos avaliadores, o que foge um pouco do padrão apontado pelas outras resenhas que sempre alertava para duas ou três ressalvas, o que pode ser apontado como uma boa aceitação da obra pelos pareceristas. Ainda assim, analisando a segunda edição do livro, constatamos que as autoras realizaram algumas modificações a fim de sanar as lacunas elencadas pelos avaliadores da edição anterior.

Identificamos uma pequena mudança na redação e na estrutura dos primeiros capítulos, que podemos analisar como uma tentativa das autoras em tornar a abordagem mais igualitária entre as três áreas das Ciências Sociais na introdução da obra. Vejamos como o segundo capítulo intitulado *Sociologia: uma ciência da modernidade*, é apresentado na primeira edição, informando o que os alunos irão estudar:

O fenômeno sociedade e seu estudo como ciência, iniciado no contexto das revoluções políticas, econômicas e culturais dos séculos XVIII e XIX. **Denominada Sociologia**, essa ciência capta a preocupação com a ordem e as mudanças sociais na modernidade. Veremos como autores clássicos, principalmente Durkheim, Marx e Weber, chegaram a conceitos diferentes para o estudo da sociedade com base no conhecimento científico de sua época. Ciência histórica, a **Sociologia** eleger seu objeto e desenvolve métodos para interpretar a complexa

realidade social. (ARAÚJO, BRIDI, MOTIM, 2013, p. 37. GRIFOS NOSSOS)

Para a segunda edição, veremos que as autoras, além do texto, modificaram também a ordem dos capítulos. Dessa forma, o primeiro capítulo recebeu o título de *As Ciências Sociais nasceram com a modernidade*, com informações, em sua introdução, sobre o que os estudantes iriam aprender consta o seguinte texto:

O fenômeno “sociedade” como objeto da ciência, movimento iniciado no contexto das revoluções políticas econômicas e culturais dos séculos XVIII e XIX e que deu origem **às Ciências Sociais: a Sociologia, a Antropologia e a Ciência Política**. a preocupação com a ordem e as mudanças sociais na modernidade fez despontar alguns autores que se tornaram clássicos. Entre esses, estão Durkheim (1858-1917), Marx (1818-1883) e Weber (1864-1920), que chegaram a conceitos diferentes de sociedade com base no conhecimento científico de sua época. **As ciências sociais** elegeram os fenômenos sociais como seu objeto de estudo e desenvolveram métodos científicos para interpretar a histórica e complexa realidade social. (ARAÚJO, BRIDI, MOTIM, 2016, p. 11. GRIFOS NOSSOS)

É possível perceber que, de uma edição para outra, não existe uma ruptura entre o encadeamento das ideias nas propostas apresentadas para o capítulo. Através das duas citações acima, é visível que o movimento inicial das autoras foi o de substituir a ênfase dada prioritariamente para a Sociologia no texto da primeira edição, para a descrição das Ciências Sociais como um todo na edição seguinte.

No entanto, no decorrer da estruturação do capítulo como um todo, é possível perceber que as mudanças são mais visíveis, nesse intuito de abranger as Ciências Sociais em todas as suas áreas. Vejamos como esse movimento foi realizado nas duas edições da obra.

Na primeira edição o capítulo está estruturado com as seguintes seções: 1) Nossa vida em sociedade; 2) Uma ciência originada da transformação, com uma subseção voltada para o surgimento da Sociologia (Nasce a Sociologia); 3) Senso comum e ciência; 4) Métodos para pensar a realidade social, com as seguintes subseções: o positivismo na proposta de Comte, Durkheim e um método próprio para a Sociologia, a dialética como método de análise; 5) O objeto de estudo da Sociologia, com as seguintes subseções: Durkheim e a análise dos fatos sociais, Weber e a compreensão da ação social e Marx analisa

a realidade histórica; 6) A produção teórica dos clássicos da Sociologia, que possui as seguintes subseções: a investigação social sob o olhar de Durkheim, teoria da ação social em Weber, Marx e a teoria da acumulação e Teorias e métodos das Ciências Sociais no século XX. (ARAÚJO, BRIDI, MOTIM, 2013)

Na distribuição dos conteúdos acima relatada, é possível compreender que a explicação para o surgimento e as especificidades das ciências sociais é centralizada na exposição das principais características da Sociologia. Em alguns trechos do capítulo ainda é possível encontrar alguma referência a pensadores e áreas fora do cânone da Sociologia clássica, como responsáveis pela institucionalização das ciências sociais, como veremos no fragmento a seguir:

Contribuíram para construir o patrimônio científico da Sociologia: Herbert Spencer, na Inglaterra; Ferdinand Tönnies (1855 – 1936) e Georg Simmel, na Alemanha; Vilfredo Pareto, na Itália, para citar alguns pensadores. Entre os precursores da Antropologia encontram-se o francês Marcel Mauss (1884 – 1942) e os etnólogos: o norte-americano Franz Boas (1858 – 1942) e o polonês Bronislaw Malinowski (1884 – 1942), que se dedicaram à Etnologia, ramo das ciências sociais que estuda os caracteres das etnias para apreender como as sociedades se estruturam e evoluem. (ARAÚJO, BRIDI, MOTIM, 2013, p. 44-45)

Percebe-se que existe uma tentativa de aproximação entre a Sociologia e as demais ciências sociais nessa contextualização da história da disciplina. Nesse sentido, a ponte é feita com a Antropologia e a Etnologia, não sendo feita nenhuma menção à pensadores ligados a institucionalização da Ciência Política. É possível pensar na hipótese de que esse tipo de raciocínio feito pelas autoras pode ter motivado a equipe de avaliadores a recomendar atenção para esse aspecto da obra.

Independentemente do que tenha motivado as ressalvas, o certo é que para a edição seguinte o capítulo recebeu uma série de alterações em sua estrutura, a fim de diminuir a centralidade da Sociologia na explicação do contexto de surgimento das ciências sociais.

Como dissemos anteriormente, as mudanças chegam logo com a mudança do título e da redação de seus objetivos. Além disso, houve uma mudança na ordem dos capítulos. Na segunda edição, esse passa a ser o primeiro capítulo e não mais o segundo, que recebeu a seguinte estrutura: 1) As

Ciências Sociais são fruto da transformação social; 2) A divisão entre as Ciências Sociais, com as seguintes subseções: Nasce a Sociologia, As origens da Antropologia e A trajetória da Ciência Política; 3) Senso comum e ciência; 4) Métodos para pensar a realidade social, que recebeu as subseções: O positivismo na proposta de Comte, Durkheim concebe um método para a Sociologia e A dialética como método de análise; 5) O objeto de estudo da Sociologia, que foi dividido em: Durkheim e a análise dos fatos sociais, Weber e a compreensão da ação social e Marx analisa a realidade histórica; 6) A produção teórica dos autores clássicos, com as seguintes subseções: A integração social sob o olhar de Durkheim, Teoria da ação social em Weber, Marx e a teoria da acumulação e Teorias e métodos das Ciências Sociais no século XX (ARAÚJO, BRIDI, MOTIM, 2016).

Nessa nova configuração, a alteração mais evidente aconteceu na segunda seção (A divisão entre as ciências sociais), em que foram inseridas mais duas subseções para dar conta do contexto de institucionalização da Antropologia e da Ciência Política, como as autoras deixam claro no início desse tópico.

As Ciências Sociais são compreendidas por três disciplinas: a Sociologia, a Antropologia e a Ciência Política. A seguir, estudaremos as origens e especificidades de cada disciplina.

Atenta aos problemas de cada época, a Sociologia acompanha os questionamentos que a sociedade se coloca e os enfrenta por meio da construção de teorias sociais. Uma teoria social consiste em um conjunto de conceitos inter-relacionados de forma coerente para explicar fenômenos sociais. Neste livro, descobriremos inúmeras questões sociológicas sobre as relações sociais e suas desigualdades, os diferentes costumes e o modo de homens e mulheres se organizarem para viver em sociedade.

A Antropologia estuda diversas dimensões do ser humano, entre as quais: sua origem, seu desenvolvimento e suas formas de organização cultural. Seus principais ramos de conhecimento, que veremos nesse livro, são a Antropologia social e a Antropologia cultural. Existe também a Antropologia física, preocupada em observar e acompanhar as mudanças de ordem genética e biológicas experimentadas pela espécie humana ao longo de sua existência na face do planeta Terra.

A Ciência Política volta o seu olhar para os fenômenos relacionados ao poder, principalmente a instituição do Estado e suas formas de organização, e aos processos de tomada de decisões políticas. **Trataremos desses dois últimos ramos das Ciências Sociais principalmente ao abordarmos os temas relacionados aos seus objetos de pesquisa.** (ARAÚJO, BRIDI, MOTIM, 2016, p. 16, GRIFOS NOSSOS)

Na apresentação acima, é possível perceber que as autoras tiveram um cuidado maior nesta edição em explicar as especificidades de cada área das ciências sociais, no intuito de atender a ressalva feita pelos avaliadores na edição passada. Para além desse espaço, existe uma orientação, como vimos no final da citação, para que as teorias e métodos específicos da Antropologia e da Ciência Política sejam apresentados dentro dos capítulos que tratem seus respectivos objetos de estudo, haja vista que, no decorrer do primeiro capítulo, após a explanação da origem de cada disciplina, o foco é a explicação sobre teorias e métodos ligados à Sociologia.

A partir da análise realizada nas duas edições de *Sociologia*, é possível constatar que as autoras, apesar de não proporcionarem mudanças bruscas na obra, se empenharam em modificar a redação de alguns capítulos a fim de sanar as ressalvas feitas pela equipe de avaliadores do PNLD. Isso demonstra, mais uma vez, o potencial de circulação de ideias entre os especialistas recrutados para avaliar os livros didáticos e os seus autores.

Por fim, cabe mencionar que, mesmo com as alterações realizadas, a obra foi avaliada com elogios e ressalvas similares às realizadas pela equipe do PNLD 2015, como é possível identificar na resenha crítica do PNLD 2018.

O aprofundamento teórico-conceitual na área de Sociologia é uma das virtudes do livro, mas é preciso observar que essa ênfase reduz parcialmente o espaço da Antropologia e da Ciência Política. Em alguns casos, alguns conceitos ou noções que tradicionalmente fazem parte do jargão das Ciências Sociais precisam de um tratamento mais cuidadoso pelo professor, como, por exemplo, “democracia de massas” e “micro e macrossocial”. (BRASIL, 2017, p. 21)

No entanto, a crítica dessa vez foi um pouco mais direcionada à algumas palavras e conceitos chave o que, por sua vez abre as portas ao diálogo para que as autoras realizem novas modificações em uma futura edição. É interessante perceber que, quando uma crítica a um livro didático se mantém de uma edição para outra, a ressalva acontece direcionando o professor para atentar para elementos mais específicos. Encontramos a mesma situação na análise de *Sociologia para Jovens do século XXI* e *Sociologia Hoje*.

CONSIDERAÇÕES FINAIS.

Ao longo desta pesquisa buscamos compreender o impacto do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) no processo de institucionalização da disciplina de Sociologia na educação básica, através da produção e circulação de ideias. Nossa hipótese é a de que a forma como esta política pública foi elaborada, em especial o estágio de avaliação dos livros didáticos inscritos no programa, possibilita a circulação de ideias necessárias para o estabelecimento de princípios didáticos pedagógicos caros à disciplina de Sociologia, em sua configuração mais recente, tomando como parâmetro seu retorno gradual às escolas brasileiras a partir da década de 1980.

Na condução da investigação dessa hipótese chegamos a algumas conclusões que apresentaremos a partir de agora nessas considerações finais. A primeira delas, diz respeito ao processo de institucionalização da Sociologia na educação básica e sua relação com ciclo de políticas de avaliação e distribuição dos livros didáticos no Brasil e, por consequência, com o mercado editorial especializado nesse tipo de publicação.

Essa relação é fundamental para compreendermos a especificidade da engenharia operacional do PNLD como um espaço privilegiado para a produção e a circulação do conhecimento sobre as disciplinas escolares no contexto recente. Restava a busca pela ação do Estado em períodos e governos distintos, para investigarmos as raízes históricas e sociais do fenômeno a fim de saber os elementos de ruptura e continuação na relação Estado/Sociedade/Mercado Editorial.

Na ocasião nos foi possível perceber que, assim como Azevedo (2014) e Meucci (2015) já haviam demonstrado bem⁵⁹, a Sociologia implementada na educação básica no início do século XX estava vinculada a uma compreensão de Estado marcada pelo apreço a valores cívicos e patrióticos centralizados no modelo conhecido como Estado Novo, e essa característica também era aplicada à política de avaliação dos livros didáticos do período. Essa política era

⁵⁹ Através de estudos da legislação sobre a disciplina e estudos sobre os livros didáticos respectivamente.

realizada pelo Conselho Nacional do Livro Didático (CNLD), que realizava uma avaliação voltada para o alinhamento dos livros com os princípios morais defendidos no período. Em comparação com o PNLD, Sousa (2017), demonstrou que a avaliação não era democrática, preocupando-se mais com os valores apresentados nos livros didáticos do que com seu potencial pedagógico.

Ao observar essas proximidades, compreendemos que as políticas de avaliação dos livros didáticos se mostraram, metodologicamente interessantes para a compreensão do processo de institucionalização da Sociologia na educação básica. Nesse sentido, é importante destacar o papel dos avaliadores nesse processo, que no caso da Sociologia tratava-se de intelectuais com destaque no ensino da disciplina nas escolas, além de autores de manuais didáticos. Acompanhar as relações estabelecidas entre esses agentes e o Estado, nos dão informações de fundamental importância para compreender os caminhos percorridos pelo conhecimento sociológico na educação básica.

Nesse ponto destaca-se a figura de Carlos Delgado de Carvalho que, à época, era professor de Sociologia do Colégio Pedro II, principal instituição de educação básica do país naquele período. Sua presença no processo de avaliação das obras dava a legitimidade necessária para a disciplina configurar entre os conhecimentos relevantes para aquela modalidade de ensino. No entanto, com o passar dos anos, tanto o governo quanto o intelectual em questão passaram a ver a disciplina, e sua importância para o ensino secundário, de outra maneira.

Delgado de Carvalho, junto com outros intelectuais, como Anísio Teixeira, acreditava que a Sociologia, assim como outras disciplinas da educação básica, deveria alinhar-se a uma nova compreensão de educação, mais próxima da realidade do estudante. No caso específico do conhecimento sociológico, o autor passou a defender que o seu ensino deveria fazer parte de uma disciplina ampla, em conjunto com conhecimentos da História, da Geografia, da Antropologia e da Economia, chamada de Estudos Sociais. A ideia era replicar o modelo produzido nos Estados Unidos, que foi implementado com base nas ideias de John Dewey.

Esse movimento do autor coincidiu com o processo de transformações na estrutura curricular da educação básica que culminou com a reforma Capanema em 1942. Mudanças ocorreram também na política de avaliação dos livros didáticos. O CNLD perdeu as atribuições de órgão avaliador e a Campanha do Livro Didático e dos Manuais de Ensino (Caldeme) foi criada não só com a função de verificação dos manuais, mas também com o intuito de estudar os livros e produzir material de referência para a crescente demanda de formação de novos professores. Dentro da nova instituição Delgado de Carvalho escreveu um Manual para novos professores de Estudos Sociais, dedicando-se a difusão da nova disciplina em detrimento da Sociologia introduzida no Brasil nos anos 1920 e 1930.

Mesmo esse não sendo o foco na nossa pesquisa, é importante destacar o potencial analítico das políticas de avaliação dos livros didáticos para o processo de institucionalização da Sociologia na educação básica. Seja por nos proporcionar uma maneira de acompanhar a trajetória intelectual de agentes relevantes, seja pela maneira como o conhecimento sociológico foi tratado nos manuais didáticos.

Sobre essa última característica destacamos a transformação da disciplina de Estudos Sociais, que passou a trabalhar em conjunto com uma nova matéria criada no período dos governos militares, a Organização Social e Política Brasileira (OSPB), a fim de acompanhar a reformulação curricular implementada nos anos 1970, demonstrando mais uma vez que a forma como uma disciplina, ou no caso aqui destacado, uma série de conteúdos ligados ao conhecimento sociológico podem corresponder aos interesses ideológicos da estrutura de Estado montada pelo governo.

Por fim, os elementos destacados no primeiro capítulo desta tese nos mostraram que, desde as primeiras políticas de avaliação do livro didático, o mercado editorial esteve organizado acompanhando e defendendo os seus interesses no processo. Nos foi possível perceber que todas as mudanças curriculares que ocorreram desde a criação da CNLD, nos anos 1930, tiveram a participação direta ou indireta de representantes das editoras.

Isso nos dá elementos para entender a dinâmica de produção de livros de Sociologia, em consonância com o processo de institucionalização da disciplina. Não à toa ocorreu um hiato de quase 50 anos entre a primeira e a segunda geração de manuais didáticos para a disciplina. Ao estudarmos as políticas de avaliação dos livros percebemos que o mercado acompanha e produz de acordo com as mudanças instituídas pelo Estado e, a partir do momento que a disciplina de Sociologia só esteve presente nas avaliações do CNLD, as editoras optaram por não mais investir em novas obras do setor.

Essa constatação alinha-se as críticas realizadas pelos trabalhos de Sarandy (2004) e Takagi (2007) sobre os manuais de Sociologia editados nos anos 1980 e 1990, pois, por mais que essas obras adentrassem algumas salas de aula, por iniciativa própria dos professores, não havia por parte do Estado o interesse ou obrigação de avaliar criteriosamente através do PNLD. Sem essa orientação/determinação era mais interessante para as editoras investirem em obras que pudessem servir também como manuais de iniciação a Sociologia utilizados em diversos cursos de graduação, além de algumas escolas do então 2º grau.

Nesse momento, é importante compreender que as políticas ganham legitimidade não apenas devido ao caráter coercitivo do Estado, mas porque, ao longo dos anos, ele foi aperfeiçoando a forma de avaliar e distribuir os livros didáticos. Essa especialização que culmina com a atual avaliação do PNLD só foi possível pelo contato direto com os espaços de produção do conhecimento escolar das diversas disciplinas.

Tratamos especificamente dessa relação quanto a disciplina de Sociologia no segundo capítulo desta tese. Já sabendo das especificidades da avaliação do PNLD, nos restava compreender a dinâmica de produção do conhecimento sobre a Sociologia na educação básica, no geral, e as ideias sobre os livros didáticos da disciplina, de forma específica.

Para operacionalizar a investigação recorreremos à análise de políticas públicas educacionais a partir de sua relação com as chamadas comunidades epistêmicas, conforme estudo feito por Dias (2009), sobre as políticas curriculares para o ensino fundamental. No caso da disciplina de Sociologia, a

fim de conhecer os agentes que constituem a comunidade, elegemos como contextos de expressão as produções sobre o tema desenvolvidos por programas de pós-graduação ligados à Educação e às Ciências Sociais e às comunicações apresentadas em eventos científicos de grande porte promovidos pela Sociedade Brasileira de Sociologia (SBS).

Nosso olhar foi lançado para esses dois contextos por identificarmos a ressonância que essas ideias tiveram na elaboração de documentos oficiais anteriores, em especial as Orientações Curriculares Nacionais (OCNEM). Além disso, é importante lembrar que a engenharia operacional do PNLD já demandava por especialistas sobre os livros de disciplinas escolares antes da adesão da Sociologia no programa. Dessa forma, indubitavelmente seríamos estimulados a verificar a presença destes pesquisadores na execução da política de avaliação dos livros.

Presença esta confirmada nos três editais que avaliaram as obras de Sociologia entre 2012 e 2018. O que esta pesquisa demonstrou é que a escolha por estes profissionais não foi aleatória por parte do Estado. Envolveu uma série de relações estabelecidas dentro dos contextos de expressão até chegar ao Guia do Livro Didático de cada edital. Em outras palavras, o conhecimento produzido e acumulado nos contextos de expressão da comunidade epistêmica foram apreendidos no processo de avaliação das obras num duplo movimento onde os agentes que produziram conhecimento nos contextos de expressão foram acolhidos pela engenharia operacional do PNLD, enquanto outros que não tinham proximidade com o tema, mas trabalharam na avaliação, marcaram presença em edições do GT Ensino de Sociologia realizadas antes, durante e depois das avaliações serem concretizadas.

Chegamos a essa compreensão ao analisar o perfil dos avaliadores e coordenadores dos três editais do PNLD que avaliaram os livros de Sociologia. No que diz respeito às pesquisadoras que representaram a disciplina na comissão técnica nos três últimos editais do ensino médio, Simone Meucci e Anita Handfas, são profissionais que há anos vem contribuindo para a produção do conhecimento sobre a Sociologia no ensino médio, com participações na comissão de ensino da SBS, além de constantes contribuições para com o GT Ensino de Sociologia e para a organização de diversas edições do ENASEB.

Com efeito, trata-se de duas profissionais de destaque na comunidade epistêmica da disciplina.

Quanto às coordenações das avaliações, foi possível verificar a presença de coordenadores de área, coordenadores adjuntos e profissionais do apoio técnico com larga experiência e produção de pesquisas sobre o ensino de Sociologia, que circularam nos contextos de expressão da comunidade epistêmica. Isso não se pode dizer dos coordenadores institucionais, que, ao que podemos identificar, possuíam um perfil mais ligado aos aspectos burocráticos das universidades que acolheram as avaliações. No entanto, o fato de não pesquisar o tema não afastava esses profissionais das especificidades do processo de avaliação, pois possuíam amplo conhecimento da área, necessários para o bom andamento do processo.

No caso dos avaliadores identificamos um perfil mais amplo, com professores e pesquisadores com larga experiência em estudos sobre o ensino de Sociologia e outros que se especializaram em outras áreas. Porém, ao trabalhar com a formação de professores acabaram estabelecendo contato com saberes e práticas pedagógicas relevantes para a avaliação dos livros didáticos.

Cabe ressaltar que aqueles com maior lastro em pesquisas que circulou pelos contextos de expressão da comunidade epistêmica marcaram presença em mais de uma edição do PNLD. Nos chamou atenção também o fato de os professores da educação básica ganharem mais espaço entre uma edição e outra da avaliação. Sobre esses profissionais, em específico, cabe mencionar que eles fogem do padrão do professorado da disciplina, com formação complementar em cursos de pós-graduação e produção constante sobre o tema que os leva a participar de eventos científicos e a publicar em revistas científicas.

O quarto e último capítulo desta tese discorre sobre o impacto das avaliações do PNLD na renovação e atualização das obras aprovadas nos três editais. Neste capítulo nos foi possível perceber como o PNLD possibilitou a difusão de concepções de Sociologia na educação básica através de seu processo de seleção e distribuição de livros didáticos. Ao dar espaço para atuação de uma comunidade epistêmica em seu processo de avaliação, a política pública fomentou a centralização curricular da disciplina, dando uma

espécie de identidade nacional para a Sociologia na educação básica, legitimada pelo status científico e prático de sua equipe de avaliadores.

Ao longo do capítulo, nos foi possível perceber que todos os livros didáticos de Sociologia, ao terem mais de uma edição aprovadas pelo PNLD, acabaram por estabelecer um diálogo produtivo para o conhecimento entre as equipes avaliativas e os autores das obras.

Na análise de cada obra, percebemos que pequenas mudanças foram realizadas para contemplar as críticas realizadas durante a avaliação do PNLD e, dessa forma, aprimorar o livro enquanto ferramenta eficiente para a implementação da Sociologia na educação básica. Em diferentes escalas, todos os seis livros apresentaram modificações.

É preciso ressaltar que, no afã de proporcionar essas mudanças, alguns livros tiveram o acréscimo de capítulos, esse foi o caso de *Tempos Modernos*, *Tempos de Sociologia*, entre a primeira e a segunda edição, e *Sociologia para Jovens do Século XXI*, da terceira para a quarta edição. O livro *Sociologia* também teve um acréscimo de capítulo entre a primeira e a segunda edição, no entanto, não identificamos essa modificação como uma forma de atender à crítica realizada pelos pareceristas.

Nas demais obras as mudanças se deram na estrutura de conteúdos e capítulos já apresentadas nas edições anteriores. Identificamos modificações de títulos e acréscimo de novas informações em tópicos de capítulos das obras *Sociologia*, *Sociologia em Movimento* e *Sociologia Hoje*. No caso de *Sociologia para o Ensino Médio*, as mudanças se deram apenas na redação do capítulo, a fim de inserir mais informações quanto aos conceitos e teorias utilizadas.

Nosso intento nesta tese foi o de mostrar que é possível compreender a forma como um conhecimento escolar pode ser difundido a partir da relação entre Estado/Sociedade/Mercado editorial estabelecida em um edital do PNLD. Para tanto, o conhecimento da forma como as comunidades epistêmicas são constituídas, assim como as suas conexões com o campo de produção acadêmica e pedagógica de uma disciplina são fundamentais para o êxito da análise empreendida.

Por fim, é importante ressaltarmos que essa possibilidade só é possível mediante a manutenção da engenharia operacional adotada pelo PNLD entre os anos de 2002 e 2017. O processo de avaliação dos livros didáticos via PNLD passou por mudanças em sua estrutura, principalmente no que concerne à composição de equipes avaliativas. No atual modelo, foi retirado das universidades o papel de condutoras do processo de criação e aplicação de critérios de avaliação, cabendo agora ao ministro da educação a decisão de contar, ou não, com as instituições de ensino superior como parceiras na seleção dos livros.

REFERÊNCIAS

AZEVEDO, Gustavo Cravo de. **Sociologia no Ensino Médio: uma trajetória político-institucional (1982-2008)**. (Mestrado em Ciência Política). Universidade Federal Fluminense – Niterói, RJ, 2014.

BAUER, Martin W. Análise de conteúdo clássica: uma revisão. In: BAUER, Martin W. GASKELL, George (Orgs.). **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. 11.ed. Petrópolis: Vozes, 2013.

BRASIL. Ministério da Educação. **PNLD 2012: Sociologia** – guia de livros didáticos – Ensino Médio/ Ministério da Educação – Secretária de Educação Básica – SEB – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. Brasília, DF: Ministério da Educação, Secretária de Educação Básica, 2011.

_____. **PNLD 2015: Sociologia** – guia de livros didáticos – Ensino Médio/ Ministério da Educação – Secretária de Educação Básica – SEB – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. Brasília, DF: Ministério da Educação, Secretária de Educação Básica, 2014.

_____. **PNLD 2018: Sociologia** – guia de livros didáticos – Ensino Médio/ Ministério da Educação – Secretária de Educação Básica – SEB – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. Brasília, DF: Ministério da Educação, Secretária de Educação Básica, 2017.

BODART, Cristiano das Neves. PEREIRA, Thiago Ingrassia. **Breve balanço do subcampo “ensino de Ciências Sociais” no Brasil e o papel da Associação Brasileira de Ensino de Ciências Sociais – ABECS**. Cadernos da Associação Brasileira de Ensino de Ciências Sociais (CABECS). v. 1, n. 1, jan./jul. 2017.

_____. TAVARES, Caio dos Santos. A produção sobre o ensino de sociologia escolar nos periódicos brasileiros on-line de estratos superiores 1996 – 2017. In: MAÇAIRA, Julia Polessa. FRAGA, Alexandre Barbosa. **Saberes e práticas do ensino de sociologia**. Rio de Janeiro: Autografia, 2018.

CAIMI, Flávia Eloisa. **As disciplinas escolares no contexto do PNLD: avanços, lacunas e desafios na avaliação do livro didático**. Revista Educação Pública. Cuiabá, v. 24, n. 57, p. 525-544, set./dez. 2015

CARLOS, Euzeneia. Movimentos sociais e permeabilidade estatal na construção de encaixes institucionais. In: 41º ENCONTRO ANUAL ANPOCS, 23., 2017, Caxambu-MG. **Anais...** Caxambu-MG, 2017.

CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil: o longo caminho**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

CARVALHO FILHO. Roper Pires. **A comunidade epistêmica como espaço de produção de discursos e o livro didático de história**. Revista Labirinto, ano XVI, volume 24, número 2 (jan-jun), pp. 67-80, 2016.

CASSIANO, Célia Cristina Figueiredo. **O mercado do livro didático no Brasil do século XXI: a entrada do capital espanhol na educação nacional**. São Paulo: UNESP, 2013.

CAVALCANTE, Thyene Gomes. **Adoção do livro didático de sociologia na educação básica: estudo com docentes da rede pública da Primeira Gerência Regional de Ensino da Paraíba**. (Mestrado Profissional em Ciências Sociais para o Ensino Médio). Fundação Joaquim Nabuco – Recife, PE, 2015.

CELLARD, André. A análise documental. In: POUPART, Jean *et al.* **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos**. Petrópolis-RJ: Vozes, 2014.

COAN, Marival. **A sociologia no ensino médio, o material didático e a categoria trabalho**. (Mestrado em Educação). Universidade Federal de Santa Catarina – Florianópolis, SC, 2006.

COSTA, Nilson do Rosário. **Comunidade epistêmica e a formação da reforma sanitária no Brasil**. Physis Revista de Saúde Coletiva, Rio de Janeiro, nº 24 vol. 3 p. 809-829, 2014.

DIAS. Rosanne Evangelista. **Ciclo de políticas curriculares na formação de professores no Brasil (1996-2006)**. Tese (Doutorado em Educação). Universidade do Estado do Rio de Janeiro – Rio de Janeiro, RJ, 2009.

DESTERRO, Fábio Braga do. **Sobre livros didáticos de sociologia para o ensino médio**. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal do Rio de Janeiro – Rio de Janeiro, RJ, 2016.

ENGENRROFF, Ana Martina Baron. **A sociologia no ensino médio: a produção de sentidos para a disciplina através dos livros didáticos**. Dissertação (Mestrado em Sociologia Política). Universidade Federal de Santa Catarina – Florianópolis, SC, 2017a.

_____. **Mapeando a produção sobre o livro didático de sociologia: um estado da arte no campo acadêmico brasileiro**. Trabalho de Conclusão de Curso – TCC em Ciências Sociais. UFSC: 2017b.

FERNANDES, Florestan. O ensino da sociologia na escola secundária brasileira. In: **A Sociologia no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1980.

FERREIRA, Vanessa do Rêgo. OLIVEIRA, Amurabi. **O ensino de sociologia como um campo (ou subcampo) científico**. Acta Scientiarum. Human and social sciences. Maringá, v. 37, n.1, pp. 31-39, jan./jun., 2015.

FILGUEIRAS, Juliana Miranda. **Os processos de avaliação de livros didáticos no Brasil (1938-1984)**. Tese (Doutorado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), São Paulo, 2011.

FONTES. Barbara de Souza. **Entre o “chão da escola” e a universidade: a antropologia nos manuais didáticos de sociologia**. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Instituto de Filosofia e Ciências Sociais (IFCS), Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia (PPGSA), 2019.

GUEDES, André Teles. **Notícias sobre a sociologia acadêmica no 1º congresso da SBS (São Paulo, 1954)**. Plural, Revista do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da USP, São Paulo, nº 14, 2007, pp. 136-146.

GOIS, Antônio. **Quatro décadas de gestão educacional no Brasil: políticas públicas do MEC em depoimentos de ex-ministros**. São Paulo: Fundação Santillana, 2018.

GURZA LAVALLE, Adrian; CARLOS, Euzeneia; DOWBOR, Monika; SZWAKO, José. 2017. **Movimentos sociais, institucionalização e domínios de agência**. São Paulo: CEM, Texto para Discussão, n. 19.

GUELFÍ, Walnirlei Pedroso. **A sociologia como disciplina escolar no ensino secundário brasileiro: 1925-1942**. (Mestrado em Educação). Universidade Federal do Paraná – Curitiba, PR, 2001.

HANDFAS, Anita. O que e como temos pesquisado o Ensino de Sociologia na Educação Básica? In: CONGRESSO BRASILEIRO DE SOCIOLOGIA, 18., 2017, Salvador. **Anais...** Brasília, 2017.

HASS, Peter M. **Epistemic Communities and International Policy Coordination. International Organization**. Vol. 46, No. 1, Knowledge, Power, and International Policy Coordination. Winter, 1992, pp. 1-35. Disponível em: <http://www.iheal.univ-paris3.fr/sites/www.iheal.univ-paris3.fr/files/Epistemic%20communities%20Haas.pdf>. Acesso em 01/11/18.

JINKINGS, Nise. Os processos de institucionalização da sociologia no segundo grau (1972-1995). In: SILVA, Ileizi Fiorelli. GONÇALVES, Danyelle Nilin (orgs.). **A sociologia na educação básica**. São Paulo: Annablume, 2017.

LIMA, Alexandre Jeronimo Correia. **Uma sociologia da experiência de ensino de sociologia: reflexões, práticas e histórias de vida**. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2018. 308 f.

MAÇAIRA, Julia Polessa. **O ensino de sociologia no Brasil e na França: recontextualização pedagógica nos livros didáticos**. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Instituto de Filosofia e Ciências Sociais (IFCS), Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia (PPGSA), 2017.

MANNHEIM, Karl. **Ideologia e utopia**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1972.

_____. O pensamento conservador. In: MARTINS, José de Souza. **Introdução crítica à sociologia rural**. 2 ed. São Paulo: Editora Hucitec, 1986.

MARTINS, Heloísa de Souza. Metodologia qualitativa de pesquisa, 2004. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v.30, n.2, p. 289-300, maio/ago. 2004.

MENDONÇA, Sueli Guadalupe de Lima. Os processos de institucionalização da sociologia no ensino médio. In: SILVA, Ileizi Fiorelli. GONÇALVES, Danyelle Nilin (orgs.). **A sociologia na educação básica**. São Paulo: Annablume, 2017.

MELO, Márcio Silva; SILVA, Vinícius Gabriel. Reconstruindo o processo de escolha do livro didático no estado da Paraíba. In: HANDFAS, Anita; MAÇAIRA, Júlia Polessa (Orgs.). **Conhecimento escolar e ensino de sociologia: instituições, práticas e percepções**. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2015.

MEUCCI, Simone. **A institucionalização da Sociologia no Brasil: os primeiros manuais e cursos**. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 2000.

_____. Sobre a Rotinização da Sociologia no Brasil: os Primeiros Manuais Didáticos, seus Autores, suas Expectativas. *Mediações*, Londrina, v.12, n.1, p.31-66, jan./jun. 2007.

_____. Pensamento social brasileiro nos livros didáticos de sociologia: balanço. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE SOCIOLOGIA, 16., 2013, Salvador. **Anais...** Salvador, 2013.

_____. Notas sobre o pensamento social brasileiro nos livros didáticos de Sociologia. **Revista Brasileira de Sociologia**. Sergipe: SBS, v.02, n.03, p. 209-232, jan/jun. 2014.

_____. BEZERRA, Rafael Ginane. Sociologia e educação básica: hipóteses sobre a dinâmica de produção de currículo. In: **Revista de Ciências Sociais**. Fortaleza, v.45, n.01, p. 87-101, jan/jun. 2014.

_____. Sociologia na educação básica no Brasil: um balanço da experiência remota e recente. **Revista Ciências Sociais Unisinos**, v. 51, n. 3, p. 251-260, 2015.

MONTEZ, Gabriela. **Formando o Cidadão e Construindo o Brasil: a socialização política nos manuais de Educação Moral e Cívica e de Sociologia**. Dissertação (Mestrado) – UFRJ / Instituto de Filosofia e Ciências Humanas /

Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia (PPGSA) – Rio de Janeiro, RJ, 2015.

MORAES, Amaury César. Desafios para a implementação do ensino de Sociologia na escola média brasileira. **Cadernos do NUPPS**, São Paulo, ano 2, v. 1, p. 1-10, set. 2010.

_____. (Coord.) **Sociologia: Ensino Médio – Coleção Explorando o Ensino (vol. 15)**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria da Educação Básica, 2010.

NASCIMENTO, Thiago Rodrigues. O ensino de História e Estudos Sociais em John Dewey e Delgado de Carvalho. **Revista História e Cultura**, Franca, v. 4, n. 2, p. 212-236, 2015.

NEUHOLD, Roberta dos Reis. **A Sociologia como disciplina escolar em debate no 1º Congresso Brasileiro de Sociologia**. Cadernos da associação brasileira de ensino de ciências sociais. Vol.1, nº.2, p. 05-26, Jul./dez. 2017.

OLIVEIRA, Amurabi. **Cenários, tendências e desafios na formação de professores de Ciências Sociais no Brasil**. Política & Sociedade, Florianópolis, Vol. 14, Nº 31, Set./Dez. de 2015

_____. A formação de professores na Universidade Federal de Santa Catarina: uma análise de suas transformações curriculares no tempo. In: **Revista de Ciências Sociais**. Fortaleza, v.49, n.03, p. 429-453, nov. 2018/fev. 2019.

_____. OLIVEIRA, Evelina Antunes F. de. Os processos de institucionalização da sociologia na escola secundária (1890-1971). In: SILVA, Ileizi Fiorelli. GONÇALVES, Danyelle Nilin (orgs.). **A sociologia na educação básica**. São Paulo: Annablume, 2017.

PEIRANO, Mariza. **A favor da etnografia**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1995.

PEREIRA, L. C. B. **A reforma do Estado dos anos 90: lógica e mecanismos de controle**. Brasília: Ministério da Administração Federal e Reforma do estado, 1997.

PERUCCHI, Luciane. **Saberes sociológicos nas escolas de nível médio sob a ditadura militar**: os livros didáticos de OSPB. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC, 2009.

PIRES, Álvaro. Sobre algumas questões epistemológicas de uma metodologia geral para as ciências sociais. In: POUPART, Jean *et al.* **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos**. Petrópolis-RJ: Vozes, 2014.

POCOCK, John. G. A. **Linguagens do ideário político**. São Paulo: Edusp, 2003.

ROMANINI, Maristela Gallo. **Análise do processo de implementação de política: o Programa Nacional do Livro Didático – PNLD**. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Faculdade de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE), 2013.

QUEIROZ, José Jorge Lins de. **O ensino de sociologia hoje**: práticas docentes e o livro didático. (Mestrado Profissional em Ciências Sociais para o Ensino Médio). Fundação Joaquim Nabuco – Recife, PE, 2016.

SANTOS, Mário Bispo dos. **A Sociologia no ensino médio**: o que pensam os professores da rede pública do Distrito Federal. Dissertação (Mestrado em Sociologia), Universidade de Brasília – Brasília, DF, 2002.

SANTOS, Beatriz Boclin Marques dos. NASCIMENTO, Thiago Rodrigues. O ensino de Estudos Sociais no Brasil: da intenção à obrigatoriedade (1930-1970). **Revista História e Perspectivas**, v. 28, n. 53, p. 145-178, 2015.

SARANDY, Flávio Marcos Silva. **A Sociologia volta à escola**: um estudo sobre os manuais de Sociologia para o Ensino Médio no Brasil. 2004. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, 2004.

SILVA, Ileizi Luciana Fiorelli. **Das fronteiras entre ciência e educação escolar**: as configurações do ensino das Ciências Sociais/Sociologia no Estado do Paraná (1970-2002). Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, 2006.

_____. O ensino das Ciências Sociais/Sociologia no Brasil: histórico e perspectivas. In: MORAES, Amaury Cesar. (Coord.) **Sociologia: Ensino Médio – Coleção Explorando o Ensino (vol. 15)**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria da Educação Básica, 2010.

_____. ALVES NETO, Henrique Fernandes, VICENTE, Daniel Vitor. A proposta da Base Nacional Comum Curricular e o debate entre 1988 e 2015. **Revista Ciências Sociais Unisinos**, v. 51, n. 3, p. 330-342, 2015.

SILVA, Samira do Prado. **As interseccionalidades entre gênero, raça/etnia, classe e geração nos livros didáticos de sociologia**. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). Universidade Estadual de Londrina – Londrina, PR, 2016.

SKINNER, Quentin. **As Fundações do Pensamento Político Moderno**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

SOUSA, Diogo Tourino de. A Sociologia no Programa Nacional do Livro Didático: autonomia, universalização e a construção da democracia no Brasil. In: SILVA, Ileizi Fiorelli. GONÇALVES, Danyelle Nilin (orgs.). **A sociologia na educação básica**. São Paulo: Annablume, 2017.

SOUSA NETO, Manoel Moreira de; ALMEIDA, Rosemary Oliveira; PESSOA, Márcio Kleber Moraes. Ferramenta didática ou guia curricular? Percepção de professores sobre o processo de escolha dos livros didáticos de Sociologia em escolas do Ceará. In: **Política & Sociedade**, Florianópolis, v.14, n.31, p.155-179, set./dez.2015.

SOUZA, Agnes Cruz de. **A sociologia escolar: imbricações e recontextualizações curriculares para a disciplina**. Tese (Doutorado em Ciências Sociais). Universidade Estadual Paulista “Julio Mesquita Filho”, Faculdade de Ciências e Letras (campus Araraquara) – Araraquara, SP, 2017.

SOUZA, Leonildo Pereira de. Adequação da formação docente na disciplina de Sociologia no Ensino Médio no Brasil: um estudo com base no Censo Escolar (2012-2017). In: IX SEMINÁRIO NACIONAL SOCIOLOGIA E POLÍTICA. 16., 2018, Curitiba. **Anais...** Curitiba, 2018.

TAKAGI, Cassiana Tiemi Tedesco. **Ensinar Sociologia**: análise de recursos de ensino na escola média. (Mestrado em Educação). Universidade de São Paulo – São Paulo, SP, 2007.

VELHO, Gilberto. O desafio da proximidade. In: VELHO, Gilberto; KUSCHNIR, Karina (Orgs.). **Pesquisas urbanas**: desafios do trabalho antropológico. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.

WEBER, Max. **Ensaio de Sociologia**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1982.

Livros Didáticos

ARAÚJO, S. M.; BRIDI, M. A.; MOTIM, B. L. **Sociologia**. 1.ed. São Paulo: Scipione, 2013.

_____. **Sociologia**. 2.ed. São Paulo: Scipione, 2017.

BOMENY, Helena, et al. **Tempos modernos, tempos de Sociologia**. São Paulo: Editora do Brasil, 2010

_____. 2.ed. São Paulo: Editora do Brasil, 2013.

_____. 3.ed. São Paulo: Editora do Brasil, 2017.

MACHADO, I. J. R.; AMORIM, H. J. D.; BARROS, C. F. R. **Sociologia Hoje**. 1.ed. São Paulo: Ática, 2013.

_____. **Sociologia Hoje**. 2.ed. São Paulo: Ática, 2017.

OLIVEIRA, L. F. & COSTA, R. C. R. **Sociologia para jovens do século XXI**. 3.ed. Rio de Janeiro: Imperial Novo Milênio, 2013.

_____. **Sociologia para jovens do século XXI**. 4.ed. Rio de Janeiro: Imperial Novo Milênio, 2016.

TOMAZI, Nelson Dacio. **Sociologia para o ensino médio**. 2.ed. São Paulo: Saraiva, 2010.

_____. **Sociologia para o Ensino Médio**. 3.ed. São Paulo: Saraiva, 2013.

VÁRIOS AUTORES. **Sociologia em movimento**. 1.ed. São Paulo: Moderna, 2013.

_____. **Sociologia em movimento.** 2.ed. São Paulo: Moderna, 2016.